

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARCELA SANTANDER

**Nito Alves, o herói inimigo:
acusação e diferenciação em Angola pós-independência**

São Carlos
janeiro de 2024

MARCELA SANTANDER

**Nito Alves, o herói inimigo:
acusação e diferenciação em Angola pós-independência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.
Orientadora: Iracema Dulley

Banca examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Iracema Dulley (orientadora - UFSCar / ULisboa)
Profa. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ) - membro externo
Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (UFF) - membro externo

Suplentes:

Dr. Aramis Luis Silva (CEBRAP)
Dr. Frederico Santos dos Santos (UPF)

Santander, Marcela

Nito Alves, o herói inimigo: acusação e diferenciação em Angola pós-independência / Marcela Santander -- 2024.
299f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Iracema Hilário Dulley

Banca Examinadora: Iracema Hilário Dulley, Luena Nascimento Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Bibliografia

1. Antropologia em contextos africanos. 2. Angola. 3. MPLA. I. Santander, Marcela. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Marcela Santander Ortensi, realizada em 08/02/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Iracema Hilário Dulley (ICI)

Profa. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Dedico esta dissertação àqueles e àquelas que não puderam escrever suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Quantas páginas podem ser dedicadas aos agradecimentos? Como se agradece tanta gente em tantos lugares quando se equilibram tantos e tantos pratos? Foram dois anos e meio de dedicação a essa pesquisa iniciada em meio à pandemia. Mas foram quase dez anos nessa trajetória de tornar-me antropóloga. A lista é, por isso, longa e falha, composta por muitas pessoas em diferentes instituições públicas e família, como instituição particular. Agradeço:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – agradeço a concessão de auxílios financeiros fundamentais para o trabalho de campo e participação em eventos. Agradeço ao PPGAS da UFSCar pelos editais para uso deste recurso no programa, em especial a Jorge e Kike, que generosamente cederam suas partes para uso discente.

Às professoras e aos professores do PPGAS, agradeço pela formação de excelência, especialmente ao Jorge Mattar Villela, Geraldo Andrello, Luiz Henrique Toledo (Kike), Catarina Morawska Vianna e Clarice Cohn, cujos cursos frequentei. A Eduardo Corrêa pelo excelente trabalho na secretaria do programa. Sou grata também pelo tempo como Representante Discente que me colocou em reuniões de CPG. Este movimento de estranhar o familiar em contextos burocráticos certamente foi das experiências mais interessantes.

À Catarina, coordenadora durante o período que estive mais próxima, minha admiração pelo empenho, dedicação e coragem na tomada de decisões importantes para o rumo do programa, além da minha gratidão pelas oportunidades na Comunicação do PPGAS.

Ainda à Catarina e à Luena Pereira, agradeço por aceitarem compor minha banca de qualificação. Uma honra ter a leitura atenta e generosa de uma banca formada por antropólogas. Sou grata aos comentários perspicazes e sugestões que aprimoraram este trabalho. À Luena, foi uma imensa satisfação conhecê-la em Niterói!

Agradeço também à Luena e a Marcelo Bittencourt por aceitarem o convite para participar da banca de defesa desta dissertação e por buscarem disponibilidade em suas agendas num período não tão convencional. É uma espécie de bênção contar com nossos referenciais teóricos como parte da banca! Ao Frederico e Aramis, agradeço por aceitarem estar como suplentes.

Aos Professores e Professoras que me aceitaram em suas disciplinas como estudante especial e contribuíram com minha formação: Christian Dunker e Clarice Paulon, USP/IP. Da UNESP, Ana Lúcia Castro, João Carlos Soares Zuin e Renata Paoliello. Da UNICAMP/IFCH à Laura Lowenkron e Hugo Soares, pelas aulas e conselhos anteriores ao ingresso no mestrado, lá pelas alturas de 2015 ou 2016. Agradeço Ana Flávia Badue pelo minicurso sobre escrita de projetos, mas especialmente pela disponibilidade e inspiração.

Às companheiras e companheiro da nossa pequena turma de mestrado de 2021, Cílea Santos Lima, Fatumata Djarai Baldé, Mateus Rodrigues e Tainá Souza Santos. Pelas trocas e compartilhamento de ansiedades, dúvidas e desesperos. Ainda que distantes, me fizeram sentir no mestrado. Ao Mateus, agradeço por escrevermos juntos quando nos sentimos perdidos, pelas conversas começadas, largadas e retomadas de modos tão arbitrários e leves.

Ainda, às/os integrantes do Iterares, onde esbocei os primeiros rascunhos dessa pesquisa em 2018; em especial à Luísa Tui, que me cedeu livros e me acompanhou no bandeirão da Unicamp, e a Frederico, por ter aceitado participar da banca de defesa.

Aos colegas dos GTs sobre África, Paulo Müller, Luena Pereira, Fanny Longa Romera, Livio Sansone, Sara Morais, Gábor Basch e tantos outros, pelos comentários perspicazes e por proporcionarem trocas tão ricas que me fizeram decidir por engajar um projeto de doutorado.

Ao Prof. Ricardo Roque, por me aceitar como mestranda visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Às servidoras e aos servidores da Biblioteca Nacional de Portugal, especial à Zilda. Ao eficiente International Institute of Social History, de Amsterdam, representado pela Sra. Andrea Gálová, pelo envio da obra de Nito.

Jorge e Verônica, da Associação 27 de Maio, agradeço pela tarde de conversa, pela generosidade e por partilharem tanto! Aquele momento mudou a forma como passei a olhar para este trabalho. Gratidão pela resistência e resiliência em contar histórias a contrapelo.

Da UNICAMP, agradeço ao Prof. Luis Alberto Magna, que me incentivou a descobrir algo que verdadeiramente me encantasse. Eduardo Nadai, Silvio de Souza e Lilian Fontan, sou grata pelas tantas ajudas com burocracias e sistemas. À Tânia Soares, por me aceitar em suas aulas de francês no CEL. À turma de Alemão e à Sina, do CPL, que pacientemente ouviram meus relatos nos momentos finais de escrita da dissertação.

Ao Prof. Ivan Toro, pela maneira serena e dedicada de conduzir os assuntos enquanto Pró-Reitor e chefe. Aos meus colegas da PRG, agradeço pelos arranjos no dia-a-dia, por ouvirem planejamentos, ideias, angústias, desabafos e conquistas: Ana Paula Missio, pelos 10 anos sendo a melhor colega de trabalho da vida; Ketilin Magoga, pela paciência de dividir a sala e embarcar nos meus momentos mega aleatórios; e Daniel Sevillano, pelas confabulações conspiratórias sobre a administração universitária. À Georgia Martins e Carla Oliveira, agradeço pela escrita conjunta que fez reconhecer-me antropóloga pela primeira vez. À Georgia, também, por dividirmos os anseios dessa vida de mestrandas, trabalhadoras, ATs, tudo essas conquistas meio que ao mesmo tempo juntas – que bom!

Às minhas amigas sempre amadas a quem me fiz bastante ausente, sou grata pelas (escassas) conversas descontraídas, boas comidas, risadas e alentos: Karina Martinelli, Débora Evelyn, Rosyane Ito e minhas “Lulus” – Evelyn Magioli, Patrícia Ferreira e Tatiana de Barros – e, claro, Davi e Aninha, nossas crianças. Aos queridos Fernanda Lins, Ângelo e Tuca Callegari, espero retomarmos os almoços que não comemoram nada, mas celebram a amizade. À Thais Barbi, pela paciência em explicar memes que não aprendo e pelas conversas altamente randômicas, da política brasileira à melhor forma de arrumar a geladeira.

À minha irmã, Natália, meu pai, Otávio, ao meu cunhado, William, tia Nicinha e tio Adecir. Por completarem o sentido de família. Agradeço às memórias e às saudades: de minha avó, Dosolina, e de Pandora, minha “cã” amora.

Sou grata ao (pelo) meu companheiro, Wagner, por permitir as obsessões, por (nem sempre) relevar as ausências, a falta de paciência e a chatice; pela companhia tão reconfortante, por topar algumas de minhas ideias malucas, por sempre me apoiar e acreditar em mim – é um privilégio dividir a vida contigo!

Agradeço à minha mãe, Neusa. O clichê que só é possível entender uma mãe quando nos tornamos uma. Obrigada pela dedicação e pelo amor... por ser filha, mãe e avó de maneira tão humana, não isenta de erros: eu sempre soube que poderia errar e estaria tudo bem. Tenho sempre o porto mais seguro e compreensivo, aprendi com sua resiliência e pragmatismo que me faltam tantas vezes. Falta vida para retribuir tudo!

Ao meu filho Dan, que não entende exatamente o que tanto eu faço, mas que torce pelos projetos, celebra as conquistas e acredita em mim... É bem difícil elaborar o que se vive e

se aprende com um filho – muito mais do que se ensina. Espero ser exemplo e inspiração. Sou feliz pelos arranjos inusitados para encaixá-lo no meio dessa jornada de desempenhar vários papéis e engolir o mundo. Não poderia passar por essa vida sem experienciar um amor e uma parceria tão genuínos!

Por fim, se olho para trajetórias, gosto de lembrar desta história... Em 2014, eu subi pela primeira vez as escadas do IFCH / Unicamp para encontrar uma professora que assinaria um pedido de autorização para cursar sua disciplina como estudante especial. Ela acabara de voltar de Angola e eu me lembro de pensar “uau, Angola”. Eu era uma jovem de 20 e poucos cheia de certezas – que foram reviradas. Quase dez anos depois, estou aqui, defendendo minha dissertação e me tornando (oficialmente) antropóloga. Desde aquele dia e até hoje, agradeço à minha orientadora, de mestrado e além, Iracema Dulley. Sou grata por nossas conversas, pelos chás e estadias, pelos livros e textos trocados, pelas leituras muito atentas e sempre cirúrgicas. Pela amizade, pela generosidade, pela orientação e compreensão, por sempre me motivar e me apoiar, por me trazer não só Angola, mas meu encantamento pela antropologia. Impossível conceber outra pessoa que pudesse orientar essa pesquisa. Vale lembrar da máxima: são delas os méritos, e meus quaisquer eventuais desvios.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

A partir da análise de fontes históricas, proponho o estudo da trajetória de Nito Alves para compreender sua virada de posicionalidade em Angola – de herói da libertação nacional a inimigo de Estado. Negro, pertencente à ampla camada de *novos assimilados* angolanos, Nito Alves juntou-se às lutas anticoloniais pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1966, tendo participado das guerrilhas na 1ª Região Político Militar, zona de grande complexidade militar, o que contribui para reverberar os feitos de seus quadros, incluindo Nito, alçando-os como heróis, enquanto muitos dos líderes do MPLA estavam no exílio. O guerrilheiro aproximou-se de Agostinho Neto, então presidente do movimento e, com a independência de Angola em 1975, ocupou o cargo de Ministro da Administração Interna. Na medida em que o governo se constituía à luz de antigas e novas controvérsias, vindas sobretudo do colonialismo, do contexto da Guerra Fria e da guerra civil iniciada contra a UNITA, apoiada pelos EUA, evidenciaram-se também disputas internas por projetos políticos distintos de nação: de um lado, Nito e uma rede de aliados provenientes de camadas mais pobres e/ou marxistas, os nitistas; do outro, uma ala do MPLA representada por membros da antiga elite angolana. Acusado de fraccionismo e expulso do partido em 21 de maio de 1977, Nito foi responsabilizado por uma suposta tentativa de golpe de estado que eclodiu logo depois, em 27 de Maio do mesmo ano, na esteira do qual seguiu-se a purga de correntes divergentes no seio do MPLA, violenta repressão social, com silenciamento e censura impostos pelo Estado, com número estimado de mortos entre 8 e 30 mil, além da ascensão da ala pragmatista do partido como os legítimos dirigentes do país. Assim, etnografo a produção de categorias nas disputas discursivas do período, em especial acusações, atentando sobretudo para as assimetrias das relações de poder. Busco entender como essas enunciações foram capazes de alçar Nito às posições antagônicas de herói e inimigo e analiso como tais processos foram articulados por cada uma das partes para a construção das narrativas (oficial e contraoficial) no pós-independência angolano, que reverberam ainda hoje. À guisa de conclusão, reflito sobre o fazer e o refazer da história em Angola e as disputas sobre as memórias, os silêncios e os esquecimentos, pensando nos efeitos dos passados nos presentes e pontuar que os desdobramentos do 27 de Maio marcam a iteração da disputa iniciada antes de 1977. Argumento que em sua iteração, as disputas se atualizam, não mais em torno das concepções ideológicas e disputas políticas que marcaram o contexto em que se deu o 27 de Maio, mas da (re)construção da memória das vítimas e das posicionalidades que hoje ocupam no contexto angolano.

Palavras-chave: Angola; MPLA; nitismo; pós-independência; colonialismo e pós-colonialismo.

ABSTRACT

Based on the analysis of historical sources, I propose a study of Nito Alves' trajectory to understand the turn of his positionality in Angola – from hero of national struggle to enemy of the State. Black man, belonging to the broad layer of *newly assimilated* Angolans, Nito Alves joined the anti-colonial struggles of the Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) in 1966, he participated in the guerrillas in the 1st Military Political Region, an area of great military complexity, which contributed to reverberating the achievements of its members, including Nito, and elevated them as heroes, while many of the MPLA leaders were in exile. He became close to Agostinho Neto, then president of the movement. After Angola's independence in 1975, Nito held the position of Minister of Internal Administration. As the new government was constituted in the light of old and new controversies, arising mainly from colonialism, the context of the Cold War and the civil war initiated against UNITA, which were supported by the USA, the MPLA suffered with many internal disputes over different political projects of nation: on the one hand, Nito and a network of allies from poorer classes and/or Marxists, the nitistas; on the other, a wing of the MPLA represented by members of the former Angolan elite. Accused of fractionalism and expelled from the party on May 21, 1977, Nito was accused of being responsible for an alleged attempted coup d'état that broke out soon after, on May 27 of the same year. The coup was followed by a purge of divergent thoughts within the MPLA, besides of violent social repression, with silencing and censorship imposed by the State. There is an estimated number of deaths between 8 and 30 thousand, in addition to the rise of the pragmatist wing of the party as the legitimate leaders of the country. Thus, I ethnograph the production of categories in the discursive disputes of the period, especially accusations, paying particular attention to the asymmetries of power relations. I seek to understand how these statements were able to elevate Nito to the antagonistic positions of hero and enemy and I analyze how such processes were articulated by each party to construct narratives (official and counter-official) in post-independent Angola, which still reverberate today. By way of conclusion, I reflect on the making and remaking of history in Angola and the disputes over memories, silences and forgetfulness, thinking about the effects of the past on the present and pointing out that the developments of the 27th of May mark the iteration of the dispute started before 1977. I argue that in its iteration, the disputes are updated, no longer around the ideological conceptions and political disputes that marked the context in which the 27th of May took place, but the (re)construction of the memory of the victims and of the positions they currently occupy in the Angolan context.

Keywords: Angola; MPLA; nitism; colonialism and post-colonialism; post-independence

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO - Uma empreitada antropológica

Notas iniciais sobre a pesquisa.....	20
Convenções da escrita.....	21

INTRODUÇÃO - O leitor pode não conhecer Angola

CAPÍTULO 1.....	23
1.1. Iterações recentes do 27 de Maio de 1977.....	23
1.2. Perspectivas teóricas antecedentes.....	32
1.3. Descobrir Angola.....	33
1.4. Sobre etnografar trajetórias e formas de nomear: Nito Alves.....	36
1.5. Estrutura do trabalho.....	42

QUESTÕES CONCEITUAIS - Pressupostos teóricos e aspectos metodológicos

CAPÍTULO 2.....	45
2.1. Pode o arquivo falar?.....	45
2.1.1. Notas sobre a caçada em arquivos.....	46
2.2. Documentos como campo etnográfico: falando das fontes.....	51
2.2.1. As fontes que situam: historicização e formação social.....	54
2.2.2. As fontes que falam: MPLA, Nito e o 27 de Maio.....	56
2.2.3. As fontes que revisitam: reportagens atuais.....	57
2.3. Das surpresas do campo.....	59
2.3.1. Recortes do diário de campo: quando o campo encontra teorias.....	60

PARTE I - Classificações e resistências em Angola

CAPÍTULO 3.....	65
3.1. Notas sobre a sociedade angolana colonial.....	65
3.2. O mundo que o português classificou.....	70
3.3. Elites, entre assimilações e contestações.....	75
3.3.1. Entre criouldade e angolanidade: Luanda e os antigos assimilados.....	75
3.3.2. Elites portadoras do estatuto: os novos assimilados.....	79
3.3.3. Início das contestações: elites, palavras e movimentações.....	83
3.4. Os movimentos de Libertação.....	88
3.4.1. Do Norte de Angola à Frente Nacional: a FNLA.....	89
3.4.2. Luanda, o MPLA e a unidade na diversidade.....	90
3.4.3. Da cisão à União: a UNITA, os planaltos e a base ovimbundu.....	91

3.5. O ‘Povo’, em maiúscula.....	94
----------------------------------	----

PARTE II - MPLA: um amplo movimento controverso

CAPÍTULO 4.....	96
4.1. Entre literatos e militantes.....	96
4.2. Apropriar-se das vanguardas.....	98
4.3. Luta armada: as regiões político-militares e o exterior.....	103
4.3.1. MPLA “do exterior”.....	108
4.4. As dissidências do MPLA (ou de Agostinho Neto).....	110
4.4.1. Fundação x Legitimação: Viriato da Cruz e Agostinho Neto.....	112
4.4.2. Daniel Chipenda e a Frente Leste.....	114
4.4.3. Frente Norte: intelectuais e guerrilheiros.....	115
4.4.4. A Revolta Activa.....	116
4.5. As vitórias de Agostinho Neto.....	118
4.5.1. A Conferência Inter-Regional (de Neto).....	119
4.5.2. Um certo Nito Alves.....	120
4.6. Dos cravos à independência: (não) acordos e a proclamação.....	123
4.7. Apoio dos cubanos.....	127
4.8. Diversidade na unidade: o(s) MPLA(s) como governo.....	129

PARTE III - Nito Alves, o herói inimigo

CAPÍTULO 5.....	134
5.1. Os feitos de Nito Alves: a trajetória do herói e das categorias.....	134
5.1.1. A Primeira Região Político Militar: regionalidade como categoria.....	138
5.1.2. Abafando a extrema-esquerda: ideologia como categoria.....	139
5.1.3. O polêmico Poder Popular: classe como categoria.....	143
5.1.4. Os brancos não varrem as ruas: raça como categoria.....	144
5.2. Comissão sem Inquérito: fraccionismo como categoria central.....	148
5.3. Nitismo para além de Nito.....	152
5.3.1. Zé Van-Dúnem.....	152
5.3.2. Sita Valles.....	153
5.3.3. Outras figuras nitistas.....	153
5.4. O 27 de Maio: golpe ou insurreição?.....	156
5.4.1. Depois do 27: a exceção e a Comissão das Lágrimas.....	160
5.4.2. Ecos do 27 de Maio.....	162
5.4.3. De presidente da Comissão de Inquérito à Presidência de Angola.....	164

<u>PARTE IV - Acusações: quem pode falar o quê?</u>	
CAPÍTULO 6.....	167
6.1. De onde se fala? Notas sobre habitus e posições sociais.....	167
6.2. Campanhas acusatórias.....	172
6.2.1. Redes nitistas.....	177
CAPÍTULO 7.....	181
7.1. Treze teses e sem número de acusações.....	181
7.1.1. O herói da 1ª RPM e outras continuidades.....	184
7.1.2. Sobre o MPLA e sua cúpula.....	213
7.2. A informação do Bureau Político.....	238
7.2.1. O ‘Povo’ e seu outro: o grupo fraccionista.....	238
7.2.2. Os dois MPLAs: legitimação e corrupção.....	247
7.2.3. O 27 de Maio e seus desdobramentos.....	253
7.3. Categorias e(m) disputas.....	260
7.3.1. Categorias, representação e diferença.....	262
7.3.2. Das lideranças e dos inimigos.....	267
7.4. Acusações: poder e produção na/da linguagem.....	269
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS: Silêncios, ecos e iterações</u>	
Silêncios, ecos e iterações no (re)fazer da história.....	277
BIBLIOGRAFIA	282

ÍNDICE DE IMAGENS

- Figura 1:** Mapa de Angola e sua posição no continente africano. 33
- Figura 2:** Mapa de Cabinda e sua posição com relação a Angola. Fonte: Buta et al. apud PEREDA; JORGINA; VUEBA, 2021, p. 33. 34
- Figura 3:** Floresta do Mayombe, cortando o enclave de Cabinda. Fonte: Buta et al. apud PEREDA; JORGINA; VUEBA, 2021, p. 33. 34
- Figura 4:** Sites de a) Portal Português de Arquivos (PPA); b) Arquivo de História Social (AHS); e c) Associação Tchiweka de Documentação (ATD). Fonte: print das telas. 52
- Figura 5:** As obras (físicas) de Nito Alves que pude reunir (foto pessoal). 54
- Figura 6:** Fotos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), de meu cartão de acesso e de pedidos. 60
- Figura 7:** Iko Carreira, “La situation militaire”. In: MPLA informations. Agosto, 1971b. Editado por: Mouvement Populaire de Libération de l'Angola – Département d'Information et Propagande – DIP. Argel. Fonte: Arquivo de História Social (AHS) - Lisboa / online. 104
- Figura 8:** Mapa das Regiões Político-Militares do MPLA em Angola no período das guerras anticoloniais. Fonte: MARQUES, 2012, p. 12. 105
- Figura 9:** 1ª Região Político-Militar do MPLA. Fonte: MATEUS; MATEUS, 2007, p. 46. 106
- Figura 10:** Mapa da Frente Leste. Fonte: MPLA, 1967. Vitória ou Morte. Número especial do 4 de Fevereiro de 1967. Brazzaville, Órgão de Informação e Combate do M.P.L.A., 1967, p.5. 107
- Figura 11:** composição do Governo de Transição de Angola, conforme Acordo de Alvor, de 1975. Disponível em: Blog Recordações da Casa Amarela, disponível em: <<http://recordacoescasamarela.blogspot.com/2010/11/governo-de-transicao-de-angola-janeiro.html>> - Acesso em: 08 jun 2023. 124
- Figura 12:** Primeiro Governo do MPLA em Angola no pós-independência. 1. Lopo do Nascimento (Primeiro Ministro) | 2. Nito Alves (Ministro da Administração Interna) | 3. António Jacinto (Ministro da Cultura) | 4. Lopes Texeira (Ministro da Educação) | 5. Bento Ribeiro “Cabulo” (Ministro da Indústria) | 6. Iko Carreira (Ministro da Defesa) | 7. Mário de Almeida (Ministro da Saúde) | 8. José Eduardo dos Santos (Ministro das Relações Exteriores) | 9. Carlos Rocha “Dilolwa” (Ministro da Economia) | 10. David Aires Machado “Minerva” (Ministro do Trabalho) | 11. Benvindo Pitra (Ministro das Pescas) | 12. Victor de Carvalho (Governador do Banco Nacional de Angola - BNA) | 13. Diógenes Boavida (Ministro da Justiça) | 14. Saydi Mingas (Ministro das Finanças) | 15. Carlos Fernandes (Secretário de Estado da Agricultura). Fonte: Facebook do Portal Xaa. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/XeAgoraAguenta/posts/783023835369100/?wtsid=rdr_0auQhsjEICJIZV23B> - Acesso em 08 jun 2023. 129

Figura 13: Capa da edição 14799 do Diário de Luanda, de 5 de julho de 1976. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação. Disponível em: <<https://www.tchiweka.org/biblioteca/pp-02522006>> - Acesso em: 15 out. 2023. **144**

Figura 14: Locais das atividades do dia 27 de Maio. Fonte: MARQUES, 2012, p. 80. **157**

Figura 15: Caricatura de Nito Alves no Jornal de Angola, Ano 2, nº 778, de 21/06/1977. Fonte: MATEUS; MATEUS, 2007, p. 77. **175**

Figura 16: Jornal de Angola, edição do dia 21 de Maio de 1977, Resolução do afastamento de Nito Alves e Zé Van-Dúnem. Fonte: Jornal de Angola online, edição de 27 de Maio de 2019. <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/sequencia-cronologica-do-27-de-maio/>> - Acesso em 19 abr 2023. **176**

Figuras 17 e 18: Jornal de Angola, edição de 28 de Maio de 1977. Fonte: Blog Quitexe <<https://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/97257.html>> - Acesso em 19 abr 2023. **176**

Figura 19: Manchetes do Jornal de Angola após o 27 de Maio. Fontes: Quitexe <<https://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/97291.html>> - Acesso em 19 abr 2023, Esquerda.net <<https://www.esquerda.net/dossier/duas-revolucoes-de-sita-valles/48810>> - Acesso 19 abr 2023. **177**

Figura 20: Discurso de Nito Alves no Diário de Luanda, edição 30 de março de 1976. Fonte: Casa Comum. **178**

ANEXOS

Anexo 1. Folha 8. 22/11/2014, A víbora de cabeça ao contrário **293**

Anexo 2. Jornal de Angola, 21/05/1977 - Pronunciamento de Agostinho Neto - saída de Nito Alves e Zé Van-Dúnem **295**

Anexo 3. Jornal de Angola, 28/05/1977 - Não haverá perdão nem tolerância **296**

Anexo 4. Poema “Direito à defesa”. Memórias da longa resistência popular (BAPTISTA, 1976b), pp. 109-111. **297**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHS Arquivo de História Social

ATD Associação Tchiweka de Documentação

BNP Biblioteca Nacional de Portugal

CAC Comités Amílcar Cabral

CEA Centro de Estudos Africanos

CEI Casa dos Estudantes do Império

CIA Central Intelligence Agency [Agência Central de Inteligência]

CIR Centro de Instrução Revolucionária

CIRM Conferência Inter-Regional de Militantes

CIVICOP Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos

COTONANG Companhia Geral dos Algodões de Angola

COP Curso de Orientação Política

CPB Comissões Populares de Bairro

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRL Comité Regional de Luanda

DGS Direção-Geral de Segurança

DISA Direção de Informação e Segurança de Angola

DIP Departamento de Informação e Propaganda

DOM Departamento de Organização de Massas

DOP Departamento de Orientação Política

EUA Estados Unidos da América

FAA Forças Armadas Angolanas

FAAN Fundação Dr. António Agostinho Neto

FAPLA Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FDLA Frente Democrática de Libertação de Angola

FLN Front de Libération National

FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola

FUJA Frente Unida da Juventude de Angola

JES José Eduardo dos Santos

JMPLA Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

LNA Liga Nacional Africana

M-26-7 Movimento 26 de Julho

MAC Movimento Anticolonialista

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho

MRPP Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCA Organização Comunista de Angola

OMA Organização da Mulher Angolana

OUA Organização da Unidade Africana

PPA Portal Português de Arquivos

PCA Partido Comunista Angolano

PCP Partido Comunista Português

PCUS Partido Comunista da União Soviética

PDA Partido Democrático de Angola

PIDE Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUAA Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

PRD Partido Renovador Democrático

RPA República Popular de Angola

RPM Região Político-Militar

SIC Serviço de Investigação Criminal

TPA Televisão Popular de Angola

UA União Africana

UEA União dos Escritores Angolanos

UEC União dos Estudantes Comunistas

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTA União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

UPA União das Populações de Angola

UPNA União das Populações do Norte de Angola

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

APRESENTAÇÃO

Uma empreitada antropológica

*“O que o pesquisador de campo inventa, portanto, é seu próprio entendimento: as analogias que ele cria são extensões de suas próprias noções e daquelas de sua cultura, transformadas por suas experiências da situação de campo.”
(WAGNER, 2017, p. 40).*

Notas iniciais sobre a pesquisa

Na primeira defesa deste projeto, ainda na banca de seleção de mestrado, veio também a questão que me assombrou durante todo este tempo da pesquisa: o que este projeto tem de antropológico? Não lembro exatamente minha resposta àquela pergunta provocadora, mecanismo de defesa eficaz este da mente, de apagar em vez de ficar retomando todas as possibilidades que poderiam ter sido articuladas e não foram. Ora, ele poderia ser de fato (quase) qualquer coisa. Talvez não um projeto arquitetônico, de engenharia, tampouco um modelo inovador de avaliações na educação. Mas poderia ser um trabalho histórico. Uma empreitada sociológica. Filosófica. Forçando um pouquinho, poderia ir para a psicanálise ou para a linguística... Não estava claro quais caminhos eu seguiria – e eu tinha muitas intenções.

Mas eu escolhi que este seria um projeto antropológico e graças a vários professores, posso dizer que ele é antropológico porque tem método. Tem teoria, claro – aqui vou revelar que foi meu encanto pela teoria que me levou à e me manteve na antropologia, mais do que meu prazer em ler boas etnografias. Mas este trabalho não é teórico. Não só. Estabelecer como campo de observação e interlocução o arquivo, o texto e os documentos exigiu teoria e métodos imanentemente antropológicos; reconhecê-los como meu material empírico levou um tempo.

Enquanto lia documentos, discursos, notícias, concordava ou discordava, queria ouvir mais. Queria dizer coisas, perguntar. Por que certos comentários surgiam em alguns contextos e em outros não? Quem pode falar? Quem é essa pessoa que aparece citada agora num terceiro relato? Eu (me) perguntava. Anotava nas laterais dos livros. Nos papeis impressos. Obviamente, compilar essas anotações mostrou-se árduo e contraproducente já no segundo livro, mas este foi um hábito que me acompanhou ao longo de toda essa pesquisa.

Fui atrás de um caderninho pra começar a traçar mapa de Angola, localizar lugares, anotar relações – quem estava ligado a quem e como?, indexar categorias. Esbocei até uma certa “cartografia” do MPLA... Tenho um diário de campo, como demorei a perceber isso! Este trabalho, eventualmente, tensiona a relação entre antropologia e história. Mas este trabalho é uma etnografia; é minha empreitada antropológica.

Convenções da escrita

Todas as traduções são minhas;

As obras traduzidas utilizadas estão devidamente referenciadas na bibliografia;

Itálicos são nomes de obras, eventuais palavras em outro idioma e destaques meus a termos e palavras específicas;

Aspas simples são categorias êmicas, presentes em discursos, conversas ou artigos;

Aspas duplas são citações;

Os artigos e os plurais foram mantidos no masculino: como bem analisado por Margarida Paredes (2014), a libertação de Angola não foi feita apenas por homens; meu recorte, no entanto, refere-se a sujeitos bastante específicos, razão pela qual não me senti desconfortável em fazer uso da norma convencional.

INTRODUÇÃO

O leitor pode não conhecer Angola

“Se perguntar como tudo começa nenhuma voz responde dado que não falam do passado ou no caso de falarem do passado usam uma linguagem que me escapa, confundindo a vida que me pertence com a vida dos outros, qual destas julgo ser eu no meio de centenas de pessoas que não cessam de incomodar-me exigindo que as oiça, aproximam-se-me do ouvido, pegam-se no braço, empurram-me, surge uma cara e logo outra se sobrepõe discursando por seu turno, às vezes não discursos, segredos, confidências, perguntas”

(ANTUNES, 2011, p.67).

CAPÍTULO 1

1.1. Iterações recentes do 27 de Maio de 1977

Angola. 27 de maio de 1977. Tentativa de golpe de estado. O principal acusado da insurreição foi Nito Alves, ex-guerrilheiro da Primeira Região Político-Militar (RPM) na luta anticolonial, ex-Ministro da Administração Interna do primeiro governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apadrinhado por Agostinho Neto, presidente do movimento, em 1974 quando de sua participação no Congresso de Lusaka, onde Nito defendeu Neto. Foi afastado de suas funções em 1976 porque estaria encabeçando uma dissidência (‘fraccionista’) no interior do MPLA, partido que chegou ao poder após a independência do país em 11 de novembro de 1975.

Os acontecimentos relacionados ao 27 de Maio estão envoltos em controvérsias desde aquela época. Primeiro, pela repressão severa por parte do MPLA durante e após a data. Ainda pelo relatório nunca divulgado da Comissão de Inquérito, conduzida por José Eduardo dos Santos (JES), na época Ministro das Relações Exteriores e posteriormente presidente de Angola no período de 1979 a 2017. Por fim, pela articulação da imagem de Nito Alves como mártir defensor de ideais revolucionários justos.

Com a morte de Agostinho Neto, em 20 de setembro de 1979, JES foi eleito secretário-geral do MPLA e assumiu o cargo de Presidente de Angola e de Comandante-Chefe das Forças Armadas Angolanas (FAA). Como dito, o teor do relatório produzido pela Comissão nunca foi conhecido, mas suposições sobre as posições de dos Santos, que variam entre uma provável absolvição de Nito Alves por fraccionismo por falta de provas ou ainda que JES teria sido a favor de Nito Alves e seus aliados, colocam-no como figura enigmática e figuram entre as iterações posteriores ao 27 de Maio.

A versão do MPLA divide a autoria dos fatos. Nito Alves estaria em posição proeminente em decorrência de seu papel no governo e de seu aparente prestígio e circulação junto de Agostinho Neto, mas o episódio teria sido articulado por Zé Van-Dúnem, ex-presos político do campo de São Nicolau, oriundo de uma tradicional família angolana (MPLA, 1977), e Sita Valles (CARREIRA, 1996), de Goa, médica e militante do Partido Comunista Português (PCP).

Por outro lado, segundo a versão nitista, a trama foi conjurada por meses, com participação de figuras notáveis do MPLA, meios de comunicação e dirigentes de instituições estatais, como a própria DISA – Direção de Informação e Segurança de Angola (REIS, 2017); também aponta para a grande habilidade de Nito como mobilizador entre militantes do MPLA nas cidades, tendo ainda Sita Valles à frente do Secretariado Nacional do Departamento de Organização de Massas (DOM / Nacional); Nito ainda destacou-se entre as massas por liderar a implementação de comissários provinciais para administração descentralizada e os órgãos previstos na lei do poder popular, de sua responsabilidade, que criou organismos de gestão a nível das populações nos bairros.

As versões divergem, sobretudo, quanto à extensão da adesão da população aos discursos e às atividades do dia 27, e na autoria do assassinato de altos dirigentes do MPLA, encontrados carbonizados num bairro de forte influência dos nitistas, o Sambizanga. Este conjunto de narrativas e eventos é importante para a compreensão do episódio no contexto determinante para a legitimação do MPLA no governo do país e para entender as posições que hoje disputam diferentes narrativas sobre o 27.

O número de vítimas do episódio é oficialmente desconhecido, mas há estatísticas que variam entre oito e trinta mil angolanos (PAWSON, 2014). Como efeito da repressão ao 27 de Maio, que incluiu purgas, desaparecimentos, prisões e até massacres, Pawson (2014) argumenta que se instaurou um tabu que impediu a abordagem do tema em Angola e que persistiu até bastante recentemente, inclusive entre jornalistas da esquerda política: “ou eles não escreveram sobre o ‘vinte sete’, ou, se o fizeram, como Basil Davidson, contaram apenas a história do ponto de vista oficial do MPLA” (PAWSON, 2014, p.42). Entre a população, houve um afastamento das discussões políticas.

É importante salientar, ainda, as outras memórias que continuaram sendo construídas no sentido de recuperar informações sobre as vítimas e contar a história do 27 de Maio. Destaco aqui a criação de associações voltadas para reunir sobreviventes, familiares e simpatizantes dos envolvidos, que organizam celebrações alternativas ao silêncio do MPLA – cartas abertas, almoços e protestos online – reivindicando o estabelecimento de uma entidade independente que viabilize a investigação histórica, o recenseamento dos cidadãos detidos, presos e executados, a indenização dos lesados e a construção de um memorial, portanto de um lugar de memória por excelência, que garanta que a violência não seja repetida.

Nesse contexto, destaco a Associação 27 de Maio, fundada em 12 de maio de 2005, em Portugal, por um conjunto de sobreviventes, da qual também fazem parte familiares de vítimas e de desaparecidos e seus amigos. A Associação tem por fim “contribuir para a investigação, esclarecimento e divulgação dos acontecimentos de 27 de Maio [...] e para a promoção da intervenção da sociedade civil em matéria de solidariedade social”¹. Já a Associação M27 foi criada em janeiro de 2018 e dela fazem parte 15 membros, dentre eles João Van-Dúnem, filho de Sita Valles e Zé Van-Dúnem (que serão apresentados adiante), além de outros órfãos dos acontecimentos, que elaboraram e enviaram em 2017 uma carta a JES, a qual permanece sem respostas.

Essas duas associações sediadas em Lisboa, que eventualmente se unem e assinam conjuntamente como ‘Plataforma 27 de Maio’, fomentaram e pulverizaram publicações literárias ao longo da última década, com lançamento em Portugal, principalmente, mas também em Angola e outros países. Essas publicações contemplam sobretudo literatura de testemunho, que aparecerão diversas vezes ao longo deste trabalho.

Há, ainda, a Fundação 27 de Maio, com sede em Luanda, presidida pelo general Silva Mateus, também sobrevivente e prisioneiro do 27 de Maio, que junto de outros presos políticos, se envolveu na criação de um partido político quando da implementação do multipartidarismo em Angola. Tratava-se do Partido Renovador Democrático (PRD), que, nas palavras de Marques (2012), foi formado por “defensores de uma memória do nitismo como alternativa política” (MARQUES, 2012, p. 109). Silva Mateus e outros membros romperam com o partido por divergências ideológicas e então criaram a Fundação 27 de Maio, no ano de 2001.

Em 2017, JES afastou-se da presidência após 38 anos no poder. Em agosto, João Lourenço foi eleito Presidente de Angola pelo MPLA e em setembro do mesmo ano foi empossado. Em 2018, o presidente reconheceu excessos por parte do Estado à época do 27 de Maio. A manifestação foi feita em algumas ocasiões ao longo do ano, inclusive na visita oficial do chefe de Estado a Portugal em novembro daquele ano. Olhar para as vítimas do 27 de Maio estava inserido no plano de médio prazo para os Direitos Humanos para o período de 2018 a 2022, elaborado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Na época, a Associação M27 recebeu com boas expectativas a vontade demonstrada pelo Presidente de

¹ Conforme o site da Associação. Disponível em <<https://27maio.com/quem-somos/>>. Acesso em 18 abr 2023.

Angola em tratar desse assunto.²

Na esteira desses acontecimentos, em abril de 2019, um Decreto Presidencial instituiu a Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP). O objetivo da CIVICOP é elaborar um plano geral e dar encaminhamentos às tratativas referentes às reparações e homenagens às vítimas dos conflitos políticos no país no período compreendido entre 11 de novembro de 1975 e 4 de abril de 2002, ou seja, da independência ao fim da guerra civil, passando, portanto, pelo 27 de Maio.

A repercussão da criação da CIVICOP perante as associações foi ambígua. Primeiro porque houve uma disputa por seus lugares nesse contexto de possível reconciliação perante o MPLA. Enquanto a Fundação 27 de Maio reivindicou desde o início a participação no processo instaurado pelo MPLA, as associações que estavam fora de Angola reuniram-se através da Plataforma 27 de Maio para reivindicar que os trabalhos fossem feitos no âmbito de uma Comissão da Verdade, em consonância com os mecanismos e objetivos da justiça transicional, da União Africana³ (UA).

Em março de 2021, após explicitar os pontos que julgavam fundamentais no âmbito da CIVICOP, as associações reunidas na Plataforma 27 de Maio decidiram suspender sua participação nos trabalhos da CIVICOP e não “continuar a participar neste simulacro de Reconciliação”.⁴ Em maio daquele ano, a CIVICOP marcou para o dia 27 a “Homenagem às Vítimas dos Conflitos Políticos”, referida pela Plataforma 27 de Maio como “encenação”.

A Associação 27 de Maio e o Grupo Sobreviventes do 27 de Maio, membros da

² Reportagem disponível em

<<https://www.dw.com/pt-002/associa%C3%A7%C3%A3o-m27-sa%C3%BAda-palavras-de-presidente-de-angola-sobre-caso-27-de-maio/a-46508525>>. Acesso em 18 abr 2023.

³ Conforme o documento *Política de Justiça Transicional* da UA: “1) Mecanismos: reconhecimento da responsabilidade e o sofrimento das vítimas; demonstração de arrependimento; pedidos de perdão; pagamento de compensação ou reparação; reconciliação. 2) Objetivos: analisar e documentar os padrões de violação dos Direitos Humanos ao longo do tempo; proporcionar um ambiente seguro e de apoio às vítimas na altura em que tiverem de prestar testemunho sobre as violações de que foram alvo; proporcionar uma oportunidade aos perpetradores de: romperem com o passado; confessarem e reflectirem sobre as violações que cometeram; e se reintegrarem na sociedade; contribuir para a justiça e responsabilização, revelando a verdade sobre o passado, e fornecendo ao país uma narrativa colectiva sobre a verdade; proporcionar aos governos uma oportunidade para sublinhar o seu afastamento do historial de violações dos Direitos Humanos e obter legitimidade política interna.”. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/36541-doc-au_tj_policy_por_web.pdf>. Acesso em 8 jun 2023.

⁴ Comunicado disponível em

<<https://27maio.com/plataforma-27-de-maio-suspende-participacao-nos-trabalhos-da-civicop>>. Acesso em 18 abr 2023.

Plataforma, pronunciaram-se numa carta endereçada ao presidente da CIVICOP, o ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Monteiro de Queiroz, acusando o governo e a CIVICOP de impor uma reconciliação sem a responsabilização dos envolvidos nos acontecimentos: “Pretende-se, sobretudo, passar a imagem de que tudo ficará resolvido, a reconciliação será feita e o perdão concedido, não havendo responsáveis pelos crimes hediondos nem busca da Verdade Histórica”.⁵ Não estavam errados por completo.

Dias depois, em 26 de maio de 2021, véspera dos 44 anos do conflito, o presidente João Lourenço pediu formalmente perdão às vítimas do 27 de Maio, em particular, e dos conflitos políticos de Angola, em geral. Destaco:

⁵ Carta disponível em:
<<https://27maio.com/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-de-angola-2021/>>. Acesso em 18 abr 2023.

Completam-se amanhã [quinta-feira, 27 de maio] 44 anos desde os trágicos acontecimentos que enlutaram o país aos 27 de Maio de 1977, num momento em que se passavam apenas dois anos da proclamação da Independência Nacional, pela qual tanto lutámos. Nessa altura, ninguém imaginava que as divisões internas dos movimentos de libertação seriam transportadas para o interior do país no período pós-Independência e com consequências tão trágicas que deixaram feridas profundas nos corações dos angolanos.

Um grupo de cidadãos organizados levou a cabo uma tentativa frustrada de golpe de Estado, matando altas figuras do poder instituído [...] No intuito da reposição da ordem constitucional, a reacção das Autoridades de então foi desproporcional e levada ao extremo, tendo sido realizadas execuções sumárias de um número indeterminado de cidadãos angolanos, muitos deles inocentes. A postura de um Estado perante situações adversas e de extrema tensão deve ser, sempre que possível, ponderada e comedida, pelas responsabilidades maiores que o Estado tem na defesa da Constituição, da Lei e da vida humana.

[...]

Aos 04 de Abril de 2002, o país deu início a um processo de Reconciliação Nacional amplamente aplaudido e encorajado [...] É neste quadro que criámos, por Despacho Presidencial de 16 de Maio de 2019, a Comissão para a Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos desde a nossa Independência Nacional.

[...]

Caros compatriotas, não é hora de nos apontarmos o dedo procurando os culpados; importa que cada um assuma as suas responsabilidades na parte que lhe cabe. É assim que, imbuídos deste espírito, viemos junto das vítimas dos conflitos e dos angolanos no geral, pedir humildemente, em nome do Estado angolano, as nossas desculpas públicas e o perdão, pelo grande mal que foram as execuções sumárias naquela altura e naquelas circunstâncias. Este pedido público de desculpas e de perdão não se resume a simples palavras, ele reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo, por falta de informação sobre o destino dado aos seus entes queridos. (LOURENÇO, 2021).

Embora oficialmente tenha pedido desculpas à nação e admitido a desproporcionalidade da resposta do Estado ao que considerou uma tentativa de golpe de estado, que vitimou, inclusive, inocentes, nas entrelinhas, João Lourenço reafirmou alguns pontos importantes. Primeiro, a versão oficial do MPLA: houve uma tentativa de golpe de Estado em maio de 1977 contra o MPLA, articulado por membros dissidentes do governo. Em segundo lugar, em decorrência do primeiro ponto, o presidente afirma que “[a] postura de um Estado perante situações adversas e de extrema tensão deve ser, sempre que possível, ponderada e comedida”, ou seja, há ainda espaço para repressões e legitimação de atos violentos⁶, se (o governo assim julgar) necessário.

⁶ Neste sentido, o episódio “15+2” é emblemático e marca os anos finais do governo de JES. O caso se deu em junho de 2015, quando 17 pessoas foram acusadas de reunir-se para organizar atos de rebelião para atentar contra o Presidente da República e contra o governo angolano. Conforme reportagens, em movimento de repressão, os envolvidos tiveram câmeras e computadores apreendidos; em nota, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) do Ministério do Interior de Angola anunciou que foram realizadas “várias diligências que culminaram na detenção

Depois, em consonância com o que viria a ser o slogan articulado pela CIVICOP no ano seguinte, o presidente também informou a não intenção de buscar culpados.⁷ João Lourenço até faz um reconhecimento geral da culpa do estado, mas se recusa a apontar culpados; não se implica, nem implica outras pessoas que estiveram envolvidas. Por fim, o chefe de Estado anunciou os resultados dos trabalhos no âmbito da CIVICOP, apontando para o processo de identificação de ossadas das vítimas para posterior entrega às famílias e respectivos funerais.

Novamente, Plataforma e Fundação divergiram. Já durante a cerimônia, Silva Mateus declarou que “Hoje é o dia da vitória dos mortos do 27 de Maio”⁸. Por outro lado, a Plataforma manifestou-se apenas em agosto, saudando o discurso do presidente. No entanto, na carta ainda é ponderado que as associações (seus membros) aguardavam uma “reorientação dos trabalhos da CIVICOP em busca da verdade [...] Fomos, entretanto, surpreendidos pelos pronunciamentos recentes do coordenador da CIVICOP [...] em completa contracorrente a essa expectativa”⁹. A dissonância destas associações, já demarcadas em seus lugares de antagonismos, tentam introduzir elementos que desestabilizem a coesão da narrativa e das ações do MPLA, como o questionamento dos métodos das exumações.

Em junho de 2021, foram entregues as certidões de óbito de vítimas do 27 de Maio, com destaque para as certidões de Nito Alves e Saidy Mingas. Para a entrega, a CIVICOP reuniu as filhas de ambos numa cerimônia privada – e controversa, uma vez que Saidy Mingas foi um dos dirigentes do MPLA mortos num incidente da ambulância incendiada, do qual Nito Alves teria sido um dos mandantes. Em julho daquele ano foram entregues também certidões

em flagrante delito de 13 cidadãos nacionais, que se preparavam para realizar atos tendentes a alterar a ordem e a segurança pública do país”. Dos acusados, por fim, 15 foram presos e duas mulheres mantidas em liberdade provisória, daí o nome de 15+2. Dentre os presos, destaco um jovem chamado Manuel Baptista Chivonde Nito Alves, preso anteriormente por manifestações anti-MPLA. Reportagem disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/quem-sao-os-ativistas-presos-desde-20-de-junho-e-acusadas-que-nao-estao-de-tidas/39200>> e <<https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15>>. Ambas, acesso em 18 abr 2023.

⁷ Reportagem disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-pede-desculpas-pelo-27-de-maio-em-nome-do-estado-angolano/a-57676681>>. Acesso em: 18 abr 2023.

⁸ Reportagem disponível em:

<<https://novojornal.co.ao/politica/interior/hoje-e-o-dia-da-vitoria-dos-mortos-do-27-de-maio---presidente-da-fundacao-27-de-maio-diz-que-as-exigencias-foram-respondidas-faltando- apenas-a-abertura-dos-arquivos-secretos-102488.html>> - Acesso em 18 abr 2023.

⁹ Carta disponível em: <<https://27maio.com/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-de-angola-2021-agosto>> - Acesso em 18 abr 2023.

de óbito de dirigentes da UNITA¹⁰ (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Em 2022, Francisco Monteiro de Queiroz, ministro da Justiça e Direitos Humanos e Presidente da CIVICOP, e outros membros da Comissão vestiram camisetas com os dizeres “Abraçar e Perdoar”. Em junho, foram entregues as ossadas de quatro vítimas notórias do 27 de Maio, dentre eles, Nito Alves¹¹. Foram providenciadas cerimônias fúnebres aos familiares.

À época, a Plataforma 27 de Maio se posicionou apontando para a relutância do governo angolano em adotar boas práticas previstas em legislações internacionais no processo de localização e identificação dos restos mortais das vítimas. Solicitavam que o trabalho de exumação e análise forense conte com a presença de representantes dos familiares das vítimas e que fossem utilizadas técnicas que obedecessem a critérios rigorosos para garantir as amostras de DNA, com a possibilidade de contraprovas em caso de dúvida. Em março de 2023, a Plataforma divulgou duas cartas abertas, uma direcionada ao povo angolano¹² e outra ao presidente¹³. Em ambas, apontaram diversos erros na condução dos processos de exumação e informaram que amostras de DNA colhidas das ossadas não correspondiam aos corpos de seus familiares, conforme alegado pelo governo angolano e pela CIVICOP, incluindo Sita Valles e Zé Van-Dúnem.

Pela Fundação 27 de Maio, Silva Mateus disse estar de acordo com a CIVICOP e o processo de identificação dos corpos: “o governo não tem qualquer responsabilidade por este teste [...] eles não aceitaram fazer o teste em Angola, nem forneceram os materiais genéticos [...] Nós continuamos a fazer o nosso trabalho”¹⁴ – o grifo é meu.

Quase 46 anos depois, as disputas sobre o 27 de Maio permanecem atuais. Tentei demonstrar aqui os efeitos do passado no presente e pontuar desdobramentos do 27 de Maio,

¹⁰ Reportagem disponível em:

<<https://www.rfi.fr/pt/angola/20210707-certid%C3%B5es-de-%C3%B3bito-de-dirigentes-da-unita-entregues-%C3%A0s-fam%C3%ADlias>> - Acesso em: 18 abr 2023.

¹¹ Embora a certidão de óbito de Nito Alves tenha sido entregue a sua filha, Eunice, que vive em Portugal, quem fez um pronunciamento na entrega e enterro das ossadas foi um sobrinho do ex-guerrilheiro. Reportagem disponível em:

<https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47915%3Afamiliares-de-ze-vandune-m-e-sita-vales-rejeitam-ossadas-duvidosas&catid=9&lang=pt&Itemid=1078>. Acesso em: 08 jun 2023.

¹² Carta disponível em: <<https://27maio.com/carta-a-angola/>> - Acesso em 23 abr 2023.

¹³ Carta disponível em: <<https://27maio.com/carta-aberta-ao-presidente-da-republica-de-angola-2023-marco/>> - Acesso em 23 abr 2023.

¹⁴ Reportagem disponível em:

<<https://www.rfi.fr/pt/angola/20230324-presidente-da-funda%C3%A7%C3%A3o-27-de-maio-reage-a-carta-dos-%C3%B3rf%C3%A3os-das-v%C3%ADtimas-da-purga>> - Acesso em 23 abr 2023.

com especial atenção aos acontecimentos que sucederam a 2017, quando João Lourenço, também do MPLA, assumiu a presidência no lugar de José Eduardo dos Santos, que ocupava o cargo desde a morte de Agostinho Neto em 1979, e que presidiu a Comissão de Inquérito que deveria ter ouvido Nito Alves e Zé Van-Dúnem em 1976.

Para entender as dinâmicas atuais de um processo histórico, valho-me da noção derrideana de iteração (DERRIDA, 1988). Iteração pode ser rapidamente explicada como “repetição”. No entanto, nos termos do autor, a repetição não é a mera reprodução de termos, mas uma citação a partir da qual uma cadeia de significados anteriores atribuídos ao termo é acionada. Para meus propósitos, estendo esta interpretação a eventos ou contextos. A iteração recircula e recontextualiza enunciados (e eventos), remetendo-os às citações que os precederam, revelando-os como efeitos históricos e instaurando a possibilidade de deslocamento de significados. A teoria derrideana apoia-se, sobretudo, na linguagem e daqui vem uma de suas grandes premissas: um nome nunca é exatamente aquilo que referencia; o que significa aqui entender o 27 de Maio como um acontecimento polissêmico que a cada iteração cita (repete) os eventos anteriores, instaurando com eles uma diferença, uma nova atualização, incutindo novas disputas. Outra característica das iterações é que elas dissimulam as convenções provenientes do que cita (DULLEY, 2020); portanto, importa quem enuncia e de onde os enunciados vêm.

Foi a partir da construção da trajetória de Nito Alves, Zé Van-Dúnem e outros ‘nitistas’ como articuladores de um golpe de estado em Angola, através de aparatos textuais e discursivos da imprensa estatal, que foram justificadas perseguições, massacres e violência generalizada durante os meses e anos seguintes, com a exclusão daqueles que se opunham à ideologia aplicada por dirigentes do partido no poder. Mais ainda, houve a consolidação da ‘ala pragmatista’ do MPLA como representante legítima das decisões do governo. Neste trabalho vou olhar para categorias e acusações que operaram na Angola de 1977 para tentar entender os meandros das relações de disputa e poder imbricados neste processo.

1.2. Perspectivas teóricas antecedentes

Este trabalho se insere no campo de pesquisas angolanistas produzidos no Brasil¹⁵, que debruçam-se sobre tópicos como a história colonial de Angola, as lutas pela independência, a ‘cultura tradicional’, a literatura, as relações econômicas e políticas entre Angola e Brasil, as comunidades angolanas diaspóricas, Angola contemporânea e outros temas. Insere-se, ainda, no conjunto de discussões angolanistas e africanistas de maneira mais ampla, embora aqui o idioma seja, ao mesmo tempo, uma barreira – se pensarmos na produção de conhecimento estabelecida pela academia (que prioriza a língua inglesa sobre outras) –, e uma via de acesso privilegiada para o compartilhamento e circulação de perspectivas produzidas pela comunidade lusófona a respeito de seus próprios processos de colonização e de fazer ciência, sobretudo em e sobre um país que aplica restrições sobre a entrada e a expressão daqueles que decidem fazê-la.

Pequena parte da bibliografia que figura nesta dissertação está disponível no acervo das bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Uma parte maior está concentrada em arquivos portugueses, sobretudo a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Algumas obras, de mais difícil acesso, fazem parte do acervo digital do Laboratório de Estudos sobre Diferenciação e Interseccionalidade (Iterares) da UFSCar e só foi possível acessá-las graças a uma rede de antropólogos e historiadores africanistas que de maneira mais ou menos informal produzem e compartilham escritos, seja como artigos, seja na troca de pdfs de obras raras e não acessíveis. Precisamos dialogar não apenas com nossos interlocutores, mas também com outros pesquisadores. Assim, estabelecer essas redes permite não apenas trocar e circular documentos, mas debater hipóteses, contrapor resultados e indagar sobre os desdobramentos do nosso campo.

É neste sentido que espero que este trabalho apresente-se de maneira proveitosa àqueles e àquelas que vieram antes de mim e que virão depois.

¹⁵ Pereira (2008) e Dulley (2019) trazem boas sínteses das produções africanistas, no primeiro caso, e angolanista, no segundo.

também precisei conhecer Angola para além de *Mayombe*¹⁶ (PEPETELA, 1993).

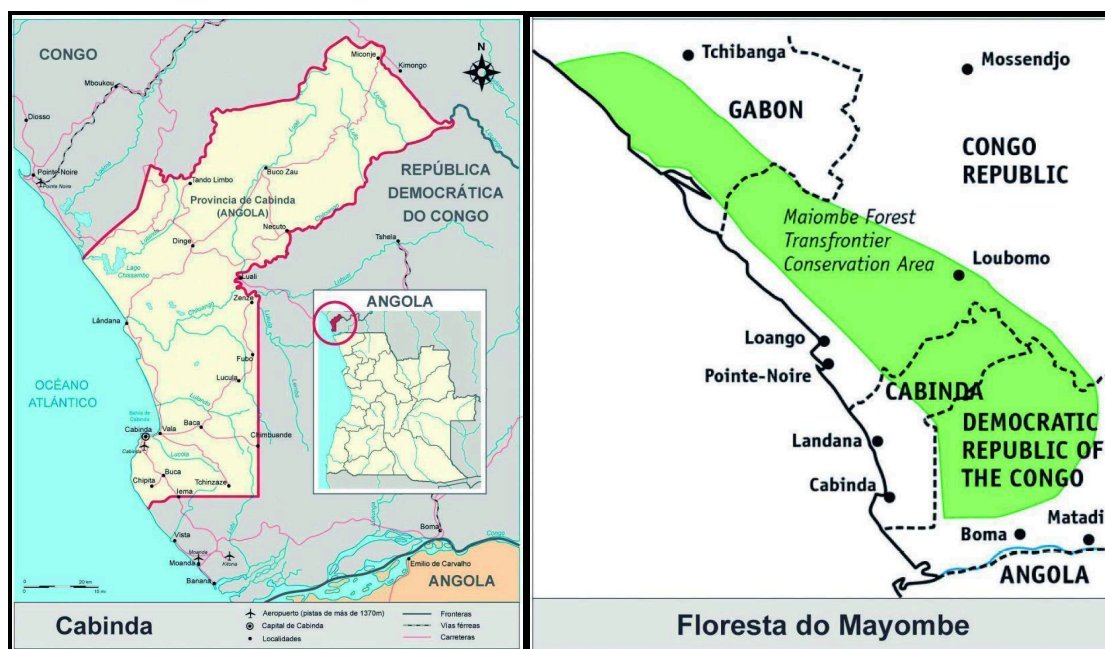


Figura 2: Mapa de Cabinda e sua posição com relação a Angola. Fonte: Buta et al. apud PEREDA; JORGINA; VUEBA, 2021, p. 33.

Figura 3: Floresta do Mayombe, cortando o enclave de Cabinda. Fonte: Buta et al. apud PEREDA; JORGINA; VUEBA, 2021, p. 33.

Mayombe é lido nos cursinhos preparatórios para vestibular, nos Ensinos Médios e pelo público em geral como um romance de ares históricos que trata da guerrilha anticolonial – no singular, desconsiderando disputas com os demais movimentos de libertação, e, a despeito de ser uma ficção, a narrativa ocupa um lugar bastante peculiar no contexto angolano: trata-se de uma publicação de um escritor militante do movimento de libertação que saiu “vitorioso” da guerra anticolonial: MPLA. Para concluir sobre Mayombe, como argumenta Rothwell (2019), na obra, Pepetela “conta a história do MPLA – ainda mais que a história de Angola” (ROTHWELL, 2019, p. 2). Interessou ao MPLA forjar uma concepção de nacionalismo e de Estado / nação, num pós-independência marcado pelo início de uma guerra civil contra o movimento de libertação rival.

Assim, um esforço inicial de localização espaço-sócio-temporal foi fundamental no

¹⁶ Em 2015, a UNICAMP separou sua lista de livros da Universidade de São Paulo (USP), propondo diversificar os estilos literários (pelo que vagamente me lembro) e passou a incluir obras de escritores africanos de língua portuguesa. Trouxe *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. No ano seguinte (2016), na esteira, a USP adicionou *Mayombe*, de Pepetela, à sua lista, que figurou como obra obrigatória no vestibular da instituição ao longo de cinco anos (ingressos de 2017 a 2021). Esta nota importa porque não posso apenas citar que isso aconteceu e que não é problemático: a despeito da intenção, é certo que o acesso a obras tão diferentes e o tempo para a leitura de mais livros configuram barreiras outras que muitos estudantes em situação de vulnerabilidade encontram para ingresso na universidade pública.

início desse *conhecer* Angola. Neste sentido, ainda que este trabalho traga um recorte temporal localizado na segunda metade do século XX, requereu olhar para inúmeros livros que contam a história da colonização portuguesa no país, buscando entender como o passado reverberou diversas vezes nos acontecimentos posteriores, evitando ou catapultando transformações, continuidades e rupturas presentes na trajetória e nos processos que me propus a investigar. Cabe alertar o leitor, portanto, que o tema desta pesquisa não é *Angola*, enquanto nação, Estado ou sua historiografia, ainda que eu aborde alguns temas que de forma mais ou menos centrais – ou transversais – atravessem essas concepções.

Vou olhar para o modo como a articulação de termos e categorias de acusação atravessaram e constituíram a trajetória de um sujeito angolano específico: Nito Alves e o fez assumir posições antagônicas, ora de prestígio, ora de inimigo. De que maneira um ex-guerrilheiro, tido como herói¹⁷ nacional, ocupando o posto de Ministro, passou a ser lido como ameaça? O objetivo primordial desta pesquisa vai ao encontro dessa minha curiosidade.

Tal como Dulley (2015), estou ciente de que o estudo de uma única trajetória não permite elucidar um processo geral da produção de sujeitos e alteridades a partir de acusações. No entanto, como coloca Kofes, “a experiência de um sujeito preciso não escapa às concretudes socioculturais que tensamente o realizam enquanto pessoa” (KOFES, 2001, p.13). Assim, certamente há elementos comuns entre as várias trajetórias dos sujeitos imbricados na produção dos discursos e no agenciamento das acusações. Há também divergências entre tais trajetórias que desestabilizam a univocidade dos discursos e tomadas de posição oficiais.

Este estudo específico pode contribuir para o melhor entendimento das disputas e das acusações em processos de constituição de sujeitos e narrativas e como estes processos estão imbricados na produção da(s) história(s).

¹⁷ Tanto Marques (2012, p.64) quanto Mateus e Mateus (2007) dão este destaque à posição de Nito Alves durante as guerrilhas pela libertação. Tali (2001, p.187) aponta ainda que Nito Alves foi “produto social e político” da 1ª RPM.

1.4. Sobre etnografar trajetórias e formas de nomear: Nito Alves

Desde o início dessa pesquisa, mantive como objetivo etnografar a trajetória de Nito Alves ao longo dos anos em que integrou o MPLA, com especial atenção à imbricação entre os termos e categorias utilizados para identificação e às posições que ele ocupou no movimento. Tal etnografia encontra-se na Parte III, adiante. Faz-se necessário, no entanto, uma síntese dessa trajetória à guisa de introdução deste trabalho.

Relatos, sobretudo escritos, mostram que a posição de Nito enquanto membro da alta cúpula do MPLA esteve em disputa a partir de práticas discursivas que se deram através da interpelação e da iteração de categorias de acusação e diferenciação entre dois lados opostos. De um, Nito e uma rede de aliados, os nitistas, que promoveram uma campanha discursiva – e acusatória – dirigida a alguns líderes do MPLA, do qual Nito fazia parte e que governa Angola desde a independência do país, em 1975, até os dias de hoje. De outro, uma ala do MPLA formada sobretudo por representantes de uma elite autóctone angolana que compunham a cúpula do partido desde sua fundação.

Pouco antes da saída oficial portuguesa de Angola em 1975, após a Revolução dos Cravos em abril de 1974 em Portugal, eclodiu uma guerra civil entre os três principais movimentos de libertação concorrentes (MPLA, UNITA e FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola)¹⁸. Na altura, o MPLA não contava com grandes vantagens perante os demais movimentos para tornar-se o partido no poder. Diante do contexto da Guerra Fria, com ajuda militar dos países socialistas, sobretudo Cuba, o MPLA venceu uma batalha contra os demais movimentos – a Batalha de Kifangondo, que será pormenorizada na Parte II – e apoderou-se de Luanda, principal centro econômico e onde se concentrava sua maior base de apoio.

O auxílio cubano também foi crucial para que o MPLA declarasse a independência de forma unilateral em Luanda em 11 de novembro de 1975, com estabelecimento do governo do

¹⁸ Para facilitar o entendimento do leitor, não sem muitas restrições e advertências, é possível associar os movimentos de libertação a determinadas regiões onde possuíam maior influência e apoio de grupos étnicos locais: a FNLA, ao norte, contou com apoio predominantemente bakongo; a UNITA atuou majoritariamente na região do Planalto Central, de população ovimbundu, e o MPLA, que teve apoio da população kimbundu e que concentrou-se principalmente nas cidades a oeste, com destaque para a capital e arredores, como Benguela. Não podemos, é claro, simplesmente transpor grupos etnolinguísticos ou socialidades para o campo político, e é exatamente essa objeção que pretendo recuperar no Capítulo 3, que trata do surgimento dos movimentos constataórios anticoloniais em Angola, para argumentar que as identificações são situacionais e estão ligadas à criação de categorias.

partido. Nito Alves foi então nomeado Ministro da Administração Interna. Seu destaque deveu-se, em parte, ao prestígio conquistado na luta anticolonial, na qual foi um dos líderes da guerrilha na 1ª RPM, zona de conflito de alta complexidade estratégica porque submetida tanto à intensa repressão portuguesa quanto aos ataques do grupo guerrilheiro rival, a FNLA (BITTENCOURT, 1999b). A 1ª Região localizava-se próxima à capital, Luanda, cidade de maior relevância econômica de Angola e principal base de apoio do MPLA. As histórias sobre bravos homens que, pela libertação do país, enfrentavam a fome e sofriam com as dificuldades logísticas para obter armas e suprimentos básicos reverberaram os feitos desses combatentes e muitos despontaram como heróis. Este é o caso de Nito Alves, ou Nito, como era chamado em Angola (MARQUES, 2012, p. 64).

Durante esse período, muitos dos líderes do MPLA estavam no exílio, afastados da luta e da população. Nito não só se tornou um herói da luta anticolonial, como também foi conquistando espaço no partido por sempre defender publicamente o líder Agostinho Neto (TALI, 2001). Após a independência, foi nomeado Ministro da Administração Interna, uma posição bastante estratégica dentro do governo. Foi responsável pela implementação de importantes programas do partido, como a lei do poder popular, que descentralizava as instâncias de decisão, aumentando a participação popular. Ao mesmo tempo, foi também ele quem liderou a perseguição contra grupos políticos dissidentes dentro do governo recém implementado, apontados como maoístas.

Com as crescentes divergências no interior do partido, Nito passou a acusar dirigentes do movimento de usufruir de privilégios do colonialismo enquanto a maioria da população vivia em péssimas condições. Nito e alguns aliados montaram uma “rede de contestação ao que chamavam de ‘desvios da direção’” (BITTENCOURT, 1999b, p. 94-95). A rede, conhecida como *nitismo*, pautava-se pela crítica racial e pelo posicionamento ideológico de alguns dirigentes. Diante da situação, o MPLA instaurou uma comissão de inquérito para averiguar acusações de fraccionismo contra Nito Alves, que perdeu o cargo de ministro e foi afastado do Comitê Central do partido em 1976. Durante sua suspensão, jornais e programas de rádio foram encerrados ou reformulados; foram os casos, por exemplo, do programa Kudibanguela, d’*O Diário de Luanda* e outros jornais provincianos do Lubango, Lobito e Malanje. Todos foram acusados de ser ‘pró-Nito’, disseminando suas ideias e contribuindo para a formação de uma ala nitista no MPLA. O programa de rádio *Kudibanguela*, em

particular, teria começado com questionamentos acerca das decisões tomadas pelo governo e pelo próprio MPLA (BIRMINGHAM, 1978, p. 559).

A despeito de seu afastamento do MPLA, o prestígio de Nito entre as camadas menos favorecidas da população só aumentavam, assim como as atividades nitistas (MARQUES, 2012). Na medida em que Nito Alves conquistava cada vez mais espaço, sobretudo nos *musseques* luandenses, ficou sujeito a uma campanha de acusações e ataques pessoais conduzidos, de maneira preponderante, pelo principal órgão de imprensa, o *Jornal de Angola*, dirigido por Costa Andrade (Ndunduma), ligado à cúpula do MPLA. Em sua defesa, Nito escreveu suas *Treze teses* (BAPTISTA, 1977), promovendo uma contestação aberta contra membros do Comitê Central, contra-acusando-os de fraccionismo e oportunismo.

Em 21 de maio de 1977, Nito Alves e José Van-Dúnem, outro líder nitista, foram expulsos do Comitê Central. Os desdobramentos que se seguiram levaram aos acontecimentos do 27 de maio de 1977, interpretado pelo MPLA como tentativa de golpe de estado, contido com intervenção das tropas cubanas. O MPLA acusou Nito de ser um fraccionista que queria romper com o partido, um “aliado da reacção”¹⁹. Seguiu-se um período de repressão e expurgos, com massacres, prisões e desaparecimentos amparados pelo aparato estatal.

A trajetória de Nito, no entanto, não terminou em 1977, com sua morte pouco após o 27 de Maio daquele ano. Os desdobramentos do acontecimento alteraram os caminhos da história angolana e repercutem no país até os dias atuais, forjando uma disputa sobre as histórias e as memórias, no plural. É importante situar o 27 de Maio como evento histórico ambíguo, frequentemente invisibilizado ou reduzido em seus efeitos. Em que medida, afinal, essas narrativas são construídas e legitimadas a partir das posições que seus narradores assumem? As diferentes versões sobre os acontecimentos desse período levantam questões sobre os interesses imbricados em suas formas de produção.

Desde então, voltei-me para o caso de Nito, buscando entender a ambiguidade e os interesses em disputa presentes numa virada de posição bastante controversa, que revela, a partir de práticas sociais, a possibilidade da construção do outro nas relações de poder, que se dá nas dimensões discursiva e sociopolítica. Num contexto marcado pelas continuidades e descontinuidades impostas pelo pós-colonialismo, procuro refletir sobre como se dá o

¹⁹ *Jornal de Angola*, 27 de Maio de 1977, capa.

engendramento e a articulação de categorias de acusação em processos de diferenciação que objetivam a criação do inimigo como estratégia de legitimação de posicionalidades sociais postas em disputas no período pós-revolucionário.

Relaciono aqui algumas perguntas que orientam este trabalho. Quais categorias de acusação são articuladas na disputa entre a ala nitista e a ala netista? Por que estes determinados termos assumem significados desfavoráveis, pejorativos? Em que medida esses termos remetem ao colonialismo? Qual é a relação entre termo e contexto de enunciação – considerando aqui aspectos referentes à posição de quem cita e a circunstância da acusação?

É importante pensar a trajetória de Nito Alves pelas diferentes posições por ele ocupadas a partir da nomeação e do agenciamento de categorias de acusação, sendo constituído através de práticas narrativas e discursivas como inimigo do “povo” pelo MPLA.

Crapanzano (1980) atenta para o fato de que biografias, histórias de vida (e por que não trajetórias?) são fundamentalmente gêneros literários que tentam dar conta de transformar informações particulares numa totalidade significativa. Ainda assim, o autor nos lembra que nunca estamos apenas diante de um indivíduo específico, mas de “tudo o que ele representa simbolicamente” (CRAPANZANO, 1980, p. 9). Assim, parto da perspectiva bourdiana de trajetória como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996b, p. 189), refinada pelas críticas de Kofes (2001) à falta das “marcas que os sujeitos imprimem às suas interpretações e às suas existências que não estão incorporadas na noção de agente social [de Bourdieu]” (KOFES, 2001, p. 24). Portanto, trata-se de olhar para as trajetórias como processos que configuram experiências sociais singulares e a partir daí pensar essa empreitada como uma “etnografia de uma experiência” (KOFES, 2001, p. 28). Defendo que estudos de trajetórias, histórias de vida e biografias são importantes instrumentos de apreensão da realidade social, permitindo-nos analisar empiricamente os efeitos do mundo social sobre determinado indivíduo num determinado contexto.

Valho-me, ainda, de outro conceito de Bourdieu (1996a): o habitus. O habitus é o que dá ao sujeito²⁰ capacidade de ação prática, é o que o singulariza, um sistema de disposições

²⁰ Bourdieu fala em agente, mas para os propósitos dessa pesquisa, opto por usar o termo sujeito .

incorporadas, estruturadas e estruturantes de sua visão de mundo e de uma certa disposição para agir, tal qual falantes fluentes de uma língua fazem, sem grande necessidade de racionalização. Para localizar socialmente um agente é preciso entender de onde ele vem, quais experiências acumulou ao longo do tempo, como as acumulou, como produziu filtros de reflexão, ou seja, como construiu seu habitus. É na trajetória que as experiências individuais vão se depositando, sendo introjetadas de maneira não coerente, misturando-se e interferindo umas nas outras, criando um repertório único.

Pensar em minha proposta e nas singularidades de Nito Alves me remeteu ao modo peculiar de ver o mundo de Menocchio (GINZBURG, 2006). O moleiro italiano imprimiu ao seu discurso suas convicções e sua própria elaboração de mundo, criando uma teoria única naquele momento. Guardadas as ressalvas, Nito também foi uma figura emblemática, peculiar, encabeçou um movimento que hoje convencionou-se chamar de nitismo. Ginzburg explica que um caso limite, tal como o de Menocchio – ou Nito, “pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o [...] ‘estatisticamente mais frequente’ –, seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo” (GINZBURG, 2006, p. 21). Desse modo, a escolha por uma trajetória particular permite olhar tanto para o ordenamento social da sociedade angolana, revelado, por exemplo, pelas motivações de apoiadores e opositores de Nito, quanto para as possibilidades de deslocamento dessas convenções que foram colocadas pelo momento político pelo qual passava Angola: o cenário revolucionário pós-independência, sob um governo instituído de forma controversa pelo MPLA e que permaneceu desde sua fundação enredado em conflitos seguidos e/ou concomitantes (guerra anticolonial, dissidências internas, guerra civil). Esse contexto, por si só, evidencia que o mundo social não está dado, mas em constante disputa.

Aponto, por fim, resultados desta dissertação: (1) etnografia da trajetória de Nito Alves no MPLA, observando as posições e enunciações possíveis em contextos específicos e (2) descrição e análise das categorias de diferenciação em suas contextualizações socioculturais e políticas de enunciação, a fim de compreender como certas categorias, como a de racismo, carregam consigo a historicidade do colonialismo, através de continuidades e rupturas com contextos precedentes.

Pretendo apresentar uma análise sobre como categorias, em geral, e acusações, em particular, são produtoras de subjetividades ao mesmo tempo em que estabelecem e/ou

reiteram disputas por posicionalidades sociais e poder. Tais categorias, em suas citações e repetições, acionam significados imbricados à historicização dos termos, e me permitirão entender como acusações, enquanto uma prática de nomeação, circunscrevem as alteridades e tentam atribuir ao outro, nominado, uma determinada posicionalidade social. Isso porque o sujeito²¹, enquanto produto de múltiplas práticas sociais, está em constante transformação, em decorrência das circunstâncias, da contingência histórica e da relação com a alteridade.

A partir dessa trajetória, proponho uma análise histórico-etnográfica que dê conta de historicizar as categorias presentes nos discursos, entendendo os processos de construção de seus significados que são reiterados na enunciação. Meu argumento é que a disputa entre as duas correntes opostas no interior do MPLA teve como efeito a consagração de certos dirigentes como representantes legítimos do partido, apoiados sobretudo na figura do presidente Agostinho Neto e seus aliados. Ainda, essa definição contribuiu para a consolidação do MPLA como governo oficial de Angola no cenário local e internacional, com impactos, inclusive, nas alianças construídas durante a guerra civil.

Não proponho aqui a busca pela versão real dos fatos ou dos lados, pelo contrário. Objetivo uma antropologia histórica preocupada com os processos de construção da história, que constituem sujeitos e contextos (COMAROFF; COMAROFF, 1992). Ter em mente que não há narrativas desprovidas de subjetividade e, mais ainda, de intencionalidade, implica que não há verdade, mesmo histórica, que não seja produto de um discurso escolhido dentre outros possíveis. Ora, escolhas não são isentas dos constrangimentos do poder político e/ou econômico; afinal, o poder opera sobre o campo de possibilidades (FOUCAULT, 1982).

²¹ Para os propósitos deste trabalho, faço uso da noção foucaultiana de sujeito, que leva em consideração as relações de poder em sua concepção. Para o filósofo, há uma forma de “poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos para a palavra ‘sujeito’: sujeito submetido a outro pelo controle e a dependência e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si”. (FOUCAULT, 1982, p. 781). Essa perspectiva parece especialmente contundente na medida em que o sujeito é resultado das relações de poder em interações estabelecidas a partir de sistemas de significação que só são possíveis na e pela linguagem.

1.5. Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em quatro momentos: (1) notas sobre o arcabouço teórico-metodológico e a pesquisa de campo; (2) historicização, dividida em duas partes, uma centralizando Angola, a outra o MPLA; (3) argumentação, que formam o cerne da análise etnográfica e estão divididas em outras duas partes; e (4) conclusão.

No primeiro bloco, busco introduzir meus problemas de pesquisa específicos, aprofundando-me nas questões teóricas pontuadas rapidamente nesta apresentação. Pretendo dar conta de apresentar um panorama geral desta pesquisa: expor seus objetivos, seu arcabouço teórico e discutir pressupostos teórico-metodológicos que se circunscrevem a uma antropologia histórica. Por fim, empreendo um esforço em esmiuçar as fontes que compõem meu material empírico, conferindo-lhe forma (física ou digital) e localização, informando meus modos de acesso.

A segunda empreitada deste trabalho, dividida em duas partes, tem como objetivo principal historicizar e contextualizar onde se deu a controversa trajetória de Nito Alves. Na Parte I, discuto sobre os regimes de constituição de diferenças que marcaram a formação da sociedade angolana, sobretudo luandense, que se projetou durante a luta anticolonial e no pós-independência, quais sejam: a formação de elites autóctones angolanas, sobretudo luandenses, e o Regime do Indigenato; interessam-nos os contextos e eventos que desencadearam confrontação e resistência ao colonialismo.

Já na Parte II, olho para a formação dos movimentos de libertação, em geral, e para o MPLA e sua conturbada trajetória, em particular, apontando sobretudo para as recorrentes divergências dentro do movimento, que levaram a várias rupturas de alianças, por um lado, e à constante presença de certos membros do partido nessas disputas, bem como às sucessivas vitórias de Agostinho Neto, que o mantiveram como presidente do partido.

A terceira parte traz Nito Alves. Apresento dados biográficos, sua trajetória no MPLA e discuto sobre as várias posições que o ex-guerrilheiro ocupou ao longo dela – na guerrilha, no partido, entre o povo – mas também lanço luz à construção e consolidação de seu posicionamento ideológico.

Na Parte IV, atendo propriamente para as disputas postas a partir da iteração de termos

acusatórios, mapeando termos acusatórios e pessoas acusadas, o terceiro busca localizar e contextualizar pessoas e termos. É aqui que olho para as *Treze teses* de Nito, em perspectiva com os demais dados empíricos, para forjar meu argumento principal de que acusações, como toda prática de nomeação, tentam atribuir ao outro certo estatuto a partir da disputas de significados historicamente construídos e do agenciamento de processos de identificação e diferenciação com o “outro”.

À guisa de conclusão, reflito sobre o fazer e o refazer da história em Angola e as disputas sobre as memórias, os silêncios e os esquecimentos.

QUESTÕES CONCEITUAIS

Pressupostos teóricos e aspectos metodológicos

*“Os que fazem a História nem sempre podem
escrevê-la”*

(BAPTISTA, 1976b, p.46)

CAPÍTULO 2

2.1. Pode o arquivo falar?

O principal movimento metodológico para a realização deste projeto está ancorado em análises histórico-etnográficas para a produção de uma etnografia sobre categorias, sua historicização e sobre quem as enuncia. Minha intenção é que tal análise me permita estabelecer certos lugares sociais e as possibilidades colocadas por estes lugares. Isso implica o desafio de conceber o arquivo como campo etnográfico e, também, o reconhecimento de meus interlocutores em (e através de) documentos. Mais especificamente, empreendendo o esforço de (re)constituir seus discursos e localizá-los contextualmente a partir das informações disponíveis.

A partir de uma análise do material empírico, busquei identificar e compreender categorias acusatórias enunciadas pelas partes opostas, lançando luz sobre certos interesses em disputa. Uma vez que essas categorias emergem e se concretizam em relações sociais (DULLEY; SAMPAIO, 2020), minha análise se atenta particularmente para a constituição histórica dos designadores, ou seja, como categorias, hierarquias e posicionalidades foram produzidas no e pelo colonialismo a partir de processos de diferenciação que definiram o modo como essas categorias se articularam e/ou foram deslocadas no contexto do pós-independência, (re)configurando categorias e modos de diferenciação.

Busquei, portanto, por materiais que me permitiram acessar os discursos de Nito Alves e do MPLA “oficial”, a quem Nito se contrapunha. Meu recorte temporal começa no final da década de 1950 e remonta às primeiras narrativas sobre a fundação do MPLA e o início da guerra anticolonial. Estende-se até 1979, com a morte do primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, concentrando-se especialmente no período de “ascensão e queda” (FAUVET, 1979) de Nito, os anos de 1974 a 1977. A escolha por este período pretende dar conta do contexto que fez emergir os movimentos de libertação no país e das contradições postas no pós-independência em decorrência desse contexto. Termina com Neto porque, com a legitimação de sua ala no governo do país, seguiu-se uma política de repressão e controle popular que o presidente seguinte, José Eduardo dos Santos, teria, em partes, herdado²² – e

²² Importante ressaltar que José Eduardo dos Santos foi parte ativa da política de repressão desde o início. Foi ele quem dirigiu o inquérito de Nito Alves. No entanto, os eventos de repressão relacionados ao 27 de Maio são atrelados aos discursos de Agostinho Neto. Dos Santos assumiu o cargo de presidente de Angola entre os anos de 1979 e 2017 onde envolveu-se em episódios controversos e violentos de repressão ao longo dessas décadas. Esta

certamente levado adiante.

A primeira parte das fontes que analiso é composta por livros e documentos historiográficos que reconstituem a história de Angola e do MPLA. A segunda, por discursos e documentos de e sobre Nito Alves. Antes de partir para tais análises, lanço aqui uma primeira reflexão sobre documentos e arquivos como fontes etnográficas e interlocutores de pesquisa, bem como acerca dos modos de produção, circulação e acesso a esses materiais, a partir de minha pesquisa de campo nos arquivos portugueses.

Meu objetivo nesta seção é descrever minhas fontes e manifestar algumas perguntas metodológicas²³ com as quais me deparei ao pesquisar eventos e pessoas distantes no tempo. Como fazer minhas fontes darem conta de uma etnografia cujo recorte localiza pessoas e acontecimentos no passado? De que maneira eu construiria um diálogo com os documentos e entre eles? Como olhar para essas relações entre documentos, suas produções e os desníveis de poder, o que é – ou o que representa, nesse contexto, um arquivo?

2.1.1. Notas sobre a caçada em arquivos

Defendi que existiria uma assimetria entre a quantidade de material produzida sobre as diferentes versões do 27 de Maio. Também, elas guardam, obviamente, divergências de acordo com quem conta a história: detalhes sobre a ordem dos fatos, dos envolvidos, pontos de vista diferentes. Vou assumir, no entanto, para fins de análise, que tais versões dividem-se em duas posições: uma a favor de Agostinho Neto e seus aliados, outra, partidária de Nito Alves. Refiro-me a elas, por vezes como pró-Neto / pró-Nito, ou netistas e nitistas.

Argumentei, inclusive para solicitar financiamento para pesquisa de campo, que haveria uma certa dificuldade em obter uma versão nitista dos fatos. Primeiro porque sempre será uma versão objetificada, uma vez que as testemunhas que tinham contato com Nito Alves não foram poupadas; segundo – e principalmente – porque falar sobre o 27 de Maio foi durante bastante tempo tabu em Angola, e ainda o é em grande medida. Ora, nesse sentido, Schubert (2017) argumenta que o MPLA estabeleceu, por meio de sua narrativa oficial da

é uma questão muito interessante para pensar a articulação e os desdobramentos da dissidência nitista e volto ao tema na Parte III desta pesquisa.

²³ Parte dessas discussões foi apresentada à 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em novembro de 2021, no Grupo de Trabalho número 52, “Memória e reconstrução de mundos: práticas etnográficas frente às situações limite”, sob a coordenação de Felipe Magaldi (UNIFESP) e Carolina Castellitti (UFRJ). Agradeço aos comentários pertinentes e às sugestões recebidas, que aprofundaram as reflexões.

história, o fim da guerra civil do país, em 2002, como “ano zero”; um dos efeitos dessa estratégia foi justamente a não necessidade de abordar os acontecimentos de 1977 e 1992²⁴.

Há de fato uma assimetria entre as fontes, mas não no sentido que mencionei. A quantidade de material que encontrei *a favor* de Nito, que carregam a versão extraoficial do 27 de Maio, é maior e mais pormenorizada que a do MPLA. Há muitas obras publicadas em Portugal que tratam do pós-independência e trazem à luz o 27 de Maio, como testemunhos, biografias (FIGUEIREDO, 2010), considerações sobre a presença cubana e soviética (MILHAZES, 2013; GEORGE, 2005), investigações jornalísticas (PAWSON, 2014) e historiográficas (MATEUS; MATEUS, 2007), inclusive com excertos de publicações, fotos e anexos de documentos.

O mesmo não se pode dizer do outro lado. As publicações são escassas, eventualmente há menções de certos dirigentes²⁵ aos eventos, além de estudiosos e jornalistas da época (como FAUVET, 1979; BIRMINGHAM, 1978) e historiadores preocupados em reconstituir a trajetória do MPLA (BITTENCOURT, 1999b; TALI, 2001), que se basearam sobretudo nas publicações oficiais e nas análises que as seguiram. No entanto, encontrar os números do *Jornal de Angola* da época não se mostrou uma tarefa profícua durante meu campo. Talvez estejam disponíveis apenas em Angola, certamente não digitalizados. Há um *Boletim do Militante* de 27 de agosto de 1977²⁶ que reafirma a publicação anterior do MPLA. Minha hipótese é que, uma vez publicada a versão oficial do MPLA, há pouco mais a ser dito, ainda que a figura de Nito Alves ou, especialmente, o 27 de Maio, eventualmente sejam retomados em entrevistas ou parágrafos pouco destacados em trabalhos acadêmicos ou reportagens.

Neste sentido, é preciso ter em mente que, a priori, os documentos são artefatos que participam de uma dinâmica política e social, constituindo testemunhos materiais sobre a

²⁴ Em 30 de outubro de 1992 aconteceriam as primeiras eleições angolanas após os acordos de paz celebrados entre MPLA e UNITA em Bicesse, no ano anterior. À época, concorriam candidatos menos conhecidos, além de José Eduardo dos Santos, pelo MPLA, e Jonas Savimbi, pela UNITA, mas nenhum deles conseguiu maioria absoluta. No espaço de 3 dias seguiu-se um massacre que vitimou entre dez e cinquenta mil angolanos, apoiadores da UNITA e da FNLA; não se sabe de onde saiu a ordem para matar. A guerra civil reiniciou e prolongou-se por mais dez anos.

²⁵ Destaque para Iko Carreira (1996) que, ao escrever sobre Agostinho Neto subverte a história oficial, inclusive do MPLA, no sentido de, por um lado, centralizar o lugar de Agostinho Neto, e por outro, diminuir Nito Alves. A obra, cabe dizer, foi publicada quase 20 anos após os textos que serão aqui analisados e, ainda que busque deslocar as interpretações e os papéis dos envolvidos nos acontecimentos do 27 de Maio, não interfere na proposta deste trabalho de olhar e apreender as categorias e termos acusatórios em contextos específicos.

²⁶ Disponível em: <<https://www.tchiweka.org/sites/default/files/imprensa/pdf/0545.001.007.pdf>> - Acesso em: 15 out. 2023.

época, as instituições, os sujeitos e as práticas que abarcam, ainda que sejam produzidos em diversos formatos com estéticas particulares. Estes documentos são produtos da dialética entre conteúdo, período e modo de documentar e representar deste período, ou seja, os documentos nos dizem muito sobre processos de constituição e ordenação do conhecimento num dado momento. Assim, os arquivos não são somente lugares de recuperação da informação, mas também estão imbricados na produção dessa informação (STOLER, 2010).

Riles (2006) destaca a importância dos documentos como artefatos paradigmáticos das práticas de conhecimento modernas, que são fundamentais para compreender corpos, instituições, estados e culturas. A produção antropológica recente tem prestado atenção à dimensão material e estética dos documentos e, além disso, há uma longa tradição de estudos de documentos nas humanidades e ciências sociais, o que os torna uma base importante para compreender a modernidade etnograficamente. A autora apresenta várias possibilidades e reflexões etnográficas envolvendo documentos e práticas de documentação, suscitando considerações fundamentais sobre a relação entre teoria antropológica e prática etnográfica.

Já Roque (2022) propõe uma reflexão metodológica sobre a pesquisa etnográfica em arquivos que dilui a separação entre campo e arquivo como espaços excludentes e exclusivos do antropólogo e do historiador, respectivamente. Realça que há

uma dimensão metodológica do trabalho em arquivo que se equipara, em termos semióticos, à prática da caçada: o trabalho minucioso de perseguir e interpretar indícios; de ler no arquivos os rastos – por vezes fragmentários, truncados, incompletos – de fenómenos ou eventos (reais ou imaginários) que realmente aconteceram no passado. Esta proposta presume cumplicidades virtuosas entre antropologia e história. (ROQUE, 2022, p. 305)

Roque explica que a metáfora da caçada é frequentemente utilizada na filosofia para descrever o processo de interpretação de trilhos e pistas de uma presa. Neste sentido, o autor argumenta que a práxis da etnografia de arquivo pode ser comparada a uma caçada semiótica, pois ambas são modos de procura, conjectura e relato do passado histórico através de pistas e vestígios. Ele desenvolve este ponto cruzando sua experiência de pesquisa com as reflexões de Paul Ricœur e Carlo Ginzburg sobre o ofício do historiador e as analogias entre este ofício e o trabalho do caçador. A intenção é entrelaçar essas reflexões com a interpretação da sua própria práxis investigativa, a fim de desenvolver uma concepção original do método da etnografia de arquivo. Ele sugere que a etnografia de arquivo implica uma metodologia onde a prática histórico-etnográfica de arquivo é comparável à prática da caçada: ambas orientadas para

decifrar os rastros deixados pelo passado.

Ferreira e Lowenkron (2020) também afirmam que vários antropólogos já deixaram de lados os velhos dilemas entre a disciplina e os documentos e passaram a dedicar parte de suas análises à “vida social” dos documentos, atentando para “suas formas de organização, manipulação, arquivamento e circulação por diferentes espaços e os processos de ressignificação e outras metamorfoses associadas a estes trânsitos” (FERREIRA; LOWENKRON, 2020, p.8). É neste sentido que o arquivo pode ser tomado enquanto campo etnográfico, superando o pressuposto de que seria sua antítese: se passarmos a entendê-lo não como depósito de registros ou conhecimento acumulado, mas como lócus de interação social que apoia e subsidia uma observação participante interessada em “partilhar o passado uns dos outros a fim de estar conscientemente no presente uns dos outros” (FABIAN, 2013, p. 118). Essa ideia do tempo reflexivo, conectando passado e presente – e futuro, por vezes – é bastante instigante para pensar a antropologia de modo muito geral, mas o contexto angolano, em particular, se considerarmos os materiais de análise disponíveis e com os quais foi possível dialogar em minha pesquisa de campo.

Assim, é possível pensar na metáfora de Cunha (2004), sobre “fontes que falam”:

se a possibilidade de as fontes ‘falarem’ é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem ‘ouvir’ e, sobretudo, ‘dialogar’ com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise – isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições (CUNHA, 2004, p. 293).

Como efeito, a desproporção de disponibilidade e acesso às fontes nos contam também sobre as formas de produção da história e da memória, em direção à legitimação do saber (e do poder) estudada por Foucault (1996). Com isso em mente, se faz possível interrogar uma fonte escrita, olhando o que foi dito e o que foi obliterado. É nessa medida que temos um registro para além do que está ali. Temos registro do modo de produção, dos interesses, da relevância de determinados sujeitos, discursos e versões em detrimento de outros. O que não foi arquivado? Por que certas informações não podem ser encontradas?

No limite, não se podem separar os arquivos das relações de poder, da ordem do discurso. Há uma relação constituída entre as versões, que também as constituíram. Conforme alerta Dulley (2008): “A desigualdade da representatividade dos agentes em termos de possibilidade de expressão coloca a necessidade de [...] explicitar os contextos de produção

das fontes [...] para, em seguida, analisar a grade de leitura que orientou sua produção” (DULLEY, 2008, p.1). Não raro podemos observar as formas como as narrativas que privilegiam a história dos vencedores (SILVA, 2009) se materializam nas seleções que compõem os livros didáticos, museus e patrimônios.

Esses meandros apontam que há muito a ser apreendido para além do documentado. Se, na preparação para o campo, antropólogas e antropólogos devemos munir-nos de questões e arcabouços analíticos preliminares, também precisamos destes pressupostos para entender arquivos e, sobretudo, documentos.

2.2. Documentos como campo etnográfico: falando das fontes

As fontes primárias deste trabalho consistem no material produzido pelas duas partes envolvidas diretamente no processo, ou seja, Nito Alves e a ala do MPLA à qual ele se opunha. Optei por destacar dois documentos que são representativos e fundamentais para a disputa: o *Treze teses em minha defesa* (BAPTISTA, 1977), escrito por Nito como a defesa que seria apresentada à Comissão de Inquérito em 1977, e o *Informação do Bureau Político sobre a tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio* (MPLA, 1977), versão oficial publicada pelo MPLA ainda em junho de 1977, logo após os acontecimentos de 27 de maio daquele ano.

Nas *Treze teses* é possível apreender a perspectiva de Nito sobre as questões em pauta no MPLA, em particular, e em Angola em geral, que levaram às acusações de fraccionismo. Na medida em que alterna entre as posições de acusado que se defende e de acusador, Nito incita disputas a fim de produzir deslocamentos na configuração da sociedade e no interior do partido, citando (iterando) categorias, ideologias, ocorrências, nomes e fatos que possibilitam a análise que pretendo. Na *Informação do Bureau Político*, o MPLA descreve os acontecimentos do 27 de Maio, tece acusações contra Nito Alves e outros envolvidos e apresenta o que seria uma trama armada pelos nitistas para destituir o poder do MPLA – não é um documento de autoria única, mas da narrativa que vai se legitimar como a história de Angola. Assim, contrapor as *Treze Teses* à *Informação do Bureau Político* vai ao encontro da potencialidade do cruzamento de fontes orientadas para a reconstituição do passado especificamente com intuito de analisar as disputas de significados das categorias utilizadas.

O acesso às fontes, embora com algumas limitações, se deu primeiramente de maneira digital (online). Com a pandemia de coronavírus, vimos um grande movimento no sentido de ampliar o conteúdo disponibilizado digitalmente por bibliotecas, museus e arquivos. Cabe lembrar que a *digitalização* é um fenômeno anterior a 2020 – o Portal Português de Arquivos²⁷ (PPA) é de 2010 – mas foi a partir da tensão do isolamento social e dos fechamentos decorrentes da pandemia que passamos a olhar com menos suspeição às possibilidades de consulta a esses acervos, legitimando-os.

Do PPA participam 44 arquivos portugueses que reúnem mais de 6 milhões de documentos catalogados, muitos disponíveis para acesso. Sob a tag de MPLA, há 299

²⁷ Disponível em: <https://portal.arquivos.pt/> - Acesso em 12 jan. de 2021.

documentos, sendo 96 inscritos sob autoria do partido, disponibilizados pelo Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). Outros documentos também são de autoria do partido, mas estão catalogados de maneira distinta. O material disponibilizado pelo AHS está todo disponível digitalmente. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo contabiliza apenas 19 arquivos digitais disponíveis para consulta online. Ambos são abertos e não requerem cadastro de nenhum tipo.

O resultado das pesquisas forneceu materiais bastante diversos, produzidos no período de 1960 a 1975, que incluem boletins para militantes, discursos, comunicados de guerra, manifestos, panfletos, livretos, reportagens, fotografias, dentre outros. As fontes estão em português, inglês e francês; há um discurso de Agostinho Neto traduzido para o italiano, mostrando que muito do conteúdo produzido pelo MPLA era direcionado também – ou especialmente – à comunidade internacional.

Tem grande relevância, ainda, o acervo digital da Associação Tchiweka de Documentação²⁸ (ATD), entidade angolana que, desde julho de 2021, disponibiliza documentos de sua Biblioteca e de seu Centro de Documentação, constituído primariamente pelo acervo bibliográfico e documental do ex-secretário geral do MPLA, Lúcio Lara (Tchiweka era seu nome de guerra durante a luta anticolonial), abarcando também outros documentos relacionados à luta de libertação nacional. A Casa Comum²⁹ é outra plataforma que disponibiliza digitalmente alguns documentos das Fundações Mario Soares e Maria Barroso, que abarcam coleções da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

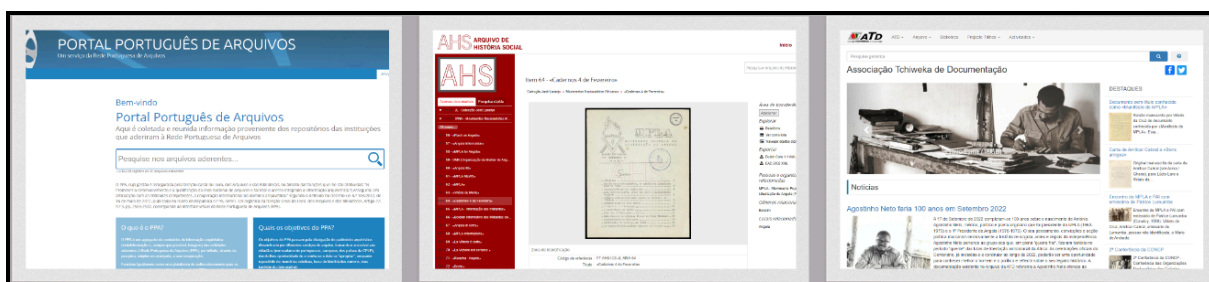


Figura 4: Sites de a) Portal Português de Arquivos (PPA); b) Arquivo de História Social (AHS); e c) Associação Tchiweka de Documentação (ATD). Fonte: print das telas de acesso.

No que tange aos documentos nitistas, os caminhos de acesso são mais tortuosos. Nos arquivos portugueses há um único material referenciando Nito Alves e, ao consultá-lo, não

²⁸ Disponível em: <https://www.tchiweka.org/> - Acesso em: 23 jan. de 2022.

²⁹ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos> - Acesso em: 05 jan. de 2022.

corresponde à descrição do AHS. Isso porque esses acervos contemplam, sobretudo, documentos do período colonial: não há documentos com *27 de Maio* como palavra chave.

Se a produção de obras sobre Nito e o 27 de Maio ficaram restritas em Angola, dada a repressão imposta pelo governo do MPLA (PAWSON, 2014), foi em Portugal que boa parte das publicações se deram. Embora Angola seja tema recorrente em pesquisas de diversas áreas no Brasil, o 27 de Maio ainda foi pouco explorado; assim, poucas dessas publicações chegaram ao nosso país. Além disso, quase nenhuma está disponível em formato digital, adicionando ao seu valor de compras (em Euros) taxas consideráveis de frete.

Assim, esses documentos, em sua maioria compostos por livros de testemunhos ou biográficos, foram acessados, primeiro, a partir dos levantamentos feitos por Ariel Rolim Oliveira e Iracema Dulley, que empreenderam esforços na sistematização e disponibilização dessas obras de difícil acesso no Brasil, sobretudo em arquivos digitais (pdf). Mais tarde, pude adensar e enriquecer a pesquisa através do trabalho de campo em Portugal, que me proporcionou contato com outros documentos.

As obras que mais me interessavam em particular eram as de Nito Alves. Essas, busquei incansavelmente. As *Treze teses em minha defesa*, só foi publicado oficialmente em 2021³⁰, tendo circulado até então de maneira marginal/informal entre pesquisadores e interessados no tema. Os demais livros de Nito não estavam disponíveis para consultas públicas. Um deles, *Memória da longa resistência popular* (BAPTISTA, 1976b), encontrei no site de classificados OLX de Portugal. *A dialética e a guerrilha* (BAPTISTA, 1976a) localizei na biblioteca de Amsterdã, paguei pelo serviço de digitalização e o recebi por e-mail algumas semanas depois. *A lei do poder popular* está disponível online pela ATD.

³⁰ A obra foi lançada em julho de 2021 pela Editora Elivulu, em parceria com a Associação 27 de Maio e o Grupo de Sobreviventes 27 Maio. Recebeu o título: *MPLA - A revolução traída: treze teses em minha defesa* (BAPTISTA, 2021). Trouxe um exemplar de Portugal.

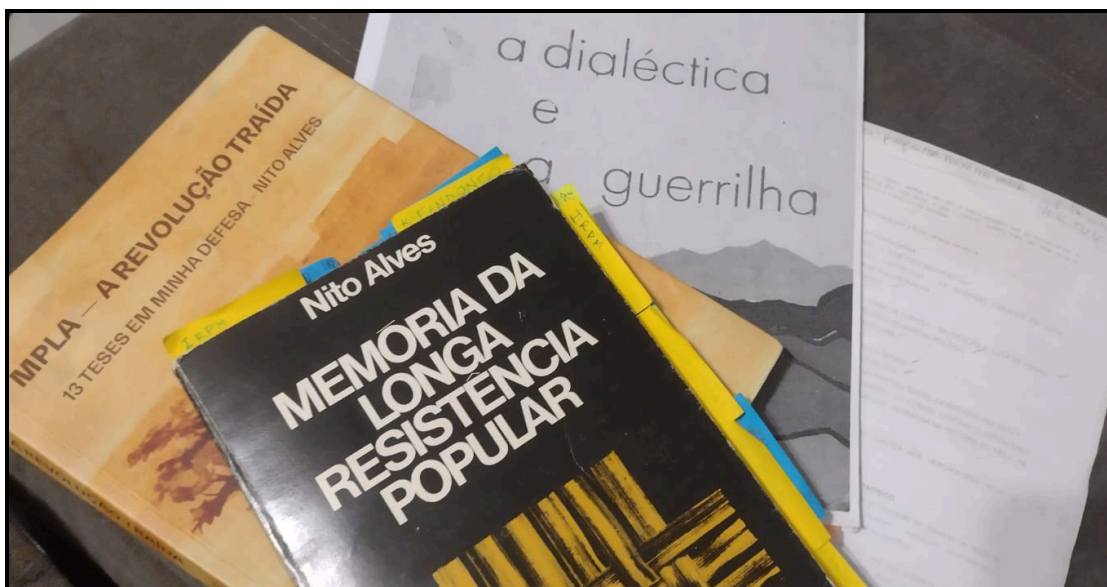


Figura 5: As obras (físicas) de Nito Alves que pude reunir (foto pessoal).

Além da bibliografia específica, também compõem minha análise as seguintes fontes secundárias: 1) literatura angolana, composta por trabalhos de antropólogos, historiadores, sociólogos, jornalistas, filósofos e cientistas sociais e políticos; 2) relatos contemporâneos produzidos por aqueles que viveram o 27 de Maio, de perspectivas pró-Nito ou pró-Neto, mas afastados dos acontecimentos; trata-se de testemunhos importantes, mas socialmente localizados, sendo necessário conhecer e explicitar os contextos de produção; e 3) reportagens atuais (século XXI) produzidas a partir dos relatos, que localizam pessoas que viveram o período e as gerações posteriores dos implicados nos acontecimentos, como familiares de líderes do movimento – essas reportagens se dão especialmente em virtude da memória do evento, anualmente a cada 27 de maio.

Prossigo agora com a descrição das formas de acesso e, em seguida, das fontes que compõem as três dimensões supracitadas.

2.2.1. As fontes que situam: historicização e formação social

Para compreender a dissidência nitista é preciso voltar para os processos de formação da sociedade angolana que permitiram a emergência de movimentos de libertação pautados na luta armada. É certo que Angola tem uma longa história colonial, cujas relações foram perpassadas por encontros e embates entre a população autóctone e os colonizadores. Com a independência, essas relações ora configuraram continuidades, ora rupturas, influenciando nas dinâmicas do MPLA no governo. Para tanto, procuro, com a historicização, localizar as

dimensões sociais e políticas produzidas em dois momentos cruciais no período compreendido entre o início do século XX, com a instituição do Regime do Indigenato nas colônias portuguesas, e a formação dos principais movimentos de luta anticolonial, em especial o MPLA.

Num primeiro momento, busco entender a formação das categorias sociais angolanas em relação às políticas coloniais, incluindo mas não se restringindo às contradições postas pelos incentivos portugueses à imigração de europeus e pelo Regime do Indigenato, que estabeleceram e mobilizaram as possibilidades e os lugares sociais dos angolanos, sobretudo das elites autóctones. A partir daí, investigo a emergência das primeiras manifestações contra o colonialismo português, que originaram os três principais movimentos de libertação no país. O objetivo é compreender o ordenamento social que produziu a historicidade contida nas categorias mobilizadas no período pós-colonial, além de possibilitar a identificação de tais categorias, fundamentando comparações e análises das continuidades e rupturas contidas no novo governo.

A partir da produção de outros estudiosos, poderei contextualizar as dinâmicas do indigenato que importam na formação social que me proponho a analisar. Antropólogos, historiadores, sociólogos e literatos já se debruçaram com afínco na análise deste período, e ainda que nunca possamos dar uma história por completa, podemos considerá-la relativamente bem documentada. Destaco alguns autores cujas obras são de grande relevância na historiografia geral angolana, como Marcum (1969), Wheeler e Pélissier (2009) e Birmingham (2015). Destaco ainda as contribuições fundamentais que tratam da temática da formação social de Angola, como Dias (1984), Neto (1997; 2010), Messiant (2006), Moorman (2008), Dulley (2010; 2015), Nascimento (2016; 2018) e Pereira (2002; 2008).

O segundo momento busca dar conta do início da contestação colonial, a formação dos movimentos de libertação, sobretudo o MPLA, e a independência do país, ou seja, o período entre 1956 e 1975. Altos dirigentes do MPLA escreveram seus testemunhos, compilados de documentos e versões sobre esses períodos (CARREIRA, 1996; LARA, 1997; MENEZES, 2017), sendo importantes fontes primárias. Pacheco (1997), Bittencourt (1999a) e Tali (2001) produziram historiografias detalhadas sobre processos envolvidos na criação do MPLA e constituem fontes secundárias centrais para esta pesquisa.

A literatura nacionalista, produzida ao longo de todo o período abarcado, também constitui importante fonte de informação e acesso às ideias compartilhadas ao longo de todo o período. As obras de Pepetela, Luandino Vieira e Uanhenga Xitu muitas vezes figuraram na mesa de cabeceira da pesquisadora e, eventualmente, ressoam ao longo do trabalho.

2.2.2. As fontes que falam: MPLA, Nito e o 27 de Maio

As fontes empíricas primárias da pesquisa englobam discursos das lideranças políticas do MPLA, documentos produzidos pelo partido no período e escritos publicados na imprensa oficial, o *Jornal de Angola*. Como já apontado anteriormente, valho-me do documento escrito por Nito Alves (BAPTISTA, 1977) para representar a argumentação da outra parte; ressalto que por razões óbvias, não há produção de uma versão do próprio Nito sobre o 27 de Maio, após o qual ele foi assassinado. Todavia, busco nos documentos citados a emergência de categorias que serão colocadas em perspectiva tanto com as fontes empíricas secundárias – outros relatos e sínteses – quanto com a bibliografia histórica apresentada no item anterior.

Sendo o MPLA o partido que permanece no poder desde a independência angolana, os registros de seus posicionamentos e discursos oficiais estão relativamente disponíveis e a consulta de sua produção torna-se mais acessível, corroborando as versões oficiais dos fatos de Angola. Para além de organizar e legitimar sua história, essa estratégia possibilita o apagamento de narrativas contrárias e, na medida em que iteram e reforçam designadores, atualizam categorias e (re)constroem a memória coletiva. Importante frisar, no entanto, que edições antigas do *Jornal de Angola* e outros veículos de comunicação, centrais para acompanhar os desdobramentos que culminaram no 27 de Maio, não estão disponíveis em sua integralidade, sendo possível recuperar eventuais fragmentos de publicações a partir de outras publicações, como livros e produções acadêmicas. Não é possível mais que especular se essa indisponibilidade decorre de dificuldades técnicas, da falta de interesse em tornar este material disponível digitalmente, ou mesmo de uma estratégia do estado angolano em não publicizar essas fontes.

No trabalho de campo, que abordarei mais adiante, tive contato com publicações feitas a partir de Portugal, que contemplam sobretudo literatura de testemunho (FRANCISCO, 2007; BOTELHO, 2008; REIS, 2017). Elas se juntam e compõem o conjunto de relatos, análises e produções acadêmicas e editoriais sobre Nito Alves e o 27 de Maio

(BIRMINGHAM, 1978; FAUVET, 1979; MARQUES, 2012; MATEUS & MATEUS, 2007; MILHAZES, 2009 e 2013; PAWSON, 2014).

2.2.3. As fontes que revisitam: reportagens atuais

Há muitas reportagens contemporâneas publicadas pela imprensa, especialmente após 2007, quando o 27 de Maio completou 30 anos e a Associação 27 de Maio³¹ publicou uma carta aberta. O conteúdo é bastante diversificado: posicionamentos recentes do governo do MPLA acerca do caso, historicização, lançamentos de livros, publicação de manifestos e cartas abertas, entrevistas com estudiosos, envolvidos, familiares e órfãos do 27 de Maio e, eventualmente, artigos de opinião.

A redação portuguesa da emissora alemã DW é a que conta com maior número de reportagens arquivadas³² sob o rótulo “27 de maio de 1977”: são pelo menos 30, produzidas durante os anos de 2011 a 2021; a DW produz conteúdo em 32 idiomas centrados em seis tópicos principais, dentre os quais liberdade e direitos humanos. A rádio francesa de notícias RFI conta com 21 notícias arquivadas³³ com o marcador “27 de Maio” do período compreendido entre 2018 e 2021; a RFI é uma rádio francesa de notícias que transmite para o mundo todo em francês e em outros 15 idiomas. Cataloguei, ainda, 25 reportagens de outros veículos de imprensa, a maioria portuguesas.

Dos jornais angolanos, o *Portal Angola 24 Horas* apresenta 50 notícias³⁴ com a chave exata “27 de maio”; enquanto no *Ver Angola* há apenas 25 notícias³⁵ efetivamente relacionadas ao evento, das 3 páginas que aparecem ao buscar “27 de Maio de 1977”. Já o jornal oficial do país desde a independência angolana, o *Jornal de Angola* apresenta 114 resultados³⁶ na busca por 27 de maio de 1977.

Importantes contribuições provêm ainda de dois jornais angolanos independentes, que se

³¹ Disponível em: <https://27maio.com/> - Acesso em 24 jan. de 2022.

³² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/27-de-maio-de-1977/t-17408128> - Acesso em 02 fev. de 2023.

³³ Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/tag/27-de-maio/> - Acesso em 02 fev. de 2023.

³⁴ Disponível em:

<https://angola24horas.com/mais/2019-06-25-19-46-12/pesquisar?searchword=27%20de%20maio&ordering=newest&searchphrase=exact> - Acesso em 24 jan. de 2022.

³⁵ Disponível em:

https://www.verangola.net/va/pt/102023?tpl=85&f_search_scope=title&f_search_keywords=27+de+maio+de+1977&f_search_articles=- - Acesso em 12 out. de 2023

³⁶ Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/pesquisar/?q=%2227+de+maio+de+1977%22> - Acesso em 24 jan. de 2022.

posicionam de forma muito incisiva em oposição ao MPLA. O *Folha 8 (F8)*, criado em 1995 pelo sobrevivente do 27 de Maio William Tonet, atual diretor da publicação, arquivou 107 artigos³⁷ com o rótulo “27 de maio”. E o *Club-K (C-K)* – K do inglês *key*, chave –, fundado em novembro de 2000 e mantido por jovens voluntários, permite a submissão de artigos, inclusive com pseudônimo; seu conteúdo é instigante, composto sobretudo por artigos de opinião, marcadamente *nitista* – deliberadamente correndo aqui o risco de ser anacrônica – como um discurso inédito de Nito Alves em áudio³⁸. Tanto o *F8* quanto o *C-K* diferenciam-se pela quantidade de interação do público na seção de comentários e essa é uma informação que pode apontar para ecos do eventos que assombram (e dividem) o país até as datas atuais. Por fim, o *Esquerda Net* publicou um dossiê³⁹ em 2017 sobre o 27 de Maio, com algumas contribuições novas.

³⁷ Disponível em: <https://jornalf8.net/tag/27-de-maio/> - Acesso em: 24 jan. de 2022.

³⁸ Disponível em:

https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=32145:27-de-maio-declaracoes-ineditas-de-nito-alves-audio&catid=11&Item___=&lang=pt - Acesso em 29 jun. de 2018.

³⁹ Disponível em: <https://www.esquerda.net/topics/dossier-270-o-27-de-maio-de-1977-em-angola> - Acesso em: 24 jan. 2022.

2.3. Das surpresas do campo

Pensado durante a pandemia, o trabalho de campo previu inicialmente apenas documentos disponíveis em repositórios públicos online, reportagens e materiais que circulam livremente na internet, além da literatura de testemunho. Com a retomada das atividades presenciais mundo afora, no entanto, veio o interesse em aprofundar tais pesquisas num campo etnográfico relacionado a Angola. A escolha por Portugal se deu pelas relações impostas pelo colonialismo, que faz com que grande parte do acervo angolano do período colonial esteja ali disponível, mas principalmente pela temática da pesquisa: há um tipo específico de material que só pôde ser publicado a partir de Portugal. Após a independência angolana, Portugal experienciou um êxodo de portugueses⁴⁰ da antiga colônia que, amedrontados, voltaram para o país.

Com a repressão e a purga que seguiram ao 27 de Maio de 1977, também muitos angolanos envolvidos no episódio, quer sobreviventes, quer familiares de vítimas, mudaram-se para Portugal, para retomar suas vidas. Desde 2002 eles se reencontraram e organizaram-se na Associação 27 de Maio, que luta pela memória e direito civis das vítimas, bem como ao que se referem como ‘Verdade Histórica’, como contou-me numa conversa um desses angolanos, o senhor Jorge Fernandes. Retomo-o adiante.

Não fui a Portugal com grandes expectativas no sentido de descobrir algo surpreendentemente novo, que traria uma reviravolta ao projeto. Pretendia ter acesso a novas fontes, novos materiais, novos discursos e novos interlocutores. Se não estava inteiramente errada, também não acertei por completo. Foi durante a pesquisa em Portugal que fiz o recorte mais importante desta dissertação. Isso porque imaginei que encontraria uma certa quantidade de documentos produzidos pelo MPLA que trariam à luz certas disputas do MPLA a partir de seus posicionamentos e discursos. No entanto, não os encontrei.

Desta forma, defini que olharia para as Treze teses de Nito Alves e para a versão final do 27 de Maio produzida pelo MPLA. Meu intuito não é, como explicitarei adiante, contrapô-las, mas elucidar algumas das múltiplas disputas que foram se delineando. Essa decisão, no entanto, só se deu quando findei as pesquisas e experienciei o tal “efeito

⁴⁰ Sobre a purga de portugueses antes e depois do processo de independência e do 27 de Maio, ver Figueiredo (2009).

etnográfico” (STRATHERN, 2014). Explico.

2.3.1. Recortes do diário de campo: quando o campo encontra teorias

Cheguei a Lisboa perto do feriado da implantação da República, em 5 de outubro de 2021. Ao deparar com os arquivos fechados, decidi enviar uma mensagem ao Sr. Jorge, que remetia as newsletters da Associação 27 de Maio, as quais eu assino e acompanho. Dias antes ele havia respondido à minha primeira mensagem – despretensiosa, é verdade – informando de minha pesquisa e sugerindo uma conversa. Desta vez, escrevi que já estava por lá e marcamos um encontro para a tarde de segunda-feira, dia 10.

A BNP ficava a poucos minutos do hostel e, por isso, foi meu lugar preferido de pesquisa. Paguei três ou cinco euros para cada semana de uso. Todos os dias eu deixava minha bolsa no armário, pegava meu notebook, selecionava o material para pesquisa num computador com impressora térmica e escolhia uma mesa para me sentar, onde esperava a entrega dos documentos por um funcionário do local. Era fácil encontrar o que havia no acervo e minutos depois o funcionário levava o documento ao lugar marcado. Havia o distanciamento mínimo de uma mesa e cadeira entre os usuários do local; não sei exatamente se este sempre foi o modo de operação ou se passaram a funcionar assim em decorrência da pandemia, mas este espaço entre mesas, nem sempre respeitado pelos frequentadores, era útil para pedidos maiores de livros e materiais grandes, como jornais.



Figura 6: Fotos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), de meu cartão de acesso e de pedidos.

Foi na Biblioteca que encontrei Jorge e Verônica. No dia marcado, recebi uma ligação e combinamos um horário. Cheguei um pouco antes e me sentei no saguão. Não esperei muito até que chegassem. Sentamo-nos ali mesmo e fiquei entre os dois. Eu não sabia o que ou como fazer perguntas, mas não foi exatamente necessário. É necessário falar para manter viva uma experiência que Angola tenta silenciar, até esquecer. Narrar é resistir.

Jorge Fernandes é angolano, filho de portugueses. Vive hoje em Lisboa com a esposa, Verônica, que o acompanha e apoia as iniciativas da Associação 27 de Maio. Verônica e Jorge eventualmente vão a Angola, mas falam com insatisfação sobre a situação atual do país.

Jorge me contou que em 1977 era estudante de Engenharia em Luanda e militante do MPLA. Falou com desilusão sobre uma juventude que acreditava na revolução; uma juventude angolana que foi, no mínimo, tolhida de liberdades e sonhos. Muitos não tiveram a mesma ‘sorte’: foram presos, torturados e, em não raros casos, mortos.

Contou-me sobre as muitas tendências dentro da militância quando da independência e das discussões sobre a posição político-ideológica do MPLA logo naquele período. Nem todo mundo era ‘comunista’, afirmou. Na universidade, o MPLA tinha simpatizantes antes mesmo de chegar a Luanda. Lá era também lugar de extensas discussões e debates sobre a orientação do movimento, no contexto da Guerra Fria que vigorava na década de 1970. Jorge apoiava tendências soviéticas, mas não conhecia Nito ou Zé Van-Dúnem. Ele conheceu Sita Valles, que transitava nos mesmos círculos universitários que frequentava e compartilhavam algumas posições políticas e ideais.

Com relação ao 27 de Maio, seus antecedentes e desdobramentos, Jorge me explicou que existiam grupos distintos na universidade, mas que ele demorou a entender que se constituiu uma busca ativa contra as pessoas, um combate ao fraccionismo dentro do MPLA. Este fraccionismo seria, ali no contexto universitário, representado por grupos ligados à Sita. Foram, inclusive, rapazes da universidade, também militantes do MPLA, que se diziam seus colegas, com posições políticas divergentes, que denunciaram Jorge e outro estudante, seu amigo, aos órgãos de investigação. Os dois foram levados da cantina da universidade poucos dias depois do 27 de Maio. Como Jorge explica e está bastante documentado, não era preciso grandes alegações para que se prendessem pessoas.

Esses rapazes ainda foram importuná-los na prisão, participando dos interrogatórios, humilhando a ele e seu amigo. Jorge também foi torturado na prisão, onde passou cerca de um ano e meio antes de ser transferido para um campo de “reeducação” em Quibala, Kuanza Sul, 350 km distante de Luanda. Ali ‘não foi tão terrível’, ele me respondeu, quando mencionei o testemunho publicado em livro por Michel, *Nuvem negra* (FRANCISCO, 2007). Apesar de extensas jornadas de trabalho forçado, as torturas foram mais amenas e ele pôde erguer um

pequeno cômodo para chamar de casa. Foi libertado em agosto de 1979, sem ficha, acusação ou julgamento.

Perguntei sobre o recente movimento do MPLA, sob a presidência de João Lourenço, cujo slogan é *Abraçar e Perdoar*, que visa elucidar os crimes políticos – e expiar a culpa angolana –, incluindo as vítimas de Maio de 1977 e da guerra civil. As atividades tiveram seu ápice com a entrega das ossadas de vítimas do 27 de Maio, mas destaquei a organização das entregas de ossadas de Nito Alves e Saidy Mingas⁴¹ para as filhas de cada um: uma atitude que me causou incômodo por seu apelo midiático e certamente pouco sensível, ainda mais considerando que em julho de 2022, às vésperas de mais uma eleição angolana, acirrada entre MPLA e UNITA.

Verônica me explicou as controvérsias que as associações vinham encontrando nos processos e constantemente questionando, desde uma equipe de escavações despreparada até testes de reconhecimento dos corpos que poderiam ser forjados. Não tive acesso a reportagens contra hegemônicas, escritas ou em vídeos que Verônica citou – elas se limitaram a Portugal, eventualmente, e Angola. De todo modo, tanto as iniciativas angolanas quanto aqueles que não acreditam nelas demonstram que o 27 de Maio permanece pungente na Angola atual.

Registrei o momento com uma foto, que me comprometi a não publicar.

Vale salientar que há ainda mais duas associações de sobreviventes que frequentemente promovem encontros, lançamento de livros, debates e, recentemente, um filme sobre Sita Valles, também envolvida também no 27 de Maio, apontando para a relevância do assunto no país. Uma delas é formada majoritariamente pelos Órfãos do 27 de Maio, sediada em Lisboa, e a outra é a Fundação 27 de Maio, a única situada em Luanda, sobre a qual o Sr. Jorge teceu algumas considerações e suspeições.

Encontrar o Sr. Jorge, sobrevivente das tragédias do 27, deslocou o meu modo de olhar para o campo para além do apanhado desordenado de fontes. Materializou e incutiu a este trabalho uma dimensão que eu não previra. Não é que tenha mudado (apenas) a minha forma de olhar para os relatos. Mesmo porque há que se pensar que eles se repetem por um lado, porque de fato aconteciam de forma sistemática, mas por outro, porque foram trocados à

⁴¹ Dirigente do MPLA assassinado no 27 de Maio numa história controversa de ambulância queimada no bairro luandense de Sambizanga, onde Nito Alves tinha grande base de apoio da população. Na narrativa oficial, Saidy Mingas foi assassinado a mando de Nito Alves.

exaustão, o que faz com que as memórias se unam, se misturem e se confundam, dando corpo à protomemória, nos termos de Candau (2011) .

Fazer trabalho de campo requer sempre, em algum nível, ser surpreendido, ser “afetado” (FAVRET-SAADA, 2005). Pensei que analisar documentos me concederia certa imunidade a isso... Volto então para o processo de escrita, carregando as considerações de Lima (2013): “O que quer que a escrita etnográfica possa ser, por onde poderíamos começar senão pela organização, pelo procedimento de pôr os dados em ordem?, de pôr ordem nos dados? [...] pela criação de um segundo campo?” (LIMA, 2013, p. 17). Na escrita, tentamos atribuir significado e preencher de sentido as experiências que vivemos em campo. Temos a análise do observado e a observação da análise, que leva a um segundo campo. Recorro novamente a Lima (2013), que explica:

uma vez que as coisas, as histórias, as ideias, os eventos que faziam seu sentido no campo precisam ser rearranjados em um texto que deve conter seus próprios argumentos e ser endereçado a outros interlocutores, a escrita torna-se criadora de um segundo campo, cujo desafio é, justamente, a recriação, que só pode ser imaginativa, de uma parte dos efeitos do trabalho de campo. (LIMA, 2013, p. 21).

Assim, como para Strathern (2014), temos dois campos e o momento etnográfico é um momento de imersão total e parcial (STRATHERN, 2014, p. 345) que acontece quando nos distanciamos fisicamente de nosso campo mas continuamos nele imersos através do processo de escrita. O momento etnográfico une esses dois campos, ora pela imersão, ora pelo movimento de entrada e saída de cada um dos campos.

Ali, na esteira das minhas reflexões, no meu segundo campo, entendi a importância e o compromisso oriundos desse processo de escrever sobre um passado que reverbera no presente e impactará o futuro. Das expectativas que são criadas nas pessoas que viveram o 27 de Maio por respostas que, infelizmente, não poderei dar. Esta experiência evidenciou para mim como nossos trabalhos são recebidos, esperados, ansiados. Trouxe à luz quais os impactos do que a gente faz e qual a nossa responsabilidade enquanto pesquisadores. Continuariam existindo frustrações e lacunas, minhas, inclusive, e eu deverei lidar com isso.

PARTE I

Classificações e resistências em Angola

“Classificar consiste nos atos de incluir e excluir. Cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. Certas entidades podem ser incluídas numa classe — tornar-se uma classe — apenas na medida em que outras entidades são excluídas, deixadas de fora. Invariavelmente tal operação de inclusão / exclusão é um ato de violência perpetrado contra o mundo e requer o suporte de uma certa dose de coerção.”

(BAUMAN, 1999, p. 11).

CAPÍTULO 3

3.1. Notas sobre a sociedade angolana colonial

Este trabalho não pretende proceder a uma reconstituição histórica, mas o entendimento das dinâmicas e instituições coloniais é fundamental para compreender a configuração das guerrilhas e dos movimentos de libertação angolanos, no decorrer dos quais Nito tornou-se herói. Isso é importante sobretudo para lançar luz às disposições e posições que se estabeleceram após a independência angolana, com a chegada do MPLA ao poder, quando começaram a ficar evidentes a heterogeneidade do partido e as tomadas de posição. Esses aspectos foram, em grande medida, pautados em orientações ideológicas, interesses e repertórios subjetivos que, no limite, revelavam continuidades e conflitos não resolvidos e constrangimentos oriundos ainda das contradições colonialistas que não puderam ser apenas deixadas de lado por decreto.

Questões coloniais atravessam as histórias dos sujeitos e são constitutivas de suas possibilidades e de certo *habitus* (BOURDIEU, 1996a), entendido aqui enquanto disposições incorporadas, estruturadas e estruturantes da visão de mundo e da disposição para agir de um sujeito⁴², que faz com que este sujeito adquira valores e símbolos do campo social e os reproduza em suas ações e pensamentos. Essas formas de conceber e estar no mundo moldaram relações e estruturaram as posições dos sujeitos, apontando para alguns meandros imbricados nas disputas pelo poder em Angola. Racismo e etnicidade, por exemplo, são temas recorrentes nos conflitos angolanos anteriores e posteriores à independência, ainda que não possam ser tomados como únicas chaves explicativas. Para uma análise mais complexa, como lembra Pinto (2012), é preciso articular os fatores étnico-raciais aos aspectos econômicos, militares e regionais, entre outros.

Destaco inicialmente dois pontos da história de Angola que são basilares para entender a composição da sociedade angolana a partir de contradições impostas pelo colonialismo aos sujeitos. O primeiro ponto é o rearranjo da sociedade colonial na medida em que a imigração e a administração portuguesa em Angola se intensificaram no início do século XX. Apresento as políticas de classificação oriundas do regime do indigenato, fruto das políticas coloniais endurecidas pela ditadura salazarista em Portugal, assim como o impacto e as transformações

⁴² Bourdieu, como apontado alhures, fala em agente social.

postas às elites angolanas, que levou à categorização hierárquica de angolanos e portugueses, criando marcadores de diferença que se mantiveram após a independência. Destaco ainda a formação tardia de novas elites que se contrapuseram às elites já estabelecidas, sobretudo cidadinas. O segundo ponto, decorrente do primeiro, é o surgimento e a articulação de focos de resistência e contestação colonial. Interessa-me sobretudo a formação do MPLA, partido que chegou ao poder no pós independência.

Nascimento (2018) lembra que a urbanização na África teve um longo percurso antes da chegada dos europeus e que as cidades africanas já existentes desempenhavam papéis importantes na economia e na cultura local. Com a interiorização da colonização europeia após a Conferência de Berlim determinar que seria necessário ocupar efetivamente um território para possuí-lo, muitos desses centros urbanos foram remodelados para atender aos interesses comerciais dos colonizadores. A expulsão das populações locais para zonas periféricas foi uma estratégia comum das potências coloniais para consolidar seu controle sobre as cidades e evitar a resistência local. No entanto, “sem as estruturas africanas (comercialização de determinados produtos e prestação de serviços) e mesmo suas elites locais estes enclaves não sobreviveriam” (NASCIMENTO, 2018, p.342), ou seja, as estruturas econômicas e sociais africanas eram essenciais para o funcionamento desse modo de colonizar, apontando para a importância das elites locais nas dinâmicas coloniais, concentradas especialmente nas cidades costeiras.

Angola do século XX é marcada pela ocupação colonial generalizada; até então desde a chegada dos portugueses 1482-86, este processo foi caracterizado pela fragmentação e desequilíbrio entre os períodos de colonização (WHEELER; PÉLISSIER, 2009). A penetração no interior e nos planaltos foi complicada e não completamente exitosa. Houve influência muito grande do tráfico humano para a economia local e nas relações entre europeus e angolanos. Não houve adesão de migração portuguesa expressiva, em massa, ao longo dos quase 400 anos de colonização, sendo Angola uma colônia de exploração⁴³ e tendo funcionado, inclusive como colônia penal para portugueses ‘degredados’ (BENDER, 1978, p. 57). É importante pensar que a colonização neste momento estava em estreita ligação com os nascidos em Angola. Destas relações remontam o surgimento de elites locais, que enriqueceram tanto nas transações comerciais quanto ao ocuparem lugares privilegiados no

⁴³ Houve cultivo de café, açúcar, algodão, depois diamantes e, mais recentemente, petróleo. Wheeler e Péliissier (2009) apontam para o papel de Portugal em fazer de Angola “uma base botânica para o Brasil” (p. 27).

aparato colonial. Em muitos casos, foram forjadas elites locais que também se caracterizou, em muitos casos, pela mestiçagem, especialmente nas cidades costeiras, como Luanda.

A situação começa a mudar com a Conferência de Berlim (1884-1885), que promoveu a ocupação e exploração do território africano pelas então potências imperialistas (europeias) no que ficou conhecido como “partilha da África” (OLIVEIRA, 2017). Portugal ficou com o território de Angola, além de Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé, e para controlar a população local e conter revoltas, o governo português enviou expedições militares. A colônia havia se expandido bastante, mas ainda não havia uma configuração definida para toda a metade oriental de Angola. A fronteira sul estava completamente aberta e foi objeto de sucessivas negociações que só terminaram em 1926, com a definição da fronteira no nordeste com os belgas (NETO, 2017, p. 111). O que se estabeleceu como Angola é um espaço geográfico bastante heterogêneo – uma região costeira de terras baixas, de norte a sul do país; uma faixa estreita de subplanalto e o Planalto Central, um verdadeiro planalto mais ao oriente do território (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p.26). Esses territórios possuem climas e vegetações muito diferentes, do clima tropical ao deserto da Namíbia, ao sul, além de possuir mais de 20 etnias distintas. É importante apontar que, a despeito de as fronteiras terem sido definidas no século XX, elas ainda eram zonas de intercâmbio e não barreiras intransponíveis, por isso é preciso compreender a história da região além dos limites dos atuais Estados.

Desde a chegada dos portugueses, a Igreja Católica foi uma “assumida aliada da colonização e presumível veículo da 'portugalização' dos povos de Angola” (Neto, 2013), uma instituição importante para perpetrar a violência da dominação, gerando um impacto significativo nas mudanças sociais, incluindo alterações na noção de propriedade, estrutura familiar e hábitos alimentares, vestuários e educação. Todavia, a Conferência de Berlim também deu abertura para a entrada de missões protestantes no país (MESSIANT, 2006, p. 99); ainda que a chegada das missões protestantes em Angola date dos anos de 1880, houve a expansão da presença dessas missões em território angolano e, a partir de projetos que acomodavam as particularidades⁴⁴ dos diferentes grupos étnicos e regionais, aumentou a adesão ao cristianismo (DULLEY, 2015).

A despeito da forte presença de missionários católicos em diferentes partes do

⁴⁴ Isso não quer dizer que os protestantes respeitavam as configurações locais, pelo contrário. Tanto católicos quanto protestantes foram aliados do colonialismo de diferentes maneiras e ambos transformaram as sociedades locais com imposições das missões.

território angolano, como os planaltos centrais (DULLEY, 2010), a educação proporcionada pela instituição se concentrou mais nas áreas urbanas como Luanda, Benguela e outras cidades próximas, enquanto as missões protestantes se espalharam de modo mais intenso, inclusive criando centros de educação em zonas rurais. Ademais, guardadas as diferenças, as missões católicas e protestantes foram, em grande medida, responsáveis pela emergência de elites regionais no interior ao longo do século XX⁴⁵.

A falta de escolarização formal para africanos provida pelo governo português fez com que as escolas das missões fossem um meio de ascensão social dentro da sociedade colonial, com a aquisição do estatuto de ‘assimilado’; a prova da assimilação da cultura portuguesa possibilitava aos africanos ser considerados civilizados e, portanto, cidadãos nos termos da lei. Por essa razão, os chefes africanos optavam por encaminhar seus filhos para serem educados nas missões cristãs, não sendo, portanto, aleatória a relação entre a educação nessas missões e as futuras lideranças das lutas anticoloniais. Sobre a relação entre missões e anticolonialismo, Neto (2013) aponta que

O que foi marcadamente diferente, com consequências que se prolongaram após a independência, foi a reacção das lideranças das várias igrejas à afirmação do nacionalismo angolano e à luta pela independência. Os Angolanos católicos entravam em choque com a hierarquia da sua Igreja, salvo raras excepções, quando manifestavam o seu anticolonialismo e se decidiam a agir, enquanto os Angolanos metodistas, baptistas e congregacionais (para citar os principais) sentiam o apoio material e espiritual das suas Igrejas quando o faziam. (NETO, 2013, p.197-198)

Esse aparente apoio se deu em grande medida porque a hierarquia da igreja protestante era formada por pessoas locais, diferente da católica. Estas missões contribuíram, assim, para a formação de uma consciência ‘étnica’ que incluiu os grupos etnolinguísticos Ambundu ou Kimbundu, Ovimbundo e Bakongo. O primeiro grupo localizava-se no oeste de Angola, em Luanda e região, e foi evangelizado pelos metodistas; o segundo, pelos congregacionistas no território do Planalto Central; e o terceiro no norte de Angola, onde a missão batista atuava. Arelar grupos etnolinguísticos a missões protestantes funciona aqui apenas como um recurso analítico para compreender a concentração geográfica dos grupos – e posteriormente as disputas entre os movimentos de libertação. Além da delimitação de grupos não ser estanque, as missões católicas também estavam presentes nas mesmas regiões (OLIVEIRA, 2017).

⁴⁵ Como explicarei adiante, havia elites regionais em cidades costeiras, como Luanda e Benguela, que foram formadas durante o tráfico, muito antes do século XX, por isso enfatizo o caráter interiorano e tardio dessas elites.

A imigração portuguesa massiva pós Conferência de Berlim reconfigurou uma sociedade já estruturada hierarquicamente, que tinha angolanos em posições privilegiadas, dadas suas relações com o governo português, que serão melhor apresentadas adiante. Argumento que, a partir das relações dessas elites angolanas locais com o aparato colonial – leis, estatutos, possibilidades e subjetividades – podemos entender o desencadeamento das lutas anticoloniais, num primeiro momento, e o acirramento das tensões entre essas elites que passaram a se conceber como partido de vanguarda, que conduziria uma revolução de massas, e as próprias massas, que encontraram um certo eco nos discursos de Nito Alves.

Neste sentido, as alterações legais impostas pelo Regime do Indigenato são basilares e um marco importante para forjar os primeiros movimentos nacionalistas a favor de uma angolanidade, na medida em que tencionaram, quase como num efeito cascada, classificações e diferenciações dentro das elites autóctones, que reverberaram nos diferentes movimentos de libertação, inclusive interno a eles. São essas categorias que busco localizar ao longo desta Parte I.

3.2. O mundo que o português classificou

A abolição da escravatura em Portugal⁴⁶ e nas suas colônias foi um processo gradual que começou com o decreto de 29 de abril de 1858, que previa a liberdade dos escravos após vinte anos. Em fevereiro de 1869, todos os escravos foram declarados libertos, mas obrigados a trabalhar para seus antigos proprietários por um salário irrisório. Em 1875, um novo decreto extinguiu a servidão dos ‘libertos’, mas eles ainda estavam sob tutela pública até 29 de abril de 1978, como previu o primeiro decreto (NETO, 2017). Depois do fim da servidão dos ‘libertos’, milhares de trabalhadores angolanos foram recrutados para trabalhar nas plantações de café e cacau em São Tomé, sendo agora chamado de ‘serviçais’; as condições de trabalho eram quase idênticas às dos escravos, o que gerou escândalo na Europa quando denunciado.

Na época, Portugal já mantinha em vigor a legislação colonial que justificava o recurso ao trabalho forçado como aspecto positivo da colonização na medida em que promovia uma transformação moral do modo de vida dos colonizados. O *Regulamento do Trabalho dos Indígenas das Colônias*, de 1899, permitia formas diversas de trabalho forçado, aplicáveis apenas aos trabalhadores classificados como indígenas e não aos cidadãos portugueses. Neste sentido, Nascimento (2016) explica que durante a República Portuguesa⁴⁷, período compreendido entre 1910 e 1926, qualquer negro que falasse português e soubesse ler e escrever era categorizado como ‘civilizado’.

Em 1926, em Portugal, houve um golpe militar que impôs a ditadura, nomeando Salazar como chefe de Estado em 1928; como lembra Thomaz (2001), a Constituição de 1933, que institucionalizou o Estado Novo, consolidou um regime autoritário que, em muitos aspectos, apresentava semelhanças com outros regimes fascistas europeus contemporâneos (THOMAZ, 2001, p. 59). A ditadura salazarista subordinou a administração das colônias à metrópole, instituindo o Regime do Indigenato, em vigor de 1926 até 1961.

O Regime do Indigenato, ancorado no *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, cuja publicação inicial data de 1926, com revisões em 1929 e 1954, distinguia a população, a dividindo em duas categorias: os

⁴⁶ A exportação de escravos das colônias africanas de Portugal para o Atlântico foi legalmente proibida em 1836, mas a escravatura ainda existia (NETO, 2017).

⁴⁷ Um panorama geral do período de transição entre monarquia e república pela perspectiva dos angolanos pode ser encontrado em Neto (2010).

‘civilizados’ e os ‘indígenas’. Segundo o Decreto 12533, de 23 de Outubro de 1926, artigo 3º: “[p]ara os efeitos do presente estatuto, são considerados indígenas os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça” (MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS, 1926, p. 1668). A partir do Estatuto, apenas aos brancos era reservada a categoria de civilizado, num “esforço empreendido por Portugal para proteger os portugueses menos qualificados da concorrência interna com os nativos” (NASCIMENTO, 2016, p. 45). Aos negros e mestiços restaram as categorias de indígena, aqueles que seriam explorados como mão de obra, pagariam impostos e estariam sujeitos a outros constrangimentos (DULLEY, 2015), e a categoria de assimilado, pleiteada através da comprovação da gradual incorporação de valores portugueses. O gradualismo evidenciava o esforço de Portugal em ressaltar sua benevolência e modo particular de colonizar: a despeito da raça, todos eram portugueses (THOMAZ, 2001, p. 61).

Para ser assimilado era preciso ter pelo menos 18 anos e atestar certos aspectos do estilo de vida lusitano, como falar português fluente, ser cristão, usar vestimentas ocidentais, como vestidos e calças, ter moradia, dormir numa cama, possuir boa escolaridade e renda. (MESSIANT, 2006, p. 105). A questão da idade denota que o estatuto não era hereditário. Sango (2010) analisa este e outros aspectos da classificação, como os hábitos individuais e sociais constituírem condição fundamental para a cidadania e a dependência de um julgamento do administrador local para obtenção desta cidadania, o que tornou provável que as aprovações fossem daqueles negros que poderiam influenciar positivamente em suas relações com outros africanos. Ele destaca que:

A avaliação desta superação [do comum de sua raça] cabe ou cabia a um grupo de pessoas, no caso brancas. Portanto, há um grupo ao qual, à partida, lhes é reconhecida capacidade, talvez decorrente de uma qualidade inata, de decidir e avaliar o quanto determinado indivíduo conseguiu autosuperar-se e tornar-se detentor das qualidades que o tornam cidadão (SANGO, 2010, p. 20).

Os brancos sempre partirem da posição de civilizados era questionável, visto que nem sempre cumpriam os requisitos exigidos aos africanos. Por muito tempo, Angola representou o destino para desertores, degredados e voluntários, inclusive como colônia penal (WHEELER; PÉLISSIER, 2009; BENDER, 1978), ou seja, iam para lá pessoas sem grandes acessos em Portugal que viam na colônia uma forma viver sua superioridade e importância dominando os africanos (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 81).

Ser assimilado afastava o angolano do trabalho compulsório e concedia certa

autonomia de trabalho e deslocamento (MESSIANT, 2006). Assim, a política de assimilação vendia-se como instrumento de ascensão econômica e social, reivindicando o mito do lusotropicalismo e sua democracia racial (NETO, 1997). No limite, porém, o Regime do Indigenato representou uma eficiente estratégia de dominação e controle político na medida em que articulou burocracia e raça, determinando muitas das possibilidades e impossibilidades de sujeitos angolanos (NASCIMENTO, 2016). Na prática, o assimilado de mesma instrução (ou maior) que um europeu, estaria sempre numa posição subalterna. O viés racista da classificação imposta instituiu, ainda, uma posição ambígua aos mestiços, que reverberou no pós-independência. Mestiços eram lidos de forma mais positiva que indígenas e tinham o estatuto de assimilado mais facilmente concedido (DULLEY, 2010, p. 37).

Ao pequeno grupo de africanos composto majoritariamente por pessoas oriundas das elites angolanas autóctones, especialmente luandenses, às quais Messiant propõe a denominação de ‘antigos assimilados’ e que até ali se distinguiam socialmente da grande massa da população autóctone, coube o constrangimento de solicitar um documento que comprovasse sua assimilação. Retomarei esse ponto posteriormente para entender as contestações anticoloniais que emergiram em Angola. Por ora, importa dizer que essa distinção deixou de ser apenas social e passa a ser, também, legal, comprovada por um documento que atestava sua categorização (DULLEY, 2015, p. 63).

Na esteira da Segunda Guerra Mundial, houve uma mobilização internacional pela libertação das colônias africanas ainda subordinadas às potências europeias. No entanto, Portugal mantinha suas colônias como importante fonte de receitas. (OLIVEIRA, 2017). Em 1951 foi promulgada uma lei que revisou a Constituição, na tentativa de adaptar a política colonial portuguesa às conjunturas do mundo pós-Segunda Guerra. Embora não tenha resultado em efetivas mudanças na administração da metrópole, Portugal alterou a terminologia usada para referência a seus territórios controlados; não tinha mais ‘colônias’, mas havia ‘províncias ultramarinas’. Desta forma, como enfatiza Peixoto (2009), o país começou a justificar sua presença no ultramar como uma missão civilizatória nas regiões tropicais. A nova política ultramarina passou a se concentrar nas possibilidades de assimilação possibilitadas por seu governo, respaldada pela apropriação do lusotropicalismo.

O governo salazarista adotou o lusotropicalismo como ideologia justificadora do colonialismo português tardio. A teoria foi desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto

Freyre na década de 1930, quando foi ignorada por Salazar. De acordo com o lusotropicalismo, como explica Dulley (2022), o colonialismo português diferia do de outras potências coloniais porque afirmava não ser utilitário, mas moral, e feito em benefício dos súditos de Portugal. O lusotropicalismo deriva da leitura do colonialismo português no Brasil por Gilberto Freyre, que depois se estendeu às demais colônias. Freyre e seu elogio à mestiçagem em *Casa-Grande e Senzala* (FREYRE, 1933) foi o grande nome da ideologia lusotropicalista, segundo a qual a presença portuguesa em suas colônias se deu pelo convívio pacífico com as populações locais, justificando a colonização portuguesa do ponto de vista moral porque seria essencialmente civilizadora. Como lembra Holliver (2021), a teoria da miscigenação encarnada no mito das três raças tem como campo etnográfico original a fazenda de cana-de-açúcar da família de Freyre e traz a concepção de miscigenação como processo de síntese que neutraliza diferenças em favor de um elemento dominante, europeu.

Essa teoria acabou desempenhando um papel fundamental na estratégia portuguesa de combater as críticas à sua presença colonial na África. Como explica Nascimento (2013), o governo português utilizava angolanos, como Américo Boavida, primeiro médico negro de Angola, para demonstrar o sucesso de sua política perante o mundo. Nesse contexto, tanto a antiga elite luandense quanto os ‘novos assimilados’ eram vistos como instrumentos de colaboração com os portugueses, reforçando a ideia de que a colonização portuguesa era benéfica para a população local, ao mesmo tempo em que mantinham o controle sobre a população e evitavam a agitação anticolonial.

O Regime do Indigenato vigorou até 1961, ano da eclosão das primeiras revoltas anticoloniais. As motivações foram várias. Mabeko Tali (2001, p. 30) destaca que, devido à situação da guerra colonial, a antiga concepção portuguesa de gestão das colônias, que era baseada em protecionismo, foi forçada a se tornar mais flexível. Esta concepção era evidente na restrição aos investimentos estrangeiros nas colônias e nas consequências para o sistema colonial. Em resposta, houve uma mudança para uma economia mais moderna, refletida em maiores investimentos na indústria, imobiliário, infraestrutura urbana e agropecuária. Além disso, a colônia foi aberta a mais capitais estrangeiros como parte de uma estratégia de "contra-subversão" às guerrilhas. Isso afetou até mesmo os esforços para suavizar as diferenças discursivas sobre a forma de designar as diferentes categorias raciais dos colonizados. Dulley (2022) destaca também:

O início da descolonização em outras colônias africanas, as críticas internacionais e a condenação das condições de trabalho no Império português deixaram claro para Portugal que era hora de afrouxar o controle sobre as colônias. Esse afrouxamento foi acompanhado pela disseminação da ideologia lusotropicalista, propagada pelo Estado português na década de 1960. [...] O eventual fim do regime do indigenato certamente estava relacionado a circunstâncias externas. Mas também é o caso de que a tentativa colonial de homogeneizar os sujeitos por meio de sua interpelação racializada como indígenas nunca foi suavemente traduzida em formas vernáculas de lidar com a diferença (DULLEY, 2022, p.368, tradução minha).

No limite, essa estratégia visava desacreditar a guerrilha nacionalista e suas justificativas ideológicas, concedendo uma abertura na legislação, com a abolição do estatuto do indigenato, e integrando mais os africanos na sociedade central. Com a abolição do estatuto, todos os habitantes das colônias portuguesas obtiveram a cidadania, mas as diferenças se rearranjaram em torno de novas roupagens atribuídas a velhos termos.

Os efeitos da transformação da classificação social em classificação legal foram sentidos sobretudo nos cotidianos das elites autóctones angolanas, ainda que de maneiras distintas.

3.3. Elites, entre assimilações e contestações

As elites angolanas autóctones eram constituídas por grupos bastante heterogêneos, tendo por aspectos distintivos territorialidade, raça, etnia, grupo linguístico e religião, dentre outros. Detenho-me em delinear melhor quem seriam esses sujeitos e suas posições sociais, partindo da distinção proposta por Messiant (2006) entre antigos e novos assimilados. ‘Assimilado’ aqui não faz referência à classificação legal introduzida pelo indigenato, mas à diferença histórico-social entre os grupos, pautada em suas origens, localização geográfica e relação com o aparato colonial. De antemão, importa dizer que antigos e novos assimilados estão no cerne das manifestações anticoloniais e do surgimento dos movimentos de libertação. Segundo Nascimento (2013):

Ela [Messiant] tipifica os “novos assimilados” por meio de características próprias: pretos, oriundos do interior, de formação missionária e que conseguiram o Estatuto de Assimilado em meados do século XX. Diferencia-os dos ‘antigos assimilados’, expressão que prefere a crioulos, e mostra a presença dos ‘novos assimilados’ na guerra civil angolana e a sua luta pelo poder com outros setores igualmente elitistas. Seu estudo foi a porta de entrada para entendermos e aprofundarmos os estudos sobre as clivagens existentes nessa elite nativa luandense (NASCIMENTO, 2013, p. 23).

Cabe salientar, ainda, que a classificação de Messiant aponta para as complexidades e para a diversidade que perpassavam as elites angolanas e serve para fins analíticos: a partir dela, é possível entender certas identificações e alianças que foram se conformando para a independência e também no pós-independência, e que permearam as disputas em torno do projeto de partido – mais que de nação – propagado pelo MPLA. Tais disputas perpassaram o modo como os grupos se articularam contra ou a favor de Nito Alves. Nito era um novo assimilado; a cúpula do MPLA era majoritariamente formada por antigos assimilados.

3.3.1. Entre criouldade e angolanidade: Luanda e os antigos assimilados

Como já exposto, do contato com a administração portuguesa, surgiram em Angola diferentes elites regionais ligadas ao governo colonial e ao funcionalismo público, mas também vinculadas às forças armadas, ao comércio e ao tráfico de escravos, bem como às antigas chefias das sociedades africanas (WHEELER; PÉLISSIER, 2009). Na capital, Luanda, esses angolanos compartilhavam uma característica bastante marcante, dado o intenso contato com a cultura europeia – e não apenas portuguesa – que originou uma espécie de mestiçagem social e cultural. É importante entender a centralidade de Luanda na história da colonização de Angola, principalmente por se tratar de uma região pequena especialmente se considerada a

grande extensão territorial do país, mas que se tornou um dos maiores portos de tráfico humano; pela conexão entre as feiras de trato e os reinos negreiros do interior de Angola, Luanda era o principal destino do comércio destinado ao exterior (NASCIMENTO, 2013).

Assim, em Luanda desenvolveram-se grupos que eram favorecidos pelas dinâmicas dos comércios, das relações com europeus de modo geral e com colonizadores em particular. Formavam uma elite bastante particular: eram sujeitos citadinos, concentrados em regiões de intenso contato com europeus, muitos mestiços, e que estabeleceram conexões com o aparato colonial, ocupando, inclusive, funções administrativas. Por essa razão, podem ser entendidas como elites políticas africanas de Angola. Na literatura convencionalmente são chamados também como ‘elite crioula’ e, eventualmente, referidos como intelectuais. Estudiosos como Dias (1984), Bittencourt (1999a), Wheeler e Pélissier (2009) propõem chamar essa elite local, sobretudo luandense, de ‘elite crioula’. O termo vem da obra *Luanda, ‘Ilha Crioula’*, do escritor e sociólogo angolano Mário António Fernandes de Oliveira (1968), que, conforme Nascimento:

ressalta a existência dessa elite crioula e as clivagens existentes dentro dela, desde, pelo menos, o início do século XX. Sua obra nos ajudou a entender que elite letrada é essa que se formou em Luanda e de que maneira, ao associar-se a uma ideia de mistura, ela acabou se dissociando daquilo que poderíamos chamar “mundo tradicional” do interior angolano, de onde surgiram, anos mais tarde, os ‘novos assimilados’ (NASCIMENTO, 2013, p. 22).

Nascimento (2018) explica ainda que, na visão da obra, essa interação entre elite autóctone e portugueses desenvolveu um dinamismo que resultou em algo novo e distinto, tanto da Europa, quanto do interior de Angola, uma espécie de “ilha” com características peculiares, na medida em que não apenas misturavam elementos biológicos, religiosos e culturais africanos e europeus, mas em que pese a ligação entre esses “crioulos” e portugueses construíam um lugar social que os colocava ora como intermediários, ora como tradutores entre portugueses e demais africanos. Ferreira (2006) aponta para o caráter bastante lusotropicalista da obra e, contrapondo-se a Oliveira, explica que, além da superioridade demográfica da população africana, “seria a plasticidade da cultura Mbunda – não da cultura portuguesa, como apregoado no argumento lusotropicalista de Mário António de Oliveira – que teria levado ‘ao nascimento de uma cultura afrolusitana’” (FERREIRA, 2006, p. 29), com predomínio, inclusive, de elementos africanos. Ferreira ressalta ainda a expressiva maioria de imigrantes portugueses do sexo masculino nos séculos XVII e XVIII; como resultado da falta de mulheres europeias na região, esses homens estabeleceram relações conjugais formais ou

informais com mulheres africanas, resultando numa população mestiça. Saliento, ainda, a ressalva feita por Neto (1997):

Evitemos equívocos lembrando, em primeiro lugar, que ‘crioulo’ tem uma pluralidade de significados que chegam a ser contraditórios: no Brasil, designava o escravo negro nascido localmente; noutras colónias americanas, os brancos ali nascidos. Em Cabo Verde, todos se assumem ‘crioulos’ de longa data. Em Angola, o termo está hoje em dia fortemente politizado, ao ponto de haver três ou quatro significados correntes, donde resulta ser cada vez menor a operacionalidade do conceito (NETO, 1997, p. 332).

Assim, minha opção pessoal é referir-me a esse grupo específico como *antiga elite luandense*, considerando objeções de outros pesquisadores angolanos, como Albuquerque (1975) e Kajibanga (2004), que entendem que o termo ‘elite crioula’ carrega um elogio à colonização; e porque aponta para a existência de outras elites – antigas e/ou locais – que não estavam na zona costeira e que operaram relações de outros tipos com os portugueses, como por exemplo o comércio, inclusive de escravos, no Planalto Central e que também estiveram na composição dos movimentos de libertação nacional na década de 1950.

Para os objetivos específicos deste trabalho, no entanto, apoio-me em Messiant (2006) para classificar a *antiga elite luandense* apenas como ‘antigos assimilados’, expressão que encontra limites, uma vez que, conforme Nascimento⁴⁸: “[entre] os ‘antigos’ assimilados, pode-se incluir pretos livres do interior que cultivavam café, carpinteiros de Cabinda, os ambaquistas [...] e outros grupos ‘civilizados’, mas que não mantinham contatos entre si, nem tão pouco faziam um discurso em torno da criouldade” (NASCIMENTO, 2018, p. 344). Essa escolha ficará mais elucidada adiante, mas cabe informar por ora que busco apontar para a dicotomia antigos e novos assimilados, que em certa medida rivalizaram tanto durante o período colonial quanto depois da independência. Isso importa porque essa dicotomia corresponde a uma mudança na forma de operação do colonialismo português em Angola.

Nascimento (2013) destaca famílias tradicionais de Angola que figuram entre antigos assimilados: Van-Dúnem, Ribas, Vieira Dias, Mingas, Pinto de Andrade, Figueiras da Silva, Torres e Neto; o autor salienta, ainda, algumas características compartilhadas por seus integrantes, especialmente no que diz respeito às suas trajetória na escolarização formal:

⁴⁸ O autor faz uso de elite mestiça para designar esse grupo mais urbano, centrado em Luanda. É importante mencionar que *mestiço* é antes indicativo de posição social, mais do que (apenas) uma classificação racial.

Esta elite mestiça normalmente estudou nas escolas coloniais construídas pelo governo metropolitano, sobretudo durante o período do Estado Novo (1933 – 1974) quando o estado português procurou criar uma rede escolar liceal e técnico profissional em suas colônias, com o propósito de desenvolver uma elite local, parceira estratégica no processo de colonização. [...] Conseguindo terminar o curso no Liceu, parte dessa elite enviavam seus filhos para estudarem em Portugal (e outros países da Europa), constituindo um nítido sinal de prestígio social destas famílias “crioulas”, [...] posto que elas (famílias) também ampliavam o seu reconhecimento político no seio da comunidade nativa, mas também entre os próprios lusos radicados em Angola (NASCIMENTO, 2018, p. 351-352).

Alguns destes antigos assimilados, durante o período republicano (1910-1926), organizaram-se em ‘associações de assimilados’ e partidos políticos (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 176-178), o que lhes garantiu certos direitos, como a participação política e o direito ao voto. Na década de 1930, as famílias das antigas elites luandenses estabeleceram também laços políticos através da Liga Nacional Africana (LNA), uma das primeiras organizações que buscava proteção social para essa parcela da população. Durante esse período, a LNA atuava no sentido de garantir sua promoção social no funcionalismo público, mantendo-se apartada dos problemas dos demais angolanos (NASCIMENTO, 2013).

Ainda assim, essa parcela da população se viu diante de um revés quando da promulgação da lei do indigenato. Se antes todos tinham status de cidadãos portugueses, a adesão ao estatuto de assimilado representava um rebaixamento social, mais que apenas uma classificação legal. A partir de 1940, os deslocamentos de angolanos entre os bairros luandenses começou a se intensificar por conta da chegada de mais colonos portugueses, promovendo rearranjos que aproximaram as elites locais das populações mais empobrecidas (NASCIMENTO, 2022, p. 83), o que intensificou a reconfiguração de uma sociedade já estruturada hierarquicamente. Com o avanço da política do Indigenato, essas elites se veem diante do deslocamento de seu lugar físico e social para posições periféricas, já que o aparato colonial garantia privilégios aos portugueses, legalmente “brancos” e portanto “cidadãos”, ainda que estes por vezes não dispusessem da instrução dos africanos, por exemplo, na concorrência por vagas de emprego (MESSIANT, 2006). Aos poucos, esses antigos assimilados foram sendo empurrados para posições de menor prestígio no campo social, o que causou ressentimentos que ecoaram manifestações nos campos da literatura e da política.

Assim, se por um lado estamos diante de representantes de uma elite intelectual bastante ligada à situação colonial, que em muitas análises foi, inclusive, entendida enquanto categoria intermediária entre europeus e demais angolanos, por outro, estes antigos

assimilados passaram também a se pensar enquanto angolanos muito antes que quaisquer outros (OLIVEIRA, 2017); suas reflexões ecoaram na posterior formação dos movimentos de luta armada anticolonial, que surgiram fortemente ligados às elites intelectuais e atravessados pelas expressões literárias.

3.3.2. Elites portadoras do estatuto: os novos assimilados

No século XX, a expansão do estado colonial português para o interior e a evangelização levaram à formação de novas elites regionais. Estes *novos assimilados* de Angola eram indivíduos que adquiriram o status legal de civilizado durante o governo salazarista português por meio do estatuto do indigenato, muitos após os anos de 1940. Eram sobretudo filhos ou netos de sobas, camponeses das regiões cafeeiras, artesãos, trabalhadores qualificados, enfermeiros, professores, funcionários públicos de baixos escalões, trabalhadores das indústrias, catequistas e pequenos comerciantes. Eles representavam um estrato ascendente na sociedade que viu a assimilação como uma promoção.

Agostinho Neto, que seria depois da independência o primeiro presidente de Angola, aderiu ao Estatuto de Assimilado, e, em depoimento de 1959 apresentado por Nascimento (2013), versou sobre as ambivalências daqueles que optaram legalmente pelo estatuto ou mesmo por quem apenas agia como assimilado, a despeito do estatuto. Utilizou o adjetivo “desenraizado” (NASCIMENTO, 2013, p. 62) para referir-se à ambiguidade da assimilação. A visão de que o assimilado em Angola era um desenraizado e sem conexão com sua cultura de origem foi compartilhada por autores contemporâneos e articulada como uma premissa na busca das *verdadeiras raízes* do homem angolano ao longo do tempo. Denotava, ainda, uma ruptura com modo de vida, costumes e hábitos africanos ao mesmo tempo em que adota comportamentos europeus, embora não se encontre ali também completamente imerso.

Neste sentido, vale lembrar que as três grandes etnias angolanas foram evangelizadas por três grandes tendências protestantes, e foi também no quadro da sua comunidade étnica que se reuniram com “indígenas”, sem intervenção portuguesa, como na Igreja Católica. O impulso dado em Luanda pela missão metodista às atividades apostólicas, recreativas e desportivas em que participavam toda a comunidade protestante e nas quais os antigos assimilados e funcionários públicos tinham um papel proeminente propiciaram aos jovens assimilados uma experiência de organização autônoma que a Igreja Católica não oferecia.

Havia, portanto, uma especificidade protestante que se exprimiu nesta pequena minoria no que tange à força e às formas de empenho dos assimilados na luta nacionalista (MESSIANT, 2006, p. 348-349).

Dulley (2015) olha para a trajetória de um novo assimilado no Planalto Central, Jesse Chiula Chipenda, e para os impactos dessa nova condição tanto para as relações de parentesco que vigoravam nas comunidades interioranas quanto da perspectiva das missões e da própria ideia de apropriação do processo de assimilação:

As missões, assim como os postos administrativos, operaram um deslocamento nas estruturas de poder locais, e a disputa entre Jesse e seu pai permite olhar para isso de uma perspectiva mais micro. Essas mesmas missões forneceram, no entanto, os elementos para a mobilidade social daqueles que a legislação colonial classificou como “indígenas”. No caso das missões protestantes, se retiraram a autoridade do sistema de parentesco local em um primeiro momento, procuraram restaurá-la por meio de um fortalecimento dos vínculos familiares (o que inclusive contribuía para a expansão do cristianismo) e da sociedade camponesa (na medida em que a vida urbana era concebida como desagregadora). Assim, de certa maneira, o lugar de pessoas como o chefe Chipenda foi revalorizado na relação com a missão e a partir da trajetória de ascensão social de seu filho (DULLEY, 2015, p. 80).

Importante frisar que a elite formada pelos missionários protestantes nas últimas décadas do século XIX era composta principalmente por clérigos e intelectuais, representando uma minoria muito pequena e um tanto separada, foram menos integrados culturalmente que os católicos, estavam em desvantagem na competição social e os laços que os ligavam à sociedade colonial eram mais tênues, pois eram exclusivamente africanos e sofriam com a suspeita do protestantismo pela sociedade branca. Ainda, os assimilados protestantes receberam uma educação menos nacionalista nas escolas primárias das missões e muitas vezes frequentaram centros de ensino secundário protestantes antes de terem contato com as elites luandenses nos liceus. Até o final da década de 1950, não tinham a experiência multirracial dos católicos nas escolas missionárias ou públicas, embora alguns deles tenham frequentado universidades portuguesas na época. De modo geral, eles continuavam marginalizados social e culturalmente, ainda que tenham ajudado a formar uma quantidade numericamente considerável de novos assimilados.

Nascimento (2013) chama a atenção para as especificidades desenvolvidas a partir da chegada dos novos assimilados na capital. Nesse sentido, propõe que a distinção entre antigos e novos assimilados circunscrevia também a distinção entre ‘cidade’ e ‘mato’; as cidades representariam as antigas elites luandenses e também os portugueses, enquanto o mato estaria

ligado aos novos assimilados e aos indígenas.

Como assimilados, estavam afastados do trabalho compulsório, mas ainda tinham poucos direitos se comparados aos portugueses, como atuar na administração metropolitana, deslocar-se livremente pela colônia, ter carteira de motorista e direito ao voto. Diferentemente dos antigos assimilados, no entanto, não se entendiam enquanto grupo, embora compartilhassem características comuns, como a origem rural, serem pretos (e não mestiços) e terem adquirido escolaridade formal em missões religiosas, sobretudo protestantes, além de não terem vínculos com as tradicionais famílias das elites autóctones luandenses (MESSIANT, 2006, p. 345; NASCIMENTO, 2013, p. 13).

Os assimilados rurais, eventualmente, tinham uma situação um pouco mais privilegiada em relação aos indígenas, com algumas oportunidades de enriquecimento a partir do comércio. Porém, com o incentivo português para migração de colonos para desenvolvimento das áreas rurais de Angola, muitos destes novos assimilados migraram para as cidades. Para a maioria dos assimilados urbanos, no entanto, obter o ‘bilhete de assimilado’ não lhes garantiu sucesso econômico ou social; sua situação nas cidades muitas vezes se assemelhava à dos indígenas. Mantinham vínculos com suas origens rurais e viviam nos ‘musseques’, com os africanos, que muitas vezes eram seus pais. Estes locais de moradia impetravam certos constrangimentos pela falta de urbanização e condições, e os afastava de oportunidades de trabalho, por exemplo, em decorrência da discriminação social. Pereira (2008) explica que:

A palavra musseque vem da língua kimbundo, *mu*=lugar, *seke*=areia. Refere-se ao terreno arenoso e vermelho característico da paisagem de Luanda. Os musseques são os chamados bairros de construção precária e ocupação “desordenada”, formados por becos e vielas abertos pelos africanos expulsos dos bairros referidos acima [ocupados antes por antigos assimilados] nas primeiras décadas do século XX, quando da chegada mais intensa de colonos portugueses em Luanda. Também lá foram residir aqueles que chegavam da área rural. Os musseques, portanto, equivalem às nossas favelas, caracterizados pela ausência de urbanização e saneamento, opondo-se à “cidade do asfalto”, a cidade urbanizada, que concentra os equipamentos urbanos modernos, com seus serviços e comércio formal (PEREIRA, 2008, p. 55).

Ou seja, os novos assimilados não tinham a mesma experiência dos antigos assimilados, já que nunca viveram nos bairros da burguesia africana e não sofreram com a repressão e expulsão que lhes causaram perda de prestígio. Suas vivências foram marcadas pelo impedimento em ocupar tais espaços desde sempre. Em geral, sofriam discriminação por serem negros e menos qualificados que os antigos assimilados, o que dificultava a obtenção de

emprego e educação para seus filhos em escolas públicas. Muitos ainda falavam sua língua materna africana em seus alojamentos e foram educados em missões protestantes. A maioria frequentou apenas a escola primária e teve poucas oportunidades de educação, voltando-se por vezes ao ensino técnico ou profissionalizante, mais rápido e menos dispendioso. Embora compartilhassem da aspiração à cultura e distinção da elite angolana, tiveram dificuldades em se inserir nesse meio. (MESSIANT, 2006, p. 346).

Embora os assimilados tivessem vantagens em relação aos indígenas no sistema colonial, contradições também perpassavam sua condição em relação ao colonialismo. Conforme Peixoto (2009):

Para fazer jus ao princípio da assimilação era permitido o acesso de alguns negros e mestiços às escolas católicas e ao exército. Esses poucos assimilados formavam uma pequena “elite” que era usada para perpetuar a opressiva ordem colonial portuguesa. Tornavam-se, em sua grande maioria, assalariados ligados à função pública, alcançando no máximo postos médios. Alguns conseguiriam se fixar como professores, enfermeiros e em atividades ligadas às missões religiosas. Essas ocupações propiciavam alguns privilégios, em face da condição em que estavam os indígenas, o que ajuda a entender a existência de alguns opositores aos movimentos de libertação entre esse segmento social (PEIXOTO, 2009, p. 51).

Messiant observa que, de certo modo, alguns dos novos assimilados tendiam a adiar a contestação contra a sociedade colonial devido à fragilidade da assimilação e à falta de laços históricos, culturais e de experiências comuns com a sociedade branca, como tinham os antigos assimilados. Contudo, ao olhar para os novos assimilados em Luanda, Nascimento (2013) aponta para eventuais confusões encontradas na historiografia angolana, que apresenta a categoria “assimilado” como sinônimo da elite composta pelos antigos assimilados, o que por vezes acarretou uma “certa diluição do grupo ‘novos assimilados’ no meio da elite crioula” (p. 24), informando que:

Estes últimos [os novos assimilados] foram os que mais se expressaram em entrevistas, depoimentos, autobiografias, memórias e obras literárias. É também possível pensarmos esse “novo assimilado” em articulação com o universo português numa relação de subjugação e discriminação, que o fazia construir discursos e práticas cotidianas de resistência à metrópole (NASCIMENTO, 2013, p. 14).

O historiador propõe que a ligação que novos assimilados mantinham com suas origens interioranas definiu não apenas sua importância nos movimentos nacionalistas como também “lhes permitiu elaborar um discurso angolano em sentido mais amplo de nação, com predominância das matrizes rurais e tradicionais” (p.24). Nesse sentido, Messiant ressalta a ligação que os novos assimilados mantinham com as bases da população. Ela afirma:

Eles também têm o que os antigos assimilados não têm, uma ‘base de massa’. Os descendentes da antiga burguesia colonial são sem dúvida a elite autóctone de Angola, e fazem-se, pela sua posição social e pela sua cultura, porta-vozes autorizados dos nativos; mas sua rede nacional está essencialmente confinada a assimilados urbanos e empregados qualificados de empresas rurais; os novos assimilados estão nas cidades entre os nativos e no campo em contato direto com eles. Os antigos assimilados não ‘representam’ realmente, por sua história, por sua cultura, mas a si mesmos; vindo do povo e próximo dele, são os novos assimilados, mesmo que sua posição econômica seja privilegiada, que são seus filhos e podem ser seus executivos (MESSIANT, 2006, p. 346).

Essa observação é de extrema importância na medida em que não apenas explica, em partes, o prestígio que Nito Alves adquiriu junto da população, como apresentarei adiante, mas também para entender a desconfiança existente sobre a cúpula do governo no pós-independência, descolado tanto das massas da capital e regiões costeiras, quanto – e principalmente – pensando nas relações do MPLA com outras partes do território angolano.

3.3.3. Início das contestações: elites, palavras e movimentações

Bittencourt (1999a) optou por reconstituir a trajetória da formação do MPLA a partir de sua relação com a imprensa, informando a importância destes veículos na conformação das primeiras manifestações de caráter anticolonial. Assim, estabeleceu-se uma intrincada relação entre as publicações e os intelectuais que ocupavam posições sociais destacadas dentro da sociedade da época. Hohlfeldt e Carvalho (2012) argumentam que, com início em meados do século XIX, a imprensa angolana teve primeiro caráter de imprensa oficial, cumprindo papel informativo por parte da administração colonial. Veio então a imprensa livre representando o jornalismo republicano, produzido por importantes figuras no meio social, com profissões liberais definidas, mas que tomaram para si a tarefa de escrever para o público. É neste cenário que

[a] literatura, que começa a reivindicar sua especificidade nacional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de autonomia da colônia, não se choca, antes acompanha, o texto jornalístico e, de certa maneira, nasce e se desenvolve com ele. Os jornais sempre dedicaram espaço às colaborações literárias e, por isso mesmo, a figura do intelectual ganha inquestionável relevo, sendo o jornalista e o literato, muitas vezes, a mesma pessoa. (HOHLFELDT; CARVALHO, 2012, p. 96)

Assim, jornalismo, literatura e política se entrecruzaram e se fundiram para serem constituídos e constituintes na e da oposição ao colonialismo português durante a segunda metade do século XIX até o início do século XX. Nesse período, em Luanda e Benguela, os jornais eram locus de difusão das ideias de resistência; em suas edições constavam textos, suplementos e páginas literárias que faziam uso de expressões em kikongo, umbundu e

kimbundu, contrapondo-se à imposição do português como língua oficial da colônia, aspecto de assimilação e civilidade. Aproveitando um momento de relativa liberdade de expressão oriunda de uma monarquia liberal (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 135), as obras tinham teor social e político que conversava com os sentimentos republicanos que se fortaleciam em Portugal. Ainda assim, esses periódicos tiveram vida efêmera, estando sempre na mira do governo colonial por pregarem ideais de independência de Angola em relação a Portugal⁴⁹. No entanto, quando fechados ou proibidos, não tardavam a reaparecer sob diferentes títulos, com os mesmos editores e linha editorial, num ciclo constante que chama a atenção para a repetição dos mesmos nomes e grupos intelectuais.

É importante, para nossos propósitos, situar de onde saem as vozes deste primeiro movimento nacionalista. Ora, falamos de uma Angola onde a educação não estava disponível à população geral. Os primeiros jornais foram produzidos por homens brancos, dos centros urbanos de Luanda e Benguela, republicanos, exilados políticos que se contrapunham ao regime monárquico do país e que encontraram no embate ao colonialismo uma forma de expressão contra o governo (JACOB, 2010). Já a segunda geração da imprensa livre, na primeira década do século XX, foi constituída majoritariamente por mestiços e negros de origem africana, aqui apresentados como antigos assimilados.

Em Luanda, na década de 1940, surgiu um movimento organizado por estudantes assimilados e europeus que se autodenominava ‘Descobrir Angola’, além a revista literária *A Mensagem - a Voz dos Naturais de Angola*. Poucos números circularam antes de sua proibição, contando com escritos de Viriato da Cruz e Mário de Andrade, que depois fundariam o MPLA. Em 1948, o ‘Movimento dos Novos Intelectuais de Angola’, liderado, entre outros, por Agostinho Neto, recuperou o mote ‘Vamos Descobrir Angola!’. Para esses movimentos, “[c]onciliar um imaginário poético com uma práxis é caminho que começa a apresentar-se profícuo para uma geração que, se ainda não tem respostas, assumiu, por inteiro, o direito de se interrogar” (TAVARES, 1999, p. 127). Assim, procuravam redefinir o passado e pensar sobre o futuro angolano, buscando uma conexão com a cultura africana em detrimento da portuguesa. No entanto, falamos de movimentações de alcance bastante limitado e restritas a certas camadas da população. Nesse sentido, Thomaz (2001) explica que:

⁴⁹ Os angolanos se inspiravam no Brasil e havia inclusive ideias de parceria entre Brasil e Angola nesse sentido.

a censura impedirá e limitará o acesso à esfera pública dos possíveis anticolonialistas que começam a surgir, sobretudo, a partir do pós-guerra [II Guerra Mundial]. A extensão da polícia política (PIDE [Polícia Internacional e de Defesa do Estado]) aos territórios coloniais sobrepôs à violência quotidiana do colonialismo outras formas de violência e repressão institucionais que tinham como propósito impedir qualquer tipo de manifestação nacionalista ou emancipatória por parte das populações nativas (THOMAZ, 2001, p. 60)

É nesse cenário que a entrada dos novos assimilados, sobretudo em Luanda, alterou o fluxo das contestações anticoloniais. Para aumentar as áreas de penetração e influência da metrópole, o governo colonial incentivou o povoamento de áreas rurais de Angola, atraindo portugueses pobres que, sem se adaptar às condições distintas da colônia, em pouco tempo acabavam partindo para os centros urbanos. Apesar de sua formação precária, esses portugueses dispunham de privilégios garantidos pelo aparato colonial e ocuparam muitos dos empregos formais disponíveis. Conforme explica Oliveira (2017):

Os anos 1950 e 1960 trouxeram um período de grande crescimento econômico para Angola colonial, com o apogeu na primeira metade dos anos 1970, apesar do já franco conflito. Novos planos de desenvolvimento de infraestrutura foram feitos com a abertura a investimentos de capital estrangeiro. Diamantes e petróleo passaram a ser explorados em grandes quantidades e o escoamento de cobre do Congo e Zâmbia por ferrovias e portos angolanos rendiam grandes lucros aduaneiros. No norte, verifica-se uma grande expansão das lavouras de café, nas quais se empregava em grande parte trabalhadores sulistas ovimbundu, o que teria levado a tensões com a população local de predomínio bakongo. Acentuou-se também um programa do governo colonial para o assentamento de portugueses brancos em colônias agrícolas, especialmente no Planalto Central, onde o clima é mais ameno. O programa, no entanto, foi um completo fracasso, com a maior parte dos colonos abandonando os assentamentos em função de empregos nas cidades (BENDER, 1980). Um grande afluxo de imigrantes pobres portugueses começa a chegar a Angola em busca das oportunidades trazidas pelo crescimento econômico. A criação dessa camada populacional – em sua grande maioria analfabeta – privaria a população local da maior parte dos empregos disponíveis na economia formal (OLIVEIRA, 2017, p. 41).

Esse aspecto é importante no desencadeamento da contestação anticolonial na capital, na medida em que reconfigurava relações já estabelecidas na sociedade angolana ao deslocar do lugar físico e social a antiga elite formada pelos antigos assimilados, que viu ameaçada sua posição de relativo prestígio. Seus integrantes começaram a se mobilizar contra o colonialismo e a partir da concepção de um nacionalismo, articulado por vezes como angolanidade. Do nacionalismo dessa elites surgiram as primeiras estratégias de oposição ao colonialismo português, com modos de ação bastante diversos, como reuniões, divulgação de ideias nacionalistas e conscientização política (MARCUM, 1969), que conversavam com os ideais do protonacionalismo e do panafricanismo em voga em outras colônias africanas (SILVEIRA, 2011). É importante ressaltar aqui que isso se deu em duas frentes: dentro de Angola e no

exterior.

Em Angola, a década de 1950 foi marcada por uma eclosão de pequenas células clandestinas anticoloniais. No norte, a independência do Congo-Kinshasa, antes colônia belga, favoreceu a articulação de uma elite de novos assimilados angolanos que tinham laços com o novo governo congolês e se articularam a favor de um projeto de restauração do antigo reino do Kongo (SCHUBERT, 2017). Na capital, o contexto da Guerra Fria e a influência do PCP, estabelecido desde 1948 em Angola, contribuíram para o caráter marxista de muitas dessas organizações (MARCUM, 1969).

Paralelamente, em Portugal, a concentração de estudantes vindos das elites coloniais para formação acadêmica resultou em articulações e alianças de suporte para estratégias de guerrilha e formação teórica e militar, originando vários grupos de libertação nas colônias. Em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), inicialmente concebida como albergue e centro de apoio para estudantes africanos do Império Português, tornou-se um local de pensamento revolucionário e recrutamento para os movimentos de libertação da África portuguesa (GEORGE, 2005) e constituiu o locus privilegiado desses encontros, ampliando o repertório cultural e linguístico na troca com outros estudantes de origens diferentes (NASCIMENTO, 2018). Na Europa, as ideias nacionalistas africanas se desenvolveram com mais força, na medida em que surgiam também as conferências panafricanistas. No que tange à África lusófona, membros das elites angolanas, em contato com membros de elites de outras colônias, organizaram-se internacionalmente e passaram a reivindicar conjuntamente o fim da discriminação racial e do trabalho forçado, melhorias nos sistema de ensino, infraestrutura, condições sanitárias, dentre outros.

A apresentação das divisões entre antigos e novos assimilados enfatizou a importância dos fatores socioculturais na colonização portuguesa em Angola até 1961, na medida em que ressalta as diferenças de origem social na população colonizada e informará, ainda, suas participações distintas nos movimentos de libertação, na guerrilha, no caso da maioria dos novos assimilados, ou em departamentos de propaganda e na direção⁵⁰ (TALI, 219, p. 257). Cada grupo se envolveu de modo desigual nos movimentos nacionalistas, ainda que, como Messiant (2006) enfatiza, os dois grupos tenham sofrido com o regime colonial e se oposto a

50

ele. Seja pelo declínio social provocado pelo colonialismo à primeira leva de assimilados, seja porque impediu sua ascensão, no caso da segunda leva. Contudo, não tinham o mesmo a ganhar e a perder com o fim do regime e perceberam que não haveria nem reformas que os contemplassem, nem um processo de descolonização que partiria da própria metrópole (MESSIANT, 2006, p. 347).

De todo modo, a autora aponta para a centralidade dos integrantes das elites como lideranças dos grupos contestatórios que se formavam, tanto em Luanda quanto nas demais regiões do país. Para além das diferenças articuladas aqui entre antigos e novos assimilados, citadinos e rurais, há uma diversidade de reivindicações e de situações que conformaram os movimentos de libertação que acabaram mais reconhecidos na história de Angola; das fusões e fissões, das posições relativas assumidas entre pequenas ou grandes células, entre movimentos e suas lideranças pessoais em determinados contextos situacionais, surgiram os três principais movimentos de libertação da história angolana, União das Populações de Angola (UPA), que depois tornou-se FNLA, MPLA e UNITA, que serão objetos da análise que se segue.

3.4. Os movimentos de Libertação

Oliveira (2017) explica que a história dos três principais movimentos de libertação é marcada por processos de alianças e fusões entre os movimentos, na medida em as disputas assumem perspectivas menos regionais e começam a ganhar alcance nacional. Neste capítulo, proponho recuperar os processos envolvidos na formação dos três principais movimentos responsáveis pela luta anticolonial em Angola: o MPLA, a FNLA e a UNITA.

A literatura angolanista destaca três grandes grupos etnolinguísticos em Angola que estariam relacionados à formação dos três movimentos de libertação, além de ligá-los a uma missão protestante específica. Assim, os Bakongo, no norte de Angola, referenciados como apoiadores da UPA, depois FNLA, seriam ligados às missões batistas; os Ovimbundu, no Planalto Central, que seria a base do apoio da UNITA, de cunho protestante congregacional, refletiam muito as camadas de novos assimilados; e os kimbundu, em Luanda e arredores, que estariam ligados ao MPLA e abarcavam a elite de antigos assimilados, embora também comportasse novos assimilados. Apesar das ressalvas que também foram constantemente articuladas na literatura e virão abaixo, Schubert acrescenta que:

a equação de origem étnica com filiação a um movimento guerrilheiro específico é muito persistente, também na crença popular, o que confere um sentido de destino manifesto à captura do Estado pelo MPLA após a independência e mina as reivindicações de seus rivais à legitimidade política. De fato, a FNLA, o primeiro movimento de libertação, começou como a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), mas foi de fato liderada por exilados Bakongo em Kinshasa, que, como afirmam seus detratores, nutriam sonhos de restaurar o reino do Kongo além das fronteiras coloniais. Da mesma forma, a UNITA foi descartada como um movimento etnonacionalista que abordou as queixas particularistas, regionais e Ovimbundu, em oposição ao projeto professado do MPLA de inclusão moderna e pós-étnica (SCHUBERT, 2017, p. 87-88, tradução minha).

Não podemos, por suposto, simplesmente transpor grupos etnolinguísticos ou de socialidades para o campo político, e é exatamente essa objeção que pretendo recuperar adiante para argumentar que as identificações são situacionais e estão ligadas às criações de categorias e segmentações. Embora essa simplificação de relacionar o movimento de libertação com um grupo etnolinguístico proporcione uma visão inicial das raízes do conflito, é importante destacar que o conflito em questão não é de natureza étnica, já que a ideia de etnias distintas não precede o colonialismo; antes, é resultado da narrativa colonial. Importa dizer que a constituição dos movimentos de libertação variou em decorrência de fatores internos e externos: as zonas de influência dos grupos etnolinguísticos, processos de

urbanização, a presença de uma ou outra missão protestante, o alinhamento ideológico, as lideranças e a adesão das elites, os apoios recebidos de outro países, a regionalidade.

Simplificamos dizendo que há três grandes movimentos de libertação que podem ser mais ou menos representativos de um grupo etnolinguístico, de uma região e/ou de uma missão protestante específica; mas isso não significa que as configurações dos movimentos de libertação tenham sido estanques, pelo contrário. O surgimento mesmo da UNITA, por exemplo, se dá num contexto de ruptura com a FNLA em virtude, dentre outras motivações, da aliança do líder da FNLA com Viriato da Cruz, um dos fundadores do MPLA, em 1966. Isso implica lembrar que uma multiplicidade de sujeitos, instituições e circunstâncias imbricados na produção de alianças e rupturas não raro, alteraram os rumos dos movimentos e do próprio processo de independência. Oliveira (2017) observa, ainda, que:

Esse esquematismo [da sobreposição entre grupo étnico, região e denominação protestante] requer precauções de reserva, uma vez que (1) a própria disputa pelo poder de estado entre os movimentos foi também uma disputa pelo estabelecimento da supremacia de um projeto nacional unívoco de englobamento de todos os povos em um território indivisível e (2) a remissão a uma base étnica seria profundamente relativizada à medida que outros fatores e desenvolvimentos políticos se fizeram sentir ao longo das décadas de disputa (OLIVEIRA, 2017, p. 39).

Assim, houve tensões e disputas que se estabeleceram e que transformaram as configurações iniciais. Se observarmos a configuração dos movimentos de libertação percebemos cisões naquilo que antes fora concebido como unidade. Eventualmente essas diferenças trouxeram conflitos e, nesse sentido, a imbricação entre raça e posicionalidade social foi determinante em vários momentos de Angola, uma vez que, como já abordado, os mestiços dispunham de mais possibilidades de ascensão dentro da sociedade angolana.

Por fim, vale mencionar que, até o início da década de 1960, a criação de organizações nacionalistas concentrou-se principalmente na região Centro-Norte de Angola. Isso se deve a dois fatores principais: a diferente estratégia de penetração do colonialismo português e o isolamento dos angolanos no sul e leste, devido à falta de apoio de um país amigo.

3.4.1. Do Norte de Angola à Frente Nacional: a FNLA

O primeiro contato entre portugueses e africanos ocorreu na região norte do que hoje é Angola, fronteira com o que é hoje a República do Congo. A chegada dos portugueses ao Reino do Kongo trouxe inúmeras intervenções para a conversão da população ao cristianismo e na política, através de alianças e disputas com o rei do Kongo e seus descendentes. A

população dessa região pertence ao grupo étnico dos Bakongo, falantes de kikongo; sua resistência às intervenções portuguesas gerou um nacionalismo de base étnica bastante peculiar, que foi acusado de “tribalismo” pelos demais movimentos de libertação em Angola durante as guerras anticoloniais.

O recrutamento de mão de obra por preços irrisórios e em péssimas condições de trabalho pelas empresas coloniais fortaleceu o sentimento de revolta. A chegada de missões batistas no norte de Angola no início do século XX influenciou o rumo das contestações, ao estabelecerem-se em Kinshasa, no Congo Belga, para onde muitos angolanos migraram atrás de educação e empregos (BIRMINGHAM, 2015, p. 40). Na missão batista de Kinshasa, Holden Roberto fez seus estudos primários e secundários e também trabalhou por quase uma década para o governo congolês. Nesse período, ele teve contato com as correntes panafricanistas que defendiam a luta anticolonial e organizou o movimento União das Populações no Norte de Angola (UPNA), que depois se tornou a UPA, em 1954, com a intenção de potencializar o alcance do movimento a toda nação angolana.

A UPA tinha sua principal base militante entre os Bakongo. A liderança da organização tinha boas relações com o governo congolês, especialmente após a independência do Congo em 1960, o que foi fundamental para a instalação e manutenção de sua base operacional durante a guerra anticolonial (TALI, 2001, p.76). Na busca pelo reconhecimento internacional, a UPA uniu-se ao Partido Democrático de Angola (PDA), fundando a FNLA em Leopoldville, no ano de 1962. Apesar do discurso nacionalista, a FNLA opunha-se à participação de brancos e mestiços em seus quadros e manteve-se ligada aos Bakongo, mas estimulou a entrada de refugiados angolanos que se dirigiam ao Congo.

3.4.2. Luanda, o MPLA e a unidade na diversidade

Voltarei à história do MPLA em capítulo posterior, mas faço uma breve síntese de seu contexto. Em Luanda e nas cidades costeiras, com as medidas protetivas aos portugueses que estavam vigentes a partir do estabelecimento do regime do indigenato, uma efervescência pulverizada de movimentos de contestação ao colonialismo se instauram na capital.

Angola não tinha universidades, sendo comum que filhos de famílias proeminentes fossem estudar na Europa. Em Portugal, a concentração de estudantes vindos das elites coloniais para formação acadêmica resultou em articulações e alianças de suporte a estratégias

de guerrilha e formação teórica e militar, originando vários grupos de libertação nas colônias. Por essa razão, boa parte das articulações dos movimentos anticoloniais, inclusive a UPA/FNLA, se deu fora do país. Bittencourt (1999a, p. 20) explica que o MPLA formou-se a partir de duas frentes, uma em Luanda, através da fusão de pequenas células revolucionárias, e outra no exterior.

Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara, todos considerados mestiços, trabalharam no exterior pela formação do MPLA, de cuja controversa fundação tratarei adiante. Aceitando bem brancos e mestiços entre seus quadros, porque formado em grande medida por eles, o partido se estabeleceu como referência para angolanos exilados e estudantes no exterior, tornando-se reconhecido pela diversidade racial e étnica. Por outro lado, encontrou obstáculos para se estabelecer em Angola, principalmente fora das elites e centros urbanos (DULLEY; SAMPAIO, 2020).

A ampliação do MPLA se deu pela junção e mescla de organizações menores, sobretudo em Luanda, como coletivos, partidos pequenos, comitês e outras células de resistência clandestina. Assim, se consolidou como um grupo heterogêneo, empreendendo um grande esforço para unificar o movimento e torná-lo coeso, pautando-se sobretudo no discurso do “objetivo comum”, a luta anticolonial, a fim de ampliar sua base de militantes e abarcar integrantes de camadas populares, para fortalecimento das guerrilhas. Segundo Bittencourt (1999a), este alargamento da base se deu através de um discurso nacionalista que superaria diferenças ideológicas e de classe.

3.4.3. Da cisão à União: a UNITA, os planaltos e a base ovimbundu

As disputas entre MPLA e UPA pelo recrutamento de militantes envolviam projetos distintos de independência e nação, mas também demonstraram a importância de pertencimentos relativos a raça e etnia, tendo os nomes relativos a esses marcadores sido articulados nas trocas de acusações entre os movimentos no intuito de evitar o crescimento do oponente. O MPLA acusava a UPA de ser um movimento bakongo que, por isso, não daria conta de ter uma abrangência nacional. Por outro lado, a UPA argumentava que o MPLA era um movimento kimbundu, urbano, dominado por mestiços, deslocado da ampla maioria da população angolana que vivia em áreas rurais. Nesse sentido, é válido lembrar que Goldman (2001) atenta para a impressão do Estado e de suas classificações em seus grupos opositores,

no sentido de poder observar a essência das formações estatais nestes grupos. Conforme Pinto (2016), “é possível afirmar que a propaganda com base em acusações étnicas e raciais amplificava uma discussão que certamente ocorria entre a população de Angola” (PINTO, 2016, p. 144), apontando para a instrumentalização da segmentaridade experienciada para além dos movimentos circunscritos. Goldman explica ainda que a “segmentaridade [...] não consiste na divisão de uma suposta unidade primeira em entidades discretas, mas na conversão de multiplicidades em segmentos, ou seja, em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis” (GOLDMAN, 2001, p.85). É assim que as lideranças mestiças do MPLA foram centrais na configuração da primeira segmentação na história do MPLA.

Em vista das acusações da UPA, Viriato da Cruz (s.d.) questionou sobre a pertinência de haver brancos e mestiços na cúpula do MPLA. Para ele, seria importante o engajamento de não negros nas lutas anticoloniais, desde que afastados das lideranças, indo ao encontro das acusações colocadas pela UPA. Por razões que serão tratadas em maior profundidade adiante, Viriato e outros dirigentes deixaram o MPLA. O reconhecimento internacional de Viriato e suas relações com a China poderiam aumentar o poder bélico e militar da FNLA e foram decisivos para a integração da ala no movimento, embora não de forma unânime. A negociação, inclusive, só se concretizou após intervenção de Frantz Fanon (PINTO, 2016). No entanto, Holden Roberto entendia o alcance internacional de Viriato e, numa tentativa de reduzir sua influência e importância perante os militantes e dirigentes da FNLA, manipulou o racismo entre os membros do movimento. Os interesses de Viriato da Cruz e Holden Roberto, no que tange às concepções ideológicas, também eram divergentes.

Mestiço, vindo do MPLA, Viriato não foi bem aceito na FNLA e em pouco tempo retirou-se para a China, afastando-se de Angola. A adesão da ala MPLA/Viriato à FNLA é, no entanto, bastante elucidativa para entender que viradas de posição não são apenas previsíveis dentro dos processos de configuração e legitimação do poder. A articulação entre o MPLA/Viriato e a FNLA, neste sentido, uniu-se a outros descontentamentos dos militantes com relação à autocracia de Holden Roberto e desdobrou-se em cisões, inclusive entre as lideranças. A principal ruptura referiu-se à saída de Jonas Malheiro Savimbi, que ocupava o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros na ala da FNLA que tratava da revolução no exílio.

A saída de Savimbi em 1964, aliada aos outros dissidentes, formou a base do que seria o terceiro maior movimento nacionalista anticolonial do país, a UNITA, fundada em 1966.

Savimbi, formado na missão congregacionista, buscou apoio no centro-sul de Angola, aliando-se com o maior grupo étnico do país, os Ovimbundu do Planalto Central. A UNITA concentrou esforços no recrutamento das populações das áreas rurais, ao contrário do MPLA, cuja base e recrutamento se deu no exterior e nas cidades, como Luanda (SILVA, 2007), o que posteriormente foi articulado como tribalismo por parte do MPLA contra a UNITA.

3.5. O ‘Povo’, em maiúscula

É importante reiterar que olhar para o faccionalismo nos movimentos de libertação angolanos lança luz para a forma como a sociedade se organizava. Quis mostrar que a história dos três principais movimentos foi constantemente marcada por fusões e fissões que se pautavam por identificações e diferenças situacionais, na medida em que os movimentos passavam de regionais para nacionais. Como lembra Pereira (2002), “o período da guerra anticolonial alterou significativamente estes alinhamentos iniciais” (PEREIRA, 2002, p. 47). Não se trata, portanto, de pensar um alinhamento aos movimentos de libertação, como se estes fossem agrupamentos puramente étnicos. Mas essa estratégia analítica permite “divisar uma configuração de elites subalternas regionalmente situadas e rivais, igualmente inclusas numa narrativa colonial de angolanidade, mas de formas e em posições distintas” (OLIVEIRA, 2017, p. 40). Em disputa, um projeto de nação, de nacionalismo e, portanto, ‘do Povo’.

Pearce (2015) oferece argumentos refinados sobre o envolvimento da população angolana nos processos de libertação do país e nas disputas que a sucederam, enfatizando os relacionamentos de determinados setores da população com grupos rivais. Baseando-se em entrevistas com habitantes do centro de Angola, o autor examina as ideologias sobre nação e estado que as elites implantaram em busca de hegemonia e traça como essas pessoas respondiam às tentativas de politização. Ele atenta, ainda, às maneiras pelas quais as alianças ou pertencimentos (*allegiances*) mudam para grande parte da população angolana em resposta à experiência da força militar. Como Mbembe (2016) afirma, “[c]omo categoria política, ‘o povo’ é gradualmente deslocado da realidade concreta à figura retórica” (MBEMBE, 2016, p. 129). Oliveira (2017) observa que termos como “Povo” são escritos em maiúsculas nos documentos da guerra civil entre MPLA e UNITA, compreendendo o esforço para conferir delimitações ao termo enquanto possibilita a disputa simbólica sobre o imaginário da nação.

Pensar no caráter relacional e performativo da identificação aponta para a provisoriidade do conflito, evidenciando as possibilidades colocadas a partir da tomada de posição de certos sujeitos e instituições, que estabelecem e rompem alianças e oposições que determinam o rumo das disputas. Por fim, não é como se “o” MPLA estivesse dado como categoria estanque.

PARTE II

MPLA: um amplo movimento controverso

*“Com o povo heroico e generoso
No combate pela Independência
Nossa voz por Angola ecoa
E faz recuar a tirania*

[...]

*Na manhã do quatro de Fevereiro
Os heróis quebraram as algemas
Para vencer o colonialismo
E criar uma Angola renovada
Sob a bandeira do MPLA
Nossa luta contra a opressão
PARA O POVO triunfará
Nós fazemos a revolução*

[...]

*Sob a Bandeira do MPLA
Nossa luta contra a opressão
COM AS ARMAS triunfará
Nós fazemos a REVOLUÇÃO”*

Hino do MPLA (MPLA, 1966)

CAPÍTULO 4

4.1. Entre literatos e militantes, ou literatos militantes

Antes do golpe ditatorial que levou Salazar ao poder em Portugal, no ano de 1926. As camadas intelectuais angolanas sofreram com a censura e silenciamento, perseguições, exílios e deportações. O cenário contestador da imprensa e literatura nacionalistas deu lugar, na década de 1920, à restrição dos espaços de produção e difusão literária e jornalística que perdurou por quase 30 anos⁵¹. A recuperação dos movimentos políticos e culturais seria retomada após 1940, influenciada pela elite urbana. Conforme Wheeler e Pélissier:

O redespertar das aspirações sociais e políticas após 1940 foi em parte inspirado e acompanhado por uma revitalização cultural que teve lugar entre a intelligentsia urbana e que se manifestou essencialmente sob a forma de uma regeneração literária, que procurou desenvolver formas e ideias africanas e angolanas. O meio de expressão era, quase sem excepção, a língua portuguesa, e foi empregue por uma geração mais nova de angolanos nascidos após 1920. Ao contrário da «Geração de 1890», constituída pelos escritores jornalístico-literários de Luanda, este novo grupo destacava-se na poesia e incluía angolanos mais cultos e com maior experiência no estrangeiro. (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p.221, grifo meu)

Mais cultos e com maior experiência no estrangeiro. Evidencio esse aspecto da colocação dos autores porque ele se tornaria um elemento distintivo entre antigos e novos assimilados e, mais ainda, entre Nito Alves e a cúpula do MPLA que o acusou de fraccionismo anos depois, em 1977.

Como já apresentado, nas décadas de 1940 e 1950, Angola viu surgir múltiplas células clandestinas anticoloniais, bastante ligadas à imprensa profissional que continuou em atuação, sobretudo nas regiões de Luanda e Benguela. Lideradas por angolanos negros e mestiços, essas organizações tiveram adesão de alguns portugueses e angolanos brancos, mas procuraram aumentar seu alcance, buscando mobilizar o apoio das populações rurais, onde encontraram adesão especialmente entre os novos assimilados. Conforme Bittencourt (1999a, p. 71), em especial os membros mais jovens e instruídos dessas organizações, influenciados pelas novas alternativas ideológicas de orientação marxista, postas pelo pós-Segunda Guerra Mundial, compreendiam a necessidade de articular uma luta mais ampla, pautada numa perspectiva revolucionária, ou seja, uma passagem da divulgação cultural para a ação política clandestina.

⁵¹ O que não quer dizer que houve um hiato na produção literária, como destaca Tavares (1999).

No exterior, os movimentos angolanos encontravam também ecos e apoios nas manifestações de outras colônias. Foi do exílio que “um poeta já revolucionário, Viriato da Cruz, em 1956 defendeu o imperativo de criar um Movimento Popular de Libertação de Angola” (COSME, 2015, p. 2-3). Assim, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara, mestiços, trabalharam pela formação do MPLA (BITTENCOURT, 1999a). Como e onde essas articulações se deram, no entanto, foi durante muito tempo objeto de dissensões dentro do próprio movimento, originando a primeira controvérsia da trajetória do MPLA.

4.2. Apropriar-se das vanguardas

É importante registrar que o MPLA acumula uma longa história ao longo desses quase 70 anos de existência. Assim, não é como se *O MPLA* fosse o mesmo desde sua fundação, tampouco foi (é) um movimento que tornou-se governo e tornou-se partido, supondo uma superposição estável entre governo, estado e movimento. O MPLA mudou muito ao longo desses processos todos e nunca teve toda essa estabilidade; enquanto partido de estado, está longe de ter a mesma configuração e força ao longo de todos estes anos.

Não é como se o que o MPLA narra sobre si mesmo fosse verdade, sobre sua potência, sua ligação indissociável do povo e mesmo sobre sua história. Ainda que por vezes sua tendência autoritária apareça com frequência na literatura que traz o movimento – e aparecerá aqui adiante, ele não é esse monolito. Há uma tendência totalitária, mas ao mesmo tempo disseminada. Neste sentido, a própria história do MPLA foi – e talvez ainda seja – disputada mesmo entre as diferentes alas que compunham o movimento, e que serão apresentadas à frente. Meu intuito nesta seção, portanto, é apresentar a versão oficial sustentada à época, algumas contradições que, em diferentes momentos e por diversos motivos, vieram à tona e, sobretudo, entender porque estar na vanguarda foi tão importante para a trajetória do MPLA.

É importante compreender que Luanda foi palco da ascensão de diversas organizações anticoloniais ao longo da década de 1950, muitas das quais fizeram depois parte do MPLA. Segundo historiografia levantada por Bittencourt (1997), Viriato da Cruz, junto de António Jacinto, Ilídio Machado e Mário António Fernandes de Oliveira, fundaram o Partido Comunista Angolano (PCA) em 1955, mas o comunismo não era bem quisto entre os setores nacionalistas. Viriato logo percebeu que seria prematuro trazer as questões de luta de classes a Angola e, assim, criou-se o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), organização de massas que lutava pela independência. Pouco tempo depois, Viriato clamava pela formação de “um amplo movimento de libertação de Angola” (LARA, 1999, p. 63), num documento escrito em 1956 que viria a ser mais tarde o Manifesto do MPLA, também articulado como seu documento fundador.

Lúcio Lara (1999) publicou uma coletânea de documentos, cartas e escritos que guardava em sua posse. Entre as páginas 54 e 63, uma carta que figura como “Documento sem título, que viria a ser o manifesto do MPLA” (p.54). No final das páginas, em nota de rodapé, acrescenta-se um comentário de Lara:

A partir daqui falta a última folha do documento que nos foi enviado de Luanda a Lisboa, perdida aquando de uma exposição feita em Luanda em 1977. A parte final aqui publicada provém de cópia do Manifesto, uma dactilografada e outra da mão de Viriato da Cruz. O texto original, que eu me lembre, tinha como data: Dezembro de 1956. (LARA, 1999, p. 63, rodapé)

Segue-se, como parte final publicada: “Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA! Luanda, Dezembro de 1956.” (LARA, 1999, p. 64). A carta datada de 1956 estabelece não só a vanguarda do movimento do MPLA como também a situa em Luanda – não como um movimento fundado no exterior.

Embora tenha trazido anteriormente o processo de configuração da UPA, retomá-lo, atentando para as datas, é fundamental para entender a primeira contradição da versão oficial da fundação do MPLA em 1956. A UPA (tornada FNLA), embora tenha perdido espaço para a UNITA no confronto no pós-independência, foi o principal oponente do MPLA no início das contestações contra Portugal. Foi com relação ao movimento liderado por Holden Roberto que o MPLA estabeleceu rivalidade e quis se antecipar, construindo sua história como vanguarda na luta pela libertação do país.

Em outro ponto do país, ao norte, no final da década de 1940, começavam a despontar movimentos que se opunham ao sistema colonial, em consonância com outros países africanos. Bernardino (2021) destaca o carácter local e “tribal” destas organizações iniciadas por Simão Toco (1918-1984). De Toco⁵² “que proclamava o fim da miséria social e criava uma mensagem divina, espiritual, congregando na sua ideologia o puritismo das crenças religiosas e o eruditismo da feitiçaria local.” (BERNARDINO, 2021, p. 21), surgiram as primeiras contestações, ainda embrionárias que então levaram à criação da UPNA, ainda em 1954. A UPNA depois transformou-se em UPA (1958), marcando a passagem do movimento do apelo local para regional. Em 1957, Holden Roberto manteve contatos com outras figuras políticas importantes nos movimentos nacionalistas na África, como Julius Nyerere, que se tornou presidente da Tanzânia e teria sugerido a submissão do problema angolano à Iª Conferência dos Povos Africanos que aconteceu no ano seguinte, em Gana. Holden Roberto participou do evento como delegado da UPA, posicionando o movimento de forma política e estratégica, tanto para a própria UPA quanto para o início das lutas armadas em Angola (BERNARDINO, 2021, p. 22).

Destarte, Carlos Pacheco (1997) reuniu documentos que colocaram em suspeição a

⁵² Importante destacar que o tocoísmo é uma religião militarista e não um movimento de libertação, embora haja semelhanças. Sobre o tocoísmo, ver Blanes (2014).

data de fundação do MPLA. Segundo o historiador, a polícia portuguesa mantinha Viriato da Cruz sob vigilância desde 1952, por se tratar de um elemento declaradamente comunista. Viriato trabalhava na empresa Singer e, sem se despedir ou pegar seu salário, saiu de Angola em 1957, quando ouviu rumores de que a PIDE⁵³ (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) estava atrás dele. Partiu para Lisboa a 30 de setembro daquele ano, viajando quase clandestino (PACHECO, 1997, p. 66). Não haveria nenhum movimento efetivamente organizado sendo deixado para trás. Conforme lembrou Hugo Azancot de Menezes, outro dos fundadores do MPLA:

Todos nós sabíamos que Viriato não tivera a possibilidade de materializar o seu projecto em Angola ao abandonar precipitadamente a colónia. [...] Por vezes ironizávamos, eu, Mário [Pinto de Andrade], Amílcar [Cabral], Lara [Lúcio Lara], Ruth [Lara] e outros companheiros (nunca na presença de Viriato) sobre a ficção por ele criada, e por nós alimentada, do “MPLA do interior” e da sua “fundação a 10 de Dezembro de 1956”. Não obstante, todos nós, de forma “militante” e conveniente, passámos a impor-nos (e a iludir-nos) como factos históricos “verdadeiros” estas meias sombras movediças na noite escura da clandestinidade. (MENEZES, 2017, p. 139)

Neste sentido, o também historiador Mabeko Tali (2001) argumenta da necessidade do MPLA de sustentar a narrativa de sua fundação. Ele relata que Lúcio Lara, com quem viveu por muitos anos como ‘filho’, tinha consciência do caráter instrumental da História na construção de uma identidade nacional angolana, mas assumia em sua família a narrativa memorial, distanciando-se do discurso mítico oficial. Tali explica que Lara sabia que essa outra narrativa, produzida em um ambiente privado e familiar, da qual Tali participava já como investigador e historiador em formação, destinava-se à posteridade, e que sua restituição memorial contraditória em família sobre a gênese do MPLA, enquanto audiência privilegiada da objeção à versão oficial, não era inocente. A família testemunharia na elaboração da história objetiva e contraditória do MPLA, feita através dos arquivos históricos, memoriais, orais e escritos, que, inclusive, Lara preocupou-se em guardar. Os investigadores poderiam recuperar os momentos históricos de que ele foi um dos indubitáveis protagonistas: a fundação do MPLA, não em 10 de dezembro de 1956, em Luanda, quando ele, Lara, ainda era um estudante em Portugal, mas em janeiro de 1960, em Tunes, fruto da ação empreendida no exterior de Angola por ele e por seus companheiros, como Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Hugo de Menezes, entre outros (TALI, 2019, p. 57-58), corroborado por Menezes, em seu

⁵³ A PIDE foi a polícia política portuguesa criada em outubro de 1945, durante o Estado Novo, sua principal função era perseguir e interrogar qualquer um que fosse visto com suspeição pela ditadura salazarista. Também era responsável pela censura e atuava na metrópole e nas colônias.

livro de memórias, que assim descreveu a criação do MPLA:

Nascido e baptizado em Tunes em Janeiro de 1960, o MPLA foi registado em Conacri. Seu pai, Viriato Clemente da Cruz, logo o vestiu de cores fortes, carregadas de vermelho, negro e amarelo. Deu-lhe um Estatuto e um programa de vida. Em breve tempo o MPLA virou adulto, por todos respeitado e admirado. A adesão dos angolanos era cada vez maior, os apoios financeiros começaram e a frutificar; aumentava a solidariedade com a nossa luta. (MENEZES, 2017, p. 140)

Com isso quero chamar a atenção para que, independente da data de criação do MPLA, o que vale é pensar no que a disputa simbólica representava e no impacto que teve para a história do país. Seria o primeiro motivo pelo qual o MPLA fora acusado, ao longo da historiografia recente de Angola, de forjar uma narrativa que visava legitimar o movimento na vanguarda das lutas de libertação, mas não seria a única; em outras vezes o partido teria fomentado a tessitura da história de Angola, imbricando partido e nação.

Nas eleições presidenciais portuguesas de 1958, organizações de antigos assimilados, como a Anangola e células como PCA e PLUAA, mobilizaram uma expressiva votação de angolanos no candidato de oposição a Salazar, ainda que sem ganhar as eleições. Diante deste contexto, Portugal aumentou a repressão às contestações nas colônias e, a partir de março de 1959, efetuou prisões de suspeitos de envolvimento com os movimentos anticoloniais que conspiravam contra a soberania portuguesa. A partir dessas prisões, a PIDE instaurou um inquérito que ficou conhecido como Processo dos 50⁵⁴.

Além disso, Bittencourt (1997) destaca que um olhar para Processo dos 50 contribui no entendimento do estrato social dos envolvidos nos movimentos anticoloniais:

eram em sua maioria funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, operários e estudantes. Constituíam-se nos quadros mais conscientizados, que davam sustentação aos pequenos grupos independentistas e possuíam tanto formação católica, como protestante. Para além dessas considerações, a lista dos presos serve também como elemento incontestável de demonstração de que essa movimentação política [...] expandiu-se por todos os grupos raciais (BITTENCOURT, 1997, n.p.).

Ou seja, o historiador destaca a não exclusividade de mestiços nos movimentos da época, crítica recorrente ao MPLA. De toda forma, as prisões possibilitaram aproximações entre presos políticos, incluindo o próprio Agostinho Neto, que desencadearam ações articuladas entre grupos nacionalistas, o que foi um dos grandes trunfos políticos para o MPLA. Paralelamente, em Portugal, a concentração de estudantes vindos das elites coloniais

⁵⁴ Em conversa com Iracema Dulley, ela me contou que esse processo está no Arquivo Nacional de Angola mas não se pode ter acesso a ele. A alegação do arquivo é de que não se podem divulgar esses documentos porque se referem a familiares de pessoas ainda vivas.

para formação acadêmica resultou em articulações e alianças de suporte para estratégias de guerrilha e formação teórica e militar, originando vários grupos de libertação nas colônias.

Em 4 de fevereiro de 1961, houve o assalto à prisão de São Paulo, em Luanda, no qual os presos foram libertos. O MPLA assumiu a autoria da ação, a partir da qual, segundo a narrativa oficial do partido, teriam eclodido as lutas anticoloniais armadas. No entanto, Bittencourt (1999a) e Tali (2001) atribuem o atentado a um padre mestiço. Oliveira (2017, p. 45) cita ainda a existência de relatos onde protestantes gritavam “Viva a UPA!” durante o atentado. Segundo Reis (2018), Carlos Pacheco alega que à frente da rebelião esteve o Cônego Manoel das Neves, mestiço, missionário da arquidiocese de Luanda e ligado à UPA: “milhares de homens escutaram a sua voz e hastearam o pendão da revolta. Nenhum tinha ligação com o MPLA”. (REIS, 2018, p. 23).

A disputa pela autoria do 4 de Fevereiro, evento que hoje dá nome ao aeroporto internacional de Luanda inaugurado pelo MPLA, é comparável ao dubio momento de criação do MPLA e a assunção da autoria do evento serve mais uma vez para legitimá-lo como o grupo mais tradicional por caracterizar o início da primeira luta armada pela independência de Angola. Uma (nova) narrativa que corroborava a vanguarda do movimento perante os grupos de libertação, útil especialmente nas disputas da guerra civil contra a UNITA.

4.3. Luta armada: as regiões político-militares e o exterior

A luta armada anticolonial em Angola teve início em 1961. O MPLA associa o assalto à Cadeia de São Paulo em 4 de Fevereiro como marco zero, mas na realidade, uma série de conflitos quase que concomitantes levaram à efervescência das guerrilhas. Em janeiro daquele ano, a Revolta na Baixa de Cassange, com o levante dos trabalhadores rurais da Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), gerou uma reação violenta do governo colonial, mas teve contornos regionais. Em 15 de março, no norte, um grupo armado da UPA, com possível apoio congolês, cometeu uma série de ataques contra fazendeiros brancos da região, num conflito que só foi resolvido pelo exército português em agosto.

De todo modo, os apoiadores do MPLA envolvidos no 4 de Fevereiro fugiram de Luanda e região para escapar da repressão pelos portugueses e se instalaram ao norte, entre Luanda e a fronteira com o Congo-Leopoldville. Bittencourt destaca que “[n]essas condições, assiste-se à formação da 1ª RPM do MPLA no território situado entre Luanda e o norte do país, ou seja, entre a repressão portuguesa e os ataques da FNLA” (BITTENCOURT, 1999b, p. 93). Foi nesta região que Nito Alves atuou.

Agostinho (2011) explica que a estratégia do MPLA durante esse período consistiu em dividir o território angolano para expandir as guerrilhas ao mesmo tempo em que forçava o governo português a dispersar suas forças militares:

Em 1962, na sua 1ª conferência nacional, para efeitos da luta da expansão da guerrilha, o MPLA dividiu o território angolano em Regiões Militares, que estavam subdivididas em zonas militares e que, mais tarde, foram designadas por Regiões Político Militares (RPM). A organização militar que resultou da divisão ficou assim dividida: Iª Região Militar – Distrito do Zaire; IIª Região Militar - Distrito de Cabinda; IIIª Região Militar – Distrito de Moxico e Cuando Cubango; IVª Região Militar – Distrito de Malange e Luanda; Vª Região Militar - Distritos de Cuanza Sul, Benguela, Huambo e Bié; VIª Região Militar - Huíla e Moçâmedes (AGOSTINHO, 2011, p. 21).

Assim, ao longo da década de 1960, o MPLA foi se infiltrando nas várias regiões de Angola. O movimento teve apoio cubano e soviético para treinamento e armas que empregou em suas operações militares, fazendo uso de técnicas de guerrilhas.

Segundo boletim do MPLA de agosto de 1971, reproduzido abaixo, havia cinco frentes político-militares em Angola, que se estendiam pelos 10 distritos de Angola e mantinham 400.000 km de território sob o domínio do movimento (MPLA, 1971b). Cada região tinha

características específicas e foram mais ou menos efetivas, sobretudo no que tange à adesão ao movimento. Ainda, é preciso explicar que o regionalismo em Angola opunha norte e sul, sendo que o leste de Angola era também compreendido como sul. Essas regionalidades – e as rivalidades entre elas – estiveram no cerne das disputas travadas no interior do movimento, conforme discutirei adiante.

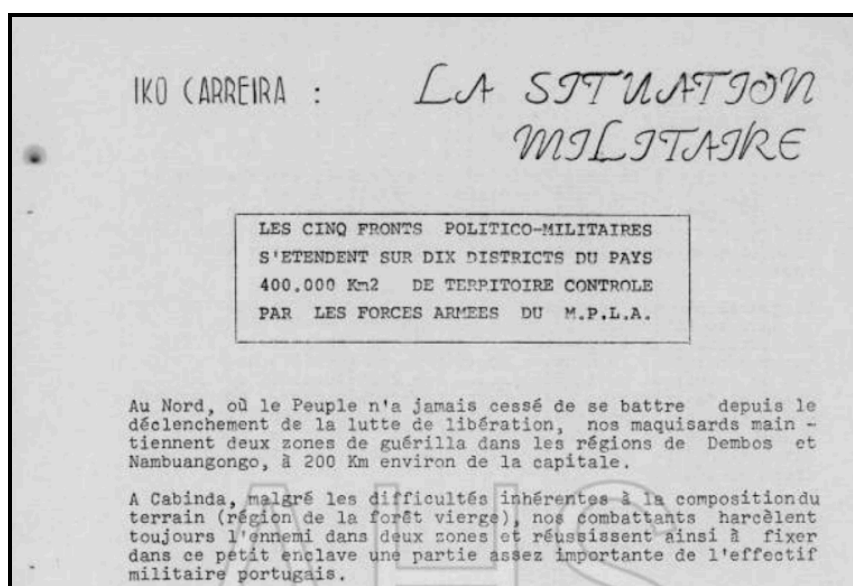


Figura 7: Iko Carreira, “La situation militaire”. In: *MPLA informations*. Agosto, 1971b. Editado por: Mouvement Populaire de Libération de l'Angola – Département d'Information et Propagande – DIP. Argel. Fonte: Arquivo de História Social (AHS) - Lisboa / online.

Além das áreas rurais, o MPLA mobilizou muitos esforços nas zonas urbanas, principalmente a partir dos comitês de ação. O movimento ainda construiu importantes alianças internacionais que permitiram a circulação de dirigentes, a adesão de militantes e apoiadores importantes, inclusive jornalistas, resultando na reverberação da luta internacionalmente, promovendo a legitimação de suas demandas e ações.

Apresento agora cada uma das cinco regiões político-militares, começando pela 1ª RPM, onde atuou Nito Alves.

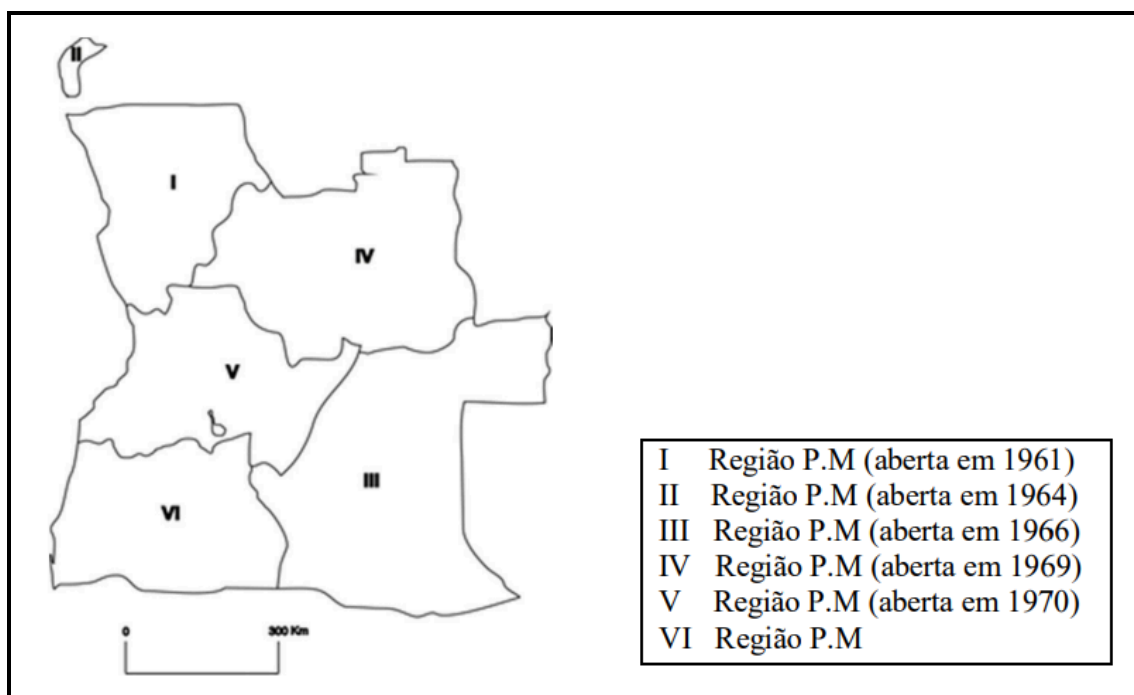


Figura 8: Mapa das Regiões Político-Militares do MPLA em Angola no período das guerras anticoloniais. Fonte: MARQUES, 2012, p. 12.

A 1ª RPM se formou do agrupamento de simpatizantes do MPLA que saíram de Luanda, a partir de fevereiro de 1961, em direção às regiões dos Dombos e Nambuangongo, a cerca de 200 km da capital. Foi a guerrilha mais longa, que mais esteve isolada do apoio do MPLA urbano, entre os ataques das tropas portuguesas e as bases da UPA / FNLA, que contava com o apoio do Congo-Leopoldville. Essas dificuldades, porém, foram vividas de maneira ambígua:

Apesar de ter sido o campo de batalha mais difícil para o MPLA, por conta do isolamento do restante do movimento, a 1ª Região foi, sem dúvidas, a frente que garantiu maior prestígio para o movimento junto à população da capital. A proximidade geográfica certamente favoreceu bastante, pois garantia maior destaque às conquistas da guerrilha, mas não se pode esquecer que as próprias adversidades da luta foram um elemento potencializador, conferindo aos guerrilheiros o status de heróis (MARQUES, 2012, p. 15).

Entre militares portugueses e a UPA, os guerrilheiros sofreram com a falta de apoio logístico e reforços. O MPLA tentou várias estratégias para contatar a região, mas foi apenas em 1966 que conseguiu enviar apoio de homens, equipamentos e insumos a partir de um grupo de guerrilheiros da 1ª Região que chegou até a base do movimento, no exterior de Angola. Esses homens estavam agrupados numa coluna que ficou conhecida como destacamento Camillo Cienfuegos e comandada por Jacob João Caetano, o Monstro Imortal.

No ano seguinte, o destacamento Kami, comandando por Benigno Vieira Lopes, Ingo⁵⁵, conseguiu contato com o MPLA, mas numa proporção bem menor. Monstro Imortal ocuparia uma posição de prestígio nas futuras Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).



Figura 9: 1ª Região Político-Militar do MPLA. Fonte: MATEUS; MATEUS, 2007, p. 46.

Com o estabelecimento do MPLA no Congo-Brazzaville em 1963 foi possível, no ano seguinte, a abertura da 2ª RPM, como uma expansão para o norte, rumo ao enclave de Cabinda. A floresta do Mayombe representou alguma dificuldade para os combatentes, assim como conflitos étnicos com as populações locais, mas a atuação na região foi fundamental para forjar a identidade guerrilheira do MPLA e estiveram concentrados, próximos aos dirigentes, aos suprimentos e aos órgãos de propaganda, importantes nomes do movimento. Pepetela immortalizou a narrativa sobre essa região em *Mayombe*, o que contribuiu para o prestígio dos guerrilheiros e dirigentes do Norte.

Nas fronteiras a leste e sul de Angola, Rodésia e Zâmbia tornaram-se independentes em 1965, tornando mais adequadas as condições para abertura de uma frente militar no leste. Assim, em maio de 1966, foi aberta a 3ª RPM do MPLA, que ficaria conhecida como Frente Leste. Com cerca de 300.000 km² (MPLA, 1971b), abarcava os distritos de Moxico e Cuando-Cubango. Segundo Wheeler e Pélissier (2009), a administração colonial pouco se estabeleceu nessa região, o que fez com que a população local não se integrasse ao sistema

⁵⁵ Os nomes de guerrilha eram indícios do prestígio das figuras do MPLA. Ver Sampaio (2021).

português ao mesmo tempo em que despontou ali uma elite autóctone. No entanto, a falta de adesão aos conflitos anticoloniais e a grande extensão territorial fez com que o MPLA enviasse parte de sua direção do Congo-Brazzaville para Lusaka, na Zâmbia. Conforme Reis (2018):

Carentes em quadros locais, circunstância devida ao desprezo colonial e à dimensão do território, para fazer trabalho político e de mobilização das gentes daquelas paragens, prevaleceram os recém-chegados das outras regiões do país. Étnica e culturalmente diferentes, logo estes, os do Norte, se estabeleceram no topo da hierarquia social com todos os privilégios que eram atribuídos aos ‘chefes’ (REIS, 2018, p. 32).

Evidentemente, tais circunstâncias geraram tensões entre os dirigentes locais e o grupo vindo do norte, composto em parte por brancos e mestiços.

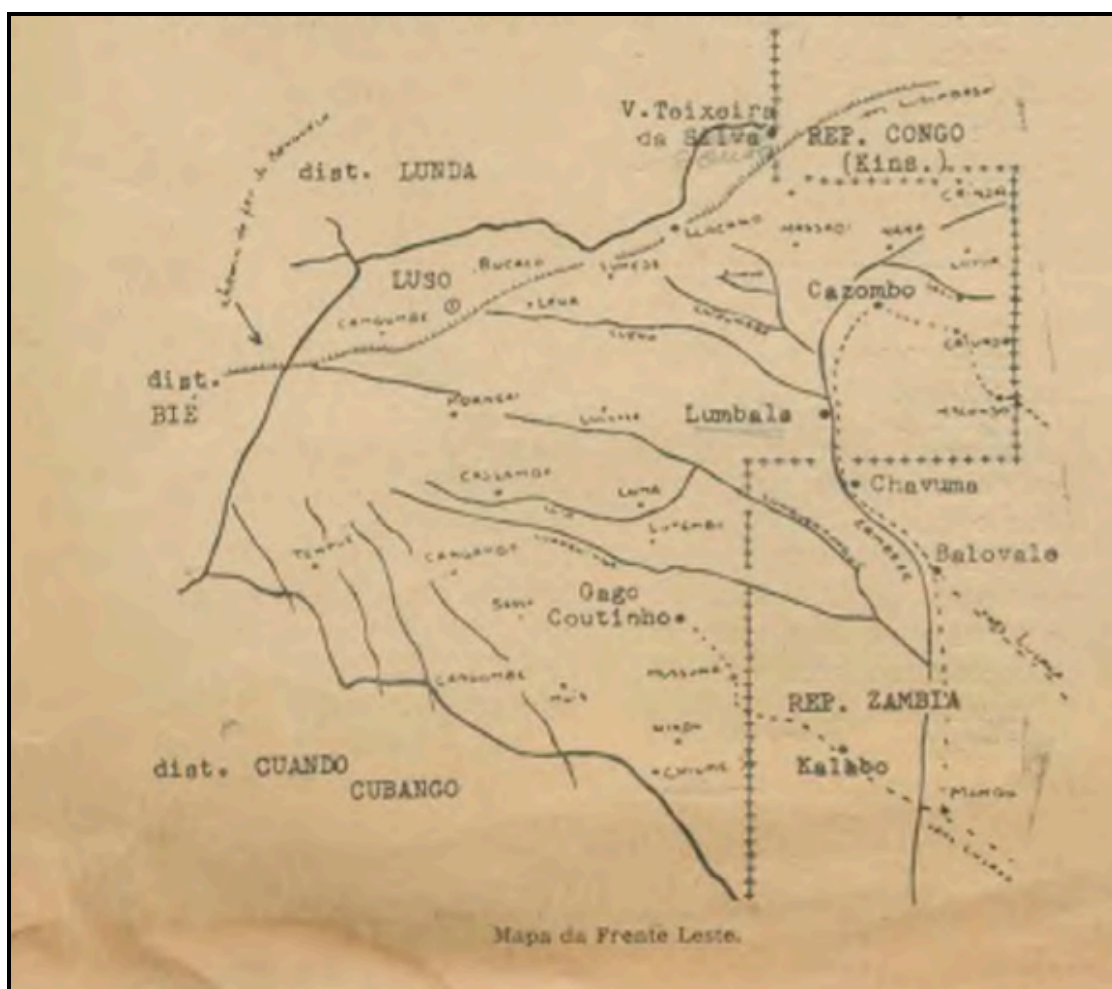


Figura 10: Mapa da Frente Leste. Fonte: MPLA, 1967. Vitória ou Morte. Número especial do 4 de Fevereiro de 1967. Brazzaville, Órgão de Informação e Combate do M.P.L.A., 1967, p.5.

A quarta região foi aberta em 1968 e abarcava as regiões de Lunda e Malanje, a norte do caminho-de-ferro de Benguela, que escoava o cobre da Zâmbia e do Congo-Kinshasa.

Estava apenas parcialmente sob controle do MPLA. Ao avançar pelos territórios de exploração do algodão e diamantes, os guerrilheiros travavam batalhas não apenas contra forças colonialistas, mas também contra comandos sul-africanos e outras forças estrangeiras.

O MPLA seguiu ampliando suas guerrilhas e em 1969 foi aberta a 5ª RPM nas regiões de Bié e do Huambo. O Planalto Central angolano era importante demográfica e economicamente. Os guerrilheiros chegaram lá após cruzarem as barragens portuguesas. A 6ª RPM foi aberta na década de 1970, alcançando Huíla e Moçâmedes.

4.3.1. MPLA “do exterior”

O MPLA foi fundado no exterior de Angola, a partir de pessoas com lugares sociais muito específicos. Ao longo da década de 1950 esteve em pauta a formação de uma identidade angolana (*angolanidade*) primeiro através de expressões culturais, como a literatura e a poesia, que foram se deslocando e se unindo às ações políticas, até que, finalmente, se manifestaram através da resistência armada (MOORMAN, 2008; SCHUBERT, 2017).

Com o início da luta armada em 1961, o movimento que esteve no exílio precisou aumentar sua base de apoio e mobilizar o campesinato para combater o exército colonial. Desde o início instalou-se uma desconexão inerente entre a liderança intelectual no exterior e as bases nas guerrilhas no interior do país, composta principalmente por negros rurais com pouca educação formal, cujo principal apelo à liderança no pós-independência seria a reputação como bons combatentes. Segundo Schubert,

No caso da liderança, a maioria de seus primeiros membros eram cidadãos urbanos sofisticados que haviam se beneficiado de educação superior e ascensão social durante o colonialismo – e eram, portanto, os “herdeiros designados do colonizador” (Fanon 2004, 146). [...] Em última análise, a questão era quem eram os verdadeiros libertadores de Angola e quem iria governar o futuro país independente (Tali 2001, 274). Mais especificamente, a questão era se um grupo de intelectuais urbanos, predominantemente crioulos, mulatos e brancos, poderia produzir uma comunidade política e um projeto nacional que incluísse, falasse com credibilidade e representasse aqueles camponeses em sua maioria negros que eles reivindicavam como seus concidadãos e por cuja libertação eles lutavam ostensivamente. (SCHUBERT, 2017, p. 87-88)

Ciente dos desafios, logo após a expulsão da base do MPLA do Congo-Leopoldville que passou a declarar apoio à FNLA, o MPLA instalou-se em Brazzaville e logo voltou sua atenção aos problemas da liderança. Foi o próprio Viriato da Cruz, inclusive, um dos primeiros a apontar para a questão (PACHECO, 1997). Segundo o próprio fundador do movimento, sob

sua liderança o MPLA dificilmente conseguiria representar todos os angolanos e obter o reconhecimento e apoio da Organização da Unidade Africana (OUA).

Foi assim que se deu a substituição de Viriato, intelectual mestiço cujo contexto de origem o vinculava à primeira onda de assimilados, por Agostinho Neto, intelectual negro da província do Bengo⁵⁶. Ainda que as acusações étnico-raciais pudessem com isso ser contornadas – ao menos em parte – a verdade é que tanto Neto quanto a cúpula do partido provinham de um contexto social privilegiado e tais tensões retornariam repetidas vezes. Anos depois, num boletim, o MPLA (1971a) se contrapôs a definições que tentavam apresentar o movimento como representante da pequena burguesia porque constituído por intelectuais, mulatos e assimilados das cidades. Em sua “defesa”, afirmava que era preciso entender a ideologia e prática política para então apreender seus interesses. Destacava ainda que os “movimentos genuinamente revolucionários foram criados por intelectuais revolucionários, que posteriormente se tornaram representantes das massas oprimidas” (MPLA, 1971a, fls. 14) – no caso de Angola colonial, a massa de oprimidos correspondia em linhas gerais à camada da população classificada durante o colonialismo como ‘indígena’. O MPLA declarava que sua formação não visava à defesa dos interesses de uma burguesia mbundu, mas de toda a população angolana.

Articulando mais uma vez o discurso nacionalista que se opunha ao alegado tribalismo da UPA, segundo Schubert (2017), as lideranças do MPLA buscavam obliterar seu estatuto de minoria privilegiada, defendendo uma ideologia socialista de construção nacional não racial e inclusiva. Neste sentido, o MPLA combatia o tribalismo e evitava tudo o que fosse africano, como línguas nacionais, feitiçaria ou qualquer outra manifestação da cultura ‘tradicional’ apresentada como atrasada.

Agostinho Neto proclamava: “De Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação” (apud SCHUBERT, 2017, p. 88). Médico, poeta e revolucionário, Agostinho Neto presidiu o movimento e o culto à sua personalidade permanece até os dias de hoje, em Angola e no mundo. Neto é figura essencial para a compreensão do percurso do MPLA ao longo dos anos de sua existência como movimento de libertação e após a independência.

⁵⁶ Segundo Tali (2019) e Nascimento (2013, 2018), Agostinho Neto foi um antigo assimilado, de uma “família acima da generalidade da população negra” (TALI, 2019, p. 90), mas sua formação na missão metodista e sua origem interiorana sugeria uma associação à segunda leva de assimilados.

4.4. As dissidências do MPLA (ou de Agostinho Neto)

Agostinho Neto foi o primeiro presidente do MPLA e seria o primeiro presidente de Angola. No entanto, a proeminência de Neto no MPLA e sua liderança são sempre apontadas como uma estratégia escolhida pelo movimento quando nos debruçamos sobre sua história. Ora tido como militante ideal, ora posto como absolutista, o fato é que não é possível separar a figura de Neto – e suas decisões – do processo de consolidação do movimento, do próprio percurso da independência, da tomada de poder pelo MPLA e da imaginação e concepção do estado nacional. Conforme Carreira:

Dirigir Angola, sendo obrigado a ouvir um Comité Central ou um Bureau Político, sempre que fosse necessário agir, não era coisa do gosto de Neto. O centralismo democrático, em vigor na Organização, não fazia a diferença. Por isso, algumas decisões de Neto não passaram pelo seu Partido, não tendo assim a caução deste. Mesmo durante a luta de libertação, muitas vezes, Neto tomou as decisões que julgava necessárias, tendo posteriormente o acordo dos órgãos dirigentes do seu partido. Assim agia Neto, por vezes. Sem mesmo o conhecimento dos seus mais directos colaboradores. E estes várias vezes agiam conforme ele queria, sem se preocuparem com os resultados, ou os motivos de tal decisão, tal era o nível de confiança que pareciam ter nele. (CARREIRA, 1996, p. 31-32)

Como apontado anteriormente, o MPLA fortaleceu sua base de apoio a partir da junção com outras organizações menores e se consolidou como um grupo bastante heterogêneo, com o objetivo último de libertar Angola do colonialismo português. Agostinho Neto, negro, foi eleito presidente do MPLA, mas não por unanimidade. Bittencourt (1999a) e os Mateus (2007) destacam este ponto entre as controvérsias que permeiam a história do MPLA. Viriato, mestiço, foi preterido a favor de Agostinho Neto, mas os apoiadores de Viriato não ficaram satisfeitos e não viam legitimidade na liderança de Neto. Contudo, esta não foi a única vez em que a liderança de Neto foi posta em xeque, estimulando discussões internas que culminaram com expulsões e reajustes no interior do MPLA e que, no limite, culminaram – ou se encerrariam com o 27 de Maio.

Apresento a seguir notas biográficas de Neto obtidas a partir do site da Fundação Dr. António Agostinho Neto (FAAN)⁵⁷, em Luanda.

António Agostinho Neto nasceu em 17 de setembro de 1922, em Kaxicane, região de Ícolo e Bengo, Distrito de Luanda. Seu pai foi catequista e pastor da missão metodista americana; sua mãe, professora. Em Luanda, Neto frequentou a escola primária e fez os

⁵⁷ Disponível em: < <https://agostinhoneto.org/biografia/> > Acesso em 15 abr. 2023

estudos secundários no famoso Liceu Salvador Correia. Em 1948 recebeu uma bolsa de estudos dos metodistas americanos e partiu para Lisboa para cursar medicina.

Em Portugal, frequentou a CEI, importante local de atividades culturais e políticas. Atuou ativamente nas instâncias políticas estudantis, tendo participado da fundação de importantes instituições e instrumentos de contestação ao colonialismo, como a Revista Mensagem, junto de Lúcio Lara e Orlando Albuquerque, que teve quatro edições publicadas e circulou em Luanda entre 1950 e 1952; o Centro de Estudos Africanos (CEA), junto de Amílcar Cabral, Mario de Andrade e outros importantes nomes dos movimentos anticoloniais africanos; e o Clube Marítimo Africano, que desempenhou um papel fundamental na circulação material e de informação entre Portugal e Angola. Também foi um importante poeta angolano, cuja poesia tornou-se conhecida por expor as condições do povo angolano durante o colonialismo e sua esperança na construção de um futuro liberto.

Ao longo da década de 1950 foi preso repetidas vezes por seu envolvimento em movimentos nacionalistas contestatórios. Por seu reconhecimento como poeta, suas prisões tinham grande repercussão e causaram grandes comoções e petições assinadas por importantes intelectuais da época. Em 1957 foi eleito Prisioneiro Político do Ano pela Anistia Internacional. No ano seguinte, terminou o curso de Medicina pela Universidade de Lisboa, casou-se com Maria Eugénia Silva e participou da fundação de um movimento que unia nacionalistas das cinco colônias portuguesas para articular ações conjuntas, o Movimento Anticolonialista (MAC). Em 1959 voltou a Luanda e exerceu sua profissão sob constante vigilância. Em 1960 foi novamente preso e deportado; uma nova campanha internacional por sua libertação ganhou espaço nas mídias internacionais. Na década de 1960 já se declarava membro do MPLA. Saiu de Portugal com sua mulher e dois filhos em 1962, quando se juntou aos dirigentes do movimento em Leopoldville. Foi eleito presidente do MPLA na Conferência Nacional do Movimento. No ano seguinte, o MPLA partiu para Brazzaville.

Entre as décadas de 1960 e 1970, liderou de fora de Angola as atividades políticas e de guerrilha do MPLA. Representou o movimento no processo de descolonização junto a Portugal a partir de Argel (Argélia) e Brazzaville (República do Congo). Regressou a Angola para proclamar a independência e tornou-se o primeiro presidente da nova república. Neto morreu em setembro de 1979 em Moscou, de câncer. Alguns alegam que foi de alcoolismo; outros alegam que foi um plano da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em

sua homenagem, estão espalhadas pelo país estátuas que simbolizam os seus feitos e legados. Vale assinalar que Neto é reconhecido mesmo por representantes da UNITA como importante para a descolonização de Angola.

4.4.1. Fundação x Legitimação: Viriato da Cruz e Agostinho Neto

Com a independência do Congo-Leopoldville, o MPLA instalou-se lá com o objetivo de se aproximar do território angolano pelo norte e competir com a UPA pelos refugiados angolanos que chegavam a Leopoldville. Ali estava a base étnica e territorial da UPA e, entre propagandas e disputas que buscavam, por um lado, engrossar as fileiras dos movimentos, por outro, havia o processo de enfraquecer o movimento rival. Assim, acusações de caráter étnico e racial eram constantemente acionadas para circunscrever e enfraquecer o adversário. O MPLA acusava a UPA de tribalismo, por ser um grupo composto basicamente por pessoas de origem bakongo, não podendo, portanto, ser entendido enquanto um movimento nacionalista. Por sua vez, a UPA acusava o MPLA de ser um movimento de indivíduos da etnia kimbundu, dominado por “mestiços e brancos, filhos de portugueses e privilegiados” (REIS, 2018, p. 26), além de fazer menções à uma orientação ideologicamente comunista.

Como aponta Mabeko Tali (2019), as questões raciais vividas pelo MPLA não se limitavam às acusações vindas da UPA. Eram oriundas das relações sociais contraditórias entre elites e camadas mais populares, perpassadas pelas diferentes posições ideológicas e as trajetórias dos membros dos movimentos. As posições relativas assumidas por militantes e dirigentes mostram, por um lado, que a ideia de coesão nunca se concretizou para além do programa mínimo do partido; por outro, possibilitam perceber como contextos situacionais alternam entre oposições e conjunções, de modo que os aspectos de diferenciação se articulam para produzir alianças e inimizades (GOLDMAN, 2001, p. 79).

Viriato da Cruz, fundador do MPLA, alegava que o racismo das massas existia em razão da opressão colonial e seria um erro do Movimento apenas ignorá-lo e reproduzi-lo em suas estruturas, pois assim encontraria dificuldade em sua legitimação, afastando novos militantes e tornando-se alvo de líderes negros que praticavam o racismo em organizações rivais, como de fato o fez a UPA e a UNITA ao acusarem o MPLA de ‘herdeiros do colonialismo’. Pinto (2016) conta que em maio de 1962, enquanto Secretário-Geral do MPLA, Viriato chamou o Comitê Diretor para discutir a questão racial. Nessa reunião, Eduardo dos Santos propôs uma remodelação do Comitê Diretor do MPLA, com negros ocupando os

cargos de maior visibilidade no movimento, enquanto brancos e mestiços não deveriam estar em posições de destaque. Alguns nomes da cúpula do MPLA deveriam, com isso, se afastar, incluindo Lúcio Lara e Viriato da Cruz, mestiços e principais ideólogos do movimento, além do próprio Dr. Eduardo dos Santos, também visto como mestiço. Viriato apoiava a proposta e assumiu as discussões, uma vez que já apontara para esta necessidade em momentos anteriores. Mário Pinto de Andrade, também fundador e presidente do MPLA à época, avaliou que a alteração significaria ceder à e reforçar a política racista de Holden Roberto. O MPLA optou por alargar o Comitê Diretor incluindo mais representantes negros, alguns ligados às camadas populares (PINTO, 2016).

Neste momento, em 1962, Agostinho Neto, após uma fuga mítica da prisão, assumiu a presidência do MPLA. Figura conhecida no exterior, Agostinho era negro, mas representante de uma elite que estudou no exterior e que de lá atuou no partido desde sempre. Neto defendeu a permanência dos mestiços na cúpula do partido. Instaurou-se uma oposição – inclusive pessoal – que dividiu o MPLA em MPLA/Neto e MPLA/Viriato. Entre acusações de autoritarismo e racismo, há que se considerar também o contexto da Guerra Fria e as aproximações dos dois dirigentes. Enquanto Agostinho recebia apoio da URSS, Viriato seguia a tendência maoísta e tinha contatos na China. Assim, ele e seus apoiadores deixaram o MPLA e, a despeito das divergências, aproximaram-se da FNLA porque esse movimento era o mais próximo das massas camponesas, centrais na política e ideologia de Viriato e sua ala.

Viriato ficou pouco tempo na FNLA ao perceber que suas posturas não condiziam com as de Holden Roberto, mas sua presença na FNLA rendeu grandes oposições, principalmente de Jonas Savimbi, o que acabou originando a divisão do movimento e o surgimento da UNITA. Tendo saído da FNLA e com o risco de conflito com o MPLA de Neto, Viriato da Cruz deixou Angola, passou um tempo na Argélia e depois se mudou para a China, de onde tentou continuar a lutar pela independência de Angola, o que não aconteceu até 1973, ano de sua morte (PINTO, 2016).

Após algum tempo, Agostinho Neto estabeleceu uma aliança com outros movimentos anticoloniais que culminou com a criação da Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA), sem consultar as lideranças ou as bases do movimento. Isso levou à saída de Mário Pinto de Andrade em 1964, em protesto contra essa decisão. A saída de Mario de Andrade fortaleceu ainda mais a posição da ala liderada por Neto dentro do MPLA. Essa movimentação

política dentro do movimento teve implicações significativas para a direção e a dinâmica interna do MPLA, que depois originou novas tensões e divisões entre os membros.

4.4.2. Daniel Chipenda e a Frente Leste

Com a abertura da Frente Leste, o MPLA se deparou com novos desafios, o que incluiu um novo adversário no conflito da luta de libertação. A UNITA formou-se em 1966 e sua base de atuação concentrou-se especialmente no centro de Angola, junto aos Ovimbundu. Apesar disso, no entanto, a PIDE estava preocupada com a atuação do MPLA no leste, que tomava forma e atuava de forma violenta. A realidade, no entanto, é que o movimento encontrou dificuldades em mobilizar a população rural para a luta armada. Por um lado, porque era uma área de baixa densidade populacional e por outro, porque as comunidades locais mantinham vínculos regionais e étnicos, uma vez que não houve grande penetração colonial na região. Dessa forma, nem sempre o discurso nacionalista do MPLA lhes fazia sentido.

Com a Frente Norte estagnada, o MPLA transferiu quadros treinados da 2ª Região para a Frente Leste, em postos de comandos superiores, devido, em parte, às suas formações militares, mas também por seus contatos no movimento. A medida supriu a falta de militantes qualificados, mas gerou problema com a população, que via então o MPLA como uma organização de estrangeiros. Quando Portugal acirrou os ataques à região, principalmente nas terras agrícolas, espalhando fome, muitos guerrilheiros da Frente Leste desertaram, o que gerou tensões nas relações entre a base, composta principalmente pelas populações locais, e os comandantes, em sua maioria do Norte e acusados de deterem privilégios.

Em dezembro de 1969, ocorreu a primeira grande manifestação de descontentamento na Frente Leste, conhecida como a Revolta de Jibóia. Jibóia era o diretor adjunto do Centro de Instrução Revolucionária (CIR). As queixas levadas eram as dificuldades com alimentação, armamento, educação e críticas aos fuzilamentos sem julgamentos, que foram atribuídas, de uma perspectiva etno-regionalista, ao fato de os líderes do movimento serem de grupos étnicos do norte, como bakongo e kimbundu (MARQUES, 2012, p. 28). Os revoltosos iniciaram uma marcha em direção a Lusaka, onde planejavam se encontrar com Agostinho Neto e, embora tenham chegado, foram recebidos por Daniel Chipenda.

Chipenda era um dirigente ovimbundu, do centro-sul, ou seja, foi uma escolha

estratégica enviá-lo para lidar com as reclamações dos guerrilheiros do leste, com quem mantinha boas relações. O MPLA tentava, assim, deslegitimar as acusações sobre uma liderança ‘do Norte’ na região. A intervenção de Chipenda foi importante para controlar a agitação, com promessas de mudanças. Jiboia foi afastado de suas funções.

Portugal intensificou muito os ataques ao leste, praticamente reconquistando o território. Diante da derrota, uma nova crise teve início: a Revolta do Leste. Na liderança, Daniel Chipenda, que se contrapunha a Agostinho Neto. Os líderes do MPLA divergiam sobre as reclamações e críticas em relação à concentração de poder e dos privilégios nas mãos dos dirigentes do norte de Angola. Após a Revolta de Jibóia, Chipenda ganhou destaque ao apoiar as reivindicações da base contra os líderes do norte. Em 1972, alguns quadros intermediários propuseram um reajustamento político no leste do país, visando resolver problemas internos e promover a participação da população na luta armada. (TALI, 2001; MARQUES, 2012; PINTO, 2012). Chipenda era visto como uma alternativa a Neto pelas populações insatisfeitas do leste e, estrategicamente, fez uso de seus atributos étnicos e raciais para identificar-se com as populações do leste, enquanto Neto, ainda que negro, era kimbundu e mantinha estreitas relações com brancos e mestiços, além de ser casado com uma portuguesa branca.

A despeito da posição contrária do MPLA, o movimento de reajuste teve início e criou estruturas provisórias de poder, além de assembleias. O cerne das acusações permaneceu em torno de questões norte x leste. Na disputa entre Chipenda e a direção do MPLA, ancorada em Neto, ambos utilizaram o aspecto étnico-regional para fortalecer suas posições (PEIXOTO, 2009, p. 111). Chipenda destacou sua filiação étnica ovimbundu, tornando-se o representante das populações do leste de Angola. Por sua vez, a direção do MPLA acusou Chipenda de ser ‘tribalista’, buscando desacreditá-lo. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma aliança com os tchokwe, aproveitando uma rivalidade histórica com os Ovimbundu e garantindo apoio na sub-região norte da Frente Leste. Mais uma vez o aspecto étnico-racial desempenhou um papel significativo na batalha política e foi resolvido de maneira provisória pelo movimento.

4.4.3. Frente Norte: intelectuais e guerrilheiros

Mabeko Tali (2019, p. 299) explica que de forma geral existiam três escolas de guerrilha – que depois Nito vai chamar de “famílias” (BAPTISTA, 1977): a 1ª RPM, próxima a Luanda, a 2ª RPM, de Cabinda, e a 3ª RPM, a Frente Leste. Como apresentei, a Frente Leste

rebelou-se à direção do MPLA e um dos motivos foi justamente a presença de comandantes do Norte na região.

No entanto, o Norte não estava isento de conflitos. Na 2ª RPM os problemas foram percebidos através da rivalidade entre os grupos étnicos bakongo e kimbundu, os do norte e os de Luanda. Além disso, a questão racial mais uma vez se sobressaiu, mas no sentido de não ascensão de membros brancos no movimento. Como resultado, dois membros, Adolfo Maria e Pepetela, não obtiveram grande destaque no MPLA. Apesar da não participação de brancos como grandes dirigentes, a gestão, a representação e serviços, como a imprensa e a propaganda do MPLA em Brazzaville, foi feita majoritariamente por quadros brancos e mestiços, que não interagiam com os meios sociais dos militantes negros. Marques (2012, p. 47) conta que, enquanto brancos e mestiços circulavam nas elites congoleesas, os negros viviam próximos à população comum. Essa divisão cotidiana se tornou explosiva quando combinada com os outros problemas enfrentados pela guerrilha.

No mesmo período também emergiu a insatisfação de comandantes militares da 1ª Região, que alegavam falta de interesse e apoio dos dirigentes já que não recebiam suprimentos desde o destacamento Kami, nos Dembos, em 1967. Em março de 1972, após acusar a falta de compromisso da direção para com a 1ª Região, Monstro Imortal juntamente com outros militantes prenderam o coordenador da 2ª RPM, Lúcio Lara. A justificativa, vinda da rivalidade racial existente, foi de que Lara representava interesses de elementos mestiços e brancos, responsabilizando-os pela situação na Frente Norte. Antes que uma acerto de contas ocorresse, as autoridades congoleesas intervieram e libertaram Lara (MARQUES, 2012).

4.4.4. A Revolta Activa

A Revolta Activa foi deflagrada logo após o 25 de abril português a partir de um documento intitulado ‘Apelo a todos os militantes e a todos os quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola’, onde militantes do MPLA e ex-membros do movimento, incluindo ex-líderes como Mario Pinto de Andrade e Hugo Menezes, manifestaram descontentamento com os caminhos do movimento. O cerne da crítica era ao ‘presidencialismo absoluto’ de Agostinho Neto, a autocracia que impunha a falta de democracia interna e o modo de conduzir a luta armada. “Justificando a sua posição sobre a natureza da contestação, pensavam que, após esgotados todos os meios de persuasão, só a revolta activa dos militantes e quadros

poderia conter ‘a gangrena’ que ameaçava a organização” (TALI, 2019, p.274). No entanto, os autores do documento eram em sua maioria mestiços e brancos, com pouca participação de negros, mas a falta de apoio popular e a força da liderança de Neto resultaram em seu fracasso.

4.5. As vitórias de Agostinho Neto

Diante das divergências colocadas pela Revolta Activa, os países vizinhos de Angola se envolveram nos problemas internos do MPLA com o objetivo de conciliar as posições da direção política do movimento. O Zaire pressionava Agostinho Neto, forçando-o a dialogar na presença do governo. Após um primeiro encontro ocorrido em Brazzaville, preparado pelas autoridades congoleesas, foi imposta a realização de um congresso, que, mesmo contrariado, foi aceito por Neto.

O congresso aconteceu em agosto de 1974, próximo a Lusaka, capital da Zâmbia, reunindo várias frentes das guerrilhas, além dos representantes das três vertentes existentes no MPLA com seus delegados, ou seja, a ala ‘presidencialista’, de Agostinho Neto; a ala de Chipenda, da Frente Leste; e os delegados da Revolta Activa. A composição dos delegados seguiu a seguinte distribuição: 70 representantes da Revolta Activa, 165 da Revolta do Leste e 165 da ala presidencialista. A direção decidiu levar alguns militantes do interior a Lusaka como estratégia para aumentar sua credibilidade (MARQUES, 2012, p. 47).

Apesar das dificuldades, algumas sessões de trabalho do congresso foram realizadas, mas deixaram evidente que o diálogo seria impossível. Conforme Tali:

Um dos pretextos que levou Agostinho Neto e a sua facção a abandonar o Congresso, que a diplomacia africana impusera, foi a entrada na ordem de trabalhos, desde a abertura da reunião, do pedido de um dos membros da delegação da Revolta Activa para que fosse feito o ponto da situação das finanças do Movimento. Mal foi colocada a questão de saber quem geria as finanças e qual a situação presente, a alusão tornou-se mais do que evidente. Era do conhecimento geral que, desde 1963, ano da chegada de Agostinho Neto à liderança do Movimento, ele tinha sido o único gestor das finanças. Só o presidente, e mais nenhuma outra instância dirigente, tivera autoridade no controlo dos meios financeiros à disposição, fruto de diversos donativos financeiros fornecidos por países amigos ou por instituições estrangeiras simpatizantes. Era um problema antigo, que ninguém, alguma vez, se atrevera a abordar e daí a razão para se ter tornado um verdadeiro tabu levantar esta questão. Este pedido de prestação de contas sobre as finanças do movimento em pleno Congresso foi muito mal recebido por Agostinho Neto. Consta que lhe serviu de pretexto para abandonar os trabalhos e para se recusar a apresentar qualquer relatório no Congresso. Esta recusa, assim como a ameaça, por parte da sua facção, de bater com a porta, foram acolhidas com consternação e reprovação pelas delegações estrangeiras do «comité ad hoc» (TALI, 2019, p. 284)

A facção presidencialista contestou a legitimidade do Congresso também pela presença de indivíduos na delegação da Revolta do Leste que pareciam ser de origem duvidosa e não tinham histórico de militância no MPLA, ou pelo menos não conseguiam comprovar sua participação nas estruturas básicas do Movimento.

Após o abandono do Congresso pela ala presidencialista, os quadros da Revolta Activa se retiraram e apenas a delegação do Leste ficou. Numa votação controversa elegeram Chipenda como presidente, o que, na prática, nunca teve legitimidade alguma. Cabe apontar que tanto os grupos de dentro do MPLA quanto os países que se envolviam buscavam estabelecer alianças internacionais para obter as vantagens de ter um parceiro numa Angola já quase independente, na esteira dos acontecimentos do 25 de abril português. Nesse contexto político, o Congo-Brazzaville apoiava o grupo da Revolta Activa, enquanto o grupo da Revolta do Leste, que já tinha o apoio da Zâmbia, passou a contar também com o suporte do Zaire após se aproximar da FNLA.

4.5.1. A Conferência Inter-Regional (de Neto)

Pouco tempo depois, a direção do movimento organizou uma nova conferência, agora no interior de Angola. Tali (2019) explica que a realização da Conferência Inter-Regional de Militantes (CIRM) dentro das fronteiras angolanas era particularmente importante para Agostinho Neto. Em primeiro lugar, ele queria mostrar que o Congresso de Lusaka, imposto ao Movimento por pressões externas, não tinha legitimidade. Em segundo lugar, mostrar que a ‘ala presidencialista’ poderia realizar seu próprio congresso em um ambiente nacional angolano favorável e tranquilizador, o que serviu como demonstração de seu poder efetivo sobre as tropas e estruturas políticas do Movimento no país.

A Conferência foi dominada pelos partidários de Agostinho Neto, uma vez que as tendências contestatórias foram excluídas. Neto manteve sua autoridade e legitimidade durante as sessões. A CIRM proporcionou o primeiro encontro entre militantes das diferentes frentes internas, incluindo combatentes das matas, membros de células clandestinas urbanas e ex-presos políticos dos cárceres coloniais. Cada grupo tinha suas próprias preocupações e visões sobre o processo nacional, baseadas em suas experiências na luta. Os delegados dos centros urbanos levaram o respaldo das cidades, fortalecendo Neto e respondendo às dúvidas que pairavam no interior sobre sua influência na capital (TALI, 2019).

Conciliar essas diferentes perspectivas em torno de Neto foi desafiador para a direção do Movimento e divergências profundas surgiram em questões importantes, como o direito à nacionalidade e o papel dos brancos no futuro Estado independente de Angola. Havia aqueles que se opunham à concessão automática de nacionalidade aos brancos nascidos em Angola e

os que defendiam a participação legítima de militantes brancos. A solução encontrada restringiu o direito à nacionalidade aos brancos que participaram da luta, mas ainda gerou desconforto entre quadros brancos e mestiços em relação às suas identidades angolanas.

Houve a reestruturação do Comitê-Diretor do movimento, no sentido de incluir quadros provenientes do interior e promover novos quadros da guerrilha. Como resultado, o Comitê Central e o Bureau Político do MPLA passaram a ser compostos por pessoas com origens e experiências diversas. Apesar das diferenças em trajetórias, contextos sociopolíticos e perspectivas individuais, todos compartilhavam o reconhecimento da liderança política e militar legítima de Agostinho Neto, considerando-o como símbolo de sua luta e, portanto, sua própria legitimação política.

Também foi na Conferência que a questão da independência e do futuro se tornou central. Definiu-se a necessidade de negociar um cessar-fogo com o exército português e preparar o MPLA para uma estrutura provisória de governo, sem vislumbrar a partilha do poder político com os outros movimentos de libertação. Agostinho Neto saiu vitorioso, e essa vitória foi reforçada pelo grande número de jovens urbanos que se juntaram aos CIR's a partir de setembro de 1974. As manifestações populares em Luanda, favoráveis ao 'MPLA-Neto', acrescentaram ainda mais peso à vitória.

4.5.2. Um certo Nito Alves

A direção do MPLA, liderada por Agostinho Neto, decidiu levar alguns militantes do interior e da capital ao Congresso de Lusaka como estratégia para fortalecer a sua credibilidade. Assim, tiveram destaque a presença de Lopo do Nascimento, vindo de Luanda, capital e local de intensas intervenções clandestinas, e Nito Alves, da 1ª RPM, a guerrilha mais antiga do MPLA. Nito simpatizou com Neto desde o início e seu apoio representava também o apoio dos combatentes da 1ª Região, que enfrentaram diversas privações ao longo dos 13 anos de luta pela libertação. Essa trajetória conferiu autoridade ao discurso inflamado feito em uma das sessões do congresso, onde atacou as duas dissidências anti-Neto. O conteúdo do discurso, ideológico e marxista, apontava para antigas fissuras dentro do movimento, explorava argumentos da direção contra os membros da Revolta Ativa e colocava a figura do guerrilheiro em oposição à do intelectual, além de explorar outras dicotomias como exterior e interior; o oportunista e o herói; a teoria e a prática, além disso, Nito questionava a

participação de intelectuais na luta de libertação e negando-lhes o direito de criticar a direção. Eis um trecho do discurso em questão:

A guerra de guerrilhas não é uma diversão teórica, não é compatível com teses românticas de uma revolução mais ou menos utópica assimilada em cadeiras do revisionismo moderno. [...] Por que razão, pois, se defendem alguns criminosos ou mais e que foram fuzilados com justiça revolucionária nesta guerra de libertação nacional e não hão de erguer-se vocês para reclamar a morte de centenas e centenas de massas do Povo angolano mortas nesta guerra ou com certa conivência do oportunismo político? Por que a ala oportunista não defende nem pede julgamento pelos milhares de camponeses e guerrilheiros mortos no interior do País pelo inimigo e cuja responsabilidade, até certo ponto, pesa gravemente sobre os membros do situacionismo político no exílio que oportunismo mais obstinado tem preservado? Ninguém se recorda de pedir contas a quem se deva pedi-las pelos camaradas que suportam heroicamente as sinistras prisões da Pide-DGS⁵⁸ [sic] e com responsabilidade da negligência por parte da intelectualidade oportunista do MPLA? [...] Que bom, do exterior e no exterior do país, formular com a facilidade da escrita a crítica subjectiva a quem faz a guerra de libertação nacional; como é bom, a distância do fogo dos acontecimentos, completamente fora deles mesmo quando os factos se acham deslocados no tempo, tentar julgar aqueles que, com o seu suor, com a sua juventude tentam cumprir pura e simplesmente com o seu dever: o de libertar a Pátria, ainda que com o sacrifício da sua própria vida. (BAPTISTA, 1974, p.3-4)

Em seu discurso, Nito Alves criticava o estilo de vida dos intelectuais do MPLA, argumentando que eles estavam distantes da linha de frente da luta e viviam em Brazzaville, o que demonstrava seu afastamento da guerra. Lembra Marques que o discurso “não incomodou o presidente, mesmo que tenha irritado muitos outros. Após o Congresso de Lusaka, Neto promoveu a ascensão de Nito Alves ao Comitê Central do MPLA” (MARQUES, 2012, p. 49).

No entanto, se não considerarmos a intensa luta pelo poder político dentro do MPLA, na qual Nito Alves também buscava um lugar, pode parecer contraditório, afinal, Agostinho Neto e Lúcio Lara tinham trajetórias semelhantes aos membros da Revolta Activa: estudaram no exterior e passaram a maior parte da luta de libertação no exterior, sem participar das guerrilhas. As acusações feitas aos dissidentes poderiam ser feitas a Neto e Lara – como de fato Nito as fez dirigindo-se a Lara, anos depois.

Nito chamou ainda a atenção de muitos jovens delegados decepcionados com as indecisões ideológicas dos dirigentes da guerrilha. As referências marxistas do seu discurso trouxeram um grupo em seu redor, dentre os quais José Van-Dúnem, ex-presos político recentemente posto em liberdade, que conhecera meses antes em Luanda e com quem teceu

⁵⁸ DGS: Direção-Geral de Segurança. Oficialmente criada em 24 de novembro de 1969, foi o órgão que substituiu a PIDE, extinta com a ascensão de Marcelo Caetano ao poder, em substituição a Salazar. Nos discursos dos militantes e dirigentes de movimentos coloniais, as duas instituições são comumente citadas juntas; trata-se mais de uma questão de nomes e datas que efetivamente uma mudança das funções dos órgãos ou de seu *modus operandi*.

sólidas ligações políticas. Foram juntos à CIRM, durante a qual se destacaram pelas suas posições contra a corrente das ideias então vigentes na direção do Movimento, especialmente no tocante a questões universalistas e progressistas, como a discussão do problema da nacionalidade, que abordei no tópico sobre a CIRM, acima, que provocou uma primeira fratura entre a velha guarda reunida à volta de Agostinho Neto e o bloco formado pelo grupo de dirigentes da 1ª Região, que depois seria articulado como racismo (TALI, 2019, p. 544).

4.6. Dos cravos à independência: (não) acordos e a proclamação

O conflito anticolonial concomitante em Angola, Moçambique e Guiné Bissau desestabilizou Portugal. A morte de Salazar em 1968 e a Revolução dos Cravos em 1974 impossibilitaram a continuidade do colonialismo e começou o processo de descolonização de Angola. No início de 1975 foi assinado o Acordo de Alvor, que instituiu um governo de transição para conduzir o processo de descolonização e estabelecia a divisão do governo de transição em Angola entre os envolvidos, Portugal e os três maiores movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), até a realização de eleições.

O governo de transição previa um colegiado presidencial formado por representantes dos três movimentos de libertação que exerceriam o cargo de Chefe do Governo de maneira alternada, Lopo do Nascimento (MPLA), José Ndele (UNITA) e Johnny Pinnock (FNLA). Também foram formados um exército composto por quadros dos três movimentos, com 8 mil homens cada, e um exército com 24 mil homens de Portugal. Essa configuração seria mantida até dia 11 de novembro, data marcada para a proclamação da Independência Nacional (VEIGA, 2015, p. 130). Além disso, havia três postos de ministros para cada parte.

Pelo MPLA, foram indicados o ministro do Planeamento e Finanças, da Justiça e da Informação, o secretário de Estado da Indústria e Energia e secretários no Ministério do Interior e do Trabalho e Segurança Social. Para a UNITA, ficaram o Ministério da Educação e Cultura, Trabalho e Segurança Social, e Recursos Naturais, além da Secretaria de Estado das Pescas e indicação de secretários na pasta do Interior e da Informação. Para ministro da Agricultura, do Interior e da Saúde e dos Assuntos Sociais, as indicações foram da FNLA, que também tinha a Secretaria do Comércio e Turismo e secretários indicados no Ministério da Informação e do Trabalho e Segurança Social. Portugal, por sua vez, indicou três ministros para o Governo de Transição, dos Transportes e Comunicações, da Economia, e das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo⁵⁹.

⁵⁹ Conforme lembra o Jornal de Angola de 15 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/acordo-de-alvor-foi-assinado-ha-47-anos/>> Acesso em: 08 jun 2023.



Figura 11: Composição do Governo de Transição de Angola, conforme Acordo de Alvor, de 1975. Disponível em: Blog *Recordações da Casa Amarela*, disponível em: <<http://recordacoescasamarela.blogspot.com/2010/11/governo-de-transicao-de-angola-janeiro.html>> - Acesso em: 08 jun 2023.

O que se seguiu, no entanto, foi uma série de conflitos entre os três movimentos. Em junho Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi encontraram-se em Nakuru, no Quênia, numa tentativa de recuperar o Acordo de Alvor. Ficaram acordados a elaboração de uma Lei Eleitoral e o estabelecimento de uma data para as eleições gerais em outubro, como previsto em Alvor. No entanto, mais uma vez não houve o empenho dos movimentos no cumprimento das negociações, o que culminou em conflitos pela tomada da capital, no que ficou conhecido por uns como Batalha de Luanda e por outros como Batalha de Kifangondo.

Sobre a Batalha, Paredes (2014) explica a dimensão dos acontecimentos que aconteceram à véspera da proclamação da independência, em 10 de novembro. Segundo a antropóloga:

a localidade de Kifangondo foi palco de um conflito internacional com uma concentração de forças e equipamentos militares que só a batalha do Cuíto Cuanavale ultrapassará anos mais tarde. A concentração de forças militares destinava-se a evitar que o MPLA proclamasse a independência em Luanda na data acordada, 11 de Novembro de 1975. Batalhões de infantaria do Exército Zaireense, batalhões semirregulares do ELNA/FNLA [Exército de Libertação Nacional de Angola braço armado da FNLA], o ELP, Exército de Libertação Português, batalhões do exército sul-africano e mercenários lutaram contra as FAPLA, que eram apoiadas pelo exército Cubano. Com esta batalha o conflito em Angola internacionaliza-se no próprio terreno da guerra (PAREDES, 2014, p. 245).

É preciso explicitar, no entanto, dois pontos importantes para o entendimento dos acontecimentos. Primeiro que o conflito seguiu-se a uma série de alianças internacionais, no contexto da Guerra Fria, feitas pelos movimentos de libertação que tentaram cada qual tomar unilateralmente o poder. Depois, era notável que conquistar Luanda era conquistar o poder; ainda que falemos de um território de extensa dimensão, como o é Angola, era ali que estavam concentrados os capitais necessários para instaurar-se como governo.

Wolfers e Begerol contam que a ofensiva pela tomada da capital começou em outubro pela FNLA, a partir do norte, que expulsou o MPLA de Caxito, de volta à capital com um grande número de homens e armas. Em resposta, o MPLA explodiu uma ponte que ligava as regiões para evitar que blindados do inimigo atravessassem o rio Dande. Ainda conforme os autores, “[i]nformações confiáveis de prisioneiros falavam de um acúmulo maciço para a ofensiva de Luanda, incluindo tropas de elite da divisão Kamanyola do Zaire, mercenários e até 300 chineses de prontidão no oeste do Zaire” (WOLFERS; BEGEROL, 1983, p.17).

O MPLA recorreu à sua Frente Norte, por intermédio de Lopo do Nascimento, primeiro-ministro do governo de transição. Lopo do Nascimento foi um dos principais militantes clandestinos do MPLA, tendo permanecido em Luanda durante toda a luta anticolonial, e desempenhava um papel fundamental na aproximação da guerrilha e da ala externa do movimento com aqueles que, como ele, haviam sobrevivido nos municípios, trabalhando para a comunidade empresarial colonial. Lopo entrou em contato com Armando Sousa, um mestiço da pequena burguesia que tinha sido treinado como artilheiro pelos portugueses enquanto prestava serviço nacional na Guiné-Bissau.

À altura, 8 de novembro, havia pouca presença cubana em Angola e adjacências e a ofensiva foi combatida por angolanos. Houve intervenção da UNITA e da África do Sul a favor da UPA e houve intensos combates durante todo o dia no dia 9. Em jogo estava a independência no dia 11. Foi só na noite do dia 9 que chegaram armas pesadas de Moscou, incluindo um lançador de foguetes. A decisão foi tomada em Havana em 5 de novembro, na Reunião do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, de enviar uma reforços para defender a revolução angolana. No dia 10 os confrontos se intensificaram, mas foi o MPLA quem saiu vitorioso. Sobre Kifangondo, Nito escreveu:

O Massacre de Kifangondo

“Para que a nova chuva
caia do céu independente

não em pobres gotas
mas em copiosa abundância
foi necessário
o massacre de Kifangondo.

[...]

Kifangondo! Massacre do Kifangondo!
Símbolo duma época de gigantes
símbolo duma generosa geração
geração sem pátria
sem fronteira
geração da Humanidade explorada
em luta
contra o imperialismo internacional.”

(BAPTISTA, 1976b, p. 49-51)

Após a vitória de Kifangondo, em Luanda, às zero hora do dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto discursava:

Em nome do Povo angolano, o Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola. Nesta hora o Povo angolano e o Comitê Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria. Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola. (NETO, 1976, p. 3).

Tali (2001) argumenta que a ascensão do MPLA dependeu da formação de alianças com comitês, associações de bairro, comunistas portugueses, compondo uma frente ampla com militantes e dirigentes de diferentes trajetórias e concepções ideológicas. No entanto, fundamentais e decisivos foram os apoios recebidos pelo MPLA dos regimes soviético e cubano.

4.7. Apoio dos cubanos

O estabelecimento do bloco socialista pelos soviéticos após a Segunda Guerra Mundial reforçou o conceito de solidariedade entre os estados socialistas, e isso ganhou maior significado quando a Guerra Fria dividiu o mundo.

George (2005) explica que a evolução ideológica da Revolução Cubana foi complexa e instável, assunto que foge ao escopo deste trabalho, mas é importante salientar a adoção do internacionalismo de um tipo bastante peculiar, na medida em que contemplava uma mistura “do pragmatismo frio de [Fidel] Castro e do idealismo de [Che] Guevara” (GEORGE, 2005, p. 14). Cuba se transformou num importante centro revolucionário de postura combativa ao imperialismo estadunidense. Se num primeiro momento o internacionalismo cubano voltou-se para o Caribe, em pouco tempo alcançou a América do Sul e avançou para a África em busca de aliados. Cuba estabeleceu contatos com os movimentos revolucionários de esquerda que despontavam nos processos de libertação das então colônias europeias, começando com a Front de Libération National (FLN) argelina (GEORGE, 2005, p. 20).

Os primeiros contatos entre o MPLA e o M-26-7 (Movimento 26 de Julho) ocorreram na CEI, em Lisboa, onde os então estudantes das colônias conheceram alguns revolucionários cubanos de Castro de maneira informal. Na década de 1960 houve a formalização desses contatos através da embaixada cubana em Conacri. Cuba apoiou financeiramente a causa do MPLA, inclusive com a concessão de seis bolsas de estudo a angolanos que fugiram de Portugal entre 1962 e 1964. Durante sua estadia em Cuba, os angolanos receberam treinamento militar e educação superior, incluindo figuras proeminentes do MPLA, como Onambwe. Após o MPLA estabelecer um escritório em Argel em fevereiro de 1963, seus guerrilheiros passaram a receber treinamento de instrutores cubanos e argelinos na Argélia. Esse programa de treinamento continuou quando Che Guevara chegou a Brazzaville no início de 1965.

George conta, ainda, que em 5 de janeiro de 1965, Guevara visitou a sede do MPLA em Brazzaville. Encontrou-se com Agostinho Neto e Lúcio Lara, dentre outros dirigentes. Guevara visava a uma revolução pan-africana, que teve uma recepção fria por parte do MPLA, e acabou atendendo aos pedidos de ajuda e treinamento militar de Neto. Portella e Leiria apontam para a contínua presença de pelo menos dois instrutores cubanos da época de

Brazzaville, 1965: “o fato de onze anos depois, estarem ambos novamente em Angola em missões de relevo é um testemunho da solidez das relações dos cubanos com a direção de Agostinho Neto” (PORTELLA, LEIRIA, 2019, p. 197). Eles contrapõem essa relação bem estabelecida às (muitas supostas) fragilidades que o governo de Neto – ou o próprio Agostinho – parecia suscitar com relação aos soviéticos. Apesar, no entanto, de várias suposições, o apoio dos soviéticos foi também marcante nos processos de consolidação das lutas anticoloniais e no pós-independência para o MPLA.

4.8. Diversidade na unidade: o(s) MPLA(s) como governo

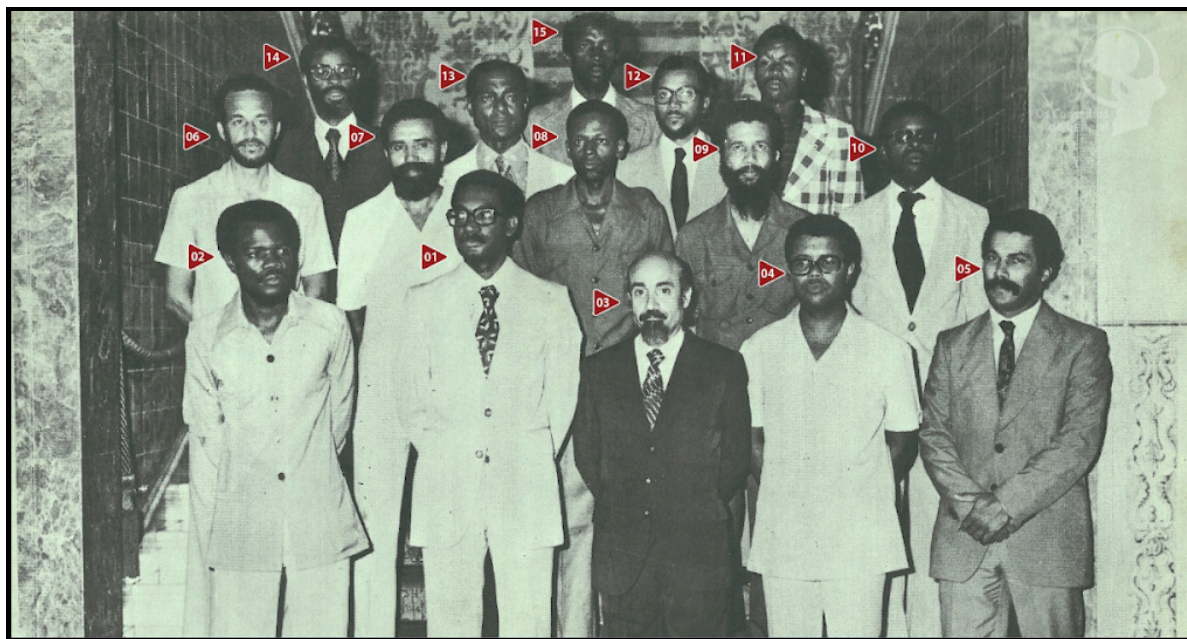


Figura 12: Primeiro Governo do MPLA em Angola no pós-independência. 1. Lopo do Nascimento (Primeiro Ministro) | 2. Nito Alves (Ministro da Administração Interna) | 3. António Jacinto (Ministro da Cultura) | 4. Lopes Teixeira (Ministro da Educação) | 5. Bento Ribeiro “Cabulo” (Ministro da Indústria) | 6. Iko Carreira (Ministro da Defesa) | 7. Mário de Almeida (Ministro da Saúde) | 8. José Eduardo dos Santos (Ministro das Relações Exteriores) | 9. Carlos Rocha “Dilolwa” (Ministro da Economia) | 10. David Aires Machado “Minerva” (Ministro do Trabalho) | 11. Benvindo Pitra (Ministro das Pescas) | 12. Victor de Carvalho (Governador do Banco Nacional de Angola - BNA) | 13. Diógenes Boavida (Ministro da Justiça) | 14. Saydi Mingas (Ministro das Finanças) | 15. Carlos Fernandes (Secretário de Estado da Agricultura). Fonte: Facebook do Portal Xaa. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/XeAgoraAguenta/posts/783023835369100/?wtid=rdr_0auQhsjEICJIZV23B> - Acesso em 08 jun 2023.

Reis (2018) conta que, após a independência, “as massas populares apoiavam o MPLA em Luanda, com palavras de ordem ‘O MPLA é o povo e o povo é o MPLA’” (REIS, 2018, p. 46). Muitos dirigentes do partido voltavam a Angola após muitos anos de exílio e de participação do MPLA no exterior. Apesar da independência, muitos territórios no interior estavam sob domínio de movimentos rivais (M'BOKOLO, 2010, p. 261). A guerra de libertação deu lugar à guerra civil (MESSIANT, 2006; OLIVEIRA, 2017; DULLEY e SAMPAIO, 2020). O confronto se deu, num primeiro momento, entre o MPLA e a FNLA, mas com o enfraquecimento da FNLA, o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e da África do Sul voltou-se para a UNITA em 1976. O confronto entre o MPLA e a UNITA durou 27 anos.

O pós-independência não foi isento de confrontos (TALI, 2019). Múltiplos desafios se colocaram: faltava alimentação, infraestrutura, trabalhadores nos campos, estradas,

telecomunicações, etc. Além dos problemas econômicos urgentes, o MPLA começou a se defrontar com seus problemas internos, que foram durante muito tempo deixados de lado.

Na medida em que o novo governo se constituía à luz de antigas controvérsias oriundas de tensões do colonialismo, evidenciaram-se posições distintas entre os militantes, inclusive entre os dirigentes, com a emergência de disputas internas por um projeto político de nação. Embora tenha se unificado para combater inimigos em comum (os portugueses e grupos de libertação rivais), o MPLA era bastante heterogêneo e sempre esteve longe de produzir uma síntese que desse conta de suas divergências. Oficialmente, o partido se posicionava a favor da unidade nacional, abarcando entre seus militantes integrantes de camadas populares, inclusive para fortalecimento das guerrilhas contra a UNITA. Na prática, porém, a cúpula do MPLA era composta por membros da antiga elite angolana e a presença de mulatos e brancos em posições estratégicas de liderança incomodava boa parte da base militante – e Nito Alves despontou como foco da contestação.

No que tange ao projeto ideológico, Pearce (2015) argumenta que o alinhamento do MPLA com a esquerda na política internacional se deu especialmente a partir da adoção do internacionalismo socialista, que posicionava o partido e a nação em relação à política global. Os técnicos, soldados e assessores cubanos atuaram no projeto de construção e defesa do Estado do MPLA. Por outro lado, a ideologia socialista, os ensinamentos marxistas e a invocação da luta de classes eram secundários se comparados ao papel de desenvolvimento e defesa do partido-estado (PEARCE, 2015, p. 74-75). Os militantes, no entanto, cobravam por uma clarificação ideológica de um governo que vinha de um período longo de mais de uma década de lutas contra o colonialismo português, várias vezes discursando contra o imperialismo norte-americano. O jornalista William Tonet⁶⁰ aponta que “houve necessidade de alguns questionarem o rigor e a precisão da nossa corrente ideológica. O que é que iríamos seguir de facto? A esquerda comunista ou centro esquerda ou o liberalismo? E isso Neto não chegou a clarificar”.

No interior do partido, para entender as posições, alianças e correntes de pensamento que operavam, Mabeko Tali (2001) sugeriu olhar para as tendências no plano ideológico da dirigência do MPLA entre os anos de 1975, quando se instituiu no Estado, e de 1977, quando

⁶⁰ Entrevista disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-002/27-de-maio-de-1977-em-angola-supress%C3%A3o-de-agostinho-neto-tinha-antecedentes-diz-william-tonet/av-15990787>> - Acesso em: 13 out 2022.

ocorreu a tentativa de golpe de estado por uma parte de sua cúpula. Para tanto, o historiador identifica quatro posições compositoras do MPLA. As diferenças entre elas se davam mais em função de concepções ideológicas divergentes e menos pelos aspectos relativos às posições sociais que seus representantes ocupavam. E porque mesmo as possibilidades de diferenças dentro de um certo *habitus* de classe (BOURDIEU, 1996a) podem ser supostas de antemão, vale dizer que compartilhavam mais ou menos dos mesmos capitais simbólicos – o que depois explica, em grande medida, as alianças contra Nito que geraram duas posições no MPLA.

As quatro posições foram denominadas: ala pragmatista, ala tradicionalista, extrema-esquerda ‘abafada’ e nitismo. Descrevo-as sucintamente agora, sendo que o nitismo terá maior destaque na próxima parte deste trabalho.

A ala pragmatista era formada principalmente pela velha guarda do MPLA, reunindo o presidente de Angola, Agostinho Neto, os fundadores remanescentes do partido, como Lúcio Lara, além de outras figuras da geração que consolidou o MPLA no exterior. Embora sua formação teórica tenha se dado no marxismo pregado pelo PCP, marcadamente soviético, este grupo propunha a aplicação pragmática de certos princípios fundamentais do marxismo com base nas realidades de cada país, construindo um estado independente, sem qualquer submissão a uma ou outra das tendências marxistas. De olho também nos modelos vietnamita, cubano e iugoslavo, foi a teoria revolucionária de Mao Tsé-Tung, que imprimia ao marxismo uma adequação ao contexto histórico-cultural e político chinês, que mais os atraiu.

Por sua vez, a ala tradicionalista do MPLA, segundo Tali (2019, p. 562), representava a primeira geração nacionalista de 1961, abarcando muitos dos presos políticos do fim da década de 1950 e começo da década de 1960. Suas concepções políticas, profundamente antimarxistas, defendiam a base étnica kimbundu, com ênfase à região do Catete, de onde eram Agostinho André Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), um dos principais nomes dessa tendência. Suas concepções políticas defendiam a base étnica kimbundu, com ênfase na região do Catete, de onde também vinha Agostinho Neto. Essa relação entre Neto e muitos membros da ala tradicionalista, mais velhos, alega Tali (2001, p.202), exerceu grande influência no país enquanto Neto foi chefe de Estado. Essa relação entre Neto, da ala pragmatista, e muitos membros da ala tradicionalista, alega Tali (2019, p. 562), exerceu grande influência no país enquanto Neto foi chefe de Estado e foi fundamental para estabelecer alianças a favor de Neto.

Já a terceira tendência do MPLA, que Tali denominou de extrema-esquerda abafada⁶¹ (TALI, 2019, p. 560), era majoritariamente formada por intelectuais da guerrilha adeptos da teoria marxista e situados à esquerda do MPLA. Após repressões anteriores no partido, tinham pouco espaço para expor suas concepções ideológicas e, assim, alguns aliaram-se aos comitês de extrema-esquerda, sem deixar seus postos como dirigentes do MPLA. Foram postos de lado politicamente, mas permaneceram figuras emblemáticas por sua reputação como poetas e escritores, como é o caso, por exemplo, de Pepetela.

Por fim, o nitismo será melhor explorado na próxima seção desta dissertação, mas, em linhas gerais, essa ala do MPLA seguia a tendência marxista-leninista. O grande diferencial é o caráter contestatório a respeito da estrutura social no pós-independência, que permanecia sob liderança de mestiços e brancos, sobretudo. Esse viés racista lhes rendeu acusações de racismo. É importante pontuar que o nitismo leva o nome por conta de Nito Alves, que foi seu expoente mais proeminente. No entanto, muitos integrantes da 1ª RPM que ocuparam posições importantes no pós-independência também aderiram ao discurso nitista. Havia também aqueles que não eram elementos da guerrilha, como Zé Van-Dúnem, que vinha da luta clandestina, ex-presos políticos, e Sita Valles, médica e militante do PCP.

⁶¹ Tali utiliza ‘abafada’ na primeira publicação de sua obra, em 2001; na edição utilizada (TALI, 2019) usou-se “sufocada”. Mantenho a nomenclatura anterior por entender que a extrema esquerda continuou a existir em Angola, conforme menciono adiante.

PARTE III

Nito Alves, o herói inimigo

“A prática ensinou-nos que o traidor, apanhando em fuga, deve ser, prontamente fuzilado no local sem julgamento possível, por tratar-se dum crime não passível dum tribunal. É outra lei característica, inviolável e absoluta da guerrilha.”

(BAPTISTA, 1976a, p. 55)

CAPÍTULO 5

5.1. Os feitos de Nito Alves: a trajetória do herói e das categorias

Início esta seção com dados biográficos de Nito Alves, amparando-me em sua obra *Memórias da longa resistência popular*, como todos aqueles que o fizeram antes de mim, e em informações que aparecem em outras obras, por vezes de modo transversal, em notas de rodapé. Considero importante apontar de onde vêm os elementos de sua biografia também para entender como as possibilidades de ocupar determinadas posições no contexto do pós-independência em Angola foram agenciadas, independentemente dessas posições terem sido efetivamente ocupadas por ele.

Nito Alves, nome de guerrilha de Alves Bernardo Baptista, nasceu em 23 de julho de 1945 na aldeia do Piri, nos Dembos, atual província de Kuanza-Norte. Angolano negro, sua mãe foi Maria João Paulo, seu pai Bernardo Baptista Panzo, pastor metodista e guerrilheiro do MPLA (FIGUEIREDO, 2017, p. 58).

Os sentimentos de opressão e revolta com o colonialismo e os colonizadores permeiam seus relatos sobre sua infância e adolescência, destacando as condições de precariedade em que viviam as famílias na época, como a falta de água canalizada ou energia elétrica (ALMEIDA, 1976). Nito explicou esses fenômenos a partir da subjugação do negro aos colonos, com episódios de violência e humilhação; lembrou que na época de férias havia um missionário que obrigava todos os alunos a ir para a roça do colono colher café, mas – e aqui é importante para entender que Nito não estava entre indígenas – ele relatou que foi poupado dessa violência pela intervenção de seu pai, que se opôs com firmeza a que o missionário o levasse.

É a partir da educação na missão metodista que a trajetória política de Nito Alves é articulada. Neste sentido, Dulley (2010) aponta o papel das igrejas e missões na educação angolana durante o período do colonialismo. Assim, como era vigente na época, Nito teve sua instrução primária na Escola Rural da Missão Evangélica do Piri (ALMEIDA, 1976, p. 10). Em certo momento, Nito narrou ter sido confrontado e

reprovado no exame da terceira classe (dividida, colonialmente, em rudimentar e elementar), tendo ouvido do padre católico que presidia ao júri, as seguintes observações: “Ele sabe aritmética, fez bom ditado, boa cópia, um desenho regular, mas tem de reprovar porque é protestante e não sabe a Ave-Maria!” (ALVES apud ALMEIDA, 1976, p. 10).

Este trecho deixa bastante claro a disputa entre católicos e protestantes que operava na época. O acontecimento, junto de outros caracterizados pela exploração do trabalho de angolanos pelos colonizadores, são apontados pelo revolucionário como “fenômenos”, “feridas de fogo” que teriam antecipado nele um sentimento de revolta e resistência ao colonialismo.

Concluída a instrução primária, seu pai matriculou-o em Luanda, no colégio Casa das Beiras, para estudar o primeiro ano; depois partiu para o Malange, onde conseguiu uma bolsa de estudos e concluiu o segundo ano. De volta a Luanda, em 1966, começou a trabalhar no funcionalismo público e tentou prosseguir com os estudos no Liceu Salvador Correia⁶², onde estudaram muitos dirigentes do MPLA, como Adolfo Maria, ligado à Revolta Activa. Neste ano, envolveu-se com o MPLA, integrando as redes clandestinas investigadas pela PIDE. Em outubro, vários militantes foram presos e enviados ao campo de São Nicolau, no sul de Angola. Para não ser pego, fugiu em direção à 1ª RPM do MPLA nas florestas dos Dembos, onde atuou como guerrilheiro e assumiu funções de liderança, dedicando-se ao estudo de teorias marxistas-leninistas como “autodidata” (MATEUS; MATEUS, 2007, p. 21). Sobre este período, afirma a biografia de Nito:

Intenso e duro treino de guerrilhas aguarda o jovem Alves Bernardo Baptista: todo o ano de 1967 é o teste de sangue e fogo em que presta brilhantes provas. Em 1968 com a chegada de parte dos sobreviventes do Esquadrão Kamy, Nito Alves é chamado para a direcção do CIR. Até 1971 mergulha a fundo no estudo do Marxismo-Leninismo, como autodidacta que a própria luta quotidiana vai caldeando em permanente apuramento. (Associação 27 de Maio, apud MARQUES, 2012, p. 19)

A 1ª RPM, conforme Bittencourt (1999b), constituiu-se como uma zona de conflito de alta complexidade estratégica porque submetida tanto à intensa repressão portuguesa quanto aos ataques do grupo guerrilheiro rival, a FNLA. Nito foi alçado à posição de herói; ocupava uma posição de destaque na 1ª RPM. A proximidade da região com Luanda e a dificuldade logística para obter armas e suprimentos básicos reverberaram os feitos de seus combatentes. (MARQUES, 2012, p. 64).

⁶² O Liceu Nacional Salvador Correia foi criado a 22 de fevereiro de 1919 e recebeu importantes membros do MPLA, UNITA e FNLA.

Fauvet (1979) contesta que os dados biográficos de Nito indiquem uma origem camponesa e precária, próximas às massas:

Ao contrário de Agostinho Neto e de alguns outros dirigentes da cúpula do MPLA, ele não tinha formação universitária. Nem, no entanto, era do mesmo nível social que as multidões dos musseques - os bairros de lata em expansão de Luanda – embora mais tarde ele tenha se autoproclamado seu porta-voz. A sua educação continuou a um nível bastante elevado e quando assumiu a atividade anti-colonial clandestina em 1965 estava no sexto ano de estudos num liceu de Luanda. (FAUVET, 1979, p. 88)

Nito fazia parte da camada social que Messiant (2006) denominou “novos assimilados”, que, como já bastante apontado, em geral tinham origem rural, eram negros, não possuíam vínculos com as famílias tradicionais de Luanda e obtiveram sua escolaridade formal nas missões protestantes. Esses assimilados tinham uma situação mais vantajosa em relação aos indígenas, principalmente pelo não recrutamento para trabalho forçado por parte dos colonos e do estado colonial. Contudo, ao migrarem das áreas rurais, o “bilhete de assimilado” não lhes garantia sucesso econômico ou social; sua situação nas cidades muitas vezes se assemelhava à dos indígenas (OLIVEIRA, 2017). Reitero aqui, também, a proximidade geográfica e social entre os novos assimilados e as populações indígenas – em se tratando de Luanda, esses espaços eram fundamentalmente os musseques, como o Sambizanga, que foi palco de boa parte das movimentações atribuídas aos nitistas.

Em 1974, Nito Alves participou do Congresso de Lusaka. Nessa ocasião, apoiou enfaticamente Agostinho Neto. Excelente orador (TALI, 2001, p.189), foi um dos responsáveis pela vitória de Neto como líder do MPLA nas conferências regionais e, como retribuição, foi nomeado por este Ministro da Administração Interna na ocasião da independência, quando passou a dirigir a organização administrativa de Angola. Foi autor da lei de poder popular, que criou organismos de gestão dos problemas das populações a nível local, em províncias e bairros. Nito Alves também foi responsável, dentro do Comitê Central do MPLA, por acabar com os comitês de extrema-esquerda: o Comitê Amílcar Cabral (CAC) e a Organização Comunista de Angola (OCA), conforme Figueiredo (2017).

Enquanto ocupava o posto de Ministro, Nito matriculou-se na Faculdade de Direito.

Nito e alguns aliados montaram uma “rede de contestação ao que chamavam de ‘desvios da direção’” (BITTENCOURT, 1999b, p. 94-95); a rede, conhecida como nitismo, pautava-se na crítica racial e contra o posicionamento ideológico de alguns dirigentes. Nito acusava publicamente alguns dirigentes do movimento de manterem privilégios enquanto a

população vivia em péssimas condições.

Em virtude desses enfrentamentos, em outubro de 1976, ao lado de Zé Van-Dúnem, foi acusado de fraccionismo numa reunião do MPLA. No ano seguinte, Nito e Zé Van-Dúnem foram expulsos do MPLA numa reunião de militantes em 21 de maio. Dias depois, Nito teria liderado uma suposta tentativa de golpe de estado, conhecida como 27 de Maio.

Ainda, é importante pensar a narrativa de Nito em consonância com o projeto político por ele defendido; ele vai produzir essa ideia de que sempre se sentiu oprimido e revoltado, algo articulado nos termos de uma suposta (ilusão) biográfica (BOURDIEU, 1996) e que é impossível de verificar historicamente, mas que se relaciona à posição por ele assumida no contexto do MPLA. Destaco a seguir alguns momentos de inflexão que foram importantes na trajetória de Nito e que o posicionaram ora como herói, ora como inimigo, perante o MPLA, perante o povo e perante camadas específicas de militantes.

Proponho, a seguir, pensar estes momentos como articulação e iterações de categorias historicamente constituídas ainda no colonialismo e que tiveram seus significados ora acionados, ora deslocados,

5.1.1. A Primeira Região Político Militar: regionalidade como categoria

Nito foi guerrilheiro da luta anticolonial, o que o projetou como herói (MARQUES, 2012, p. 64). Integrante de redes de luta clandestina, fugiu para a 1ª RPM do MPLA para não ser preso pela PIDE e lá chegou em outubro de 1966. A 1ª Região englobava a área de Luanda, o norte angolano e dos Dembos, de onde vinha Nito, tornando-o familiar à população e ao território local. Isso era particularmente importante porque na falta de suprimentos os guerrilheiros eram alimentados pela população local. Segundo Tali (2001), “[a] partir dessa data, Nito Alves não saiu da mata e foi actor de todas as vicissitudes dessa Região, da qual foi, mais tarde, comissário político” (TALI, 2001, p.187), ou seja, ganhou legitimidade popular e despontou como liderança política. Ele assim declarou:

Foi sempre minha paixão, desde os primeiros meses que me senti directamente ligado às guerrilhas, no sentido puramente militar do termo, dedicar parte do meu tempo ao estudo da teoria guerrilheira, como autodidacta. Chamado a desempenhar funções de formação de quadros na Direcção do CIR, fico durante certo tempo ligado à guerra propriamente dita numa forma indirecta. Em 1971, quando sou chamado para a Direcção superior das guerrilhas na I Região, as paixões pelos estudos militares em breve se transformou numa imperiosa necessidade (BAPTISTA, 1976a, p. 12).

Nito ocupou, portanto, o posto de diretor do CIR da 1ª RPM, depois se intitulou Comandante de Coluna e esclareceu que jamais fora o Comandante-Chefe da Primeira Região, posição ocupada por Kiluanji (BAPTISTA, 1976a, p. 14). Aliás, *A dialéctica e a guerrilha* é um livro que merece algumas considerações. A primeira, a partir dele é possível lançar um olhar para como Nito fala dos guerrilheiros – ele se refere a eles na primeira pessoa do plural, “nós”, porque é um deles. Ainda, neste texto Nito se descreve como um grande e corajoso combatente. Pensando numa economia onde bens simbólicos “são indicadores da alquimia social pela qual o reconhecimento gera o desconhecimento e as relações de dominação são transfiguradas em relações de admiração e afeição” (WACQUANT, 2013, p. 36), Nito se “consagra” (BOURDIEU, 1989) como herói. Ora, ele é alguém que pode legitimamente falar sobre guerrilha, estratégia e resistência, inclusive com o aval do MPLA, pois a obra foi impressa pela imprensa oficial do governo em Luanda.

Destaco ainda que, ao apresentar as Regiões Político Militares, mencionei Monstro Imortal como uma das figuras mais ilustres da 1ª RPM. Ele constou como Comandante de um Destacamento Especial para a 1ª RPM, no entanto, para além da dedicatória na obra de Nito acima citada, não há menção a seu nome. Monstro Imortal aparece como figura importante no

nitismo, mas seus vínculos com Alves não são citados constantemente em documentos. Marques (2012) cita que, na ausência de Monstro Imortal⁶³, num momento em que os guerrilheiros estavam bastante desmotivados com as batalhas, enfrentando “fome, nudez e doenças” (MARQUES, 2012, p. 40), grande parte deles acreditava que a situação se resolveria com a volta de Monstro. Nito teria chamado tal posição de derrotista e, na altura parte da Comissão Directiva, fez uma circular com medidas de enfrentamento à desmobilização, que incluía, dentre outros, a confiança no poder das massas populares, a politização total dos militantes e responsáveis e a conjugação de teoria e prática. A circular não surtiu exatamente o efeito pretendido, mas acabou apontando para as divergências políticas internas à 1ª Região.

No início de 1974, Nito foi designado para ir clandestinamente a Luanda, junto do camarada Adão. Nessa ocasião, “escapa às rondas policiais [e] às patrulhas colonialistas” (ALMEIDA, 1976, p. 14) e passou 8 dias na cidade, tendo estabelecido contatos, dentre outros com Zé Van-Dúnm, Juca Valentim e Albertino Almeida, que se tornou seu amigo e editor do *Memórias*.

5.1.2. Abafando a extrema-esquerda: ideologia como categoria

Vidal (2002) explica que diversos grupos urbanos luandenses fervilhavam na capital angolana após o 25 de abril português, dentre eles, os CACs, próximos da esquerda portuguesa e que defendiam um marxismo albanês, os ‘Comités Hoji-ya-Henda’, ligados à extrema extrema-esquerda portuguesa, mas apoiando o maoísmo; os grupos de Sita Vales, próximos do PCP, pró-soviéticos; os ‘Comités Tala-Hadi’, que apoiaram Nito Alves e sustentavam um discurso pan-africanista, racista e maoísta; além de grupos menores. Marques (2021) destaca também os Comitês de Ação, surgidos em 1974 como bases de apoio à 1ª RPM.

Assim, quando a delegação do MPLA chegou a Luanda, no início de 1975, houve um estranhamento por parte de sua base de militantes locais, para quem o “MPLA era um MPLA radiofónico, o do *Angola Combatente*” (FIGUEIREDO, 2017, p. 75). Esses comitês, em sua maioria eram liderados por uma geração jovem que apoiava o MPLA mas percebeu uma distância político-ideológica entre a direção do movimento e as ideias defendidas localmente, causando certa desilusão. Os comitês não incomodaram o MPLA no início, pelo contrário.

⁶³ Monstro Imortal ausentou-se por um longo período da 1ª RPM, quando partiu rumo ao encontro que desencadeou o episódio da Frente Norte, mencionado anteriormente e que culminou com a prisão de Lara pelos militantes do MPLA em 1972.

Nito teceu boas relações com alguns dos comitês, que foram sua base de apoio por bastante tempo, especialmente os Comitês Henda, Sita Valles e Tala-Hadi. Não foi o único. Lúcio Lara e Pepetela também estavam ligados a outros comitês, especialmente com os CACs. Os aparelhos do governo, como o DOM e o Departamento de Orientação Política (DOP), foram também parte das alianças do MPLA com tais comitês. Já aqui começava a se desenhar a base de apoio nitista e netista e muitas das acusações que foram feitas nas *Trezes teses* remontam a este período e esses arranjos.

A posição do MPLA perante os comitês, segundo Vidal (2002), começou a mudar na medida em que estes comitês se mostravam como

1) eles eram os representantes de um novo fenômeno sociológico e político no seio das elites crioulas/mbundu; 2) tornaram-se gradativamente desiludidos e frustrados com a direção do movimento e com seu percurso ideológico, político e econômico; 3) começaram a ter um poder significativo, derivado da sua capacidade de articular a sua atividade com a das organizações dos estratos sociais mais baixos (VIDAL, 2002, p. 135, tradução minha)

Assim, nos primeiros meses do pós-independência, Angola foi marcada por um severo processo de perseguição e purga, que incluiu portugueses, parte da população branca e, sobretudo no que tange à participação de Nito nesse processo, a repressão à extrema esquerda de Angola.

Desde sua primeira grande aparição perante a cúpula do MPLA em Lusaka, Nito enfatizou sua perspectiva fortemente ideológica no movimento, a despeito de algumas alianças estabelecidas com os Comitês Henda, expressamente maoístas, e de menções a Mao Tsé-Tung em seu discurso de 1974. O apoio da China à FNLA muda, portanto, a relação de Nito com essa corrente ideológica (TALI, 2019, p. 570). No novo governo, ele operou a repressão dos militantes organizados em comitês de extrema-esquerda, acusados por ele de maoísmo. Nito combateu ativamente os CACs, os militantes dos comitês da OCA e antigos membros da Revolta Activa.

Há ainda outro fator que contribuiu para a radicalização ideológica de Nito a favor do soviétismo. Em março de 1976, em Moscou, aconteceu o XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a delegação do MPLA foi constituída por Nito Alves e José Van-Dúnem. Excelente orador, Nito fez uma comunicação bastante aplaudida na ocasião:

Tanto toda a história da nossa luta pela liberdade, como o dia glorioso, inesquecível de 11 de Novembro, confirmam a grandeza revolucionária e a força do internacionalismo proletário. [...] Não vamos enumerar todos os países socialistas que prestaram e continuam a prestar-nos ajuda moral e material. Mas gostaríamos de assinalar particularmente a ajuda desinteressada da União Soviética, as acções práticas ousadas dos nossos irmãos cubanos. (*Aplausos*). (BAPTISTA In: XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Editora de Literatura Política, Moscovo, 1976, Vol. I, pp. 343-345 apud. MILHAZES. 2014, p. 186)

Conforme Tali, aparentemente Nito Alves fora muito bem recebido pelos soviéticos; insinuando que Neto nunca fora tratado assim em Moscou (TALI, 2001, p. 207). Milhazes (2014) aponta que as autoridades soviéticas tinham certa desconfiança para com a liderança de Neto (p. 93) porque “embora condenasse decididamente o imperialismo americano e a política neo-colonial do Ocidente [...] inclinava-se mais pelo modelo jugoslavo de desenvolvimento” (MILHAZES, 2014, p. 94). O acordo de amizade e cooperação entre a URSS e Angola foi assinado em 8 de outubro⁶⁴ daquele mesmo ano pela delegação angolana composta pelo Presidente Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, Ministro das Relações Exteriores, além de outros altos dirigentes do Comité Central. Apesar do acordo, o MPLA nunca fez nenhum movimento radical no sentido de vislumbrar um estado como o soviético.

A visita de Nito Alves a Moscou é importante pois, primeiro, marcou uma radicalização ideológica a favor do modelo soviético de socialismo. Não que sua posição fosse uma novidade; sua intervenção no Congresso de Lusaka foi assumidamente ideológica, mas com menções, por exemplo, a Mao Tsé-Tung. Já em sua biografia, como apontado acima, Nito Alves declarou-se autodidata nos ensinamentos do marxismo-leninismo e, nos primeiros anos do governo do MPLA, seu empenho em acabar com os comitês de extrema-esquerda foi bastante importante para a formatação do poder do partido em torno de Agostinho Neto e do próprio modelo socialista (FIGUEIREDO, 2017).

Ademais, e principalmente, a ida ao Congresso coincidiu com – ou provocou – o deslocamento das críticas de Nito para o interior do próprio MPLA, em detrimento do inimigo externo, imperialista, representado, sobretudo, pela UNITA, apoiada pelos Estados Unidos e África do Sul. Novamente, volto ao discurso de Lusaka para argumentar que não se deu ali a assunção de uma nova postura. Já em seu discurso de 1974, Nito enfatizava as contradições do próprio MPLA, inerentes às suas dicotomias, como intelectuais x guerrilheiros. No entanto, naquele primeiro momento as críticas de Nito serviram aos propósitos da ala de Neto e, vale

⁶⁴ Quase que no mesmo momento, vale dizer, Nito Alves e Zé Van-Dúnem eram acusados de fraccionismo e logo foram afastados do partido.

dizer, não foram direcionadas, logo em Lusaka, à cúpula de aliados de Neto no MPLA, quer por desconhecimento da situação real, quer por interesses ou estratégia do próprio Nito em alçar posições no movimento.

Acusado de estruturar uma nova PIDE, a DISA, Nito Alves foi responsável por muitas prisões, acompanhadas de torturas e desaparecimentos, daqueles que se opunham, ou ao menos contestavam, o caráter revolucionário do MPLA. Figueiredo (2017) coletou e organizou relatos e documentos sobre a repressão à extrema-esquerda de Angola. Dentre os anexos da obra, consta uma página do Jornal *A luta*, de abril de 1976, do qual reproduzo o trecho abaixo:

A par com estas prisões, o Governo do MPLA desencadeou uma campanha encabeçada pelo social-fascista Nito Alves destinada a destruir o avanço da luta das massas populares, dismantando as organizações populares, fechando os órgãos de informação progressista, criando comitês fascistas de vigilância nas fábricas e nas empresas, caluniando e reprimindo as lutas das massas trabalhadoras. Ainda a par com tudo isto, e para melhor sistematizar a sua acção repressiva, o Governo do MPLA criou uma polícia política secreta, a D.I.S.A. (Direcção de Informação e Segurança de Angola), em tudo idêntica à PIDE/DGS do regime colonial-fascista português. (Jornal *A Luta*, 23 de abril de 1976, apud FIGUEIREDO, 2017, p. 253)

Nesse sentido, Figueiredo acrescenta que muitos dos reprimidos pela polícia da nova Angola também o foram pela PIDE (FIGUEIREDO, 2017, p. 131), traçando um paralelo entre o colonialismo, o pós-independência e a noção de (não) liberdade nos dois momentos. O nitismo aqui é uma iteração que traz resquícios coloniais ao mesmo tempo que denuncia a desigualdade racial.

Ainda que possamos questionar se Nito foi usado pelo MPLA ou se fez o que fez por ideologia, ele prendeu muita gente e ajudou a “abafar” a extrema esquerda. Há, claro, outras razões que fizeram a ala da extrema-esquerda do MPLA não apoiar o nitismo, como os seus pertencimentos raciais e de classe, sempre reiterados por Nito Alves desde o Congresso de Lusaka. Mas essa perseguição e as acusações de maoísmo ou esquerdismo, fizeram Nito perder apoio daqueles que, ideologicamente, eram os mais próximos de seus ideais e discursos marxista-leninistas.

Importante dizer, também, que Nito jamais direcionou uma única acusação direta a Agostinho Neto, mas passou a acusar, publicamente em seus discursos, os dirigentes do movimento, algumas vezes de relações com os comitês perseguidos, outras de maoísmo, mas principalmente porque a cúpula do MPLA dispunha de privilégios da época do colonialismo, o

que favoreceu a ascensão de brancos e mestiços. Oliveira (2017) explica que “[p]ara Alves, suas críticas à direção do MPLA seriam a própria essência da luta de classes que, de acordo com o estatuto do movimento, deveria conduzir o processo revolucionário em Angola” (OLIVEIRA, 2017, p. 55). Este era um assunto sensível no movimento. Segundo Reis (2018, p. 47), Agostinho Neto oficializou o compromisso com o Poder Popular em fevereiro de 1975 e o reafirmou quando da independência do país, em novembro do mesmo ano. Com a independência, coube ao Ministério da Administração Interior, de Nito Alves, implementar as células do Poder Popular.

5.1.3. O polêmico Poder Popular: classe como categoria

Enquanto Ministro da Administração Interna, Nito ficou responsável por dirigir a organização administrativa de Angola. Foi, então, autor da lei do Poder Popular, que criava organismos de gestão dos problemas das populações a nível local, em províncias e bairros. Dentro do MPLA, a proposta de Poder Popular encontrou certa resistência entre alguns dirigentes, como Saydi Mingas e Onambwe (REIS, 2018, p.49). Pinto (2012) explica:

A questão fundamental que colocaria em rota de colisão, em poucos meses, os nitistas e a direção [do MPLA] seria a forma de estruturação do poder popular. [...] Estava então definida uma divergência política interna na qual Nito Alves apresentava, por um lado, uma proposta de realização de uma revolução marxista-leninista que defendia um papel de controle do governo pelos órgãos do poder popular. Por outro, a direção era adepta de uma vaga ideia de uma “revolução democrática popular” que desejava que os órgãos do poder popular tivessem apenas uma função de mediação entre a sociedade e o Estado. (PINTO, 2012, p.101)

Marques (2012, p. 62) complementa: “Por um lado, Nito Alves almejava órgãos populares [...] inspirado no modelo dos soviets. Por outro, Agostinho Neto pensava que os órgãos deviam exercer a função de mediadores entre a sociedade e o Estado” (MARQUES, 2012, p. 62). A perspectiva centralizadora de Neto saiu vitoriosa no Conselho da Revolução, órgão máximo do Estado (MARQUES, 2012, p. 62). Em 27 de junho de 1976 foram realizadas as primeiras eleições para os órgãos do Poder Popular em Luanda.

Como responsável pela implementação do Poder Popular em Luanda, Alves garantiu certo prestígio junto às estruturas de base, como as Comissões Populares de Bairro (CPB). Alves já tinha influência no DOM / Nacional, onde estava Sita Valles, além de outros grupos ligados a ela. Também era bem quisto nos musseques, especialmente na área do Sambizanga. Sua presença nestes lugares deu-lhe oportunidades cada vez mais frequentes para discursar.

Junto a isso, reitero a boa oratória de Nito, o que o constituiu como grande mobilizador da massa militante do MPLA, representando seus anseios e convicções, já que seus discursos estavam sempre a favor dos angolanos negros, das camadas populares e do socialismo científico⁶⁵.



Figura 13: Capa da edição 14799 do *Diário de Luanda*, de 5 de julho de 1976. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação. Disponível em: <<https://www.tchiweka.org/biblioteca/pp-02522006>> - Acesso em: 15 out. 2023.

5.1.4. Os brancos não varrem as ruas: raça como categoria

Como mencionado anteriormente, já na altura da CIRM, em 1974, a questão dos brancos no pós-independência vinha sendo objeto de escrutínio entre os militantes do MPLA. O discurso oficial universalista da velha guarda do MPLA, incluindo Neto, ia de encontro ao posicionamento de muitos dirigentes, especialmente da 1ª RPM, que eram contra a concessão da nacionalidade angolana para brancos. À época, a solução proposta foi restringi-la para brancos que atuaram nas lutas de libertação, o que não agradou nem aos próprios brancos, tampouco àqueles que se opunham à concessão da nacionalidade.

⁶⁵ Grosso modo, o socialismo científico foi formulado por Marx e Engels em oposição ao chamado socialismo utópico de Conde de Saint-Simon, François-Charles Fourier e Robert Owen. Propõe uma análise crítica e científica do capitalismo através do materialismo histórico-dialético. Nito assim o explica: “os fundadores do socialismo científico não viam na palavra científico o seu lado gramatical, como mera categoria morfológica, mas sim como conceito rigoroso e objectivamente ideológico, como expressão mais profunda da concepção proletária do mundo e da perspectiva da sua transformação, ponto de essencial demarcação com todos os demais ‘socialismos’, os utópicos e companhia limitada.” (BAPTISTA, 2021, p. 155).

Assim, no pós-independência, havia duas posições antagônicas de antemão: Neto insistia num governo multirracial e muitos dos mais importantes cargos eram ocupados por brancos e, sobretudo, mestiços. No entanto, para alguns militantes e dirigentes, bem representados em e por Nito Alves, havia uma desproporção entre a quantidade de brancos e mestiços em posições de poder, se comparado a uma população fundamentalmente negra. Nito articulou muito esses pontos em suas intervenções públicas, o que “desagrada[va] e provoca[va] críticas acesas da velha guarda à volta de Agostinho Neto e mais ainda no seio da elite branca e mestiça, à frente de sectores importantes do Estado e do partido” (TALI, 2019, p. 575). Tali aponta uma suposta confusão entre raça e classe nos discursos de Nito, sugerindo que, para este, a luta de classes marxista em Angola se daria entre negros e brancos. Cito-o:

Nas suas intervenções públicas, Nito apelará para a necessidade de pôr em causa estes privilégios através do combate político e daí a identificação de classe com o grupo somático, que caracteriza os discursos desta época. Em 1976, durante um *meeting* popular no estádio da Cidadela, em Luanda, Nito resumirá o seu pensamento numa frase que ficaria famosa e que os seus detractores, quase sempre citando-a fora do seu contexto histórico, consideram um autêntico manifesto de uma ideologia racista. ‘Só haverá justiça em Angola no dia em que os brancos e os mestiços também varrerem as ruas como [o fazem] os negros’ (TALI, 2019, p.547).

Cabe aqui um questionamento: em que medida essas categorias apenas se justapõem, sem nenhum nível de articulação? Pensar as categorias em relação permite incluir a realidade e o lugar dos negros no pós-independência no discurso marxista-leninista a favor do fim da exploração do homem pelo próprio homem, discurso este abarcado por Nito Alves e pelos nitistas. Pinto (2012) explica:

Considerando o racismo como um exercício social de inclusão e exclusão, é possível afirmar que foi a partir da assimetria na distribuição da riqueza social que se construiu um sentimento de pertença entre os negros (inclusão) e de exclusão dos brancos e mestiços, através da produção de estereótipos. Realizando uma operação de simplificação da realidade social, os negros passaram a identificar os brancos e mestiços como mantenedores da ordem colonial. Entretanto, se o racismo é uma das vertentes do discurso nitista, é preciso compreender que ele estava associado a uma dimensão de crítica ideológica. O nitismo também foi uma tendência política que reivindicou a realização de uma revolução marxista-leninista radical pró-soviética (PINTO, 2012, p. 105).

A rede nitista se formou em torno de Nito Alves, mas comportou também brancos e mestiços, caso, por exemplo, de Sita Valles, Van-Dúnem e muitos estudantes. Pinto (2012) explica que o aparente paradoxo entre o discurso racista e a participação de brancos e mestiços pode ser entendido se olharmos para o discurso como estratégia nitista de mobilização da camada negra pobre, que vê somente brancos e mestiços ocupando posições de destaque no MPLA. Por sua vez, carimbar Nito Alves como racista permitiu ao MPLA ocultar a crítica de fundo dos argumentos nitistas: “o empobrecimento da imensa maioria da população ocorria na mesma medida em que despontava uma elite dirigente do Estado como o setor privilegiado da sociedade angolana” (PINTO, 2012, p. 103). Assim, o MPLA evitou contra-argumentações. Esta estratégia, como demonstrado, fora adotada em (todas) as outras crises internas no partido onde identificações étnico-raciais estiveram no cerne das discussões, ainda durante a luta de libertação. Todos estes momentos podem ser entendidos como iterações de eventos anteriores, que repetem e deslocam, como pretendo explicar adiante.

Após expor as problemáticas que surgiram em torno do poder popular, tiro algumas linhas para alguns apontamentos importantes sobre a configuração social de Angola pós-independência. Primeiro, as dificuldades econômicas enfrentadas pelo MPLA. Birmingham (1978) aponta para a dificuldade do governo em promover a agricultura, o que impactou na produção, abastecimento e distribuição de alimentos, empobrecendo, sobretudo o interior, mas com impactos nas grandes cidades também. A guerra civil contra a UNITA e o desmantelamento dos sistemas rodoviário e de comunicações intensificaram os problemas. A desintegração dos serviços essenciais gerou descontentamento crescente na sociedade e no interior do partido.

Pearce (2015) acrescenta que, com a nacionalização dos negócios e o vazio administrativo deixado pela saída dos portugueses, Angola viu ascender novas camadas da burguesia para preencher cargos públicos. Esses cargos foram assumidos pelos assimilados de outrora, ou seja, houve o crescimento de uma burguesia administrativa, ligada ao próprio partido, que se tornava cada vez mais corrupta no cenário de escassez. Conforme o autor, havia “uma tendência ‘pragmatista’ no MPLA, representada por Agostinho Neto, [que] reconheceu a natureza interclasse do partido, mas não amenizou o ressentimento dos militantes de base com os privilégios desfrutados pela emergente elite partidária” (PEARCE, 2015, p. 74). Assim, nem todos estavam de acordo com o que Reis (2018) denomina “fenómeno Poder Popular” e que, de certa maneira, como pensavam os nitistas, teria o poder

de inaugurar a luta de classes em Angola, colocando a “pequena-burguesia” (REIS, 2018, p.47) frente às suas contradições, ora assumindo posições ultra-radicais, ora caindo no desânimo. Segundo o autor:

para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena-burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence’ (CABRAL, [Amílcar], 1978, p. 213). Foi nesta escolha – trair a revolução ou suicidar-se como classe – que residiu o dilema da pequena burguesia enquanto parte integrante do movimento de libertação nacional (REIS, 2018, p. 75).

Por várias razões, inclusive a exposta aqui, a alteração na configuração do poder e uma luta de classes não interessava à cúpula do MPLA. Mas agradava a Nito, porque não seria possível haver unidade nacional enquanto houvesse camadas privilegiadas. Assim, a estruturação dessa tendência aconteceu a partir de tentativas de conscientização das massas e de uma identificação construída, especialmente, a partir de estratégias discursivas, a despeito de as lideranças do movimento não pertencerem às camadas populares.

Neto nomeará essa tendência de nitismo, em decorrência da proeminência de Nito Alves, em seu discurso em junho de 1977 (NETO, 1977). Naquele momento, a acusação foi de fraccionismo.

5.2. Comissão sem Inquérito: fraccionismo como categoria central

Na 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA que aconteceu de 23 a 29 de Outubro de 1976 ficou nítida a divergência ideológica entre os dirigentes do MPLA. Dentre os documentos da Plenária, que incluem a extinção do Ministério da Administração Interior e considerações sobre o funcionamento do Poder Popular, chama a atenção a *Resolução sobre a unidade no seio do MPLA*, onde o MPLA afirma ter constatado a

acção perniciosa de sectores ligados à reacção interna e externa, e grupos esquerdistas que tentam, alimentando correntes desagregadoras e utilizando o nome de Dirigentes, provocar a confusão ideológica, perturbar a coesão das estruturas do Movimento e dividir os militantes; Decide: 1. Condenar energeticamente esses actos e recomendar aos Militantes do MPLA que redobrem a vigilância contra as manobras do imperialismo, que visam abalar a coesão no seio do Movimento e do Povo; 2. Exortar os Militantes do MPLA para que, sob a direcção incontestável do camarada Presidente Agostinho Neto, combatam o divisionismo, o sectarismo e o oportunismo de forma a manter e a reforçar a unidade do Movimento e do Povo [...] (MPLA, 1976, p. 65)

As discussões da Plenária, segundo Reis (2018) agrupavam-se em torno de duas linhas gerais para pensar a condução do país. De um lado estava Nito, com uma representação minoritária. Do outro, as demais alas do MPLA, que começaram a conduzir uma série de acusações, dentre as quais “o sectarismo, o divisionismo, o fraccionismo e o golpismo” (REIS, 2018, p. 79). Diante desse cenário, José Van-Dúnem propôs a abertura de um inquérito para verificar o carácter das atividades do grupo e as denúncias que pesavam sobre ele e Nito Alves. Foi formada, então, uma Comissão de Inquérito presidida por José Eduardo dos Santos (JES), na época Ministro de Relações Exteriores. Também compunha a Comissão Jacob João Caetano, Monstro Imortal, membro do Comité Central, do Bureau Político e Chefe do Estado-Maior General das FAPLA.

O Comité estabeleceu que a comissão teria duração de 2 meses para apurar e concluir os trabalhos, anunciando seus resultados. Esta também seria uma tarefa interna e sigilosa, propósitos que não foram respeitados. Decorrido o prazo estipulado para a Comissão, os resultados não foram apresentados. Especula-se (REIS, 2018, p. 80) que um dos motivos foi a falta de materiais que pudessem comprovar o fraccionismo. Quando conversei com Jorge durante meu trabalho de campo, ele mencionou que há rumores de que a Comissão teria produzido um documento que inocentava Nito e Van-Dúnem, mas o mesmo nunca foi efetivamente visto. Com a morte de Dos Santos, perdeu-se também a possibilidade de conhecer sua versão pessoal sobre o fato, se é que de fato havia essa expectativa, e, em campo,

com Sr. Jorge, senti que sim.

Decorrido o tempo estipulado, os acusados não foram ouvidos. Depois de expressar suas preocupações ao Comité Central e ao presidente Agostinho Neto, Nito Alves recebeu a promessa de ser ouvido em janeiro de 1977, mas isso nunca aconteceu. Diante da situação, ele escreveu uma carta pedindo um segundo encontro para entregar à Comissão de Inquérito um importante documento que deveria ser entregue aos membros do Comité Central do MPLA e a todos os seus organismos, como as comissões diretivas, a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), entre outros. Nito deu um prazo de 15 dias para a distribuição do documento; caso contrário, faria a distribuição ele mesmo (REIS, 2018, p. 81). Tratava-se das *Treze teses em minha defesa*.

Não houve respostas. Nito e Van-Dúnem foram expulsos pelo Comité Central em sessão fechada em 20 de maio. No dia seguinte, a decisão foi anunciada aos militantes no Pavilhão Desportivo da Cidadela de Luanda, que, segundo Reis (2017) “abarrotou de gente, graças [...] ao empenho de Agostinho Mendes de Carvalho, também conhecido como Uanhenga Xitu, autêntico chefe ‘tribal’ e um dos mestres da cerimónia incumbido de carregar para o regabofe os seus ‘catetes’”.⁶⁶ (REIS, 2017, p.25). Segundo Marques (2012) Neto anunciou a saída dos dirigentes e defendeu Lúcio Lara e outros membros acusados por Nito Alves. Conforme Pawson:

⁶⁶ *Catetes*: pessoas oriundas de Catete, pequena vila a nordeste de Luanda, de onde era Agostinho Mendes de Carvalho. Agostinho André Mendes de Carvalho, nome de guerra (e codinome literário) de Uanhenga Xitu, nasceu na região de Icolo e Bengo, em 1924. Fez seus estudos primários, secundários e enfermagem em Luanda. Estudou Ciências Políticas na Alemanha. Foi preso em 1959, no ‘Processo dos 50’ e enviado para o Tarrafal, onde permaneceu até 1970. Lá começou a escrever seus contos. Após a independência, assumiu diversos cargos importantes, incluindo o de Governador da Província de Luanda e de Ministro da Saúde. Membro da UEA e político, faleceu em 2014, em Luanda. Uanhenga Xitu era membro da ala tradicionalista do MPLA. Catete também era um termo usado durante o colonialismo para se referir aos ditos revolucionários por parte do governo colonial. Isso aparece bastante nos textos do Luandino Vieira.

Erguendo-se da areia do Bairro Indígena, esta estrutura monolítica é conhecida como a Cidadela. É o maior estádio de Luanda, uma herança menos da ficção científica do que das tendências brutalistas da arquitetura moderna europeia. Construído nos últimos anos do colonialismo, este espaço de 50.000 lugares foi inicialmente destinado a grandes jogos de futebol que pudessem mostrar o poderio português. No entanto, com a independência, tornou-se palco de grandes comícios do MPLA, como o de 21 de maio de 1977. Nesse dia, um sábado, milhares de militantes do partido afluíram à Cidadela, espremendo-se em todas as bancadas disponíveis. Estavam ali, noticiou o *Jornal de Angola*, para testemunhar ‘um momento histórico raramente vivido por um Povo revolucionário’. O presidente Neto faria o discurso de sua vida. (PAWSON, 2014, p. 175).

Para o discurso, explica Pawson, Neto chegou às cinco horas da tarde com a esposa portuguesa, Maria Eugénia. Primeiro, desculpou-se pela chegada tardia e justificou que tinha vindo de uma reunião de dois dias com o Comitê Central, na qual a decisão de expulsar Nito Alves e José Van-Dúnem tinha sido tomada. O anúncio teria sido recebido com aplausos. Depois, Neto advertiu as pessoas que se alguém se opusesse à sua liderança, também seria considerado um faccionista e seria expulso do MPLA:

Não pode haver facções dentro do MPLA! Ou você é do MPLA ou não é! Quem não concorda conosco, saia! [...] Isso é uma ditadura e se for necessário tomar medidas mais severas, tomaremos medidas mais severas. O MPLA é quem manda aqui. (NETO, 1977 apud PAWSON, 2014, p. 175-176)

Estava em curso a guerra civil, e o discurso de Neto indicava que o MPLA não reconhecia as divisões internas de Angola e continuava articulando a dita unidade nacional. Ainda Segundo Pawson, Neto apontou o dedo para vários grupos do país, incluindo a classe trabalhadora, que, “segundo ele – de forma curiosa para um socialista autodeclarado – não deveria ‘lutar contra as outras classes’” (PAWSON, 2014, p. 176). Então, citou as Testemunhas de Jeová e os Tocoístas, e informou que apenas católicos e protestantes poderiam pertencer ao MPLA.

Sua retórica incisiva incluiu uma defesa da DISA, que ele apontou como fundamental para a defesa nacional, defendeu seus aliados mais próximos, acusados por Nito Alves, como Iko Carreira e Lúcio Lara. Ainda, falou sobre raça e classe, negando uma relação entre cor da pele e condição de classe. Defendeu sua própria posição, casado com uma portuguesa e pai de filhos mestiços, o que o colocava em melhor posição para defender a todos.

Por fim, ele instigou a plateia para a sua mensagem final e incendiária:

Peço a todos os camaradas, todos os ativistas do movimento, membros dos comitês e grupos de ação, de acordo com as decisões tomadas hoje pelo Comitê Central, que travem uma luta verdadeira e séria contra todos os faccionistas que encontrarem em seu caminho. Muito obrigado. (NETO, 1977 apud PAWSON, 2014, p. 176)

Vale dizer que estes faccionistas foram aqueles definidos momentos antes. Agostinho Neto chamou os militantes a ficarem alertas para os ‘falsos militantes’, membros da FNLA ou da UNITA, certamente, mas também para quaisquer “elementos que pensam ter uma vocação histórica para fazer uma Revolução completa em Angola” (NETO, 1977 apud PAWSON, 2014, p. 176). Neto referia-se, claramente, aos nitistas.

Dias depois, chegaria o 27 de Maio.

5.3. Nitismo para além de Nito

É importante entender que o nitismo foi um movimento para além do ex-ministro. O nitismo representava um conjunto de ideias e valores defendidos por outras figuras importantes envolvidas nos movimentos de luta e descolonização de Angola, cujas biografias apresento adiante; essas informações são importantes para o entendimento das trajetórias e do perfil dos integrantes do movimento, uma vez que o principal capital reclamado pelo grupo pode parecer a proximidade das demandas populares, mas, em verdade, outras disputas se colocavam, como a configuração de um marxismo ideal. Explorarei essas ideias na Parte IV, ao analisar o documento *Treze teses em minha defesa*.

Seguem dados biográficos de Zé Van-Dúnem e Sita Valles, entendidos como ideólogos do movimento, e, mais à frente, de outros militares dirigentes da 1ª RPM do MPLA.

5.3.1. Zé Van-Dúnem

A família Van-Dúnem figura entre as mais tradicionais de Angola. José Jacinto Vieira Dias Van-Dúnem, Zé Van-Dúnem, mestiço, nasceu em 1951. Neto de um dos fundadores da Liga Angolana, importante associação do nacionalismo no século XIX, filho de funcionário judicial, fez o ensino primário na cidade costeira do Sumbe, regressando a Luanda para os estudos secundários. Na década de 1960, juntou-se a uma organização clandestina ligada ao MPLA. Inscrito na Faculdade de Medicina, optou por ingressar na cavalaria do exército colonial português, em 1970. Foi preso por desviar armas e munições, sabotar as ações e passar informações à guerrilha, sendo um dos mais conhecidos presos políticos do campo de São Nicolau.

Foi libertado após a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. Tornou-se membro do Comitê Central e, no pós-independência, esteve ligado às FAPLA e depois ficou responsável pela 3ª RPM. Em 1976 foi acusado de fraccionismo junto de Nito Alves, sendo expulso do partido em maio do ano seguinte. Casou-se com Sita Valles, com quem teve um filho, órfão do 27 de Maio. A irmã de Zé Van-Dúnem, Francisca Van-Dúnem, ocupou o cargo de Ministra da Justiça de Portugal entre os anos de 2015 a 2022. A família hoje atua ativamente por respostas e pela memória das vítimas do 27 de Maio.

5.3.2. Sita Valles

Sita Maria Dias Valles nasceu em 23 de agosto de 1951, em Cabinda. Filha do engenheiro agrônomo Edgar Francisco Valles e da tradutora e professora Lúcia. Edgar era funcionário público que ocupou boas posições em diferentes províncias de Angola, dando à família uma vida confortável. Sita e seus dois irmãos estudaram no Liceu Salvador Correia e depois ela ingressou na Universidade de Luanda para cursar Medicina. Ali iniciou sua atividade política. Partiu para Lisboa para continuar o curso e, a partir de 1971, juntou-se ao PCP, tornando-se responsável pela União dos Estudantes Comunistas (UEC). No 25 de Abril de 1974 estava em Moscou e pouco depois regressou a Angola para militar do MPLA.

Aproximou-se ideologicamente dos setores dirigidos por Nito Alves e Zé Van-Dúnem, com quem se casou e de quem teve um filho. Ocupou importantes direções do movimento, especialmente à frente do Secretariado do DOM / Nacional. Após o 27 de Maio, foi torturada e assassinada em Luanda, pela DISA, a polícia política de Angola. Há um livro com sua biografia (FIGUEIREDO, 2010) e também o documentário: ‘A Vida e o Tempo de Sita Valles’, de Margarida Cardoso, lançado em 2022.

5.3.3. Outras figuras nitistas

Monstro Imortal

O Comandante João Jacob Caetano, Monstro Imortal, nasceu em 1941, de uma família humilde no Piri, mesma aldeia de Nito Alves; aderiu ao MPLA em 1961 e foi um dos primeiros militantes do movimento a ser enviado para receber treinamento militar, na Tchecoslováquia, via Zaire. Assumiu a liderança da 1ª RPM em 1963, enfrentou com sucesso por diversas vezes o exército da FNLA (VAZ, 1975). Além de ser conterrâneo de Nito Alves, foi seu superior imediato na 1ª RPM nas décadas de 1960 e 1970.

Reconhecido por sempre atingir seus objetivos, seu nome de guerrilha veio de seus feitos como comandante de missões difíceis planejadas pelo MPLA, que lhe colocaram nesse lugar de “verdadeira lenda” (TALI, 2019, p. 255, nota de rodapé 3). A missão mais importante foi como líder do Esquadrão Cienfuegos, que já tinha falhado antes, e que acabou com boa parte dos quadros dizimada. Em 1972, envolveu-se na disputa interna do MPLA, entre os dirigentes do norte e da 2ª RPM. Monstro Imortal prendeu Lúcio Lara, como apresentado

anteriormente.

Após a independência, Monstro Imortal ficou como Chefe do Estado-Maior Geral das FAPLA, o que frustrou muitos que entendiam que deveria ser-lhe concedido o posto de Ministro da Defesa. Comandou a 9ª Brigada de Fuzileiros Motorizados das Forças Especiais das FAPLA, esquadrão de elite de defesa de Luanda, onde teria contribuído para a formação política de carácter *nitista* dos militares; parte da 9ª Brigada esteve envolvida nas atividades do 27 de Maio, como apresentarei adiante.

Monstro Imortal compunha a Comissão de Inquérito, presidida por JES, que o Comitê Central organizou ainda em outubro de 1976 para averiguar as acusações de fraccionismo contra Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

Com o envolvimento dos cubanos e o evidente fracasso da tomada de poder, os dirigentes teriam fugido para os Dembos, mas Monstro Imortal foi um dos primeiros a ser capturado. À sua morte é atribuída sessões de tortura e teria acontecido ainda em 1977, em Luanda.

Luísa Mateus Pereira Inglês Ferreira (Pensar Primeiro), também militar, com quem Monstro Imortal casou-se em fevereiro de 1972, foi deputada pelo MPLA até sua morte em 2004. Eles tiveram uma filha chamada Florbela Caetano. Em 13 de junho de 2022, no âmbito da CIVICOP, os restos mortais de Monstro Imortal foram sepultados em Luanda em uma cerimônia solene e oficial com a presença de sua filha, que expressou gratidão ao presidente pelo ato de reparação à família. O presidente João Lourenço foi representado pelo chefe do seu serviço de segurança e do gabinete militar, Francisco Furtado.

Rui Coelho

Rui José Pinto de Matos Coelho, nascido na Catumbela em 1945, concluiu o Liceu e ingressou na Faculdade de Direito de Lisboa em 1969. Durante seu tempo na universidade, envolveu-se ativamente no movimento estudantil. Prestes a concluir o curso de Direito, retornou a Angola, em 1973. Em Luanda, lecionou no Ensino Secundário. No início de 1976, começou a trabalhar como Diretor do Gabinete de Estudos no Ministério da Administração Interna, junto de Nito Alves, que era então ministro. Como diretor, viajou para Portugal e depois para Cuba, de onde voltou entusiasmado. Em 23 de maio de 1977, foi enviado à Argélia, tendo retornado em 1º de junho. Embora estivesse fora na altura do 27 de Maio, foi

preso no dia seguinte à sua volta.

Em 1978 sua esposa foi informada de sua morte e conseguiu obter uma certidão de óbito que registrava o dia 2 de junho como a data de seu falecimento, dia de sua prisão.

Juca Valentim

Eduardo Artur Santana Valentim, conhecido como Juca Valentim, era mestiço claro e nasceu em 1945 em Novo Redondo, no Kwanza-Sul. No Liceu Salvador Corrêia, envolveu-se com ideias anticoloniais e integrou a Frente Unida da Juventude de Angola (FUJA). Junto de operários, intelectuais e estudantes, fundou o Comité Regional de Luanda (CRL) que tinha ligações com a 1ª RPM e logo estabeleceu contato com a liderança do MPLA em Brazzaville. Cursou Engenharia e trabalhou numa Torre de Controle de Aviação, de onde ajudou em uma missão importante do MPLA. Em 1969, foi detido pela PIDE e levado para a Cadeia de São Paulo. Foi condenado a 10 anos num campo de concentração no Tarrafal, Cabo Verde, mas retornou à prisão de São Nicolau em 1973, onde conheceu Zé Van-Dúnem. Com o 25 de Abril em Portugal, foi libertado e voltou para Luanda. Em 1974, viajou a Brazzaville com Zé Van-Dúnem para encontrar a liderança do MPLA. Tornou-se diretor do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do MPLA. Com a independência, encerrou sua atividade junto ao MPLA e retornou ao trabalho na Aeronáutica Civil.

Após a independência, Juca Valentim encerrou sua atividade no MPLA e retornou ao seu emprego na Aeronáutica Civil. Em 1976, seu nome foi incluído numa lista de candidatos para o Comité Central do MPLA, mas os eventos do 27 de Maio o alcançaram. Acusado de pertencer ao grupo nitista, foi preso em agosto de 1977 e faleceu sob custódia da DISA, sem que seus familiares pudessem vê-lo.

Também são citados como mentores do golpe: Ernesto Eduardo Gomes da Silva (Bakalof), comandante das FAPLA, David Aires Machado (Minerva), ministro do Comércio Interno, Elvira Maria Pires da Conceição (Virinha), Comandante do Destacamento Feminino de Luanda, dentre muitos outros e outras – a participação de mulheres da Organização da Mulher Angolana (OMA) foi expressiva (PAREDES, 2014). Ainda que seus dados biográficos sejam escassos e suas participações menos elucidadas, precisam ser mencionadas.

5.4. O 27 de Maio: golpe ou insurreição?

Neste momento, é válido refletir sobre a diferença entre jornalistas e antropólogos. Não busco reconstituir os fatos exatamente da maneira como aconteceram; escapam-me detalhes e o rigor necessários para encontrar *A história verdadeira*. Este capítulo tem o intuito de, primeiro, efetivamente recontar os acontecimentos do 27 de Maio de forma a torná-los inteligíveis, sem ambicionar grandes ineditismos ou levantar controvérsias entre as tantas versões. Intento retomar relatos na medida em que eles convergem: concentração e tomada da Rádio Nacional pela madrugada e início da manhã; anúncios radiofônicos; intervenção cubana a favor do MPLA / Neto. Atento-me à virada que se dá a partir do encontro da ambulância com corpos carbonizados de dirigentes e o discurso de Neto afirmando que não haveria perdão, que serão retomados na Parte IV.

Detenho-me ao dia 27 de Maio, uma vez que passei pelos outros momentos importantes que levaram aos acontecimentos do dia, a saber, a plenária em outubro de 1976, com estabelecimento da Comissão de Inquérito, a não audiência e conclusão da referida Comissão, a expulsão de Nito e Van-Dúnem do MPLA, o discurso na Cidadela. Enfim, essa série de momentos que eclodiram nos atos que descrevo a seguir.

Ao longo da madrugada do dia 27 de maio de 1977, foram ouvidos tiros que viriam das regiões dos quarteis, especificamente da 9ª Brigada de Fuzileiros Motorizados das Forças Especiais das FAPLA, onde Francisco (2007) servia, mas de onde estava afastado de suas atividades. Um amigo do destacamento contou-lhe que foram postos em formação. Deixaram o quartel ainda na madrugada e partiram para a missão de proteger angolanos. A 9ª Brigada era composta por aproximadamente 600 quadros.

Conforme Paredes (2014), foi o Destacamento Feminino de Luanda, sob comando de Virinha, o responsável pelo evento seguinte. Por volta das 4 horas, a cadeia de São Paulo foi tomada, libertando presos. Pensando nas iterações da história, Marques (2012) lembra que a luta anticolonial de Angola teve início com o 4 de Fevereiro. Se na época da PIDE a cadeia de São Paulo abrigava os presos políticos que combatiam o colonialismo, na altura do 27 de Maio ali estavam aqueles que contestavam o regime do MPLA; além de muitos nitistas que já se encontravam presos, havia ainda participantes da Revolta Ativa, da OCA e outros, cujo

encarceramento se devia a Nito Alves. Muitos se recusaram a sair.

No assalto à cadeia de São Paulo, houve trocas de tiros e combates. Um dos mortos foi Hélder Neto, preso político na época da luta anticolonial pelo MPLA, substituiu Nito Alves na perseguição à extrema esquerda angolana. Naquele momento, era o responsável pela cadeia e chefe do Departamento de Informação e Análise da DISA. As circunstâncias de sua morte não foram elucidadas: ou foi morto pelos nitistas ou suicidou-se.

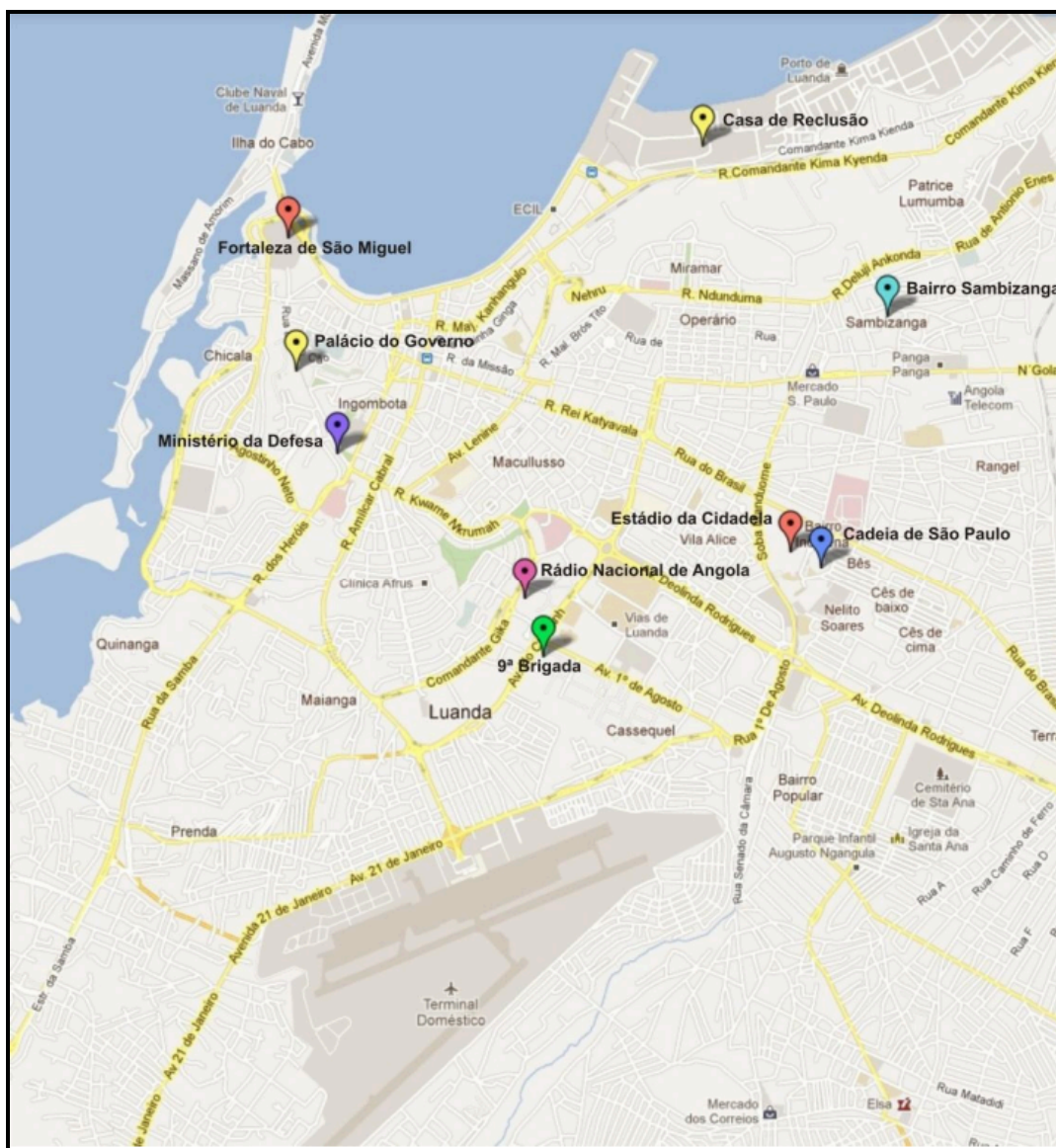


Figura 14: Locais das atividades do dia 27 de Maio. Fonte: MARQUES, 2012, p. 80.

Na sequência das narrativas, há a tomada da Rádio Nacional, por volta das 6 horas. Novamente os militares da 9ª Brigada são mencionados como apoio às atividades. O programa *Kudibanguela*, proibido meses antes, alterna entre música e pronunciamentos contra a DISA, a

favor de Nito Alves e do poder popular, rechaçando as acusações de fraccionismo e traição feitas aos dirigentes nitistas. Pouco depois, já por volta das 9h30, as pessoas são chamadas para uma manifestação no Palácio da Presidência, depois transferida para a praça em frente à Rádio, em decorrência da reação da DISA e, talvez já neste momento, alguma intervenção cubana.

Agostinho Neto teria contactado Fidel Castro logo pela manhã, mas o apoio de Cuba demorou algumas horas, tendo chegado por volta das 11h30, ainda assim, foi decisivo para conter as manifestações. Junto dos blindados cubanos vinham Henrique Santos (Onambwé) e Delfim Castro, ambos da DISA. Foram seguidos de disparos de metralhadoras, que deixaram mortos e feridos. A manifestação foi se dispersando; por volta das 14 horas, conforme Portella e Leiria (2019), a 9ª Brigada se rendeu, entendendo que não tinha chances perante a intervenção cubana. Rafael Moracén Limonta retomou o controle da Rádio Nacional declarando o apoio de Cuba a Agostinho Neto e ao povo de Angola.

Pouco depois, Neto fez sua primeira declaração na televisão, comumente referido nas narrativas como estando ‘num tom moderado’. Ainda assim, o discurso foi na direção de que seria possível estabelecer um diálogo e reabilitar os membros expulsos do MPLA, Nito e Zé Van-Dúnm. (TALI, 2001; MARQUES, 2012).

O quartel da 9ª Brigada e a cadeia de São Paulo já estavam sob controle dos cubanos, enquanto o bairro do Sambizanga estava sob intensa intervenção da DISA. De acordo com os relatos, com a retomada da cadeia e do quartel, os dirigentes políticos, militares e apoiadores nitistas teriam deixado esses locais e se dirigido ao bairro conhecido pelo apoio a Nito Alves. Alguns relatos mencionam que os nitistas levavam reféns, como Saidy Mingas (MATEUS; MATEUS, 2007). Foi anunciado toque de recolher na Rádio Nacional, entre às 17 horas e às 6 horas da próxima manhã (MARQUES, 2012).

Pouco depois, às 18 horas, Agostinho Neto voltou a discursar na TV. O presidente informou sobre o desaparecimento de importantes dirigentes do MPLA, que teriam sido capturados por ordem dos nitistas. Segundo Mateus e Mateus (2007), Agostinho Neto teria já, naquele momento, feito uso do termo ‘corpos’ para se referir aos desaparecidos: “Foram levados para lugares que nós não conhecemos bem. Os corpos serão encontrados, se estiverem mortos. Eles serão encontrados se estiverem vivos.” (NETO, 1977 apud MATEUS; MATEUS,

2007, p. 114). Sua mensagem controversa levantou muitas suspeições sobre o ocorrido. O discurso de Neto continuou: “não haverá para aqueles que se introduziram numa luta contra o MPLA qualquer espécie de contemplação, qualquer espécie de perdão” (NETO, 1977, apud MARQUES, 2012, p. 82). Nessa nova aparição, menos contido, Neto explicitou uma advertência, em tom de ameaça aos fraccionistas.

No dia seguinte, os ‘corpos’ dos dirigentes foram encontrados carbonizados numa ambulância incendiada. A autoria dos crimes foi atribuída aos nitistas. Há contestações acerca dessa versão: os apoiadores de Nito Alves ainda hoje argumentam que houve uma encenação, um complô, que o próprio MPLA foi o responsável pelos assassinatos e forjou a cena para dar sequência às repressões e à contenda. De todo modo, foi Agostinho Neto quem anunciou a localização dos cadáveres:

Hoje, cumpre-me o doloroso dever de comunicar ao país e ao povo angolano que os camaradas Dangereux, comandante Paulo da Silva Mugongo, membro do Comité Central do MPLA, membro do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; o comandante Eugénio Veríssimo da Costa (Nzaji), membro do Comité Central do MPLA, do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; o major Saidy Mingas, membro do Comité Central, ministro das Finanças da República Popular de Angola e membro do Conselho da Revolução; o comandante Eurico Manuel Correia Gonçalves, membro do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; Hélder Ferreira Neto, membro da DISA, foram assassinados ontem. Os fraccionistas não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar os nossos compatriotas. (NETO, 1977 apud MATEUS; MATEUS, 2007, p. 114).

O presidente, então, proferiu o discurso que sancionou toda a violência que seguiu o 27 de Maio ao longo de dois anos:

Alguns daqueles que participaram neste crime já estão presos. Dentro de pouco tempo, nós diremos qual será o destino que será reservado a esses indivíduos. Certamente, não vamos perder muito tempo com julgamentos. Nós vamos ditar uma sentença. Não vamos utilizar o processo habitual, que não seria justo, quando de uma maneira tão evidentemente fascista elementos se comportam, aqui, como defensores da Revolução. Não pode ser. Seremos o mais breves possível, para podermos resolver esses problemas e, vamos tomar decisões segundo a lei revolucionária. (NETO, 1977, apud MARQUES, 2012, p. 84)

Assim, teve início a sangrenta repressão “sem julgamentos”. Nito e outros dirigentes teriam fugido em direção aos Dembos. Iko Carreira, Ministro da Defesa, anunciou a captura de Nito em 7 de julho daquele ano, no Piri. Diz-se que foi fuzilado e teve seu corpo atirado ao mar. Os outros dirigentes também foram capturados no rescaldo do 27 de Maio. Alguns foram sumariamente fuzilados, outros torturados. Há muitas informações desconstruídas, mas as versões não mencionam prisão dos altos dirigentes nitistas. Em 2022, no âmbito da CIVICOP,

as supostas ossadas de Nito Alves e outros dirigentes foram entregues à família. Também foram entregues os restos mortais de Saidy Mingas.

A posição da URSS, sobretudo de Moscou, frente ao 27 de Maio também foi ambígua e objeto de disputas: Nito e Van-Dúnem teriam boas relações no país e um eventual apoio. A morte de Agostinho Neto, em 20 de setembro de 1979, em Moscou, também foi posta em suspeição pela própria mulher do presidente. (OLIVEIRA, 2017). Embora essas especulações jamais tenham sido provadas e escapem aos fatos oficiais, acho importante mencioná-las.

5.4.1. Depois do 27: a exceção e a Comissão das Lágrimas

Em termos práticos, o discurso oficial de Agostinho Neto após o 27 de Maio decretou um estado de exceção em Angola. Sem julgamentos, sem perdão: a violência passou a ser engendrada a partir do aparato estatal e perpetrada também pelos militantes e civis.

A sangrenta repressão do 27 de Maio trouxe como resposta massacres, prisões, torturas, purgas e desaparecimentos. Muitos foram fuzilados sem julgamento ou mandados para campos de concentração, como aconteceu com o Sr. Jorge e como relata Francisco (2007). Não só os envolvidos no 27 de Maio foram penalizados: aqueles que tinham ligações, amistosas ou familiares, também sofreram: buscas às casas, interrogatórios, suspeição e vigilância. Não são raros, ainda, os relatos de pessoas que mencionam a perda de familiares ou conhecidos, por alcoses que aproveitaram o ambiente de violência sancionada para acertos de outras contas ou em decorrência de bens que eram cobiçados por outrem (MATEUS, 2007; REIS, 2018). Grupos sociais e estudantes também estiveram dentre os mais reprimidos, por divergências políticas e ideológicas. O *Treze teses* tornou-se leitura proibida e portá-lo era motivo de prisão.

O MPLA acusou, mostrarei adiante, os supostos responsáveis pelo golpe de Estado de terem um discurso que decretava estado de sítio. Conforme Baldi (1998), estado de sítio, grosso modo, pode ser compreendido como um regime jurídico excepcional decretado por autoridade pública por situações de perigo à ordem pública. Além de restringir a liberdade dos cidadãos, o estado de exceção atribui poderes extraordinários às autoridades públicas. O cerne da contradição reside justamente na sobreposição dos poderes de decisão. Diz o autor:

normalmente, os órgãos aos quais compete a constatação e a avaliação da situação de perigo são os mesmos que estão habilitados a pôr em prática as medidas extraordinárias previstas para o Estado de sítio, com a consequência de que pode ocorrer – como de fato tem ocorrido na prática de vários ordenamentos – que a avaliação dos perigos para as instituições seja feita em função do comportamento de grupos de oposição (BALDI, 1998, p. 413).

Assim, Agostinho Neto, ao declarar que não seria perdido tempo com julgamentos, ou que não haveria perdão, sancionou medidas repressivas e violentas que se arrastaram por dois anos, não havendo sequer número oficial de vítimas. No rescaldo do golpe, muitas pessoas foram submetidas a prisões arbitrárias, tortura, condenações sem julgamento ou execuções sumárias, atribuídas, especialmente, a duas instituições distintas, o Tribunal Militar Especial, criado para substituir os julgamentos e que ficou conhecido por Comissão das Lágrimas (FRANCISCO, 2007) e a DISA.

A Comissão das Lágrimas⁶⁷ era composta por cerca de uma dezena de destacados militantes do MPLA, como Iko Carreira, Onambwe, Costa Andrade (Ndunduma), Pepetela, Luandino Vieira, Manuel Rui Monteiro e Rui Mingas. Muitos desses nomes aparecem na próxima parte deste trabalho, que trata das acusações entre MPLA pró-Neto e pró-Nito. Pepetela nega que tal comissão tenha existido e que seu papel teria sido o de “selecionar depoimentos” (REIS, 2018). Rothwell (2019) destaca, inclusive, que:

Em novembro de 2005, Pepetela fez uma declaração num jornal angolano semanal, *Semanário Angolense*, em que apelou aos altos escalões do MPLA para esclarecer os mal-entendidos que circulavam sobre o seu papel numa comissão montada pelo politburo [Bureau Político] na sequência da revolta de 27 de Maio. Ele convocou a liderança do partido para sair ‘a público defender, numa prova de lealdade, o bom-nome daqueles que o serviram desinteressadamente em todos os momentos’. (ROTHWELL, 2019, p. 38)

Rothwell explica que não houve uma resposta oficial do MPLA ao apelo do escritor, que eventualmente declarou em entrevistas posteriores não ter havido uma tal “Comissão das Lágrimas”, ou que tentou reduzir diversas vezes seu papel e sua participação. O historiador Carlos Pacheco, que foi interrogado pela referida comissão, e familiares de Zé Van-Dúnem, incluindo sua irmã, a ministra da justiça de Portugal, Francisca Van-Dúnem, questionaram veementemente as declarações de Pepetela.

Se a Comissão das Lágrimas foi responsável por ouvir depoimentos e encaminhar os

⁶⁷ O escritor angolano Lobo Antunes publicou, em 2011, um livro intitulado *Comissão das Lágrimas* (ANTUNES, 2011). A ficção fora inspirada por Elvira Conceição, Virinha, que esteve à frente do Batalhão Feminino do MPLA. Virinha, contam, morreu depois de sessões de torturas na prisão, após ser capturada por envolvimento com fraccionismo, mas, contam, cantava sem parar, ainda que a voz tenha enrouquecido.

acusados, a DISA foi o grande braço da repressão. Responsável pelas torturas, a polícia política foi forjada nos anos iniciais do governo, nos moldes da combatida PIDE.

O aumento da violência e sua repercussão começaram a ganhar grandes proporções em Angola. Tali (2019) explica que as numerosas denúncias de abusos de poder contra a DISA passou a incomodar Neto, na medida em que poderia fragilizar sua legitimidade política interna e externamente. O presidente também foi questionado sobre o órgão por outros países numa cimeira africana onde, “foram-lhe apresentadas queixas e exibidas provas dos maus-tratos que a sua polícia infligira a milhares de cidadãos” (REIS, 2017, p. 114). Em julho de 1979, ele discursa comentando sobre o órgão:

Porque não é possível, camaradas, trabalhar com uma segurança que oferece dúvidas acerca da protecção, aos nossos compatriotas e tem hesitações quanto à nossa política de clemência. Quantas pessoas, hoje, se queixam da DISA? Justa ou injustamente... Mas queixam-se. Não há nenhuma semana que eu passe sem receber cartas de famílias a dizer que “o meu filho desapareceu”. Depois, camaradas, eu não sei o que eu vou responder. O que é que eu hei-de dizer? Eu é que sou o responsável. Quando desaparece um filho, um pai, um avô, uma mulher, um cunhado, etc., eu é que sou o responsável. E o que é que eu vou dizer? Alguns que estão nas cadeias estão muito bem lá; é melhor estarem lá do que cá fora. Mas nem todos... Precisamos de resolver esta situação. temos de ver bem como é que a nossa segurança vai trabalhar no futuro. (Discurso de Agostinho Neto na cidade do Menongue, 26 de julho de 1979 - apud. REIS, 2017, p. 114-115).

Sua imagem sempre associada a um intelectual humanista foi posta em suspeição e naquele mesmo ano de 1978, Neto decidiu dissolver a DISA e nomear uma comissão de inquérito. Neto morreu em 1979, em Moscou, e não viu o fim dos trabalhos da comissão. Já os campos de trabalho forçado espalhados pelo país, para onde muitos dos detidos foram enviados após sessões de tortura, se arrastaram por até 1979, quando os prisioneiros passaram a ser libertos de forma arbitrária e sem documentos, nem de soltura, tampouco de acusação.

5.4.2. Ecos do 27 de Maio

Destarte os posicionamentos pragmatistas assumidos pelo MPLA perante as críticas ideológicas de Nito Alves nas *Treze teses*, que serão apresentadas adiante, no Congresso do partido, em dezembro de 1977, foi declarado o marxismo-leninismo como opção ideológica oficial do movimento, e o MPLA converteu-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho). Ficou também revogada a Lei do Poder Popular.

Não é possível nem mensurar, tampouco negar, os impactos que o 27 de Maio teve no processo de constituição da então jovem nação independente de Angola que, ainda que

estivesse liberta do domínio português, continuou lidando com as limitações, dificuldades e violências perpetradas, de um lado e de outro, em decorrência da guerra civil entre MPLA e UNITA. No entanto, sendo o partido no poder, o MPLA precisava delimitar e cercear seus militantes, mostrando-lhes que certos comportamentos não seriam tolerados mesmo *entre os seus*. Meu argumento é que as políticas de violência e repressão, já anteriormente consolidadas por Agostinho Neto e seus aliados, por ocasião da repressão aos movimentos encabeçados por Viriato da Cruz, Daniel Chipenda e, em menor grau, à Revolta Activa e à OCA, que o 27 foi produzido como *ato final*, evento fundamental para a legitimação do MPLA no poder e explicitando como esse evento esteve ligado ao controle dos dispositivos de produção da história, refletindo, inclusive, nas produções literárias e culturais do país.

No curso do colonialismo para a independência, quando se criou o estado-nação, lembra Padilha (2009), a liberdade permaneceu ancorada numa sociedade disciplinar, “cujos poderes de controle se dissimulam ao mesmo tempo que se multiplicam” (PADILHA, 2009, p.8). Assim, o ‘poder da escrita’ permaneceu tanto, ou mais, representativo politicamente no pós-independência quando comparado aos tempos coloniais. Conforme Marcon:

A publicação literária dos primeiros quinze anos após a independência, em Angola, carrega esta autoridade [de registro histórico], porque [...] foi a forma de expressão escrita em livros e a modalidade de interpretação mais significativa produzida nos primeiros anos da constituição do país. É a modalidade de registro escrito e narrativo mais contundente em termos de produção de memória sobre a nação. (MARCON, 2011, p. 40)

O autor argumenta ainda que a produção literária da União dos Escritores Angolanos (UEA)⁶⁸ figurou nos currículos escolares, juntando-se às antologias criadas para o projeto de educação do MPLA e livros produzidos pelo Centro de Estudos Angolanos. Assim, a alfabetização e a leitura em Angola, em português⁶⁹, deu-se, em grande medida, por intermédio do partido. É nessa medida que os imaginários vão se entrelaçando, se estreitando, para emergir uma unidade nacional, um futuro, um projeto disciplinador a uma nação que passava a ser educada em suas normas, que assistiu à purga que se seguiu ao 27 de Maio. Observam-se obras que objetivaram dar conta, por um lado, da unificação de diferentes identificações regionais que fervilhavam desde antes da independência, mas eram

⁶⁸ Um mês após a independência do país, Neto uniu-se a mais de 30 escritores angolanos, muitos dos quais, importantes nomes do MPLA, e fundaram a UEA. Segundo Marcon, a instituição tinha o objetivo de “reunir escritores angolanos, estimular a criação literária e, nos dizeres de Agostinho Neto, promover a ‘cultura nacional’” (MARCON, 2011, p. 32).

⁶⁹ Via de regra, como coloca Marcon (2011), a língua dos colonizadores, imposta pelos impérios como signo de civilização, acabou tornando-se a língua oficial quando das independências das nações africanas.

constantemente articuladas pela UNITA na guerra civil. Tentavam também reforçar a cultura nacional, resgatar e criar tradições; escrever e construir o passado.

5.4.3. De presidente da Comissão de Inquérito à Presidência de Angola

Após a morte de Agostinho Neto, em 1979, foi José Eduardo dos Santos (JES) quem assumiu o governo. JES teve forte ligação aos acontecimentos do 27 de Maio e, como provável consequência, não houve espaço para uma “revisão (auto)crítica do passado” (POLLAK, 1989, p. 5), que apresenta riscos inerentes, na medida em que não se podem controlar os desdobramentos dessa revisão. Efetivamente, olhar para acontecimentos, personagens e lugares do 27 de Maio num processo de revisão só foi possível após a saída de JES do poder, em 2017, com o início do governo João Lourenço. Volto meu olhar para este processo, atual e não concluído, que traz ecos atualizados do 27 de Maio, na conclusão deste trabalho.

Há relatos que apontam para a compactuação de JES com as ideias de Nito Alves, corroborados pela nomeação de ministros que supostamente estiveram detidos pelo envolvimento nos episódios do 27 de Maio, tendo Dos Santos inclusive intercedido por alguns desses presos, ainda que agindo dentro dos limites de suas possibilidades. Outros afirmam que ele teria escrito um relatório inconclusivo ou mesmo a favor do nitismo, tendo mudado de ideia ao ver que isso o prejudicaria. Segundo Leiria (2013):

A escolha do jovem Eduardo dos Santos foi, para muitos, uma surpresa. Na época, estavam ainda presos centenas de ex-militantes do MPLA acusados de “fraccionismo” e de envolvimento numa tentativa fracassada de um suposto golpe desencadeado em 27 de maio de 1977. José Eduardo dos Santos chefiara, antes daquela data, uma comissão de inquérito anterior a esses acontecimentos, para investigar se havia ou não fraccionismo no MPLA, comissão essa que produziu um relatório inconclusivo e que até hoje não é oficialmente conhecido. Nos acontecimentos do 27 de maio, em que terão sido massacradas pelo menos 30 mil pessoas, o nome de Eduardo dos Santos e o do então primeiro-ministro Lopo do Nascimento teriam feito parte das listas dos dirigentes a serem presos, o que acabaria por não ocorrer. (LEIRIA, 2013, np).

A despeito de tais hipóteses, oficialmente, Dos Santos aderiu à versão oficial do MPLA e durante os 38 anos em que esteve à frente da presidência do país, não houve nenhum movimento no sentido de abrir ou falar do 27 de Maio. Tampouco as medidas de repressão e censura foram reduzidas. Conforme pontua Paredes (2014):

pouco tempo depois de José Eduardo dos Santos ter sido nomeado presidente (1979) [...] o novo estadista acabou com os fuzilamentos e libertou muitos dos presos políticos. A política de clemência e a inclusão na governância do MPLA de antigos presos políticos do 27 de Maio levou a que hoje em dia circule em Luanda uma nova narrativa sobre o papel de José Eduardo dos Santos durante o período que antecede o 27 de Maio, sugerindo que o antigo ministro das Relações Exteriores teria sido um simpatizante das teses de Nito Alves e ilibando-o de responsabilidades na repressão. Uma das entrevistadas deste trabalho coloca-o inclusive numa das reuniões clandestinas com o malogrado comandante. O que é interessante nesta nova narrativa sobre a maior tragédia do MPLA é que ela não produziu nenhuma alteração na relação entre o Estado e a sociedade, as famílias das vítimas ainda hoje esperam os atestados de óbito dos filhos e filhas fuzilados em 1977 (PAREDES, 2014, p. 58).

Ou seja, tal especulação foi, de certa forma, bastante conveniente para dos Santos, na medida em que colocou em suspeição suas responsabilidades pela repressão que se seguiu ao 27 de Maio, tendo o episódio ficado ligado a Agostinho Neto, já morto.

No entanto, é importante registrar que, ao longo dos 38 anos à frente do governo de Angola, não foram raros os episódios⁷⁰ em que Dos Santos esteve envolvido em acusações de repressão, autoritarismo, perseguição a jornalistas e violência.

⁷⁰ Alguns episódios podem ser encontrados buscando pelo nome de Dos Santos no Human Rights Watch: <https://www.hrw.org/sitesearch?search=jos%C3%A9%20eduardo%20dos%20santos&f%5B0%5D=region_country%3A9457> - Acesso em 15 out. 2023.

PARTE IV

Acusações: quem pode falar o quê?

“Nesta hora o Povo Angolano e o Comitê Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.”

(NETO, 1976, p.3)

CAPÍTULO 6

6.1. De onde se fala? Notas sobre habitus e posições sociais

Segui uma linha argumentativa e historiográfica no intuito de atentar o leitor sobre as complexidades envolvidas no cerne das disputas que levaram ao 27 de Maio. Apresentei Angola, as contradições do colonialismo, o lusotropicalismo, a distinção entre antigos e novos assimilados, a imprensa. Apresentei, ainda, o MPLA, suas divisões político-militares, seu presidente, Agostinho Neto, suas clivagens e as tendências internas no pós-independência. Por fim, apresentei Nito Alves, com suas controvérsias e, então, os incidentes do 27 de Maio.

Quero chamar a atenção para o fato de que, no clima que levou ao 27 de Maio, era possível identificar duas posições, em detrimento das quatro clivagens anteriores elencadas por Tali (2001) e apresentadas na Parte II como existentes no partido no período que antecedeu aos conflitos entre a ala nitista e a ala pragmática. Isso importa porque, a seguir, apresentarei duas versões que se contrapõem e espelham para incutir culpa ao outro pelos problemas de Angola, para acusar os dirigentes e disputar a identificação do Povo angolano. Outro intuito desta seleção é cruzar as narrativas, sobrepor os dizeres de Nito e os da cúpula do MPLA e, de certa maneira, confrontá-las, não no sentido de buscar uma verdade, mas fazendo o exercício de identificar algumas disputas a partir de designadores historicamente constituídos enquanto categorias (MCCLINTOCK, 2010), que se atualizam pela iteração, ou seja, que ao mesmo tempo que mantêm continuidades com suas iterações precedentes, também as transformam (DULLEY, 2022; DULLEY; SAMPAIO, 2020).

Nesse sentido, importa olhar para os contextos de produção dessas narrativas tanto quanto para as posições daqueles que falam, apontar para as disputas e para as legitimações – ou deslegitimações – que elas efetuam. Com isso em mente, lancei um olhar a alguns dirigentes apontados por Mabeko Tali como representantes de cada uma das tendências, buscando quatro trajetórias que explicitam características compartilhadas nessas alas, para então verificar as possibilidades de engendramento de um *habitus* que me informasse sobre os dirigentes do partido a partir de aspectos mais gerais, como raça, classe, geração, origem rural ou urbana, região. O objetivo não foi considerar dados biográficos, mas atentar para o que se repetiu nas trajetórias em questão e observar o papel que essas características exerceram enquanto mediadoras nas interações entre os indivíduos, ao firmarem convenções entre os dirigentes do MPLA que se traduziram em alianças no momento em que essas trajetórias se

cruzaram com uma ameaça a seus estatutos, como aconteceram com as distintas alas do MPLA que se uniram em torno da ala pragmatista. Afinal, foram das tensões colocadas pela ala nitista que se articularam disputas (inicialmente discursivas) entre duas posições distintas – e não quatro – que levaram à dissidência de 1977: pró-Neto ou pró-Nito.

Esse exercício de posicionar socialmente os membros do MPLA permite esboçar entendimentos sobre motivos que levaram às dicotomias que operaram em Angola, cujo ápice se deu no 27 de Maio, mas que foram experienciadas muito antes, nas oposições e acusações que levaram às suspeições (e suspensões) da 3a Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, que aconteceu entre os dias 23 a 29 de outubro de 1976, em Luanda. Depois, a divisão nós x eles manteve-se por alguns anos em Angola, perpetrando a violência.

Listo, primeiro, alguns apontamentos a partir das trajetórias de Ndunduma (ala pragmatista), Uanhenga Xitu (tradicionalista) e Pepetela (extrema esquerda). Todos são letrados, intelectuais e escritores. Tiveram a possibilidade de sair do país em direção à Europa para fazer o ensino superior numa Angola colonizada onde até o acesso à educação primária era raro. Ocupavam uma posição relativamente influente na sociedade, articularam do exterior as guerrilhas anticoloniais, atuaram pontualmente em guerrilhas, tendo dedicado a maior parte de sua militância a atividades intelectuais, como imprensa e propaganda, ou mesmo em prisões políticas. Tinham a expectativa de escrever uma nova história do país e tomaram essa missão para si. Compartilharam o sonho de uma nação liberta da opressão portuguesa, e após a independência não sofreram mudanças em suas posições sociais, para além de ocuparem cargos e posições proeminentes. Assim, os membros da cúpula do MPLA compartilhavam mais ou menos dos mesmos capitais simbólicos, com divergências ideológicas preponderantes, mas pontuais.

Na sequência, ressalto que essas características também descrevem importantes nomes entre os nitistas, como Zé Van-Dúnem, Juca Valentim e Sita Valles. Ou mesmo a base de apoio de Sita entre estudantes universitários descrita por Figueiredo (2010) e também mencionadas a mim por Jorge. No entanto, além de destacar a posição de Nito como ‘pé descalço’⁷¹, os Mateus afirmam que os nitistas

⁷¹ Segundo Mateus e Mateus (2007), Lúcio Lara teria aconselhado Zé Van-Dúnem a se afastar de Nito Alves, que seria um “pé descalço” (MATEUS; MATEUS, 2007, p. 26), ao passo que Van-Dúnem era de uma importante família. Por não aceitar, ele foi transferido para a Frente Leste.

não eram burocratas, vivendo no aconchego das suas residências, em Brazzaville, Lusaca ou Dar-es-Salam. Eram combatentes pela libertação do seu povo, guerrilheiros, clandestinos e presos, que tinham que arrostar mil perigos. Eram sobreviventes que não tinham sido mortos pelo inimigo, mas que o seriam pela sua própria família política (MATEUS e MATEUS, 2007, p. 26).

Assim, o nitismo é apresentado pela bibliografia angolanista como um movimento construído coletivamente por quadros da 1ª RPM, dentre os quais destacados comandantes das forças armadas, além de englobar entre seus líderes pessoas cujas biografias diferem da trajetória de Nito, como Zé Van-Dúnem e Sita Valles. Nito, este sim, viria de uma trajetória diferente – o que, como apresentado na Parte III, se não é mentira, também não é exatamente a realidade na medida em que também Nito pertencia à segunda onda de assimilados.

De todo modo, há um ponto muito instigante nas versões, posições, produções e acusações. Ambos, netistas e nitistas, apontavam para a grande habilidade de Nito como mobilizador entre a massa de militantes do MPLA nas cidades e o destaque de Nito por implementar os comissários provinciais para administração descentralizada e os órgãos previstos na lei do poder popular, ainda assim, netistas e nitistas eventualmente desconfiam das autorias de Nito sobre os textos e a articulação de uma possível trama.

Como abordarei nos próximos tópicos, a versão do MPLA (MPLA, 1977) divide a autoria dos fatos do 27 de Maio. Nito Alves estaria em posição proeminente em decorrência de seu papel no governo e de seu aparente prestígio e circulação junto de Agostinho Neto, mas a trama da tomada do poder via golpe de estado teria sido articulado por Zé Van-Dúnem, outros presos políticos de São Nicolau e Sita Valles (CARREIRA, 1996). Por outro lado, segundo a versão nitista, a trama foi conjurada por meses, com participação de figuras notáveis do MPLA, meios de comunicação e dirigentes de instituições estatais, como a própria DISA (REIS, 2017). Mas mesmo entre os nitistas, há alguma especulação sobre a autoria dos discursos de Nito, na medida em que alguns relatos os atribuem a Sita Valles. Embora valha reforçar que, em 1974, Nito se destacou entre os presentes no Congresso de Lusaka justamente por seu discurso – este não posto em suspeição.

Se Zé Van-Dúnem e Sita Valles foram apontados por vezes como supostos autores dos discursos de Nito, eles não poderiam ocupar esses lugares e performar esses discursos como Nito. Há um corpo, uma trajetória e um habitus que ligavam Nito Alves ao povo; seus discursos colavam nas realidades das pessoas dos musseques. Ele, heroico combatente, vindo das classes populares, conheceu a pobreza, fazia discursos exaltados, mas simples. É na

diferença de seus códigos que podemos vislumbrar as semelhanças dos outros. Nito não estudou no exterior, não foi prisioneiro político, nem exilado. Nasceu numa região pobre e para estudar, saltou de uma cidade a outra, trabalhou. Foi para a guerrilha, não atuou no exílio, nem com propaganda ou educação. Escreveu poesias, não sobre esperança ou resistência teóricas, sacralizadas, como a *Sagrada esperança*, de Neto. Passou fome e frio na guerrilha, estudou de forma autodidata – tal qual Menocchio fez sua própria leitura da doutrina católica (GINZBURG, 2006), Nito fez suas próprias leituras dos textos revolucionários de Marx e Lênin. Nito era bom orador, algo raro no MPLA; tinha prestígio com Neto, cuja trajetória apresentava algumas semelhanças com a sua, e, sobretudo, com outros guerrilheiros e com as classes populares. Meu questionamento, fundamentalmente especulativo, é se esse prestígio, se dava também junto dos demais dirigentes do partido, ou se estes o isolavam devido a seu *habitus* de classe.

Ora, se Nito não representasse ameaça, os grupos internos do MPLA eventualmente se manteriam apartados. E é interessante observar como certas semelhanças poderiam ter sido articuladas, mas não foram. Ideologicamente, o nitismo estava mais próximo da ala da extrema-esquerda; por sua defesa racial, que lembrava certo tribalismo, o nitismo poderia ter flertado com a ala tradicionalista. Essas alas, no entanto, uniram-se a favor do pragmatismo de Agostinho Neto e Lúcio Lara. Compartilhavam aspectos como origem, raça, classe, geração.

O *habitus*, como nos lembra Bourdieu, não é racional e gera estratégias referentes aos interesses nem sempre conscientes dos atores. Como agentes proficientes, internalizamos as regras e automatizamos nossas escolhas, optando por um caminho em detrimento de outros possíveis. Essas escolhas não se dariam, não fossem os estímulos do campo social e, embora não possamos determiná-las pelas diferenças de classes, de origens ou mesmo racial e geracional, essas diferenças articulam-se uma com as outras. Cabe dizer que as distintas posições ocupadas pelos agentes no campo social se dão pela diferenciação e hierarquização com outras posições. Posição e relação estabelecem as características de um pensamento, uma atividade, uma categoria ou de um sujeito, não é uma essência ou algum aspecto intrínseco. Algo é perto ou longe a partir de um ponto de referência; feminino em relação a algo masculino; ser negro, branco ou mestiço hierarquizava os agentes em Angola colonial, como ser assimilado, ou a classe social em quase qualquer lugar no mundo.

Alguns, como Tali (2001), apontam uma suposta confusão entre raça e classe nos

discursos de Nito, sugerindo que para Nito a ‘luta de classes’ marxista em Angola se daria entre negros e brancos. Outros, como Francisco (2007), acreditam que Nito dirigia suas críticas a uma camada específica da burguesia. De qualquer modo, Nito tornou-se referência como dirigente para a massa militante do MPLA. Assim, se por um lado Nito Alves, seus discursos, posicionamentos e ideias são uma possibilidade para determinado grupo da população (a base, a elite negra em oposição a mestiços e brancos, certos intelectuais e a própria URSS), por outro, uma parcela do MPLA (aliados de Neto) sentiu-se ameaçada e passou a acusá-lo de racista, fraccionista, ideólogo do marxismo-leninismo.

Porém, cada característica tomada individualmente não estabelece o lugar social de cada agente; junta-se ou separa-se, também, a partir de uma oposição ao inimigo. Por *habitus*, interesses e identificações, forjaram-se duas posições no MPLA: os nitistas e os opositores do nitismo. Assim que tais posições foram estabelecidas, Pawson (2014) afirma que Nito ficou sujeito a uma campanha de acusações e ataques pessoais públicos, conduzidos, sobretudo, pelo órgão oficial de imprensa, o *Jornal de Angola*, dirigido por Costa Andrade (Ndunduma), ligado à cúpula do MPLA. Manchetes como ‘bater no ferro quente’ incitavam a violência entre a população e o ódio contra aqueles nomeados de fraccionistas. Essa disputa discursiva foi deslocando a posição de herói de Nito e será analisada a seguir.

6.2. Campanhas acusatórias

A 3ª Reunião Plenária do MPLA, em outubro de 1976, tomou outras medidas de combate ao divisionismo (fraccionismo) no interior do MPLA. Para além da suspensão de Nito e Van-Dúnem e da instauração da Comissão de Inquérito, Marques (2012) evidencia duas medidas que tomarei como estratégicas para: 1) congregar os militantes a defender a liderança de Agostinho Neto, num claro apelo à vigilância e à unidade no movimento; e 2) impedir a circulação da mensagem nitista.

Neste sentido, o *Jornal de Angola* teve papel preponderante. Valho-me, de antemão, da prerrogativa posta por Santos (2016), que analisou editoriais, colunas políticas e manchetes de capa do jornal chileno *El Mercurio* e as imbricações entre a criação de um clima de terror, insegurança e caos social, valendo-se de um discurso profundamente anticomunista e do financiamento estadunidense, e o golpe contra o governo de Salvador Allende. Santos, cuja análise do contexto chileno ilumina os acontecimentos em Angola, afirma que

os jornais constituem-se atores políticos capazes de influenciar e afetar o governo, partidos políticos, grupos de interesses, movimentos sociais e seu público leitor. A grande imprensa insere-se na vasta trama das lutas políticas e dos grupos sociais, aspecto que destaca a relevância política dos jornais e a necessidade de estudá-los. Como parte de suas estratégias narrativas, das informações e fontes a que tem acesso, o periódico, cotidianamente, exclui, inclui, hierarquiza aquilo que será publicado em suas páginas (SANTOS, 2016, p. 309).

O autor ainda aponta que, no Chile do início dos anos de 1970, os jornais tinham linhas editoriais mais ou menos abertamente comprometidas com os campos políticos, o que logo deslocou as discussões de ideias e projetos para “uma intensa polarização, na qual existia a desqualificação de adversários, o uso de linguagem ofensiva e o apelo ao sensacionalismo, principalmente na chamada imprensa popular” (SANTOS, 2016, p. 314). Angola tem, no entanto, uma especificidade com relação ao Chile.

Ao passo que no país sul-americano falava-se em “ampliação democrática do acesso e posse dos veículos da imprensa” (SANTOS, 2016, p. 314) para afastar a presença de monopólios, em Angola o MPLA detinha o controle dos meios de comunicação do país. Desta forma, importa dizer que o *Jornal de Angola* em 1977 era o único jornal de circulação diária no país, uma vez que o *Diário de Luanda*, criado em 1936, fora encerrado em maio de 1977, conforme tratarei adiante. Assim, a publicação representava uma “voz dominante” (PAWSON, 2014, p. 192) no país. Pawson destaca ainda que as peças do diretor eram transmitidas pela

Rádio Nacional, chegando à população que, em grande parte, permanecia analfabeta e/ou sem acesso a jornais. À época, o *Jornal de Angola* era dirigido por Costa Andrade (Ndunduma); segundo Pawson:

A frase preferida de Ndunduma era ‘bater no ferro quente’[...]. Como diretor do *Jornal de Angola*, ele escreveu uma série de editoriais inflamados sob essa manchete entre julho e agosto de 1977. Eles eram dedicados, explicou, à ‘luta contra o partidarismo’, à ‘tarefa urgente’ de ‘bater em ferro enquanto é quente’, até ‘impedir que os lagartos voltem a mostrar suas feias cabeças, mesmo depois de terem se transformado em víboras’ (PAWSON, 2014, p. 191).

Não tive acesso a edições do *Jornal de Angola* anteriores ao 27 de Maio para verificar o teor das acusações. Mas Mateus e Mateus (2007), Pawson (2014), Figueiredo (2017) e Reis (2017) destacaram a presença de editoriais no combate ao fraccionismo.

Pawson (2014) e Figueiredo (2017) comentam algumas peças datadas de maio de 1977. No dia 15, sob o título ‘O racismo das lagartixas’, foram apresentadas críticas àqueles que promoviam o “racismo inigualável” (PAWSON, 2014, p. 79), acusando-os de ataques pessoais a membros do governo, altos dirigentes do movimento e até a funcionários do *Jornal*. Figueiredo (2017) destaca que o editorial não fora assinado e versava sobre o “«pequeno grupo de lagartixas», racistas, que têm beneficiado da tolerância das autoridades” (p. 155). A autora afirma que editoriais ainda mais violentos foram publicados ao longo de todo o mês de maio. As declarações de Neto eram um apelo ao combate ao fraccionismo, enquanto o MPLA incentivava a denúncia de possíveis envolvidos. No dia 22, houve duas peças: uma intitulada ‘O MPLA está unido’, e a outra, ‘Liquidar o fraccionismo!’, um editorial de 4 páginas, segundo Pawson (2014, p. 257).

No mesmo caminho, Reis (2017) aponta para a recorrência de provocações e calúnias nas publicações, “incitando o povo a exercer a barbárie sobre os fraccionistas” (REIS, 2017, p. 24). Ele explica que a abordagem teve início ainda em 1976 quando Ndunduma, que falava todas as noites com Agostinho Neto, foi nomeado diretor do jornal. Ainda de acordo com Reis, muitos títulos usados pelo editor saíram da boca do presidente. Quando Neto fora alertado sobre as disputas com o grupo ao redor de Nito Alves, Carreira afirma que Neto garantia aos amigos que não se preocupassem, pois o círculo de Nito não passava de lagartixas (CARREIRA, 1996, p. 149).

Por fim, outro desses textos controversos do *Jornal de Angola* foi escrito por Pepetela, segundo Mateus e Mateus (2007, p. 76), em 15 de maio e publicado em 21 de junho de 1977 –

Ano 2, nº 778. Intitulado ‘A víbora de cabeça ao contrário’, o conto de Pepetela vinha acompanhado de uma ilustração de Ndunduma e através de uma série de alegorias, contava a história de ambição de uma víbora que queria ocupar o lugar do leão. Separo alguns trechos da fábula:

[...] Correu o mujimbo⁷² pelo mundo da mata que o leão estava doente e que ia morrer. As reacções dos animais foram variadas. [...] Ora, havia na mata um bicho muito especial, que tinha ganho certa reputação numa disputa anterior e que era a víbora de cabeça ao contrário. [...] A víbora de cabeça ao contrário, numa disputa célebre no mundo da mata, em que o equilíbrio se tinha rompido entre os interesses contraditórios, uns anos atrás, tinha tomado uma posição frontal. Os mais velhos diziam que o conflito um dia estalou entre o leão e o corvo. [...] Foi então que a víbora de cabeça ao contrário, até aí quase desconhecida e mesmo tímida, talvez por sentir que não era como as outras víboras, se arrastou para o meio do terreiro e sibilou entre dentes (todos sabem que as víboras para falar metem a língua entre os dentes e assobiam).

– Alguns aqui têm [...] imperiais vontades e arrogâncias que já se apagam nos tempos que se vislumbram sequentes, sagazes e sedentos. Ss!...Ss!...Sss... [...] Por isso declaro aqui simbolicamente pela graça dos valores que nos agraciaram, sacrificando tantos buracos da frescura da terra em comiserações farisaicas sem dialéctica nenhuma, que o corvo é um sacrílego. Abaixo os sacrílegos!

Parte da assistência aplaudiu, pois compreendeu a última frase. A víbora de cabeça ao contrário perdera e jazia no solo, a cabeça para o lado esquerdo. O leão venceu mais esse pleito e o corvo foi voar para longe [...] No final de cada discurso, lá ficava ela, escumante, jazendo fatigada pelo esforço de equilibrar a cabeça. Uma vez caía para a esquerda, outras para a direita, o que era sempre um interesse para o público, que até já aproveitava para fazer apostas. [...] Estavam os animais na mata nestas apostas e conversas, quando surgiu o mujimbo assustador: o leão ia morrer. [...] Foi então que se viu, cada vez com mais frequência, a víbora de cabeça ao contrário conferenciar com a hiena e o abutre.[...] Foi então que estalou um conflito entre a girafa e o mabeco [...] Era caso para o leão resolver. Mas o rinoceronte apareceu a convocar os animais para a assembleia, argumentando que, como o rei estava doente, podia resolver-se o assunto sem o incomodar. O macaco e o coelho sentiram que havia manobra [...] Reunida a assembleia, era preciso um presidente. Logo o macaco propôs o cágado, o mais inteligente e sábio a seguir ao leão. Revoltou-se a hiena, dizendo que o cágado não tinha voz para presidir um debate tão difícil. E o rinoceronte, depois de levar uma cotovelada do abutre, propôs a víbora de cabeça ao contrário. [...] O hipopótamo bateu palmas, piscando os olhos. “Isto é que é um chefe!”, segredou para o jacaré que concordou assentindo com a cabeça. [...] Calmo, sorridente, mexendo todos os músculos, e abanando gravemente a juba, entrou o leão no local da assembleia. [...] o rei dirigiu-se para a mesa da presidência e falou:

– Eu só queria saber como reagiriam os meus súbditos e por isso fiz correr o mujimbo de que estava doente. E aprendi muitas coisas. Sei agora quem são uns e outros. A partir deste momento, volto a assumir a gerência do reino da mata. E quem não estiver de acordo pode ir para as rochas onde devia estar o corvo, pois ele já lá não está, está camuflado entre nós. [...]

A víbora de cabeça ao contrário ficou de tal maneira petrificada que ainda hoje se pode ver, no meio da mata, transformada em grosso cipó, virado eternamente para a direita. (PEPETELA, 1977 apud Folha 8, disponível no anexo)

⁷² Mujimbo: boato, fofoca.

De acordo com Mateus e Mateus (2007, p. 77), os animais representam dirigentes do MPLA; o leão seria Agostinho Neto, o cágado, Lúcio Lara e, claramente, a víbora era Nito Alves. É importante mencionar três aspectos sobre este texto. Primeiro, a fábula de Pepetela datava de 15 de maio, antes mesmo da expulsão de Nito Alves do MPLA e terminava com a víbora morta. Depois, vale dizer que à época, o autor fazia parte do MPLA, ocupando o cargo de Vice-Ministro da Educação e, como já apresentado, participou da Comissão de Lágrimas. Por fim, destaquei grandes trechos da anedota porque é indiscutível que Pepetela fez uma leitura muito pertinente e condizente com a versão do MPLA sobre o 27 de Maio publicada meses depois.



Figura 15: Caricatura de Nito Alves no *Jornal de Angola*, Ano 2, nº 778, de 21/06/1977. Fonte: MATEUS; MATEUS, 2007, p. 77.

Ainda mais emblemático é o papel dos meios de comunicação após o 27 de Maio. Os discursos de Agostinho Neto foram publicados, televisionados e transmitidos pela Rádio Nacional, com destaque à declaração de que não haveria tempo para julgamento, tampouco perdão aos envolvidos nos episódios do 27 de Maio, ou aos acusados de fraccionismo. O *Jornal de Angola* foi responsável por uma campanha de vigilância e perseguição aos fraccionistas. Uma coluna editorial chamada ‘Bater no ferro quente’ denunciava nomes, incitava a violência e figurava com destaque nas edições ao longo dos meses de julho e agosto. Conforme Tali (2001):

A imprensa oficial, nomeadamente através de uma série de editoriais inflamados do *Jornal de Angola* (sob o título ‘Bater no ferro quente’, assinados pelo então director desse órgão de imprensa e escritor, Costa Andrade ‘Ndunduma’), reflectia a imagem - ao mesmo tempo que dava o mote - do ambiente repressivo pós-golpe. Centenas, talvez milhares, de pessoas pagaram o elevado preço desta dissidência (TALI, 2001, p. 221)⁷³

Reis (2017) argumenta que Ndunduma apelava à violência, convidava o povo a fazer reprimendas com as próprias mãos e/ou a denunciar aqueles a quem nomeava de fraccionistas, lagartixas, répteis racistas, mabecos. ‘Amarrem-nos onde forem encontrados’, contava em grandes letras na capa do *Jornal de Angola*, ano 2, nº 760, 31 de maio de 1977, com apelos pelo fuzilamento de Nito Alves e Zé Van-Dúnem (FIGUEIREDO, 2017, p. 159). Manchetes como essa foram recorrentes nos meses de julho e agosto, conforme listou Pawson (2014) em suas fontes. Pouco depois, a emissora estatal de televisão produziu um documentário sobre os acontecimentos do 27 de Maio, contando, inclusive, como teria sido o encontro da ambulância incendiada e a captura dos nitistas.

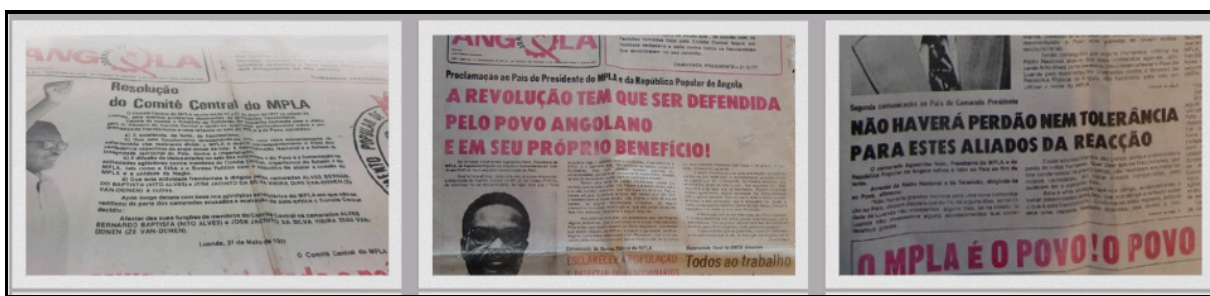


Figura 16: *Jornal de Angola*, edição do dia 21 de Maio de 1977, Resolução do afastamento de Nito Alves e Zé Van-Dúnem. Fonte: *Jornal de Angola* online, edição de 27 de Maio de 2019.

<<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/sequencia-cronologica-do-27-de-maio/>> - Acesso em 19 abr 2023.

Figuras 17 e 18: *Jornal de Angola*, edição de 28 de Maio de 1977. Fonte: Blog Quitexe <<https://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/97257.html>> - Acesso em 19 abr 2023.

Houve um importante movimento de legitimação dos acontecimentos, de incitação à violência popular via dispositivos oficiais do governo; foi a partir de órgãos de comunicação que os movimentos do 27 de Maio foram interpretados, via narrativas jornalísticas, como tentativa de golpe de estado, principalmente pelo apoio de setores militares, como a 9ª Brigada (Francisco, 2007). Havia, no entanto, outras mensagens, circulando de modos menos hegemônicos, também pautadas em acusações e evidenciando as disputas internas do MPLA.

⁷³ Este parágrafo não consta da edição de 2019 da obra de Tali. As menções ao *Jornal de Angola*, Costa Andrade ou mesmo ao editorial ‘Bater no ferro quente’ deveriam figurar na página 605, mas foram suprimidas.



Figura 19: Manchetes do Jornal de Angola após o 27 de Maio. Fontes: Quitexe

<<https://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/97291.html>> - Acesso em 19 abr 2023, Esquerda.net

<<https://www.esquerda.net/dossier/duas-revolucoes-de-sita-valles/48810>> - Acesso 19 abr 2023.

O *Jornal de Angola* também publicou, semanalmente, tirinhas que contou uma “estória” do 27 de Maio, à maneira de seu autor, Kalyana (GALHANAS, 2017, p.3). A história completa foi editada em livro em junho de 2017, 40 anos depois.

6.2.1. Redes nitistas

Em outubro de 1976, Nito Alves e Zé Van-Dúnem foram suspensos para a apuração das acusações de fraccionismo pela Comissão de Inquérito. Durante sua suspensão, jornais e programas de rádio foram encerrados, como o jornal *O Diário de Luanda*, bastante difundido entre a camada intelectual (TALI, 2001, p. 211) e que publicava os discursos de Nito na íntegra, ou os programas radiofônicos *Kudibanguela* e *Juventude em Luta*, este da JMPLA. Outros foram reformulados, como *O povo em armas*, do Comissariado Político das FAPLA (MPLA, 1976), até então dirigido por Zé Van-Dúnem, cuja orientação foi

reestruturar o programa [...] e que se proceda a substituição dos seus responsáveis [assim como] inquirir sobre a conduta política e moral dos que são acusados de desvio de orientação e propaganda desagregadora, e que contra eles sejam tomadas as medidas julgadas necessárias. (2ª Resolução sobre as FAPLA . Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976. Edição do Secretariado do Bureau Político apud MARQUES, 2012, p. 72).

Todos foram acusados de serem “pró-Nito”, disseminar suas ideias fraccionistas, contribuir para a formação de uma ala nitista no MPLA e ainda por seu conteúdo abertamente racista “anti-brancos” (FAUVET, 1979, p. 94). Ainda assim, o prestígio de Nito entre a

população e as atividades nitistas só aumentavam: “O discurso racista e as críticas à corrupção tinham uma ótima receptividade para uma população que vivia em uma situação de extrema precariedade” (MARQUES, 2012, p. 72).



Figura 20: Discurso de Nito Alves no *Diário de Luanda*, edição 30 de março de 1976. Fonte: Casa Comum. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.001.032#!1>> - Acesso em: 23 jun. 2023

Nito Alves tinha menos controle sobre dispositivos oficiais e meios de comunicação; porém, tinha o apoio dos comitês de Bairro e dos comissários provinciais eleitos pelo Poder Popular. Nito dispunha de trânsito junto à juventude, nos DOM e no JMPLA. Desfrutava, também, de prestígio nos musseques, conforme lembra Moorman: “Nito Alves era intimamente ligado ao clube de futebol Progresso, no Sambizanga, onde era idolatrado e lembrado por sair, falar de política e jogar damas, xadrez e cartas com os jovens nas tardes de sábado” (MOORMAN, 2008, p. 175). A autora destaca também a influência de alguns artistas na difusão das mensagens nitistas e no crescimento da popularidade e confiabilidade de Nito Alves entre as camadas populares.

Neste sentido, Alves (2015) explica que muitos cantores e grupos musicais de sucesso nos anos 1960 tiveram uma participação menos expressiva no período do pós-independência;

a partir de 1974 a produção musical em Angola visava difundir os ideais do MPLA enquanto partido no poder, tal como pôde ser observado na literatura. Moorman conta que:

O estatuto de estrela e a visibilidade de músicos como Urbano de Castro tanto nos musseques como em todo o país ajudaram a angariar apoio para o MPLA, mas também podem ter preocupado a liderança do partido. Antes da chegada do MPLA a Luanda, Agostinho Neto tinha uma aura mítica na memória de muitos. Mas não demorou muito para que os problemas dentro do partido e o distanciamento de seus líderes da realidade que se desenvolvia no país se tornassem aparentes. Instalava-se um sentimento de desilusão, agravado por uma crise alimentar crescente que ameaçava os ritmos da vida quotidiana em todo o país. [...] Nito Alves foi uma exceção: soube encontrar o tom certo – vigoroso e ousado – para falar ao povo. Músicos supostamente envolvidos com Nito Alves, notadamente Urbano de Castro, David Zé e Artur Nunes, também se destacaram no imaginário popular pela presença de palco e vozes reconhecíveis. O público os respeitava por sua capacidade de representar os problemas e alegrias da vida cotidiana, problemas e alegrias que esses músicos, ao contrário dos líderes políticos recém-retornados, conheciam em primeira mão (MOORMAN, 2008, p. 175).

Moorman argumenta que, na medida em que músicos são comunicadores, parte de suas habilidades advêm de seu conhecimento sobre a vida social das populações locais, capazes de converter sofrimentos individuais em vontade e sensibilidade coletivas:

Eles simbolizavam a soberania cultural da cena musical: eram criadores de tendências em trajes e indivíduos que proclamavam e exibiam sua angolanidade em uma mistura de esperteza local, conhecimento internacional e raízes africanas. Quando trocaram as roupas de palco por fardas e emprestaram a voz à causa do MPLA, os seus adeptos prestaram atenção. Mas talvez não tenham sido apenas seus fãs, mas também a liderança do partido que viu sua notoriedade e sentiu nela uma ameaça à sua própria imagem pública e à sua capacidade de controlar a população urbana. (MOORMAN, 2008, p. 176).

Alves (2015) acrescenta que “É possível percebermos, portanto, o quanto a vinculação política ou a maior proximidade ao partido dirigente impulsionou algumas carreiras e dificultou outras” (ALVES, 2015, p. 192), em muitos casos, inclusive, essas associações mostraram-se letais, como nos casos de Artur Nunes, David Zé e Urbano de Castro, mas não só. Gostaria de reiterar que as narrativas sobre os acontecimentos do 27 de Maio foram – e ainda são – construídas a partir das posições que seus narradores assumem. Houve o estado de sítio, que engendrou a uma política de repressão, suprimiu a necessidade de acusações e provas, e perpetrrou por anos a violência que, junto dos conflitos da guerra civil, contribuíram para desaparecimentos, perseguições e mortes levianas, inclusive desses apoiadores de Nito.

De todo modo, foi por meio dessas redes, tentaculares, que peças escritas por nitistas, às quais o MPLA se referiria como “panfletos” (MPLA, 1977), circularam. Assim foram distribuídas cópias do documento mais conhecido e importante produzido por Nito Alves, e

que será objetos da análise que segue, as *Treze teses em minha defesa*. Foi, também, por meio dessas redes que espaços de contestação às narrativas oficiais puderam ser formatados.

CAPÍTULO 7

Neste capítulo, analiso dois documentos que se contrapõem. O primeiro deles foi produzido por Nito Alves: *Treze teses em minha defesa*, que ele escreveu entre 1976 e 1977, após sua suspensão do Comitê Central do MPLA. Na segunda parte, analiso o documento que o MPLA produziu e circulou como explicação e resposta aos acontecimentos do 27 de Maio. Em seguida, realizo uma comparação entre ambos, atentando para as categorias de acusação presentes em ambos documentos.

7.1. Treze teses e sem número de acusações

O documento de 156 páginas intitulado *Treze teses em minha defesa* foi escrito por Nito Alves para ser apresentado como defesa à Comissão de Inquérito que o investigava por acusações de fraccionismo e a criação de um ‘segundo MPLA’, ao presidente Agostinho Neto e ao Comitê Central. Extenso, o texto é carregado de termos da literatura marxista, citações, e acusações a membros destacados do MPLA – são 27 nomes, incluindo 2 instituições (DISA, CAC). No entanto, enfatizo aqui que o documento não circulou acompanhado dos anexos mencionados pelo autor ao longo da obra, que foram suprimidos não se sabe em qual momento ou por quem (se pelo MPLA, no momento da realização de fotocópias ou pelo próprio Nito Alves).

O documento foi escrito entre novembro de 1976 e fevereiro de 1977. As datas divergem de acordo com as fontes, mas Nito escreveu “deste ano” e referencia 8 de novembro de 1976 (p.92); mas na assinatura final consta a data 11 de fevereiro de 1977, provavelmente a data em que ele finalizou os escritos. De todo modo, ele é anterior ao 27 de Maio. Não há ali uma versão para os acontecimentos daquele dia, mas uma série de acusações que foram se articulando e que mostravam a forma de pensar de Nito e seus apoiadores. Na ocasião, não tendo sido ouvido – ou respondido – pela Comissão de Inquérito, Comitê Central ou Neto, a opção dos nitistas foi fazer circular as *Treze teses* nos musseques, entre estudantes e sua base de apoio. A circulação, no entanto, foi proibida em Angola; quem fosse pego com cópias, teria problemas com a DISA.

Em cada uma das teses, Nito segue uma linha argumentativa central, envolvida por uma série de acusações que são constantemente retomadas. O tema de cada tese não é

exatamente objeto desta análise⁷⁴. Minha intenção é, antes, seguir os fios que conduzem todas essas teses e as iterações entre as acusações que perpassam várias delas. Apresento abaixo, em tópicos, os principais eixos argumentativos que fundamentam e qualificam as categorias de acusação, seguidos de excertos que contextualizam e ilustram as perspectivas do autor. Para isso, trabalho com duas versões das *Treze teses*. A primeira é um arquivo em PDF, que chegou até mim por Ariel Rolim Oliveira e Iracema Dulley, o mesmo ao qual Tali se refere em sua obra (TALI, 2001 e 2019). Recorro também à versão posteriormente editada pela Associação 27 de Maio (BAPTISTA, 2021), cujo texto é o mesmo, porém, paginado. As referências são feitas a ele, para facilitar a localização dos excertos.

Como tentarei demonstrar, as *Treze teses* representaram o movimento de Nito Alves em elaborar uma narrativa complexa contra ele, apresentada (iterada) como *leitmotiv* para explicar sua virada de posição dentro do partido.

Nito fez uma análise das acusações das quais se defendia e sobre quem o acusava. Ele apresentou a criação de uma trama pelos maiores dirigentes do MPLA e reforçou que os argumentos (factos) que o colocavam na posição de fraccionista, além de não terem sido publicizados, apenas configuravam divergências de opinião, que não poderiam ser consideradas fraccionismo segundo os princípios do marxismo-leninismo:

Os mesmos “factos” (que não são considerados fenómenos sociais, políticos ou revolucionários!!) surgem inabilmente seleccionados, aparecem dum arquivo ciumentamente protegido: a conclusão é simples: em função deles, o camarada Nito é “divisionista”, é “fraccionista”, etc. Como isto é divertido. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 51)

Utilizando-se da ironia, que aparece com alguma recorrência no documento, Nito argumentava que a acusação de fraccionismo, como outras, era abstrata, à revelia, e que não estava fundamentada em documentos ou atos que comprovariam seu envolvimento em atividades ilegais. Numa tentativa de articular essa ideia às teorias de Lênin, escreveu:

⁷⁴ Tal análise foi feita por José Fuso, da Associação 27 de Maio, após a publicação da obra de Mabeko Tali: *Rótulos Atribuídos, Rótulos Assumidos: Memórias e Identidades Políticas em Angola – Da Luta Armada Anticolonial ao 27 de maio de 1977 (1960-1977)*, lançada em outubro de 2023. Disponível em: <<https://27maio.com/os-rotulos-assumidos-de-jean-michel-mabeko-tali-parte-ii-o-descasque-das-13-teses/>> - Acesso em: 28 out. 2023. Minha opção para o término desta dissertação foi não ler a obra de Tali.

resolveram as forças de direita lançar o espantinho do fraccionismo. Já me outorgaram tantos rótulos que tenho a impressão que os social-democratas e os maoístas se divertem aplicando etiquetas.[...] Quer dizer, Lénine não falava abstractamente. A abstracção das suas teses e teorias partia de realidades bem concretas, reflectia essencialmente a realidade objectiva. Noutros termos, não basta denunciar o fraccionismo, há que defini-lo e mostrá-lo à luz de teoria revolucionária. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 111)

Assim, ele informava sua indignação com a vigilância operada sobre ele, com as alegações sobre o surgimento de um grupo nitista, considerado um segundo MPLA. Seus acusadores utilizariam estratégias demagógicas; através do léxico marxista, Nito acusava os dirigentes de oportunismo por adotarem abordagens que distorciam teórica e metodologicamente os princípios leninistas.

O fio condutor da argumentação presente nas *Treze teses* é a configuração de uma trama que Nito alegava ter sido muito engenhosamente concebida pela alta cúpula do MPLA, e que o colocava como alvo principal de uma série de acusações, por decorrência de sua trajetória exemplar no MPLA. No trecho abaixo, há um resumo do próprio Nito, sintetizando esse ‘complô’ (“Grupo Nito”) em que alegava ter sido envolvido, bem como das motivações e mecanismos que o sustentavam:

O abuso do poder e do mandato, a prepotência, a auto-suficiência, o culto da personalidade, o isolamento em relação às massas constitui manifestação da existência de fortes forças favoráveis à contra-revolução no seio dos organismos dirigentes, em factores que condicionam o processo atrás descrito. Se não, em nome de quem fui suspenso? Em nome de que classe e em defesa de que interesses fui suspenso? Em nome de que princípios foi ditada a minha punição? O meu nome não deve nem pode servir de pretexto para certos dirigentes da DISA, no seu processo de repressão, se abatam contra os revolucionários e trabalhadores, porque a horrível vaga de terror que o país começa a viver faz-nos recordar à polícia política [...]. Quem são os verdadeiros réus? O fantasma dum pretenso “grupo Nito”, o fantasma do “Golpe de estado” é, como ficou exaustivamente e objectivamente denunciado, demonstrado e desmontado ao longo da minha defesa, uma criação de iniciativa e responsabilidade histórica das forças da reacção interna objectivamente ao serviço do imperialismo, que, para tanto, concertou a sua acção com as forças externas da reacção mundial. São agentes provocadores da própria DISA, quem montou o fantasma [...]. Mas os verdadeiros réus são os advogados da pequena e média burguesia, os conscientes defensores da reacção interna. A aliança reaccionária entre a direita, os anti-comunistas e os maoístas são a expressão do instrumento político-ideológico daquela base social, cuja ampla plataforma é o anti-sovietismo. Os “mass-media” (nomeadamente o “Jornal de Angola” a Rádio Nacional e a Televisão), pelos documentos por mim apresentados, são os difusores e propagandistas da alternativa das forças de direita. A verdade e força desta afirmação reside no facto de nenhum operário politizado e ideologicamente enquadrado, nenhum camponês do nosso País fomentou a intriga que a CIA [Central Intelligence Agency – Agência Central de Inteligência] montou entre o camarada Presidente e eu. Esta montagem é de plena responsabilidade da reacção interna e dos seus ideólogos de classe. As amplas massas trabalhadoras do país não foram ouvidas, é como se elas não existissem ou nada significassem. Se o juiz deste julgamento fosse o Povo, a sentença estava clara: a classe operária angolana há muito odeia os direitistas no MPLA. O medo das massas não permite o método das massas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 208-209)

Neste excerto retirado da última tese, quase tomado como conclusão do documento, estão presentes, ainda, o envolvimento das pessoas – especificamente da cúpula do MPLA e das instituições estatais, como os meios de comunicação e de segurança, assim como estão estabelecidas as relações entre estes atores com disputas mais amplas vigentes naquele momento no contexto pós-independência, como o estabelecimento do programa ideológico, quanto no contexto global da Guerra Fria, numa cisão binária entre URSS e EUA. Nito considerou, ainda, o apelo e a importância do apoio de Agostinho Neto e do ‘Povo’. Voltarei a cada um desses pontos adiante, mas, em síntese, Nito falava de si, num movimento de defesa, de *outros*, com intuito de acusar, e apresentava uma conexão com grandes disputas vigentes, no sentido de contextualizar e dar corpo às defesas e acusações, constituindo assim identificação e oposição.

7.1.1. O herói da 1ª RPM e outras continuidades

Para defender-se e apresentar-se, Nito partiu de alguns pontos: seu heroísmo durante a luta de libertação, sua relação com as massas, suas obras, na época, *A dialéctica e a guerrilha*

(BAPTISTA, 1976a) e os poemas do *Memórias da longa resistência popular* (BAPTISTA, 1976b), sua vivência na guerrilha e sua dedicação pela implementação de um modelo marxista de governo. Ao fazer isso, ele exacerbou um incômodo que marcava suas falas de modo mais ou menos explícito desde sua aparição no Congresso de Lusaka:

O filisteísmo de grupos e “famílias” no seio do MPLA apareceu-nos nitidamente [em Lusaka]. Os próprios abraços e sorrisos nem conseguiam dissimular o cinismo da mentalidade frentista – havia de facto a “família do Leste”, a “família de Cabinda” e a “família da Primeira Região” e a “família da clandestinidade”. Não é por acaso que se dizia que Cabinda era o laboratório de quadros e se reservava a outras frentes outras designações? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 59)

Ele destacou, como exemplificado no trecho acima mas também em outros, o distanciamento entre os membros do MPLA que vinham da guerrilha e aqueles que estiveram na luta clandestina e no exterior ao longo da guerra de libertação, explicando a formação de ‘famílias’ nas frentes de luta. Apesar do fim das guerrilhas, essas relações, que foram formatadas sobretudo a partir das divisões político-militares do MPLA ao longo dos 14 anos de luta armada, se mantiveram e, de certa forma, se atualizaram nas alianças que compunham o novo governo.

Nas obras de Nito, há muitas menções ao seu pertencimento à 1ª RPM. No excerto acima, ele deu destaque também a Cabinda, onde fica Mayombe e, por sua posição enquanto enclave, concentrou boa parte dos quadros do exterior, incluindo importantes dirigentes como Lúcio Lara. Cabinda era a 2ª RPM e essa sua importância junto aos dirigentes já tivera sido objeto de escrutínio, como por exemplo no episódio em que Monstro Imortal chegou à região e prendeu Lara, ou a própria revolta de Chipenda e da Frente Leste (3ª RPM), que questionavam a liderança de Neto, como apresentado nos capítulos 4.4 e 4.5. Segundo Tali (2001), a partir dessas ‘famílias’, podemos elucidar muitos dos vínculos estabelecidos nas formações de alas do MPLA.

Conforme a lógica acusatória, essas outras frentes eram apresentadas em função de seus antagonismos com a 1ª RPM. Ainda neste caminho, ele lembrou da centralidade, da vanguarda e da coragem da 1ª RPM que, integrada por verdadeiros revolucionários, recebeu com incredulidade certas decisões e atitudes da cúpula do MPLA, como explicitado a seguir:

Ora, neste particular, a Primeira Região perspectiva, julgando interpretar deste modo o pensamento da direcção superior da luta armada à escala nacional, um quadro de transição em tudo diferente ao que se nos foi dado a observar e viver no após 25 de Abril. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 59)

Este ponto é interessante porque lançava luz a certos incômodos que estavam suspensos, como por exemplo, os acordos estabelecidos após o 25 de Abril português, como o de Alvor, que em nada ressoavam a ânsia revolucionária e que teriam sido rechaçados pelos membros da 1ª RPM. Já no trecho abaixo, Nito atribuiu esse carácter heroico da Primeira Região à fala do próprio Neto:

[O] Camarada Presidente [...] iria afirmar: “Foi na Primeira Região em que a luta foi mais dura, pelas características da região e da sua população, e mesmo pelas condições determinantes da sua acção”. Não podia ser de outro modo: estas condições determinantes da acção na 1ª Região tinham que marcar, passe a modéstia, dum modo profundo os combatentes que nela lutaram, tinha que lhes imprimir um certo carácter especial (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 59)

Assim, essa exaltação da 1ª RPM funcionou como estratégia de composição de si e dos seus, especialmente ao articular seus próprios fatos, como o combate aos CACs e às dissidências internas, e também contra grupos guerrilheiros rivais, sobretudo a FNLA, que ficava estabelecida ao norte de Angola, em conflito direto com a 1ª RPM.

Aponto aqui para um outro movimento interessante de Nito Alves: tentar colar a 1ª RPM às massas. Assim como nos tempos da guerrilha, quando ele fora dirigente da região que apresentava como verdadeiramente revolucionária, também se colocava junto – ou melhor, diante de – um povo que seria, também, revolucionário e deveria guiar a revolução, como mostra o trecho abaixo:

Em Angola são as amplas massas populares que fazem a história e isto não diminui o prestígio e o lugar histórico do dirigente, que possui o saber científico, a necessária experiência e capacidade de direcção. Em consequência são as próprias massas que também devem, em última instância, dizer se as minhas obras devem ou não ser lidas e não uma decisão feita em reuniões sigilosas de cúpula. Eu acredito firmemente no nosso Povo, na sua capacidade revolucionária, e é para ele, e para a revolução que procurei dar o meu contributo dentro da perspectiva de uma cultura popular, revolucionária e militante. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 117)

Nesse sentido, destaco a articulação da categoria “revolucionário” como atributo desejável pelos militantes do MPLA no contexto da Guerra Fria e, por isso, em disputa na composição de identificações, ainda que não se possa definir exatamente seu significado. No entanto, segundo ele, a cúpula do MPLA operava em movimento contrário:

para esses camaradas vanguarda é apenas e apenas o Comité Central e o Bureau Político a quem se reconhece o direito anti-leninista de decidir fora das massas, fora da opinião dos grupos de acção, dos comités que já existem, etc. É evidente que este desvio de direita em matéria de organização [...] origina o oportunismo de todas as nuances e cores, fonte do verdadeiro desvio à linha política e do fraccionismo. A minha voz ergue-se violentamente contra esse clamoroso oportunismo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 67)

Esse posicionamento da cúpula do MPLA, qualificado como paternalismo e elitismo, se convertia nessa dinâmica do partido nomear seus dirigentes, conforme abaixo:

Por mais incrível que isto pareça, no MPLA, são sistematicamente saneados e afastados os militantes de esquerda – é o inverso das leis da história! E tudo isto [...] sob a capa do marxismo-leninismo: que violenta afronta, que violenta agressão à essência da doutrina de Marx, Engels e Lênine: é a tática dos “sorrisos para todos e saneamento à esquerda”. [...] o sectarismo, o dirigismo, o paternalismo, o elitismo no seio do MPLA destroem iniciativas, violentam os estatutos, esmagam a democracia interna, afastam os militantes. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 67-68)

Se a cúpula do MPLA afastava militantes e as massas, Nito, por outro lado, clamava pelas opiniões populares: se da classe proletária eram os verdadeiros revolucionários, portanto, para ele, ao povo deveria ser dado poder decisório para escolher seus dirigentes, opinar sobre a circulação de obras, em suma, orquestrar a revolução, como explicitado no excerto abaixo:

são as massas, as bases organizadas do Partido, são, enfim, os milhões de trabalhadores organizados, política e ideologicamente formados, quem, na base da eleição democrática, devem eleger os seus próprios dirigentes. Isto é assim porque os militantes enquadrados organicamente conhecem melhor os camaradas mais activos e dinâmicos, fiéis a classe operária e a revolução socialista; fiéis ao marxismo-leninismo (e não ao maoísmo e toda a sorte de revisionistas); comprovam esta dedicação e fidelidade na prática revolucionária desse ou daquele quadro do partido, desse ou daquele activista ou militante de base. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 113)

É importante pontuar que havia uma disputa posta naquele momento pelo apoio dos quadros militantes do MPLA, os quais por vezes foram referidos como massas, militantes, ou mesmo ‘povo’. Nesse sentido, Nito se valia da proximidade que foi construindo junto a esses militantes tanto por sua proeminente posição na implementação dos mecanismos de poder popular quanto dos espaços dados às redes nitistas que mapeei ao longo do capítulo anterior, como o time de futebol do Sambizanga e as próprias reuniões do bairro, os espaços de música, os jornais que publicavam seus discursos, dentre outros. Contudo, ele argumentava sobre a existência de uma sistemática perseguição àqueles militantes que liam e disseminavam seus livros e suas ideias, numa flagrante tentativa de silenciá-lo ante o povo:

E quando se começa a falar dos meus livros, talvez compreenda algumas razões de tanto ódio, furor e raiva que os meus adversários nem sabem disfarçar. Com efeito, no Huambo, a DISA sentiu-se na necessidade de mandar para os seus sinistros gabinetes três camaradas que tinham declamado dois poemas do meu livro: [...] Outros agentes do sector oportunista e contra-revolucionário da DISA fizeram o mesmo na Huíla, onde outros jovens foram chamados à pedra por terem declamado poemas de Nito Alves por ocasião do 11 de Novembro. O que é isto? Quem ordena tudo isto? Isto andarão longe do fascismo no domínio cultural? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 116)

Adiante, ele retomou a questão:

Ora, que crime contra-revolucionário há nas minhas obras, que crime “anti -MPLA” há nas minhas obras, para que a DISA ordenasse a um batalhão do sector reaccionário dos seus agentes provocadores, medidas que vão ao ponto de intimidação moral, cultural e psicológica a todos quanto lêem os meus escritos? [...] Hoje, por mais paradoxal e incrível que pareça, o meu livro de poemas – para só referir este – não pode ser lido livremente, há uma sombra sinistra de fascismo intelectual que o congela e mortifica! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 116-117)

Nito apresentou suas obras como portadoras de um conteúdo que aborrecia certos dirigentes, embora, segundo ele, não houvesse nelas nada que pudesse ser entendido como contrário às ideias do MPLA. Assim, atribuiu as motivações da alegada perseguição a essa outra categoria, fascismo, que também não foi elaborada ou definida de antemão, mas era, *per se*, contra-revolucionária, em oposição à revolucionária. Nito era bastante reconhecido entre os militantes do MPLA e tinha grande alcance entre as massas, sobretudo a juventude: era hábil orador, seus discursos eram articulados e comoventes. Esse prestígio foi traduzido na busca por suas obras e no consequente silenciamento que ele alegava existir por parte da cúpula do MPLA, ideia que está presente nas citações acima.

Também para mobilizar apoio das massas e mostrar seu prestígio, o ex-ministro reforçou a centralidade de seu projeto da Lei do Poder Popular para uma Angola engajada no caminho do socialismo. Porquanto, denunciou as críticas ao projeto em Angola, feitas de forma recorrente por alguns dirigentes do MPLA, e explicou que, em grande medida, essas objeções converteram-se em críticas dirigidas pessoalmente a ele, como argumenta no trecho a seguir:

Nunca esperei que as reservas postas às eleições das Comissões Populares de Bairro de Luanda se degenerassem numa verdadeira desconfiança política em relação ao Poder Popular. Há muito tempo que a reacção interna, os revisionistas de direita e esquerda e os oportunistas me responsabilizaram pelo “crime” de ter levado a cabo as eleições populares em Luanda. Em certo sentido, a partir daquela data, o ataque ao Poder Popular passou a ser o ataque ao então Ministro da Administração Interna. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 164)

Seu destaque à frente da implementação do Poder Popular, criticada pela cúpula, foi

apresentado indo ao encontro do instrumento premente para instauração de modos de governo postulados pelo socialismo, o que seria esperado do MPLA. Nito deu destaque ao tema e evidenciou também a importância do poder popular nos países socialistas. No trecho abaixo, ele apresenta as experiências de Rússia, Cuba e Vietnã:

os soviets foram definidos como formas estatais da ditadura do proletariado. “O partido bolchevique mostrou capacidade de estender os soviets a toda a União Soviética [...]” Evidentemente, Angola de 1976 não é a Rússia de 1905 ou de 1917. Mas [...] nada vale o estudo da História Universal. Outro argumento frequentemente utilizado é que as Comissões Populares de Bairro só existem em Luanda! Para responder diremos muito simplesmente: na Rússia o Poder Popular nasce numa única localidade, a cidade de Yvanovo, onde, pela primeira vez, operários da indústria têxtil se haviam agitado em greve: na Cuba socialista como se sabe o Poder popular nasce na província de Matanzas: no Vietnã, os órgãos do poder popular nascem na região de Viet Bac. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 167-168)

Assim, se o poder popular estava em consonância aos projetos socialistas, a hesitação e oposição de membros da cúpula do partido, representada abaixo, causava-lhe estranhamento:

Depois de [Onambwe] dizer que as Comissões Populares de Bairro de Luanda foram “um fenómeno de agitação trazida a Angola por “esquerdistas” portugueses e que o Poder Popular em Angola mais lhe parecia com o Poder Popular nos bairros de Lisboa [...], chegou mesmo a pedir a suspensão, de imediato, da continuação da implantação eleitoral dos órgãos de Poder Popular. E quando se viu derrotado, foi mais flexível, advogando o princípio que “doravante deveria presidir as eleições do Poder Popular: a Província que mais produzisse seria aquela a realizar as “suas” eleições. É o princípio da estranha e inédita emulação socialista. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 164)

Nito nomeou no trecho Onambwe, diretor adjunto da DISA e um dos nomes mais citados nos incidentes decorrentes do 27 de Maio, que era um dos dirigentes que batiam de frente contra o Poder Popular. Mas ele não era o único. Nito destacou, ainda, a participação do *Jornal de Angola* neste processo:

O “Jornal de Angola”, cumprindo missão dentro da concreta estratégia das forças contra revolucionárias encarregou-se de destilar contra mim e contra os mártires, os militantes e as massas populares que combateram na Primeira Região as mais incríveis calúnias. [...] Desde o momento em que estava em curso a fase decisiva da instalação real do Poder Popular, aquele jornal abriu o cano do seu canhão contra o Ministério da Administração Interna e o seu ex-titular. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 94)

Assim, a posição de dirigentes como Onambwe e Costa Andrade, diretor do *Jornal de Angola*, perante o Poder Popular foi tecida por Nito como evidência de uma espécie de contra-revolução e de um ódio às massas. Neste sentido ele disse, contrapondo-se a esses dirigentes:

Se um dos crimes de que me acusam é o de ter lutado, na prática, para as eleições dos órgãos do Poder Popular, deste crime então me pronuncio categoricamente e condenem-me como quiserem. É doloroso ver hoje alguns dos nossos quadros dirigentes manifestarem uma mórbida desconfiança no Poder Popular, desconfiança que em alguns se transforma em ódio às massas, (há preparativos de repressão reservados para o ano de 1977) em tudo semelhantes ao que os fantoches holdenistas e savimbistas nutriam em relação ao Poder Popular ao qual tinham um ódio de morte! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 169-170)

Noto que, no trecho acima, além de diferenciar-se de seus acusadores, ele costurou sua crítica, inclusive, com acusações comparativas aos demais grupos de libertação rivais. Ele equiparou o posicionamento de membros do MPLA às alegações da UNITA e da FNLA, movimentos que eram abertamente apoiados por potências imperialistas – EUA e China. Essa ideia é iterada ao longo do documento, nas muitas vezes que o guerrilheiro acusa seus oponentes de ‘direitistas’, ‘forças conservadoras’ e outros designadores similares que aparecem em citações anteriores e virão adiante.

Ainda, ele alegou que tinha conhecimento de ‘preparativos de repressão’ para 1977 – mesmo que não tenha deixado explícito a quem estava destinada essa repressão, subentende-se que era aos próprios militantes de posição contrária a sua no MPLA. Tudo isso se dava, explicou ele, num imbricado cenário onde, conforme Nito, esta cúpula do MPLA, nomeada ao longo do documento, precisava confundir o povo para esconder seu oportunismo. Isso porque, segundo ele:

Em qualquer movimento revolucionário, as forças conservadoras, quando dominam determinadas posições importantes [...] tudo fazem para menosprezar a importância da teoria. Apresentam o estudo da teoria como [...] monopólios dos “esquerdistas” e não dever dos revolucionários. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 123)

Neste sentido, segundo Nito Alves, a cúpula do MPLA, que o acusava de ‘esquerdista’, representava ‘forças conservadoras’ e por isso, além das ressalvas postas ao poder popular, certos dirigentes do MPLA também estariam impedindo o avanço da educação revolucionária para as massas, pois isso representaria uma ameaça às suas posições hegemônicas. No contexto em que Nito Alves escreveu, segundo ele mesmo, havia desvios ‘de esquerda’ e ‘de direita’, o que, portanto, pressupunha um marxismo *correto*.

Assim, antes de prosseguir na linha argumentativa da relação entre formação política dos quadros militantes e as acusações nitistas de sabotagem, faz-se necessário um passo anterior, voltando-me para a elaboração de Nito sobre o marxismo. Assim, será possível vislumbrar certa continuidade entre o governo do MPLA e organizações sociais oriundas dos

modelos coloniais, a partir, claro, da leitura nitista.

Outro ponto que vale salientar é que o MPLA, por vezes, desqualificava o modo de expressão de Nito, por exemplo, na crônica de Pepetela – sobre a víbora de cabeça ao contrário, apresentada há pouco, que chamava a atenção para esse aspecto da linguagem de Nito, que seria ininteligível, alegando que, com essa estratégia, muitos o aplaudiam sem compreender o que estava sendo dito. Outros autores, como Tali (2001) e Pawson (2014), chamam atenção para o fato de que seus discursos atraíam muitos militantes, vindos principalmente da juventude e das camadas populares.

Nas *Treze teses* há um grande número de citações de autores marxistas-leninistas. Nito os acionava tanto para corroborar seu ponto de vista e para definir conceitos quanto para parafraseá-los e exemplificar as situações que alegava existir no MPLA. Além do próprio Lenin, figuram no documento citações do russo Pavlov, do búlgaro Jorge Dimitrov e outros autores e textos russos, cubanos e iugoslavos – sempre marxistas de linha soviética. O alinhamento de Nito Alves a tais citações, em contextos e momentos muito diferentes de suas denúncias, tinha como objetivo mostrar que havia um posicionamento correto a ser tomado diante de situações que ele percebia no MPLA. O excerto abaixo ilustra um desses momentos, fazendo uso de categorias opostas vindas do léxico marxista que foram bastante utilizadas por Alves:

Na História do Partido Comunista da União Soviética nós encontramos Lénine, em aceso debate com a ala oportunista em matéria de organização, momentos antes da criação do Partido. É a história da luta dos bolcheviques contra os mencheviques e os socialistas revolucionários. Os pontos de vista divergiam quando se punha a questão de saber “por onde começar a fundação dum Partido único da classe operária”. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 145)

Os bolcheviques e mencheviques de outrora eram por ele equiparados às massas e aos dirigentes da Angola de 1977, respectivamente. Ele argumentava que as estratégias de seus acusados / acusadores do MPLA não eram ineditismos na história do marxismo-leninismo, havendo já discussões e decisões estabelecidas na literatura marxista que definiam condutas (como afastamentos ou expulsão de membros do partido, por exemplo). Assim, diante dos desvios que denunciava, ele esperava que o partido se manifestasse segundo preconizavam os soviéticos, que para ele eram os ideólogos do marxismo-leninismo.

Essa sua visão peculiar sobre o marxismo reverbera em todas as *Treze teses* e serve como suporte de alguns desdobramentos, que assumo como eixos argumentativos que

delinearei aqui de modo mais ou menos contínuo, que são reiterados ao longo de várias teses. Primeiro, haveria a existência de um marxismo ideal, que, se não foi exatamente definido por Nito, ressoava por todo o documento que era aquele marxismo-leninismo, de cunho soviético, representado por ele, entendido pela ala pragmatista do MPLA, de forma ‘oportunistar’ – legava Nito, como dogmatismo ou demagogia e associado aos excessos da esquerda. Na passagem abaixo, ele se manifestou sobre este emaranhado de conceitos coexistentes:

Como é que os meus advogados de acusação podem chamar-me de “esquerdista”? Como fundamentar a acusação? “Esquerdista” em relação a quê? Em relação ao revisionismo, ao proudhonismo e ao menchevismo modernos? Tenham paciência! Histórica e cientificamente fica demonstrado duma vez para sempre, de forma convincente, que em relação a estas aberrações ideológicas as minhas teses são o ponto de vista de esquerda e não do “esquerdismo”. Aliás um revisionista não tem o direito de chamar “esquerdista” a ninguém, porque, para o revisionismo moderno o próprio Marx, o próprio Engels e o próprio Lénine são “esquerdistas”, o que é manifesta e evidentemente um absurdo totalmente obtuso, estúpido e reaccionário. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 201)

Seus opositores, então, eram caracterizados como revisionistas. Suas atuações também foram qualificadas ao longo da obra como marcadas pelo anti-sovietismo e pela presença do maoísmo (que discutirei logo adiante). Esquerdista era, para Alves, um desvio da linha marxista-leninista e estava ligado às posições maoístas da ala da extrema-esquerda do MPLA (abafada, conforme nomeou Tali, pelo próprio Alves, como explicado na biografia de Nito). A partir de sua posição ‘de esquerda’ foram tecidas as acusações contra as alas do MPLA: aqueles mais à esquerda foram acusados de ‘esquerdismo’, enquanto os demais membros da cúpula foram acusados de ‘direitismo’. Já a ala pragmatista, mais ao centro do espectro político, acusava Nito e seus aliados de ‘esquerdismo’. Dizia ele sobre seus adversários:

a social democracia em todos os continentes tem um denominador comum com os maoístas e com o maoísmo: o seu profundo ódio à União Soviética, o seu anti-sovietismo atroz. O anti-sovietismo é uma variante muito difundida do anti-comunismo. [...] arma fundamental do conluio dos maoístas e da reacção internacional mas, a popularidade crescente das ideias marxistas-leninistas não permite que estes senhores se furem às palavras de ordem revolucionárias. Contudo, eles mostram-se suficientemente astuciosos para as utilizarem, mas esvaziando-as do seu conteúdo, tornando-as imprecisas [...] O anti-sovietismo é um instrumento da contra-revolução, é preciso ensinar isso aos nossos militantes. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 85-86)

Seus acusadores eram ‘social democratas’, ‘maoístas’, ‘revisionistas’. Embora esses termos não fossem sinônimos no espectro político, pelo contrário, todos representavam posições que estabeleciam que seus acusadores eram, no limite, ‘contra-revolucionários’. Nesse processo, Nito delineou um marxismo-leninismo *ideal*, do qual ele seria o verdadeiro

ideólogo. Além de se contrapor aos seus acusadores, acusados ao longo de todas as teses, a partir dessa circunscrição pôde mostrar-se como heroico defensor da ideologia e sua grande fidelidade teórica às linhas *corretas* do marxismo, o que para ele significava o soviétismo. Seria por este motivo que

a História por mera casualidade colocou perante mim a pesada e inadiável responsabilidade de classificar profundamente o fenómeno em curso, de forma a que os mais altos ideais revolucionários dos operários, dos camponeses, dos intelectuais revolucionários, dos sectores patrióticos da burguesia, em suma, de todo o Povo que se levantou em armas há cerca de 16 anos, irmanados numa ampla frente nacional anti-imperialista que é o MPLA, dizendo não à exploração do homem pelo homem e que há pouco definiu sem ambiguidades a sua opção socialista, não sejam traídos por manobras tecidas por oportunistas de todos os países, por manipulações reaccionárias alicerçadas na santa aliança de social-democratas e maoístas que embora se sirvam da capa do marxismo-leninismo, mais não fazem que cavar um fosso cada vez mais profundo entre o MPLA e o movimento revolucionário mundial em geral e o campo socialista em particular, de forma a criar as condições para a implantação dum regime neo-colonial, para uma real e efectiva dependência face ao capitalismo internacional. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 219)

Nito tentou estabelecer que seus atributos o fizeram ser perseguido. Ele alegava que era tido como dogmático e radical por sua dedicação à teoria, enquanto seus opositores transitavam entre as formações ecléticas que denunciavam ora desvios de direita, posicionando-os como lacaios dos imperialistas e neocolonizadores, rótulos que o MPLA usava para referir-se à UNITA (DULLEY; SAMPAIO, 2020, p. 5), ora desvios de esquerda contra o marxismo-leninismo, representado sobretudo pelos ditos maoístas. Ambos os ‘desvios’ estariam presentes nas alas do MPLA, inclusive de formas contraditórias, nos mesmos indivíduos, como, por exemplo, em Saydi Mingas. Mingas era, segundo Tali, “um dos dirigentes mais importantes do Movimento, com formação de economista e oficial das FAPLA [durante o governo de transição]” (TALI, 2021, p. 466). Durante o governo de transição, ocupou o cargo de Ministro das Finanças, posto que manteve no pós-independência. Sobre Mingas, disse Alves:

Importa sim analisar a tese do camarada Saydi Mingas, por se ter caracterizado por um perigoso desvio de direita. Negando a terminologia ditadura democrática revolucionária por se tratar duma ditadura da pequena-burguesia, disse, optou então pela sua novíssima tese – “ditadura de vanguarda”. De ditadura de vanguarda não nos disse nem ensinou Marx, Engels ou Lénine. [...] No plano filosófico, a tese do camarada Saydi Mingas é voluntarista, própria do oportunismo de “esquerda”. Como é possível que o camarada Mingas fosse objectivamente falando, no 3o Plenário e fora dele, um dos que conseguiu e consegue ser a antítese maravilhosa do oportunismo de direita e esquerda? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 170)

Ademais, Mingas foi um dos membros da Comissão de Inquérito que deveria ouvir Nito Alves e Zé Van-Dúnem, por isso importava desqualificá-lo. Nito ironizou os

posicionamentos do dirigente que, em seu entendimento, eram antagônicos e demonstravam pouco conhecimento teórico. Mas Mingas não seria, para Alves, exceção no partido. Ele foi além do exemplo de Mingas acima e generalizou que essas confusões teóricas, que se contrapunham ao marxismo-leninismo, estavam presentes de forma recorrente entre os dirigentes e alas do MPLA. Disse:

Em cada um desses casos concretos encontramos a luta entre os pontos de vista do revisionismo, do eclectismo, do menchevismo, do sectarismo e voluntarismo dum lado, e o ponto de vista da defesa dos interesses da revolução com base no marxismo-leninismo doutro. A correlação de forças real foi naturalmente desfavorável a este último. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 154)

Nito apresentou um cenário onde o ecletismo fazia-se presente no MPLA, em detrimento da fidelidade ao marxismo-leninismo. Nito citava dirigentes que se opunham ao que ele entendia serem os interesses da verdadeira revolução marxista, que é para ele uma revolução nos moldes soviéticos – nesse sentido, ele marcava sua posição ideológica e diferenciava-se das três outras alas identificadas por Tali (2001): o MPLA pragmático, que como explicou Tali propunha adaptar o socialismo à realidade de Angola, o que na grade de leitura de Nito significaria manter os privilégios da elite angolana; a extrema-esquerda ligada aos comitê maoístas que ele já tinha repreendido, e o MPLA tradicionalista que sequer se posicionava a favor do marxismo. Nito Alves tentou estabelecer-se como ideólogo do movimento, tentando demonstrar que, em sua leitura, estes desvios e manobras da cúpula do partido passariam eventualmente despercebidos a olhos não tão apurados quanto os dele, mas foram reconhecidos e combatidos por ele:

Mas esta capacidade de se destacar o inimigo concreto, o inimigo real, equivale a dizer o perigo concreto e real do partido em cada momento concreto e real do processo revolucionário não é obra de pedantes quantas vezes altamente pretensiosos, não é obra da negligência mental, nem tão pouco de sofistas. Só se chega aí com trabalho aturado do cérebro humano que parte dos dados de experiência e prática revolucionárias. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 214)

Assim, ele rebatia a acusação deles de que ele não era suficientemente intelectual, crítica que, como apresentei, estava presente na cúpula do partido, representada sobretudo pela extrema-esquerda e Pepetela. Para Nito, essa posição de seus opositores os fazia ‘pedantes quantas vezes altamente pretensiosos’. Ademais, mais uma vez, sua conduta ao longo da guerrilha lhe permitiria analisar as situações e era usada na tentativa de validar sua argumentação. Assumindo que marxismo-leninismo era sinônimo de soviétismo, Nito denunciava o anti-soviétismo na cúpula do MPLA a partir de episódios que teria presenciado.

Segundo ele, Lúcio Lara dissera que:

Estes soviéticos – disse [Lúcio Lara] – têm o hábito de se meterem nos nossos problemas. Entretanto, camaradas, o MPLA não é pró-soviético, pró-cubano nem pró-chinês, é uma organização nacional com uma ideologia própria. Acautelem-se porque nós, o MPLA, tivemos de expulsar do então Comité Director um camarada – Paiva – porque tinha a mania de ser “pró-soviético”. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 84)

Nito Alves acusava Lúcio Lara de depreciar a URSS, que apoiou o MPLA e teria sido das grandes responsáveis pela independência e naquele momento dava suporte militar a Angola na guerra civil. Em contraponto, ele se colocava como aliado da URSS, delineando posições opostas entre um nacionalismo angolano que Tali (2001) diz ser marca da ala pragmatista do partido e um internacionalismo que era preconizado pelos movimentos marxistas soviéticos da época.

Inclusive, tal postura de Lúcio Lara enquanto dirigente era ainda mais incisiva: Nito o acusava de perseguir e expulsar militantes pró-soviéticos do partido, impedir a promoção de outros. Alegava que:

todo o processo de promoção normal para as estruturas do MPLA é dificultada engenhosamente [por Lúcio Lara], a todos quantos não são anti-soviéticos. Não recua nem hesita em ameaçar violentamente (violência por métodos aparentemente persuasivos) militantes que, pela sua formação ideológica não adoptaram as posições anti-soviéticas. [...] O maoísmo desferiu um rude golpe ao movimento revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional. [...] Historicamente falando, as armas de Pequim e outro material bélico enviado aos fantoches angolanos participaram activamente no massacre real do Povo Angolano (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 143-144)

Essa perseguição acontecia, segundo Nito, enquanto esses mesmos dirigentes faziam uso de palavras de ordem revolucionárias, esvaziando-as de significados e tentando confundir as massas em direção ao maoísmo. Assim, além de barrar o soviétismo, o maoísmo era encorajado tacitamente. O maoísmo, embora fosse a marca do esquerdismo para Nito Alves, era trazido numa chave imperialista, sendo a China uma grande potência bélica. Vale destacar que a China apoiou a FNLA nas lutas de libertação, por isso Nito citou que ‘as armas de Pequim e outro material bélico enviado aos fantoches angolanos participaram activamente no massacre real do Povo Angolano’, e depois a UNITA, na guerra civil.

Detenho-me nas acusações de maoísmo, pois adquiriram um estatuto relevante nas acusações nitistas. Entretanto, *maoísmo* não foi definido: funcionou ao longo do documento

como tudo de pior, uma espécie de totem ou significante flutuante⁷⁵, relacionado à social democracia, ao direitismo ou ao esquerdismo, à revelia das características de quem Nito pretendia acusar. Neste sentido ele afirmava que:

há em Angola tantos nacionalismos quantas consciências sociais existentes em ordem a cada uma das formações económicas e correspondentes formas de conceber o mundo. [...] A base social do tribalismo, do racismo, do anti-sovietismo, da contra-revolução no Terceiro Mundo, é maioritariamente constituída por esta camada social. O maoísmo, ideologia essencialmente pequeno-burguesa, comporta o chauvinismo nacional e veste-o com fraseologia de “esquerda”. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 79)

Nito situou o maoísmo na pequena burguesia, mas essa classe era composta por pessoas de diferentes posicionamentos ideológicos. Ao dizer que o maoísmo vestia de esquerdismo o ‘chauvinismo nacional,’ juntou a ala do MPLA mais pragmatista e os mais tradicionalistas àqueles da extrema-esquerda angolana. O maoísmo, que era uma prática esquerdista, associou-se, para Nito, ao direitismo vindo da social-democracia com o propósito de manter os privilégios da pequena burguesia, de onde vinha boa parte dos quadros dos dois lados. Nito trouxe aspectos que ligavam membros do MPLA, como Lara, aos comitês de extrema esquerda, onde atuaram outros membros prestigiados do partido, como Pepetela e Adolfo Maria, dirigente do MPLA, branco, que atuou na 2ª RPM junto de Lara (MARQUES, 2012). Nito trouxe outro aspecto importante, a ligação desses grupos – e portanto de seus membros – com o colonialismo:

⁷⁵ Essa indeterminação entre significante e significado que aponte nos designadores *revolucionário*, *facismo* e agora *maoísmo* pode ser pensada em termos levistraussianos do significante flutuante: “[...] noções deste tipo intervêm, um pouco como símbolos algébricos, para representar um valor indeterminado de significação, em si mesmo vazio de sentido e portanto suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é preencher uma distância entre o significante e o significado ou, mais exatamente, assinalar o fato de que, em tal circunstância, em tal ocasião, ou em tal de suas manifestações, uma relação de inadequação se estabelece entre significante e significado” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p.39). Para os meus propósitos, importa menos entender quais seriam o que significariam efetivamente e focar no que representam em determinados contextos; suas ligações históricas e porque estavam ali sendo usadas como acusações.

quando os CAC's e os HENDA's foram clara e inequivocamente desmascarados como maoístas militantes, (há mesmo provas documentais reunidas em como se prova as ligações destes grupos com o MRPP [Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado] em Portugal), o Secretário Administrativo do Bureau Político [Lucio Lara] vai tomando, na prática, posição proteccionista em relação aos maoístas inveterados. É assim que, apenas de alguns deles terem sido já sobejamente desmascarados, o Secretário Administrativo do Bureau Político chegou mesmo a propor um deles para a direcção da tal futura Escola do Partido, enquanto outros actuam livremente e em óptimo campo de manobras no DOP e DIP e mesmo no DOM / Regional onde foram nomeados activistas ferozmente maoístas. É a estes cidadãos que o Secretário Lúcio Lara reconhece uma impecável militância muito provavelmente à luz da doutrina de Mao Tsé-Tung sobre o ascetismo, o moralismo e outras aberrações ideológicas características dos maoístas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 85)

Nito costurou sua argumentação relacionando o maoísmo aos CACs e aos outros comitês que ele perseguira no início de 1976 pela postura dessas organizações quanto à implementação do Poder Popular. Para Alves – e Neto – os organismos de Poder Popular respondiam, no limite, ao MPLA. A OCA, por exemplo, defendia a auto-organização desses grupos e pleiteava estar à frente dos organismos populares.

O citado Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP⁷⁶) foi um partido português de extrema-esquerda que se opunha ao PCP (de onde vinha Sita Valles), alegando que o PCP estava se afastando do modelo de partido do proletariado, por isso o nome propunha uma reorganização. Importa mencionar que, enquanto o PCP tinha orientação marcadamente soviética, que era lida como revisionista pelo MRPP, o MRPP era⁷⁷ um partido maoísta, influenciado pela doutrina de Mao Tse-Tung, e influenciava boa parte dos comitês angolanos de extrema-esquerda, nomeadamente CACs e Hendas, perseguidos por Alves ao longo dos primeiros anos do pós-independência. Esse não rompimento com instituições portuguesas pode ser pensado em termos de continuidades com o colonialismo; mas ele aconteceu dos dois lados: se Nito acusava o MPLA de estar sob influência de grupos maoístas portugueses, o MPLA que se opunha a ele informava que os nitistas estavam ligados ao PCP. No entanto, nas acusações de Nito essa influência maoísta não se restringia apenas aos comitês, mas também às instituições oficiais que estruturavam o MPLA. Como apresentado a seguir, havia, segundo ele, um

⁷⁶ O partido ainda existe em Portugal, mas em 1976 mudou seu nome para Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP).

⁷⁷ O PCTP advoga a criação do marxismo-leninismo-maoísmo, doutrina que pauta a conduta do partido e ainda defende o maoísmo, conforme editorial disponível em: < <https://lutapopularonline.org/index.php/partido/3081-46-aniversario-da-fundacao-do-pctp> > - Acesso em 20 jan. 2024.

domínio relativo de certas estruturas funcionais do MPLA por indivíduos que não são esquerdistas do tipo clássico, mas militantes da “nova esquerda”, ultra-revolucionários da nossa época – os maoístas. Expressão factual dessa verdade é o terem militado activamente nos Comitês CAC’s e similares, e prosseguirem mais ou menos veladamente a defesa na prática das respectivas posições teóricas. Para estes comitês, o maoísmo é o leninismo da época dos “dois imperialismos”, das duas “super potências”. [...] Muitos deles, segundo revelações posteriores, militaram no MRPP (de Portugal) e mesmo em Luanda recebiam jornais desse e de outros grupelhos maoístas em Portugal. [...] a verdade é que tais elementos dominam neste momento o sistema ósseo e muscular da Organização – estavam mesmo no DIP. DOP e DOM (como activistas, neste último caso), tendo-lhes sido mesmo confiada a direcção real e a redacção do *Vitória é Certa*, onde destilaram o seu ódio à União Soviética (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 142-143)

Nito citou a participação de militantes não nomeados nos comitês maoístas e no MRPP, mas sobretudo expoentes da extrema-esquerda abafada reconhecida por Tali (2021), a qual, se tem poucos nomes conhecidos para além de Pepetela, contava com o apoio da ala pragmatista, sobretudo de Lúcio Lara, fundador do MPLA. Esses vínculos podiam ser vistos em órgãos como o DIP e o DOP, departamentos de propaganda e orientação política, responsáveis pelas edições do *Vitória é Certa*, publicação que vinha desde a luta anticolonial e se configurou como publicação mais antiga a circular oficialmente entre os militantes do MPLA; da Argélia, no DOP, Pepetela foi responsável pela publicação. Nito referiu-se a essa associação entre maoístas e pragmatistas como ‘santa aliança’, artifício do imperialismo contra o sovietismo, uma vez que postulava que o maoísmo tinha relações estratégicas também com o imperialismo, em alusão às posições de potências de China e EUA, que se organizaram num acordo de diplomacia triangular⁷⁸ contra a URSS no início da década de 1970:

No plano da contradição fundamental, a santa aliança entre o direito, com todas as suas nuances com o maoísmo, é o obstáculo fundamental do avanço da revolução. Eis o verdadeiro perigo, a verdadeira ameaça fundamental das conquistas basilares da nossa revolução. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 213-214)

O que Nito sustentou ao articular de maneira tentacular as acusações de maoísmo foi uma disputa entre maoísmo e marxismo-leninismo que não poderia estar presente quando o Comitê Central do MPLA teria definido-se ideologicamente como partido marxista-leninista, o que viria a se realizar no congresso do partido em 1977, após o 27 de Maio.

Quando da independência em novembro de 1975, o MPLA não tinha um

⁷⁸ Segundo Tancredi (2018) a estratégia da diplomacia triangular foi adotada durante a Guerra Fria pelo presidente estadunidense, Richard Nixon, e seu chefe de estado, Henry Kissinger, e consistiu na busca de equilíbrio de poder com a URSS. Para isso, os EUA se aproximaram da China, mesmo considerando-a uma ameaça. Ao explorar a divisão sino-soviética, os EUA exerceram pressão para a URSS negociar, mantendo ambos os países cooperando com os Estados Unidos e distantes um do outro.

posicionamento ideológico definido (REIS, 2018; TALI, 2001). Em outubro de 1976, na 3ª Plenária, o cenário era outro. Além do afastamento de Nito e Zé Van-Dúnem, central para essa dissertação e, por isso, já conhecido, outros encaminhamentos foram levados. O documento (MPLA, 1976, p. 83) decidia pela convocação do 1º Congresso do MPLA no ano seguinte, 1977, para, dentre outros assuntos, estudar e decidir sobre a criação de um partido orientado pelo marxismo-leninismo. Também foi preconizada a importância da politização das massas no caminho do marxismo-leninismo. Independentemente do posicionamento dos membros pragmatistas, tradicionalistas ou da extrema-esquerda, a massa de militantes – e oficialmente muitos dirigentes – defendiam a formatação do MPLA como marxista-leninista. O que se entendia como marxismo-leninismo, no entanto, não era consenso.

Nito Alves defendia, como mencionado anteriormente, o soviétismo e, ao longo dos últimos dois anos em que atuou no MPLA, dedicou-se ao combate de comitês de extrema-esquerda de cunho maoísta. Uma consideração adicional sobre isso precisa ser pontuada. No Congresso de Lusaka, no discurso que teria despertado o interesse de Neto por Nito, Alves hostilizou a Revolta Activa, sobretudo, e a Revolta do Leste, acusando os membros da Revolta Activa de estarem afastados das guerrilhas em decorrência de seu intelectualismo, enquanto os do Leste seriam regionalistas, o que pode ser pensado como tribalismo, e foi essa atitude de defesa do *status quo* da direção de Neto que perpassou todo seu pronunciamento. No entanto, em 1974, seu discurso havia flertado com o maoísmo, tendo inclusive mencionado Mao Tse-Tung para definir a atuação da Revolta Activa:

Não sem razão, o próprio Mao Tsé-Tung assinalava e continua a acentuar que todo aquele que só procura, como única actividade de vida, assimilar teorias de guerra e de revolução em manuais afins pode tornar-se mais tarde ou mais cedo num oportunista extremamente perigoso, contando que se furte a todo o transe ir confrontar suas teorias com a prática revolucionária. Este fenómeno evidencia patentemente certos elementos da chamada Revolta Activa. (BAPTISTA, 1974, p. 5)

Além de apoiar-se nas ideias do revolucionário chinês, o discurso de Nito referia-se aos membros da Revolta Activa como mencheviques, fariseus intelectualistas e questionava as acusações contra o ‘presidencialismo absoluto’ que era a principal acusação do documento da Revolta Activa contra Neto. Mais tarde, Nito teceria críticas similares aos pequeno-burgueses do partido.

No entanto, houve uma virada em seu discurso para a influência soviética por conta de sua ida ao Congresso do PCUS e da ligação com os grupos de Sita Valles, cujos

posicionamentos eram orientados pelo PCP, de abordagem soviética. Entretanto, o maoísmo passou a figurar como acusação em decorrência das ações da China, que rompeu com a URSS e apoiou a UNITA em Angola. Neste sentido, Angola e Nito Alves não estão descolados das disputas colocadas no mundo e, no limite, ao acusar a cúpula do MPLA de maoísmo e de imperialismo, ele aproximou essas alas do partido à UNITA, isso enquanto a guerra civil contra a UNITA assolava o país.

Outro aspecto que evidencia essa inserção do contexto angolano nas disputas que operavam na Guerra Fria é justamente a intervenção das potências imperialistas na política angolana. No documento de Nito Alves isso pode ser visto em passagens que citam a presença de agentes infiltrados da CIA (Central Intelligence Agency [Agência Central de Inteligência]), como exemplificado no trecho abaixo:

o Comité Central sabe [...] o que é, o que representa a CIA, esta monstruosa máquina de agressão imperialista. Os seus métodos, variáveis e muitas vezes invisíveis são também comumente conhecidos. Tenho fortes razões para admitir que a CIA é já a responsável pelas operações decisivas que as forças de direita estão a ensaiar neste momento em Angola. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 91)

O assunto era, segundo ele, de conhecimento do Comitê Central, fato que teria sido comprovado com a discussão sobre um dossiê numa reunião do Comitê Central, a partir de uma documentação entregue pelo Primeiro Ministro, Lopo do Nascimento, e que continha o conteúdo assim apresentado por Nito:

Distribuída, na altura, pelo camarada Primeiro Ministro, Lopo do Nascimento [...] uma informação sob título Relações Brasil / Angola [...] lê-se expressamente. “Com relação a Angola, os militantes brasileiros esperam [...] recuperar o MPLA através dessa acção política de dividir o aparelho do partido entre radicais e moderados. Outra esperança brasileira seria a precária saúde do Presidente Neto [...] O seu desaparecimento deveria se dar no momento em que a divisão entre moderados e radicais estivesse estabelecida.” [...] Vê-se também, nesta informação que o objectivo principal da CIA é o desaparecimento físico do camarada Presidente Neto. Mas, pergunto-me a mim próprio, por que razão é que a CIA escolhe o momento desse desaparecimento do camarada Presidente na altura em que a contradição, segundo eles, entre os moderados e radicais culminaria no seu apogeu? A quem seriam atribuídas as responsabilidades desse presumível assassinato do Presidente? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 102)

Para Nito, a informação apresentava evidências de um complô contra-revolucionário. Os artifícios envolviam o arquivamento de investigações contra maoístas e direitistas, corrupção e planos para aniquilamento de militantes, como os próprios Nito e Neto. Este complô supostamente envolvia membros da cúpula do MPLA e agentes da CIA, conforme afirmava:

A História do MPLA, durante a sua fase das guerrilhas, já demonstrou que as forças de direita do MPLA nunca viram com bons olhos a política do camarada Presidente, que, há anos, já se sabia como sendo comunista, em sua última instância e consequência. [...] Posto isto, as forças de direita procuram justificar e têm de justificar ante o Povo Angolano e o mundo o desaparecimento do camarada Presidente. E a única forma de o fazerem é atribuir o presumível assassinato aos sectores revolucionários que seriam então apresentados ao Povo e ao mundo como os autores do assassinato [...] Para o conseguirem, a DISA tem que forjar, na linha do velho Denikine, um falso dossier com falsos depoimentos de agentes provocadores e de prováveis camaradas que, torturados até à medula, seriam forçados pelo medo da morte, a debitar declarações não verdadeiras: Velho método da polícia política reaccionária, universalmente falando. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 103-104)

A posição de Neto e a importância de seu apoio apareceram como evidenciadoras das características da 1ª RPM e retornam aqui. Importa dizer que a disputa por Neto estava posta e não foi citada ao acaso – além de aproximar seu próprio posicionamento ao do presidente sempre que possível, no trecho acima, Nito contrapõe ‘as forças de direita do MPLA’ à ‘política do camarada presidente’. Este é um movimento interessante se lembrarmos que a composição do MPLA daquele momento se deu a partir de disputas no interior do movimento que fortaleceram a posição premente de Agostinho Neto como líder, mas também de seu grupo de apoiadores, esses que Nito categorizava como ‘forças de direita’.

De todo modo, Neto não seria o único alvo do complô:

apresentam-se aos militantes e ao Povo, dá-se aos países socialistas, ao movimento revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional, dá-se ao mundo uma lista de falsos “inimigos”, “racistas”, “golpistas”. Tenta-se enganar assim o conjunto das forças revolucionárias, suspendem-se militantes intransigentes, prepara-se a opinião pública para arrancar-lhes o seu apoio a futuros fuzilamentos (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 207)

A campanha acusatória contra ele tinha o objetivo de marcá-lo como inimigo e justificar quaisquer intercorrências que viriam de atos ‘golpistas’, antecipando (ou antevendo) aquilo que ocorreria em Angola com o 27 de Maio. Isso também junto às potências externas. Por fim, para reforçar sua fidelidade à linha política soviética, e por conseguinte ao comunismo, ao terminar as *Treze teses*, Nito fez algumas exigências, dentre as quais o restabelecimento de sua imagem junto às potências soviéticas. Destaco os itens a seguir:

[...] 4o) Que através dos órgãos de informação importa promover uma campanha de nível à que vem sendo realizada contra mim, mas de sentido contrário.

5o) Que, pelas mesmas razões sejam informados os Governos e Partidos dos países amigos, em especial dos Países Socialistas, da realidade dos factos.

6o) Que os camaradas membros do Comité Central Saydi Mingas e Lúcio Lara devem ser sancionados pelas afirmações produzidas nas reuniões cujos organismos e organizações de massas indiquei. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 218)

Além de reparação perante os aliados, ele desejava o restabelecimento de seu prestígio junto às mídias e a punição dos membros envolvidos em sua difamação. Citou Mingas e Lara, especificamente, porque esses dirigentes o acusaram publicamente em reuniões de órgãos do MPLA: Mingas em reunião da JMPLA, e Lara junto ao DOM.

Retomo a seguir a questão sobre a politização das massas e da imbricada relação entre massas e as posicionalidades sociais dos dirigentes na organização social que se configurava após a ruptura com o colonialismo.

Para Nito Alves, o maoísmo, o imperialismo e outros desvios no partido eram sustentados pela cúpula do MPLA. Muito disso se dava em razão de seus privilégios de classe. Aqui vale voltar aos preceitos marxistas e dizer que a luta de classes é um processo pressuposto na implementação do sistema socialista, conforme os preceitos clássicos de Marx e Lenin. Dentro dos limites deste trabalho, não se faz necessário um grande aprofundamento nos conceitos da luta de classe, mas é preciso mencionar que, no caso específico do MPLA, que argumentava a favor do marxismo-leninismo, alinhando-se à URSS, esse era um ponto sensível. Os dirigentes do partido, inclusive, negavam a divisão social, como apresentado no trecho abaixo:

Em 1975, no fim de uma palestra que então presidi na Biblioteca N'Zinga Mbandi , o Secretário Administrativo do Bureau Político [...] dissera que a “análise não passava de uma forma estereotipada, “importada”, e que nada reflectia da realidade angolana, onde a questão de classe não está nada definida (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 126)

Sua posição era a oposta. Nito Alves via como profícuo e necessário o entendimento da divisão social em classes que, para ele, existia e vigorava em Angola, ao contrário do que ele percebia ser o posicionamento de outros dirigentes. Para ele, a luta de classes era condição *sine qua non* da caminhada à revolução. Questionava:

Como é que se constrói, em Angola, concretamente, uma Democracia Popular sem luta de classes? [...] Então, atacar a teoria da luta de classes não é atacar violentamente, negar o marxismo-leninismo [...] Não é ir contra o pensamento do camarada Presidente, cuja fidelidade evocam hipócrita e demagogicamente? [...] Não é ir contra o Povo, a classe operária e seus aliados? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 161)

Essa negação da classe era sugestiva. Em Angola, como já apresentado, as lutas de libertação foram comandadas pelas elites autóctones. Nesse caminho, Nito Alves apontava para uma contradição que seria inerente à composição das classes, grupos e camadas sociais que compunham o MPLA e posicionavam muitos dirigentes de maneira preponderante em Angola:

Angola é, das antigas colónias portuguesas, o país com a pequena-burguesia mais numerosa e influente. A razão é simples – é em Angola que o imperialismo investiu – e ainda investe – o máximo dos seus recursos para impedir o avanço da luta de libertação nacional e, hoje, para derrubar a revolução em marcha. Para isto, o sistema colonial - capitalista do imperialismo teve necessidade de criar rapidamente em Angola uma larga camada social privilegiada – a pequena-burguesia burocrática – principalmente para servir os seus interesses monopolistas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 78)

Embora colocada em termos do marxismo, Nito recuperava, portanto, a formação dessa pequena-burguesia que se deu, em grande medida, a partir dos processos impostos pelo colonialismo. Os chamados ‘pequenos-burgueses’ são os que convencionei chamar de *antigos assimilados*, e dentre seus aspectos mais marcantes, como apresentado, estava a consciência sobre as ambiguidades das suas relações enquanto angolanos (autóctones) com o colonialismo, sobretudo essa pequena elite, e da construção de uma identificação com o já discutido conceito de ‘angolanidade’; eles também articulavam seus lugares de intelectuais junto ao povo. Conforme explicou Nito:

[a] pequena-burguesia, sobretudo a sua ala conservadora e pró-capitalista, não permite a participação real, visível, viva e efectiva do proletariado angolano, que é esmagado sistematicamente. Para dirigi-la, os sectores revisionistas e reformistas do MPLA buscam forjar uma “força dirigente”, uma elite intelectual e oportunista oriunda preferencialmente da pequena-burguesia burocrática criada pelo vencido colonialismo. Importa ainda dizer que muitos dos actuais funcionários superiores da máquina estatal da RPA [República Popular de Angola] traíram a nossa luta [...] tiveram medo da PIDE, uns foram mesmo ao mais alto escalão, funcionários dos gabinetes reaccionários de governantes colonialistas que passaram por Angola. [...] Na prática vemos claramente como eles pretendem ser a “força dirigente” do processo (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 137-138)

Nesse trecho, um carácter importante dessa classe “privilegiada” foi qualificado: estiveram em posições proeminentes e abastadas durante o período colonial e agora buscavam perpetuar sua posição e seus privilégios através da criação de uma ‘casta’ burocrática que,

segundo ele, se percebia como ‘elite intelectual’. Com efeito, outra importante característica da burguesia foi sua vanguarda dentro da própria luta de libertação. Nito explicou os riscos que ele percebia na pequena-burguesia e a necessidade de superar certas ambiguidades da classe:

A pequena-burguesia tem representado de certa forma um papel político muito importante. Esta camada social tem uma relativamente elevada consciência da opressão imperialista e constitui uma força revolucionária a considerar. Alguns dos seus elementos são susceptíveis de passar pelas posições políticas e ideológicas da classe operária e de lhe fornecer uma parte dos seus quadros. Todavia esta pequena-burguesia apresenta todas as ambiguidades habituais a esta camada social, oscila entre a exaltação e por vezes mesmo o aventureirismo esquerdista e o desânimo ou capitulação. Mas importa, contudo, não nos esquecermos de que durante o período de ocupação estrangeira ela forneceu os quadros locais ao poder colonial e acima de tudo julgamos ser de realçar que mesmo depois da independência política tem vindo a manifestar fortes tendências para constituir-se em casta burocrática do Estado para manter os seus privilégios e aliar-se com elementos pró – imperialistas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 79-80)

Desse modo, importa mencionar que a pequena-burguesia não era para ele, de antemão, inimiga da revolução, lembrando que Zé Van-Dúnem e outros pequeno-burgueses, como Sita Valles e Juka Valentim, faziam parte do grupo nitista, assim como os universitários representavam uma base de apoio também destacável. No entanto, era imprescindível reconhecer a perenidade de suas posições e dos privilégios que delas derivavam. Nito apontava para uma parcela da pequena-burguesia, manifesta em outras alas do MPLA, que não se alinhava às ideologias nitistas. A manutenção de seus privilégios, argumentava Nito, se dava enquanto a massa da população vivia em péssimas condições. Ele afirmava:

E quando se trata da unidade nacional com as camadas privilegiadas, herdadas do colonialismo, e sem nenhuma participação nas duas lutas anti-colonial e anti-imperialista, a coisa complica-se ainda mais, o que é o nosso caso concreto. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 79, grifo meu)

A postura elitista da cúpula do MPLA, para Nito, demonstrava que o ‘Povo’ era subestimado. Daqui também há dois pontos que julgo importantes de serem pormenorizados: primeiro, a noção de vanguarda; depois, essa alegada tentativa de enganar o povo.

Vanguarda é um conceito historicamente associado ao partido do proletariado; grosso modo, a vanguarda de um partido operário que seria constituído à luz da teoria marxista-leninista numa tomada de poder comunista deveria tomar o poder e se destacar pela compreensão das leis da luta de classes. Segundo Ancarani (1998): “Na sua mais ampla aceção, [vanguarda] indica o grupo mais consciente e ativo de um movimento de massa. O aspecto da consciência é portanto fundamental na definição de Vanguarda [...]” (ANCARANI,

1998, p. 1291). Ainda conforme Ancarani, a vanguarda do partido do proletariado difere de outros grupos da classe operária por possuir conhecimento teórico, especialmente da teoria marxista-leninista. É a célula consciente e organizada da classe operária, com disciplina própria. Apesar de não ser a classe operária como um todo, o partido é parte integrante dela. A capacidade do partido em dirigir a luta da classe operária depende da organização interna, baseada no centralismo democrático, que promove unidade de vontade e disciplina entre os membros. A vanguarda, consciente e organizada, desenvolve maior experiência prática em situações de luta de massa. Desta forma, a noção do que era vanguarda foi posta em disputa no contexto angolano em questão, como Nito discorreu no trecho a seguir:

Com efeito, muitos de nós, vivendo num permanente divórcio em relação à formação colectiva ou individual têm um conceito elitista de vanguarda: a elite da luta armada e da clandestinidade. [...] Elitismo, paternalismo e dirigismo constituem por consequência as [sic] três componentes fundamentais da concepção de vanguarda segundo o ponto de vista do oportunismo de direita no seio do MPLA. É evidente que a consequência imediata desta forma de conceber a vanguarda é o afastamento real dos elitistas das massas, o sectarismo em sentido ideológico. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 66-67)

Naquele contexto, portanto, segundo Nito, ser vanguarda estava associado a uma série de características que posicionavam os vanguardistas afastados das massas. Vanguarda tornou-se outro conceito cujo sentido ficou em suspenso, mas não interessou a Nito disputar seu significado ou atrelá-lo a si. Ele tentou deslocar o sentido do termo de modo a apontar que ser ou estar na vanguarda do MPLA não era um aspecto de notável relevância – como, por outro lado, era notável para ele ser um guerrilheiro, marcando assim posições distintas. Para tanto, apontou para a divergência instituída após a tomada do poder pelo MPLA:

Na verdade, unidos embora na ampla frente (que é de resto o MPLA) anti-colonialista e anti-imperialista, as forças em aliança nessa frente dificilmente encontrariam a mesma linguagem no quadro específico da luta anti-capitalista, ou seja, no quadro mesmo geral da opção socialista, isto exactamente em função da natureza irreconciliável dos seus interesses económicos, políticos, sociais e culturais essenciais que, logo após a vitória sobre o colonialismo, entrariam imediata e inevitavelmente em cena. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 58)

Ser vanguarda num movimento de libertação e buscar a independência eram objetivos comuns no ‘amplo movimento’ que era o MPLA, mas era diferente de ser vanguarda numa revolução socialista; a revolução socialista inclusive era uma contradição *a priori* para certas camadas sociais que desfrutavam de acessos e privilégios. Nito Alves lembrou, inclusive, de um controverso posicionamento de Lara:

O membro do Bureau Político Lúcio Lara afirmou em Conferência de Imprensa que entre o MPLA, a UNITA e a FNLA a diferença não era ideológica e que todos os movimentos lutavam pelo mesmo objectivo que era a independência nacional. Isto, numa altura em que os canibalistas da upa / fnla já tinham massacrado centenas e centenas de militantes nossos! – uma afirmação que não cabe na tática revolucionária e é portanto inequívoca posição capitulacionista. Nesta altura o nosso Povo chamou traidor ao actual Secretário Administrativo do Bureau Político. [...] nosso Povo sabe o que cada um de nós disse e fez de concreto, sabe como é que cada um de nós reagiu nessa fase difícil, inclusive o comportamento político do MPLA no então Governo de Transição. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 60-61)

Mais uma vez, Nito citou Lúcio Lara e reivindicou essa aproximação do dirigente com os grupos rivais. Por fim, para elucidar a discussão sobre a vanguarda, Nito provocou:

Em tese: a ditadura de vanguarda não dá o parto de revolução socialista, dá, isto sim, o parto duma revolução burguesa, com todas as formas reaccionárias brutais e violentas de que a polícia política duma tal ditadura faz uso. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 171)

Ele efetivamente relacionou a vanguarda do MPLA a uma ditadura burguesa, o que na prática significava que essas pessoas estariam engajadas com interesses imperialistas, envolvidas em confabulações e conspirações. Esse aspecto se relaciona, em alguma medida, às acusações de Nito à cúpula do MPLA sobre alegadas tentativas de enganar as massas. Tais movimentos envolviam uma não vontade dos dirigentes em politizar devidamente seus quadros. Para Nito, eles tinham medo desse aumento da consciência das massas:

Os gritos histéricos dos reformistas denunciam o seu real desespero, reflectem bem o medo que os mesmos têm em virtude do permanente aumento da consciência de classe do operariado angolano, o que explica toda a sistemática sabotagem ao trabalho de politização da classe operária. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 119)

Nito defendia que o aumento do alcance da teoria marxista-leninista entre a população explicitaria o distanciamento das ações dos dirigentes do que era pregado teoricamente pelo marxismo que ele defendia, um marxismo marcadamente soviético. Para ele, as atitudes dos dirigentes cujas opiniões eram hegemônicas no Comitê Central e no Bureau Político eram muito distantes do marxismo-leninismo, que o MPLA alegava seguir. Assim, na medida em que os militantes fossem politizados, isso implicava que eles estariam mais atentos e capazes de reconhecer as contradições que envolviam a cúpula do partido. Dessa forma, Nito alegava que essa cúpula mantinha oficialmente um programa do governo que fomentava a educação política dos quadros do MPLA, que no entanto ele argumentou que:

não é por acaso que a Escola do Partido [...] não avançou porque enquanto o Secretário Administrativo do Bureau Político, estou profundamente convencido disso, não encontrar fórmula de dar-nos uma Escola de Partido sem os professores soviéticos, o MPLA jamais terá esta Escola, [...] Entretanto, para aparentar que se dão aulas e se formam quadros vai forjando uma “escola” – a que chama preparatória – onde vão operários que dali saem pessimamente preparados e com professores totalmente desconhecidos pelo Bureau Político e pelo Comité Central numa nítida atitude de sistemática sabotagem às decisões deste. Para legitimar estas aulas é sempre convidado o Camarada Presidente ou outro dirigente para ir fazer o discurso de abertura ou de encerramento! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 84)

Nito explicou que o programa seria insuficiente e em desacordo com os princípios do marxismo-leninismo. Mais uma vez reforçou suas acusações alegando o anti-sovietismo de Lúcio Lara e os movimentos feitos no sentido de obliterar conspirações contra o comunismo. Ele levantou este ponto de uma certa circunscrição teórica e cerceamento do conteúdo possível de ser expresso pelas massas. No excerto abaixo ele o faz a partir do léxico marxista:

Eu penso que alguns destes camaradas adoptaram, oportunisticamente condicionados, as posições do menchevismo moderno, [...] eles oferecem ao proletariado e amplas massas trabalhadoras angolanas uma arma sem mecanismo de disparo nem atirador, querem oferecer à classe operária uma espada sem gume nesta luta de classes. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 155-156)

Falando a partir de metáforas, Nito afirmava que os dirigentes não promoviam a real educação dos quadros, crítica que foi mais explícita em outros trechos de seu documento de defesa. Como abaixo:

[o] Secretário Administrativo do Bureau Político e as estruturas de apoio em matéria de organização não permitem uma concreta formação político - ideológica da classe operária, nem permite o aperfeiçoamento da organização dos primeiros núcleos sérios de organização partidária no seio do proletariado. A este, o DOM / Regional e o DOM / Nacional, apenas sabem pedir mais produção e disciplina, mais vigilância, participação em comícios e em dias comemorativos do MPLA ou da RPA, o que está certo, mas em contrapartida, a classe operária, o povo em geral, está totalmente fora na solução dos grandes problemas da revolução. A classe operária angolana ficará assim muito tempo no estádio de classe em si, em máquina produtiva mas não como força política participante, para não dizer em força dirigente. Contudo é apregoado o seu papel dirigente. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 137)

Nesse sentido, Nito afirma que além de privar as massas de uma real formação, os dirigentes, em especial mas não apenas Lúcio Lara, a partir das estruturas organizativas, requisitam uma postura vigilante de seus quadros com relação àqueles que se desviavam das doutrinas ensinadas. Isso para Nito significava que:

Ai dos sectores revolucionários marxistas-leninistas se fossem abertamente militantes [...] seriam excomungados pelos bispos “duma outra diocese” pelo pecado mortal de ambição, da auto-promoção, etc. No MPLA quem estuda a ciência marxista-leninista, quem é dinâmico, quem é capaz dum trabalho teórico sério e criador é tido como ambicioso. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 113)

Ou seja, Nito retomou o argumento da perseguição aos marxistas-leninistas no MPLA e das contradições teóricas (a ‘outra diocese’ citada no trecho acima, que era o maoísmo), explicitando que o MPLA depreciava o estudo, a fidelidade e a promoção do marxismo-leninismo, que eram vistos como ‘auto-promoção’. Ele se posicionava como marxista-leninista; portanto, as acusações do MPLA eram contra seu próprio caráter. E continuou:

E quando [os tais bispos da outra diocese] se vêm visivelmente ultrapassados pela dinâmica vertiginosa do processo revolucionário, passam a caluniar os camaradas que se dedicam ao estudo teórico [... referindo-os como] “camaradas que não sabem que o marxismo-leninismo é um guia e não um dogma”, etc. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 123)

Às acusações de que seria dogmático, Nito informou ser o marxismo-leninismo um guia. Segundo ele, ele se dedicara, como afirma nos trechos anteriores, aos estudos da teoria como autodidata e estava sendo caluniado por destacar-se e por mostrar as contradições no seio do MPLA. No entanto, Nito argumentava que essas campanhas caluniadoras, que objetivavam lançá-lo ao lugar de divisionista, não o impediam de continuar atento às conspirações que estavam sendo forjadas quando, por exemplo, ele analisava a maneira como essas forças se organizaram para perseguir os marxistas-leninistas. Explicou:

Um estudo sistemático de certas palavras de ordem entre nós e a ausência de outras diz-nos claramente do quadro real da luta de classes e, neste contexto, cada uma delas tem e usa as suas palavras de ordem, classistas em todos os seus contornos e labirintos. Quando, por exemplo, as forças da direita, maoístas e toda a reacção interna, no seu objectivo de a destruição e aniquilamento dos marxistas-leninistas, lançou a palavra de ordem contra os “divisionistas”, a classe operária e todas as amplas massas laboriosas do País não aceitaram estas palavras de ordem e por isso mesmo não lhes garantiram e nem mesmo lhes deram o seu apoio de classe. [...] Casos houve mesmo em que as reuniões do Movimento, nesses escalões e organismos se transformaram em policiais e o Beto Van-Dúnem ameaçou, pessoalmente enviar operários à DISA!!... e nesta sua actuação, mais parece um “agente” daquela instituição policial para mim, do que um quadro dirigente do DOM. Fui proposto por alguns Comitês para inauguração de bancas de militantes e o DOM / Regional sabotou pura e simplesmente a iniciativa dos camaradas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 214-215)

Nito juntou os ditos ‘divisionistas’, que eram ele e seus apoiadores, às massas militantes e trabalhadoras de Angola. Assim, essas forças de direita, ao lançar palavras de ordem contra o próprio povo, foram rejeitadas. A despeito de todas as suas proposições, que

Nito julgava incorretas e traidoras, ele informou como os dirigentes continuavam em posições prestigiosas e apartados da realidade angolana. Afirmou:

Todos eles são hoje grandes revolucionários, dirigentes da classe operária e da revolução angolana, todos eles “marxistas-leninistas”, não se riam, camaradas! Até os ex-PIDES também o são hoje! Tudo isto é feito ao mesmo tempo que se combate militantes da clandestinidade e da guerrilha e muitos militantes honestos incorporados depois do 25 de Abril, sem fundamento, e cujo único crime é o de, como autodidactas, estudarem e tentarem aplicar criadoramente nas nossas condições concretas, a doutrina marxista-leninista. Entretanto há muito tempo concluí, após análise e estudo que Angola era um país singular e que reunia condições de realizar uma transição para o socialismo científico, em tudo distinto da teoria geral do desenvolvimento não capitalista, porque, para além dum proletariado relativamente numeroso, a grande característica original é o de ter saído vitorioso de duas guerras de libertação. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 138)

Nito argumentou que, enquanto esses dirigentes estavam ligados às suas próprias convicções e empenhados na tarefa de atender a interesses outros (imperialistas, por exemplo), ele se voltou a Angola para compreender suas peculiaridades, entendendo que a vitória nas guerras de libertação era o grande diferencial de Angola ante outros países marxistas. Importa aqui que ele articulou essa informação de modos opostos e complementares. Por um lado, marcando a posição de seus inimigos, que ele insinuava desconhecerem a realidade angolana e mesmo a realidade do próprio MPLA; por outro, diferenciando-se desse posicionamento: a despeito das especificidades reconhecidas do cenário angolano, o socialismo era para ele possível e desejável.

Com isso em mente, parto agora para outras duas acusações que valem ser elucidadas. Primeiro, a de racismo, por ser mais circunscrita. Depois, para a acusação de que os dirigentes não conheciam o MPLA, sua história ou sua organização.

A delicada relação racial de Angola e a posição de Nito com relação à raça é um ponto que permeia os demais de maneira mais ou menos sutil, mas que foi exposta de forma bastante pragmática numa de suas teses. Para ele, o combate ao racismo era indissociável da prática marxista. Neto era negro, contudo, boa parte da cúpula de dirigentes do MPLA eram mestiços e brancos. O racismo de Nito, diziam seus opositores, estava manifesto em muitos discursos contra brancos e mestiços. Um dos episódios mais mencionados foi resumido por Tali:

Em 1976, durante um *meeting* popular no estádio da Cidadela, em Luanda, Nito resumirá o seu pensamento numa frase que ficaria famosa e que os seus detractores, quase sempre citando-a fora do seu contexto histórico, consideram um autêntico manifesto de uma ideologia racista. «Só haverá justiça em Angola no dia em que os brancos e os mestiços também varrerem as ruas como [o fazem] os negros.» (TALI, 2019, p. 547)

O historiador Mabeko Tali diz que a frase foi tirada de contexto. De todo modo, esses posicionamentos lhe renderam a acusação de racismo. Nito teceu considerações, como no excerto abaixo:

Mas o estandarte do racismo é posto nas minhas mãos e desfraldado aos quatro ventos para que seja mais possível às forças da direita isolar os seus alvos e abate-los com maior facilidade. Em termos de perspectiva histórica, as forças da direita não necessitam em sentido marxista de dar combate ao racismo. Na verdade, obrigada a gritar e a apoiar a voz de ordem abaixo o racismo, fazem-no contra os seus interesses oportunistas. É uma questão tática para eles. Com efeito, se a estratégia das forças de direita é a social-democracia, o que equivale no fundo a perpetuar sob formas mais refinadas a exploração do homem pelo homem, como é que se pode acreditar, sem ser por ingenuidade, que a direita no MPLA está interessada no real combate ao racismo? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 110)

No limite, o racismo estaria ligado à exploração de certos indivíduos em detrimento de outros, em decorrência de marcadores raciais, e essa exploração se contrapunha ao marxismo-leninismo, que combate a exploração do homem pelo homem. É nessa medida que o combate ao racismo não poderia estar dissociado da luta de classes – que não era apoiada pela cúpula do MPLA. Portanto, para Nito, o anti-racismo proclamado pelos setores de ‘direita’, aos quais equivalia a ala pragmatista do MPLA representada, por exemplo, por Lara, Mingas e, mesmo nunca citado por Alves, Agostinho Neto, entrava em contradição com as práticas preconizadas pelo marxismo-leninismo. Nito elaborou de forma explícita sua crítica racial:

Digam o que disserem, não sou apologista do humanismo burguês dos séculos passados, não sou defensor do multiracialismo da teoria burguesa da ‘coabitação de raças’. Todos estes princípios são próprios da ideologia capitalista. Sou por isso sim, acérrimo defensor do humanismo proletário [...] Não vejo portanto uma Angola o futuro como o simples somatório aritmético de x negros + y mestiços + z brancos. Esta soma seria igual a que? Nem a álgebra consegue dar-me a raiz desta estranha operação. Em vez desta soma vejo relações de produção de tipo socialista. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 111)

O somatório aritmético citado no trecho faz alusão ao posicionamento da ala pragmatista; importa lembrar que, como explicado anteriormente, a questão racial dentro do MPLA foi reiterada ao longo das disputas internas do movimento, desde Viriato da Cruz. A posição de Neto, como explica Tali (2019), foi defender a presença de mestiços e brancos porque descolá-los do movimento representaria um precedente perigoso para a intolerância

racial (TALI, 2019, p. 160). Com as sucessivas disputas que legitimaram Neto como dirigente, esse posicionamento foi, também, legitimado no movimento.

Por outro lado, embora tenha tecido uma defesa das acusações que recebeu, mostrando que se colocava contra quaisquer tipos de exploração, Nito fez uma provocação sobre a configuração dos quadros em Angola, articulando de modo perspicaz raça e classe. Chegou a dizer que:

A prática político-social a que assistimos em Angola diz-nos claramente que as forças de direita ao mesmo tempo que em palavras dizem abaixo o racismo, na prática, na vida real estão a fazer o racismo. É ouvi-las e vê-las nos locais de serviço, nos cinemas, etc. Há mesmo entre elas, elementos com sérias responsabilidades neste processo, que ainda hoje vivem tristes, melancólicos, pesarosos por não serem negros numa Angola independente. Outros igualmente miseráveis, continuam a viver o sonho reaccionário do privilégio e da supremacia raciais que a cor da sua pele ganhou na época do colonialismo. E outros ainda ostentam o seu oportunismo por serem negros. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 110)

Ele explicava que em Angola vigoravam estratégias racistas sutis, como acessos a locais. E esse racismo era contra negros, o que não significava que ele não tenha criticado, como mostra o trecho acima, indivíduos negros. Inclusive, um de seus argumentos antirracistas era a presença de negros na FNLA, o que demonstrava que outros atributos – ideológicos – eram igualmente importantes. O trecho a seguir explicita tais acusações:

deve ser combatido quer o racismo do branco para o negro ou mestiço, quer o do negro para o branco ou mestiço, quer do mestiço para o branco ou negro. Isto porque todos eles existem. [...] No que me toca pessoalmente, existe todo um passado histórico da luta armada em que, sem falsa modéstia, devo dizer que fui um dos inspiradores da transformação do ódio histórico e espontâneo das massas da Primeira Região, contra os lacaios do imperialismo americano – a FNLA - , num ódio político (classicista) consciente. [...] o carácter e conteúdo da luta de classes contra o patibular Holden e seus sequazes era já uma sólida aquisição política e ideológica das massas na Primeira Região, era já uma consciência clara do carácter pró-imperialista da política da FNLA. Antes e depois do 25 de Abril, e de acordo com as minhas convicções filosóficas, nunca confundo colonialistas - racistas inveterados com brancos oportunistas com mestiços nem negros com revolucionários. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 110-111)

Nito sobrepunha categorias de maneira refinada ao olhar para a raça. No trecho acima, ele reconheceu que o fato de ser negro não conferia a um indivíduo um caráter revolucionário – lembrando da imbricação entre combate ao racismo e luta de classes. Nesse sentido, é de se notar que Nito congregou, também, racismo e tribalismo para tecer críticas sobretudo à ala tradicionalista do MPLA, composta majoritariamente por negros.

Seu posicionamento foi atribuir práticas racistas e tribalistas a alguns dirigentes –

nomeadamente Mendes de Carvalho, importante quadro do MPLA, ex-preso político e escritor, ‘mais velho’ da região de Neto, e, como mostrado anteriormente, ligado às bases regionalistas do Catete. Nito assim o acusa:

Mendes de Carvalho congrega e encabeça, numa base regionalista-tribalista, um certo número de cidadãos e patriotas. Ai, onde os mais ferozes instintos do tribalismo, racismo e anti-comunismo vieram ao de cima, é preparada com objectivos fraccionistas e reaccionários a manifestação que porém viria a ser publicamente anunciada como sendo de apoio ao camarada Presidente! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 97)

Mendes de Carvalho era negro e, como já apresentado anteriormente, um dos mais importantes expoentes da ala tradicionalista do MPLA, ligado à região do Catete e do Ícolo e Bengo, onde contava com uma base popular bastante relevante e de onde vinha, também, Agostinho Neto.

Há três pontos importantes de destaque. Primeiro, Nito não aponta explicitamente o racismo por negros contra mestiços e brancos; o racismo praticado por negros foi associado a Mendes de Carvalho muito mais em função de seu comportamento regionalista e, por isso, tribalista, mas era, na perspectiva nitista, contra os próprios negros, uma espécie de oportunismo. Segundo, Mabeko Tali (2001) argumenta que o dissenso entre o grupo nitista e a ala tradicionalista não se dava apenas em decorrência apenas de uma divergência ideológica, embora os tradicionalistas não fossem marxistas e isso era um problema, mas decorria especialmente de aspectos geracionais. Terceiro, importa ressaltar que Agostinho Neto era uma figura bastante cara a Nito Alves, que tentou dissociar a imagem e posturas do presidente das de Mendes de Carvalho. Tali (2019) informa que Mendes de Carvalho, por sua origem e geração, exercia “relativa influência sobre Agostinho Neto. Sem pré-julgar a extensão e a eficácia real desta influência, penso tratar-se de um factor que não é de desprezar ao apreciarmos a maneira como o Chefe de Estado geria o poder, na altura” (TALI, 2019, p. 562). Ou seja, as acusações contra Mendes de Carvalho tinham motivações mais abrangentes que a questão racial.

Importa dizer que Nito acusou nominalmente muitos dirigentes do MPLA ao longo do extenso documento, como apresentarei adiante. Antes, no entanto, passo para as alegações de Nito Alves sobre a existência de um certo desconhecimento dos dirigentes do MPLA, que no momento ocupavam cargos no governo, acerca da composição e da história do MPLA.

7.1.2. Sobre o MPLA e sua cúpula

Nito se esforçou, a partir de seu posicionamento e perspectiva, para produzir uma análise da conjuntura do MPLA, considerando, sobretudo, aquele momento após o processo de independência, quando se deixava de buscar o programa mínimo. Ele apontava para a (nem sempre explícita) busca por diferentes interesses por parte dele e de seus apoiadores, a quem me refiro como nitistas em boa parte dessa análise, e por parte do MPLA que tinha grande alcance institucional e que estava contra ele, a quem me refiro sobretudo como *cúpula do MPLA* ou, ainda, como dirigentes do MPLA. Essas disputas levaram às contraposições colocadas a partir de contradições pertinentes às relações mais amplas de classe e ideologia, abordadas anteriormente, mas deteve-se também sobre questões específicas do MPLA.

Ponto importante para Nito era que os dirigentes do partido não conheciam em profundidade nem os estatutos do MPLA, tampouco as estruturas que o compunham. A este respeito, afirmou:

ninguém perguntou quantos grupos de acção, Comitês de acção de lugar, sector, zona ou região é que já tem o MPLA, nem muito menos o grau de eficiência do seu funcionamento, das Comissões Directivas, do DOM / Nacional e de outros Departamentos Centrais e Nacionais do MPLA; [...] Mal temos a ideia aproximada do número global dos militantes. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 70)

Ou seja, havia um desconhecimento sobre o alcance dos comitês e do próprio movimento. Ele lembrou, ainda, que mesmo a história do movimento não era unívoca, conforme abaixo:

os dirigentes do nosso Movimento, para ensinar a História do MPLA, recordam justamente Viriato da Cruz, Chipenda e Gentil Viana, os militantes do nosso movimento que estiveram em Kinshasa, Brazzaville, Cabinda e no Leste de Angola, os da Primeira Região recordam como é natural, toda a história do MPLA que eles próprios conhecem, que eles próprios fizeram. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 193)

Além de reforçar esses pontos de vista diferentes entre guerrilheiros, especialmente como mencionado, aqueles da 1ª RPM de onde ele vinha, e entre militantes vindos da luta clandestina e do exterior, Nito aproveitou para provocar seus acusadores com nomes que se estabeleceram como dissidentes do movimento, como Chipenda (Revolta do Leste), Viriato da Cruz (primeira dissidência interna do MPLA) e Gentil Viana (Revolta Activa). Lembrou também de outro momento marcante para as massas, a saber, a chegada do partido a Luanda no pós-independência. Aquele momento representou o alargamento do MPLA no sentido de incluir mais membros. Contou Nito que:

A chegada da delegação oficial do MPLA a Luanda constitui o início duma outra fase histórica na evolução histórica do MPLA. [...] -As estruturas políticas e ideológicas e organizativas do MPLA revelam-se impotentes para enquadrar o movimento de novos membros daí o surgimento do seguidismo, do dogmatismo, dos sistemáticos desvios à direita e à esquerda; -O próprio Comité Central por inexperiência [...] alarga o 2º Plenário do Comité Central com representantes de “Comités” que se proclamavam do MPLA, como os CACs e similares. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 60)

Nito insinuou que foi por inabilidade ou desconhecimento da delegação que chegava a Luanda após a independência, vinda do exterior e chefiada por Lúcio Lara, que coordenou a 2ª RPM do MPLA, que comités como os CACs, maoístas, foram se infiltrando nas estruturas do partido. Para retomar o argumento de Nito da falta de comprometimento teórico com o marxismo-leninismo e sua propagação entre os quadros, destaco as acusações do excerto abaixo:

Alguns camaradas devem ter a honra e humildade suficientes neste domínio para reconhecerem as suas limitações, incapacidades e insuficiências neste domínio e admitirem que tudo isto constitui causa dialéctica que impede a marcha da revolução. Estes camaradas é que são os verdadeiros ambiciosos, os demagogos. Porque, tendo consciência da sua preguiça mental, impedem a marcha da revolução. Não gostam de se instruir e projectam sobre os outros os seus defeitos. Estes dirigentes fazem muito mal à nossa revolução. Nada conhecem de profundo e estável e nem querem aprender, mas querem dirigir, coactivamente. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 125)

A despeito do preparo, seja com o marxismo, seja com o partido, os dirigentes estavam à frente do MPLA, detendo amplos poderes e tomando decisões. Afirmou:

A circular nº 1 é desconhecida em absoluto, pela maioria absoluta do Comité Central. Se não a conhecem é porque não conhecem nada do que é hoje o MPLA, de que se é o Comité Central pela força histórica da Inter-Regional. Do ponto de vista teórico dir-se-ia pois que a maioria absoluta do Comité Central não conhece o MPLA, por mais paradoxal que possa parecer esta afirmação. Ora, como é que esta maioria tem moral para suspender outros camaradas? Quem não conhece uma coisa acaso pode decidir sobre o futuro desta mesma coisa? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 157)

Alves falava sobre seu caso. Tais dirigentes estariam imbricados nesse processo de construção das acusações contra ele para esconder seu oportunismo e toda sorte de atos contra-revolucionários. Adiante, Nito interrogou:

E eu pergunto? Quem são os oportunistas? Quem são os ambiciosos? Os demagogos, os arrivistas e carreiristas? Quem são finalmente os fraccionistas? Na prática, o que vemos é realmente a existência duma minoria de dirigentes do Comité Central e do Bureau Político que detendo anti-democraticamente amplos poderes concentrados em suas mãos, manobram o MPLA. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 199)

Nito se colocou como vítima, a quem foram aplicadas sanções injustas, enquanto seus algozes, verdadeiros inimigos, jamais sofreram sanções, dadas as articulações que forjaram ao

redor de si para suas defesas. Ele recuperou o ocorrido da seguinte forma:

Quero recordar aos camaradas membros do Comité Central que sou o primeiro membro deste Executivo do Congresso do MPLA a quem é aplicada uma sanção (a suspensão é uma sanção diante dos nossos Estatutos) de natureza anti-democrática [...] Um estilo de trabalho, próprio do arbitramento, de que elementos dos órgãos superiores do nosso Movimento têm vindo a dar provas incontestáveis. A referida alínea [do Estatuto] é do seguinte teor. “Nenhum membro do Comité Central pode ser afastado das suas funções sem decisão fundamentada e democrática da maioria absoluta de 2/3 dos membros do Comité Central.” [...] quero apenas recordar que nem houve votação para a decisão da suspensão. O que houve é a opinião expressa de alguns camaradas que se pronunciaram abertamente para a aplicação de medidas que intitulo energeticamente de anti-democráticas. Tudo se passa como que se a vontade de representantes do revisionismo estivessem já transformada em Estatutos do MPLA. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 205-206)

A partir de questionamentos às decisões do Comité Central perante situações descritas como arbitrárias e anti-democráticas, Nito tentava forjar uma disputa pela opinião dos demais membros do Comité Central, mas, sobretudo, pelo apoio de Agostinho Neto. Democracia, para Nito Alves, era o princípio comunista do centralismo democrático, que vem de Lênin, na obra *Que Fazer*, referida várias vezes nas *Treze teses*. Trata-se de um princípio onde há espaço para a liberdade de discussão e a prerrogativa eleitoral, mas ainda se mantém a disciplina política e a subordinação a uma direção centralizada. Nito explicou, no entanto, que a criação do cargo de Secretário Geral do MPLA, ocupado por Lúcio Lara com amplos poderes e pouca discussão, violava o centralismo democrático:

É evidente que a violação do Centralismo democrático tem como consequência o abandono da democracia interna e dos métodos colectivos de direcção. O manual do marxismo-leninismo nos ensina que a essência da democracia partidária consiste no facto de que todos, mas todos os membros do partido devem participar criadoramente, com o “máximo de actividade, no seu trabalho prático”. Para que isto seja efectivamente realizado o partido deve criar as condições para que os membros do partido tenham realmente a oportunidade e possibilidade de “discutir todas as questões, de controlar a execução das resoluções tomadas, de escolher os dirigentes, de conhecer e comprovar a sua actividade”. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 69-70)

Ou seja, os membros do partido deveriam participar de decisões, como sua suspensão, ou de outros membros do partido, como ele acusou acontecer no MPLA e apresentei anteriormente nas alegadas perseguições aos marxistas-leninistas. O centralismo democrático, como prerrogativa comunista, diferenciava-se para ele da democracia burguesa travestida de esquerda que alguns membros do MPLA pragmatista defendiam e que ele atribuiu a Lara. Assim, novamente ele contrapôs o presidente ao secretário administrativo, contrapondo ‘pensamentos e estratégias’ de ambos:

flagrante oposição, uma contradição frontal entre o pensamento e estratégia do Secretário Administrativo do Bureau Político, dum lado, e o pensamento e estratégia do camarada Presidente do MPLA, doutro lado, que é sem equívocos pelo socialismo objectivado – o socialismo científico. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 155)

Para Nito, o socialismo científico era um atributo bastante apreciado pelo partido, pela dita cartilha marxista-leninista e entre os militantes do partido e, por isso, caía bem ligá-lo a Agostinho Neto – e a si mesmo. Em outro trecho, ele mencionou Lara e seu posicionamento perante a Revolta Activa, insinuando que alguns dirigentes foram ambíguos com relação à repressão daquele momento:

[no] Congresso de Lusaka [...] alguns de nós tínhamos constatado com aflição, as hesitações de muitos, as explicações confusas e ambíguas que certos dirigentes entre os quais o próprio membro do Comité Central, Lúcio Lara nos facultava em relação à Revolta Activa o que visava persuadir-nos de que eram verdadeiras as acusações “essenciais” que se levantavam contra o camarada Presidente! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 59)

Nito tentou marcar sua fidelidade irrestrita a Neto. Enquanto houve membros de destaque do MPLA que não se afirmaram contra os dissidentes, Nito lembrou de seu papel no episódio, dada a importância colocada a seu discurso em Lusaka contra a Revolta Activa, em defesa de Neto, que o teria apadrinhado desde então. Escreveu:

Como é que sou hoje comparado à Revolta Activa? Acaso os dirigentes do MPLA já se esqueceram quem são os camaradas que combateram energeticamente a Revolta Activa [...] Acaso ninguém se recorda de quem hesitou? E de quem deixou andar? Tenham mil vezes vergonha. Da comparação com a Revolta do Leste, por vir de quem vem, por questão de princípio e por ser um evidente e revoltante insulto recuso-me categoricamente a falar! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 119)

A posição de Neto estava em disputa. Neto era um dos mais antigos membros do MPLA, como já apresentado, e um dos mais prestigiados, sobretudo após a independência. Lara, um dos fundadores do movimento.

Circulava em Angola a existência de uma oposição entre Nito e Neto, que Nito Alves nunca admitiu ser verdadeira. A forma como Nito Alves tratou da circulação das informações (e das alegadas calúnias) será analisada adiante. Por ora, importa mencionar que os veículos de comunicação e a própria DISA tentaram estabelecer essa oposição entre Nito e Neto. Conforme Alves:

Nas páginas sombrias do “Jornal de Angola” tudo foi permitido escrever sobre a minha pessoa, e o momento mais alto da injúria foi a livre publicação do poema “A ti chefe” de Helder Neto, um dos chamados homens fortes da DISA, poema esse cujo objectivo era confundir as massas, incutindo-lhes a noção de que Nito será anti – Neto. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 95)

Nito retomou um ponto importante: para ele, havia uma aliança contra ele para opô-lo a Agostinho Neto, quando na realidade, como apresentado, esses dirigentes é que teriam posições opostas às de Neto (e de Nito). O poema de Helder Neto não constou no documento *Treze teses* fotocopiado que circulou por Angola. No entanto, foi informado por Nito que a DISA, instituição chefiada por Helder Neto, também teria feito parte da campanha de calúnias contra ele; Nito contou que:

com a classificação de CONFIDENCIAL [...] que Simeão Kafuxi, Responsável pela Secretaria da Presidência para assuntos Militares, enviou à DISA como assunto a investigar: “[...] quando o cda Nito Alves fez anos e festejou o aniversário entre amigos e simpatizantes mais íntimos na sua residência entre vários discursos lá proferidos, alguém afirmou: [...] para nós é e será sempre o Comandante Nito Alves. E o povo só estará contente quando ver no poder em vez de E, o I (nota explicativa este E refere-se a letra e da palavra Neto que é o Cda Presidente; e analogamente a letra referida refere-se a da Nito correspondente a Nito Alves, no sentido de só ficará satisfeito o povo quando o cda Presidente Neto for substituído pelo Nito Alves.) (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 99-100)

Nito alegou nas *Treze teses* a existência de um documento proveniente da vigilância de Simeão Kafuxi, responsável pela Secretaria da Presidência para assuntos Militares, à sua casa e à sua vida. Um relatório enviado à DISA informava que, num discurso feito por um militante nitista na festa de aniversário de Nito Alves, foi celebrada a oposição entre Nito Alves e Agostinho Neto, inclusive a partir da proposição de um jogo de palavras: Nito – Neto. Segundo Nito, essa informação foi fabricada e mostrava que a cúpula do MPLA tentava forjar essa rivalidade para usar o prestígio de Neto a seu favor e desestabilizar a relação entre o presidente e Nito, que este alegava estar alinhada:

inventam oposição frontal ao camarada Presidente Neto. Esta é uma velha tática que consiste em usar fraudulentamente o nome do camarada Neto, transformando-o objectivamente sem o seu consentimento, numa estranha sentinela e num forte defensor do castelo onde estão concentradas as tropas de direita. Confesso que este é um dos maiores crimes, a trama mais reaccionária na história moderna do MPLA. Este jogo revela bem o lance do bom mestre de xadrez político que é o Secretário Administrativo do Bureau Político [Lucio Lara], que tem consciência plena de que o seu jogo é dos mais baixos e grosseiramente oportunistas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 119)

Para Nito, a estratégia de contrapor Nito e Neto era de Lúcio Lara, com a intenção de desestabilizar sua relação com o presidente. Com efeito, os boatos teriam chegado até Agostinho Neto. Nito citou um episódio em que:

Até fui perseguido por esses agentes da DISA, quando por necessidades próprias, no dia em que me desloquei [...] para encontrar com um] membro componente da delegação de União Soviética, [para] falar a respeito dos meus livros que deixara recomendados em Moscovo [...] por altura do XXV Congresso do PCUS. Qual o meu espanto quando, em audiência com o camarada Presidente Agostinho Neto este, muito sincera e honestamente, põe-me a questão de saber se eu teria ou não contactado a delegação soviética! Será contra-revolução conversar com camaradas soviéticos? Como vêm, camaradas do Comité Central, todo este conjunto fundamenta cientificamente o meu poema DIREITO À DEFESA (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 105)

O poema⁷⁹ de Nito pode ser pensado como uma versão poética e reduzida das *Treze teses*, por isso a menção de fundamentação científica ao poema. Na poesia, Nito versou que vinha sendo perseguido por diferentes forças, equiparando-as – o social chauvinismo à CIA, por exemplo. Todos estavam a persegui-lo e lhe era negado direito a defender-se das acusações que recebia. Ele, no entanto, mantinha sua consciência tranquila e confiava que seria a história que ditaria a sentença final.

Ademais, no conjunto de trechos acima, Nito tentou demonstrar sua fidelidade a Neto, indicando que não havia disputa pela posição de chefe de estado, reiterando sua admiração pelo presidente. No entanto, essas calúnias chegaram a Neto, que o teria questionado sobre a pertinência das acusações.

Outro ponto pautado por Nito foi o fato de que ele ser também prestigiado pelas massas não representava um perigo ao prestígio de Agostinho Neto. Para explicar, trouxe o caso de Cuba, onde

o Povo revolucionário daquela República Socialista [Cuba] dedica um carinho muito especial ao líder da revolução cubana, o Camarada Fidel de Castro. Contudo, isto nunca impediu aos cubanos de admirarem outros tantos revolucionários [...]. Todos estes vivem igualmente no coração do Povo cubano, e as amplas massas dedicam-lhe o seu carinho, afecto revolucionário, sem que isto diminua o valor e prestígio singulares próprios do Fidel de Castro e este não se sente incomodado por isto, antes pelo contrário. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 117)

O mesmo deveria ser dito do presidente de Angola. Alves não competia com Neto. Inclusive, na 3ª Plenária do MPLA, diante das medidas tomadas no Comité Central, que suspenderam Nito Alves e Zé Van-Dúnem, Neto o teria defendido quando das acusações de Pacavira⁸⁰, que foi o primeiro a explicitar na 3ª Plenária sobre a formação de um grupo

⁷⁹ O poema consta integralmente como Anexo 4 desta dissertação.

⁸⁰ Manuel Pedro Pacavira (Pacavira) era ligado à antiga elite luandense (aqui, antigo assimilado), ex-presos político, sociólogo e reconhecido escritor angolano, membro da UEA. Na altura dos acontecimentos era membro do Comité Central e pode ser posicionado como membro da ala tradicionalista do MPLA, na classificação proposta por Tali (2001).

fraccionista. Nito narrou da seguinte maneira o acontecimento e o posicionamento de Neto:

Em nome de que Povo se pediu o meu afastamento do MPLA? Em nome do socialismo ou da contra-revolução? Esta posição iria ser defendida no 3o Plenário, abertamente, por iniciativa dum membro do Comité Central, Manuel Pedro Pacavira, pediu a suspensão do Camarada Nito Alves quer do Comité Central, quer do Governo, e pediu febrilmente o afastamento do mesmo para fora de Angola, para um outro país, porque a presença do camarada Nito Alves em Angola “não nos permite estar em paz”, disse ele, (discurso directo). Com notória ingenuidade, alguns camaradas o seguiram. O camarada Presidente, reprovando e repudiando aquela posição [o afastamento de Nito] disse que não concordava, pessoalmente, com aquele tipo de medidas e perguntou mesmo “que forças sociais estariam interessadas no afastamento e suspensão do camarada Nito quer para fora de Angola, quer em relação ao Comité Central ou ao Governo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 163)

Nito clamava o apoio das massas, mas sobretudo de Neto. Pode-se especular, com efeito, que ter a aprovação de Neto era fundamental para permanecer no poder, por isso essa tentativa de desqualificar outros membros do comité perante o presidente – há vários momentos que Nito coloca o ‘Camarada Presidente’ como vocativo em suas teses.

Os opositores de Nito Alves dentro do partido eram figuras importantes na trajetória do MPLA, assim como era o próprio Alves. No entanto, como afirma Pawson (2014), o alcance da rede de Nito era mais forte junto a pessoas com maior prestígio popular, como músicos, lideranças e militantes dos musseques, organizações sociais como a do Sambizanga e seu time de futebol, dentre outros. Ele tinha menos prestígio junto da cúpula do partido, que efetivamente detinha os meios de violência; assim, a ala nitista representou uma parcela pequena dentro do Comité Central e do Bureau Político, onde as decisões eram efetivamente debatidas e tomadas. No limite, dos dois lados havia um duplo movimento de construção de identidades opostas. Ele falava muito de si ao falar dos *outros*, ligava-os às elites, aos complôs, ao controle das mídias, ao anti-sovietismo – a propósito, estratégia também utilizada pelo MPLA para acusar Nito, como mostrarei ao analisar o documento oficial do partido. Apresento, agora, as interessantes relações que Nito desenhou sobre as pessoas, suas posições e, por isso, da efetividade de seus discursos e ações.

Nito nomeou seus acusadores. Apesar disso, escreveu na introdução ao documento que não se tratava de ataques pessoais (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 45). Uns nomes são mais conhecidos, outros nem tanto. Foram citados (acusados) nominalmente ao longo da obra: Lúcio Lara, Onambwe, Daniel Chipenda, Dangereaux, Pacavira, Saydi Mingas, locutor Souza, Costa Andrade, Juju (Vice-Ministro dos Transportes), João Melo, Camarada Orlando, Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), Ludy, Alépio Neves da Costa, Hélder Neto, Abranches (das

FAPLA), Simeão Kafuxi, Beto Van-Dúnem, Iko Carreira, Pepetela, Lopo do Nascimento, Hermínio Escórcio, Joaquim Pinto de Andrade, Dilolwa. Com exceção de Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade, todos os nomes continuavam sendo figuras importantes do MPLA. Mas o nome que mais aparece é o de Lúcio Lara. Segundo Pawson (2014), Lara foi o principal responsável pela repressão ao 27 de Maio, junto de Onambwe, na altura responsável pela DISA, após Hélder Neto ser encontrado morto no episódio da ambulância.

Detenho-me aqui em alguns dados biográficos de Lara. Lúcio Lara nasceu na província do Huambo em 1929, filho de pai português, comerciante que também trabalhou como gerente de fazenda, e de mãe luso-angolana nascida no Bailundo, descendente do soba Tchiweka, de onde veio seu nome de guerra. Em 1949, partiu para Lisboa para cursar o ensino superior, mas formou-se anos depois na Universidade de Coimbra, em físico-química. Em Lisboa ficou na CEI, onde conheceu Agostinho Neto, com quem partilhou do pensamento anticolonialista vigente na época e de quem logo tornou-se amigo. Lá também conheceu Ruth Pflüger, filha de pai alemão e de mãe judia-alemã, com quem se casou em 1955. Ainda na CEI de Lisboa, Lara envolveu-se com o núcleo ideológico que mais tarde formaria o MPLA. Antes, foi filiado a muitos movimentos anticoloniais, com destaque para o PCA. Organizou junto de Neto o MAC, aproximou-se do PCP, em cujo congresso de 1957 Lara teria se apresentado como signatário-fundador do Manifesto do MPLA, junto dos demais membros. Foi preso pela PIDE, viveu um tempo na Alemanha até mudar-se para Brazzaville, que ficou como sede do MPLA e de onde Lara assumiu muitas funções de direção, sobretudo aquelas burocráticas e diplomáticas. Durante as guerrilhas, coordenou, do exterior, a 2ª RPM, mas influenciou na 1ª e na 3ª RPMs. Com a independência foi eleito o segundo homem do governo, na função de Secretário Administrativo do Bureau Político.

Segundo a análise de Nito sobre a natureza do MPLA e de sua viragem à direita, o grande responsável e alvo das acusações dirigiam-se a Lúcio Lara, específica e exaustivamente. O dirigente seria ‘social-democrata’, ‘maoísta’. Disse Nito:

a verdadeira causa da crise interna no seio do MPLA, a verdadeira e básica responsável desta situação é, diante do nosso Povo, diante da nossa revolução, o anti-sovietismo de que o actual Secretário Administrativo do Bureau Político, Lúcio Lara é verdadeiro “leader”. Tal como noutros processos revolucionários também em Angola e no próprio seio do MPLA formou-se e se consolida dia após dia uma forte e perigosa aliança contra revolucionária entre as forças da social-democracia e os maoístas (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 83)

Quem eram os sociais-democratas ou os maoístas dentre os nomes citados é uma tarefa

complexa, pois as categorias, para Alves, se sobrepunham; mas destaco alguns membros que notadamente assumiram, para Nito, esses lugares. Pacavira, Mendes de Carvalho e Costa Andrade eram social-democratas. Dilolwa e Pepetela eram ligados à extrema-esquerda e, por isso, associados aos comitês maoístas. Saydi Mingas oscilava entre as posições, mas estava mais próximo dos ‘direitistas’. Lúcio Lara fazia a ligação entre essas posições.

Nito argumentou que, dos posicionamentos pessoais de Lara à desorganização dos membros dirigentes, Lara seria a origem do anti-sovietismo no MPLA e líder desta viragem à direita. Nito ainda lembrou que mesmo o cargo de Secretário Administrativo fora ocupado de maneira oportunista. Segundo ele:

A violação mais aberrante dos princípios jurídicos da nossa organização é-nos dada pelo aparecimento dum verdadeiro Secretário Geral do MPLA, na prática, órgão que não vem estabelecido pelos Estatutos. [...] A Secretaria terá única e simplesmente funções administrativas (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 69)

Nito advogava que as funções de Lara nada tivessem de poder decisório; seu cargo era de Secretário Administrativo, não o de Secretário Geral do partido, cuja existência sequer era prevista em estatuto e, ainda assim, era a posição que Lara reivindicava, na medida em que atuava de tal forma. Isso, conforme Nito, configurava uma grave violação:

Na prática damo-nos conta de um membro do Bureau Político a actuar no papel político dum Secretário Geral do Partido. [...] o actual Secretário Administrativo do Bureau Político, Lúcio Lara, é de facto o Secretário Geral do MPLA. [...] Esta grosseira violação dos estatutos no caso concreto do Secretário Administrativo do Bureau Político, a julgar o fenómeno pela prática política, ideológica e organizativa do titular, corresponde a um desvio de direita, origem do arbitrismo revolucionário, causa do esquerdismo, causa dialéctica do fraccionismo e do divisionismo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 69)

Lara congregava vários desvios: seu alinhamento à direita originava o ‘esquerdismo’ que se via no MPLA. Essa sua ligação com a direita, segundo Nito, era notória e, inclusive, oposta à postura de Agostinho Neto. Afirmou energicamente que:

Se há um dirigente contra o pensamento estratégico do camarada Presidente este tem um único nome – Lúcio Lara – que é o chefe dos anti-soviéticos no MPLA. Eis o desvio monumental, o colossal fraccionismo da nossa História. Eu não estou enganado e a história vai confirmá-lo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 87)

Lara era, segundo Nito, a antítese de Neto. Essa proeminência de Lara, alegou Nito, não passava despercebida ante ‘líderes da social-democracia europeia’ – ligando Lara a interesses imperialistas e colonialistas. Ele continuou:

Contrariamente a todas as normas de delicadeza e decoro que presidem as relações entre partidos, a Internacional Socialista, notou expressamente na sua carta que os camaradas Lara e outro militante seriam os nomes preferenciais. Esta carta trazia os nomes dos “leaders” da social-democracia europeia entre os quais o de Mário Soares. [...] Estranho convíte este! [...] Por todas estas razões, há que dizê-lo com coragem: o membro do Comité Central Lúcio Lara é o “leader” da fracção de direita no seio do MPLA. Entre o camarada Presidente e o Secretário Administrativo do Bureau Político não há nada de fundamentalmente comum, são dois pólos diametralmente opostos, dois contrários que se excluem mutuamente, um é o inverso do outro; este sabota a missão daquele, afirmar o contrário é ser hipócrita. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 87-88)

Lúcio Lara foi acusado por Nito Alves de ser o líder de uma fracção de direita do MPLA. Neste sentido, ele ainda lembrou que:

Está aqui, inequivocamente, a prova provada de como, no processo histórico, algumas forças fundadoras do movimento de libertação nacional podem, no acontecer da revolução, transformar-se seus inimigos reais. Eis a dialéctica do movimento revolucionário e mundial (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 162)

Lara, enquanto dirigente e fundador do MPLA, o único que restou⁸¹, era influente e tinha grande prestígio no partido. De certo modo, isso explica por que ele ocupou um lugar tão proeminente nas acusações nitistas. Nito alegou que Lara agia como se estivesse acima dos estatutos, como exemplifica o excerto a seguir:

diz-se que hoje ninguém conhece mais o MPLA, como Organização, do que o Secretário Administrativo do Bureau Político e, por isso, via de regra, as decisões mais importantes são tomadas em função do que disse o camarada Secretário. [...] Com efeito a “impecável militância” do Secretário Administrativo do Bureau Político substitui totalmente os Estatutos. Todo aquele que não se comporta, trabalha, age como ele, assimila a sua “serenidade”, não é mais militante do MPLA. [...] É corrente ouvir-se hoje afirmar que “quem manda no MPLA é o Lara”, porque o camarada Presidente sobrecarregado com outras tarefas, não tem tempo para conhecer, em profundidade, na quantidade e qualidade, os grandes e graves problemas que afligem a Organização. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 112)

Nito incomodava-se com o prestígio de Lara seria o motivo de não vê-lo sofrer nenhum tipo de sanção ao agir de forma que Nito julgava arbitrária ou defender seus posicionamentos (que Nito afirma maoístas) foi uma queixa recorrente ao longo das *Treze teses*. Em dado momento Nito afirmou:

⁸¹ Os seis fundadores do MPLA foram Lúcio Lara, que permaneceu no MPLA, Viriato da Cruz e Matias Miguéis, que se desligaram do partido na dissidência de Viriato, Mário Pinto de Andrade e Hugo Azancot de Menezes, ligados à Revolta Activa, além de Eduardo Macedo dos Santos, que afastou-se da direcção do MPLA e permaneceu como membro do MPLA e médico pessoal de Agostinho Neto.

Em tese, o Secretário Administrativo do Bureau Político é uma séria ameaça para o nosso processo revolucionário, para o movimento comunista internacional, uma séria e perigosa ameaça ao movimento operário e ao movimento revolucionário mundial. É por isto que o marxismo-leninismo há muito desconfia do membro do Comité Central Lúcio Lara. [...] o tema que ele versou é, no fundo, uma derivada da reaccionária teoria dos “dois imperialismos”, teoria maoísta que põe no mesmo saco a União Soviética e os Estados Unidos da América. [...] EM QUALQUER PARTIDO MARXISTA-LENINISTA DO MUNDO [Lara] SERIA IMEDIATAMENTE SUSPENSO E POSTERIORMENTE EXPULSO NUM CONGRESSO PELO SEU ANTI-SOVIETISMO MILITANTE, O QUE EQUIVALE A UM ANTI-COMUNISMO IGUALMENTE MILITANTE. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 190, destaque do autor)

Nito evidenciou como entendia que o imperialismo dos Estados Unidos, aquele defendido pela UNITA, estava bastante próximo do que percebia no posicionamento de Lara no MPLA. Mais uma vez, o autor das teses punha em perspectiva a situação que julgava perceber em Angola e como imaginava que seriam tratadas em outros partidos, mostrando a negligência e descaso com situações sérias. Lara não sofreria nenhuma sanção e um dos motivos era justamente a forma como o comitê blindou-se ao longo de sua formatação. Além do Secretário, outros membros da cúpula do MPLA foram nominalmente mencionados:

A prática do MPLA diz-nos que a disciplina é invocada quando se trata de reprimir e “pôr na ordem” os militantes de esquerda. [...] Acusam-me falaciosamente de “fraccionista” e de imediato sou punido. Contudo, ninguém ousa punir energicamente o Secretário Administrativo do Bureau Político [...] pelos seus discursos maoístas e populistas [...]; ninguém pune energicamente o camarada Saidy Mingas que, na sessão de encerramento do 2º Plenário do Comité Central da JMPLA, portou-se como o protótipo do dirigente sumamente indisciplinado: usando da palavra, o citado membro do Comité Central ao dar conhecimento da existência de uma Comissão de Inquérito, não só prometeu fuzilamento para Janeiro do próximo ano (1977); não só deitou por terra a Declaração do Bureau Político de 11 de Novembro, não só deu todo este espectáculo indigno dum membro do Comité Central do MPLA, como difamou o Camarada Presidente Samora Machel; declarou incompetente o Primeiro Ministro e o actual Ministro do Comércio Interno, não tendo mesmo pejo de afirmar que, tem duas formas de queimar indivíduos; no caso do camarada Ministro do Comércio Interno, a sua localização naquela pasta era para “queimar” disse. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 73)

No excerto acima figurou, novamente, Saydi Mingas, que era membro da Comissão de Inquérito que nunca ouviu Alves embora ele tenha alegado que fez várias tentativas de se colocar à disposição da referida comissão ainda na introdução às *Trezes teses* (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 43). De certa maneira, ao não ouvi-lo e permitir que um membro da comissão emitisse seu posicionamento sobre Alves, pode ficar subentendido que não existia efetivamente espaço para o contraditório e para a defesa de Nito.

De todo modo, o ponto de Nito aqui faz menção à existência da repressão apenas a militantes de esquerda – o que não incluía Lara e Mingas. Adiante, mencionou também que

Pepetela não fora perseguido:

o facto de o actual Vice-Ministro da Educação Pepetela pertencer aos CACs é provado por militantes ainda vivos e que o Secretário Administrativo do Bureau Político suspendeu. [...] não se apela para o Bureau Político para a análise das declarações do Pepetela e, Hélder Neto indica ele próprio, os nomes dos membros do Bureau Político Lúcio Lara e Dilolwa para ouvirem um CAC? Qualquer cego vê claramente a manobra. E por este mecanismo chegou-se à conclusão que o Pepetela não era CAC! [...] os correligionários do maoísmo (os CAC's são maoístas) se defendem mutuamente. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 101)

Nito narrou um episódio onde Pepetela fora investigado por pertencimento aos CACs e, por consequência, ao maoísmo. Segundo Nito, os próprios dirigentes do MPLA, aliados de Pepetela, indicaram as comissões que investigariam as denúncias contra este e outros dirigentes; no caso foram nomeados Hélder Neto, Lúcio Lara e Dilolwa, Ministro da Economia. Estes nomes foram escolhidos pelo próprio Hélder Neto. Desta forma, para além das acusações implícitas de maoísmo, Nito tentou mostrar como os dirigentes escusavam-se de acusações. Enquanto no caso de Nito, ele sequer conseguia ser ouvido pela Comissão de Inquérito estabelecida pelo Comitê Central.

Os acusados não eram militantes ao acaso, vindos das guerrilhas, mas reconhecidos membros da cúpula do MPLA. Seus opositores também dispunham de poder para, arbitrariamente, perseguir e suspender quem os acusasse. Nesse sentido, novamente Nito articulou classe, posição e ideologia:

o poder real pertence também, em certo sentido, a quem executa os projectos de leis [...] E este poder não está de facto nas mãos do Comitê Central, está na posse efectiva da pequena-burguesia e de intelectuais abrilistas, refiro-me aos oportunistas da camada da nossa intelectualidade. Este poder de estado, em grande parte, está nas mãos de intelectuais de formação ideológica maoísta que dominam ministérios chaves da economia e da educação e ensino nacionais. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 136-137)

O Comitê Central e o Bureau Político do MPLA comportavam dirigentes que assumiram posições importantes no governo. Isso significa dizer que havia histórias, relações e identificações, inclusive ideológicas, ao que Nito atribuiu os contornos do maoísmo. Os CACs, por ele reprimidos ao longo de 1976, foram acusados de efetivamente tentar criar um segundo MPLA, pautado em preceitos maoístas, para o que foi feita vista grossa. Ele explicou:

em subtil defesa dos maoístas, o autor do documento [um dossiê] é impotente em responsabilizar os CAC's pela tentativa de criar o verdadeiro segundo MPLA. [...] Ora, todos os militantes sabem que os CAC's se infiltraram no DIP, DOP, e DOM [...] Os COP's [Curso de Orientação Política], patrocinados igualmente pelo Bureau Político foram na verdade, instrumentos de acção dos CAC's. Neste sentido, tínhamos de facto um outro MPLA dentro do próprio MPLA, com os seus princípios e métodos de organização, com o seu programa de acção, com as suas regras disciplinares, com a sua hierarquia, com os seus métodos conspirativos até. Tínhamos os CAC's infiltrados no MPLA [...] Entretanto, o camarada Dilolwa, na altura coordenador do DOP, DIP e DOM não foi ouvido, não foi responsabilizado, não foi punido, nem suspenso, “por ser um dirigente exemplar”! Ninguém o acusou de chefe dos CAC's, dos fraccionistas e dos divisionistas que foram os CAC's! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 157-158)

Além de relacionar os comités aos movimentos de cisão dentro do partido, Nito passou a elencar relações entre dirigentes e organizações contra-revolucionárias. Viam-se surgir grupos organizados por ex-presos políticos, enquanto outras organizações passaram a ser recriminadas e, por isso, extinguidas, como o Comité Tala-Hadi, composto por apoiadores de Nito. Disse:

Ora, uma das últimas directrizes do Bureau Político é a de que? para além dos Comitês do MPLA não pode haver mais comités e que [...] a nenhum militante ou quadro dirigente está autorizada a integração nesses Comitês. Foi assim que se ordenou a dissolução do “Comité Tala-Hadi” [apoiadores de Nito] [...] o Bureau Político [...] caucionou a criação duma Liga dos ex-presos políticos proposta por estes. [...] A isto chama fraccionismo e divisionismo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 162-163)

Assim, por seu prestígio, influência e capacidade de estabelecer relações, esses membros da pequena-burguesia, no pós-independência, passaram a estabelecer diretrizes que lhes fossem convenientes, além de ‘controlar’ órgãos importantes, como os mencionados ministérios, e também instituições como a DISA e o DOM, o que os colocava em posição estratégica entre os militantes do MPLA. Nito costurou as possibilidades colocadas por esses cargos ocupados pelos dirigentes com a disseminação de informações, segundo ele falsas, sobre ele:

Beto Van-Dúnem e Mendes de Carvalho são até hoje os dois únicos coordenadores do DOM / Regional em Luanda, há quase dois anos; [...] Hélder Neto é um dos homens mais destacados, ao mais alto nível nas estruturas superiores da hierarquia da DISA (Segurança) e um dos indigitadores, em gabinete altamente secreto, para elaboração do “dossier” “NITO ALVES” (o qual nunca foi levado ao conhecimento do Comité Central). Talvez assim se entenda melhor a manipulação... (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 162)

Hélder Neto, que apareceu em outra citação como autor do poema que deu origem às acusações e insinuações de fraccionismo contra Nito Alves, era um nome destacado na DISA, responsável pelo Departamento de Informação e Análise (DIA/DISA). Segundo Nito,

valendo-se dessa posição privilegiada num departamento de informação da divisão de segurança, Hélder Neto teria elaborado e circulado informações falsas sobre Nito Alves num ‘dossiê Nito Alves’. Essa circulação teria se dado de maneira não oficial, numa campanha caluniadora que só chegou às estruturas do partido das quais Nito fazia parte, como o Comitê Central, na 3ª Plenária. Isso fez com que, até lá, pudessem ganhar força e alcance dada a disseminação por dirigentes oficiais de modos não oficiais.

Em outro momento, Nito ressaltou, ainda, o envolvimento de alguns desses membros importantes da direção com o colonialismo, com projetos de intelectualidade e em momentos históricos chave, como no Processo dos 50 e no 4 de Fevereiro:

o actual membro do Comité Central Manuel Pedro Pacavira foi um dos fundadores do jornal da PIDE / DGS “Tribuna dos Muceques”, colaborando activamente na elaboração completa daquele jornal fascista. Como se vê, embora se trate de um nacionalista a quem os fascistas prenderam e meteram na prisão por muitos anos, o que é respeitável, Pacavira é um destes casos dos que falharam pelo caminho e adoptaram as posições do capitulacionismo. É de notar que o Comité Central nunca se debruçou sobre o dossier dos que traíram quer nas prisões quer traindo as guerrilhas. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 159-160)

Nesses excertos ficam colocadas duas proposições. A primeira, no sentido de que muitas coisas não eram levadas ao Comitê Central. Ou seja, os aparelhos estatais oficiais vinham sendo utilizados para interesses não oficiais. Depois, o Comitê Central, formado em grande medida por pessoas envolvidas nessa trama, ignorava o comportamento inapropriado de muitos membros. Ele entendia a si e a seus aliados como vítimas de um grupo forte, detentor de poder. Foi neste sentido que Nito declarou:

Eis, camaradas do Comité Central do MPLA um grupo altamente secreto e que representa um permanente perigo real à nossa revolução e que a exemplos de leões famintos à solta, pode ser largado para se abaterem contra as suas vítimas que, no fundo, e no essencial não é apenas o Nito Alves mas sim todos os marxistas-leninistas que pretendem sê-lo [...]. E não há reacção sem imperialismo e vice-versa. No quadro geral do desmascaramento das infiltrações reais [...] Atirei a atenção para o facto de o Ministério da Defesa conter nas suas estruturas uma muito inteligente Central de kamanguistas (traficantes de diamantes). (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 196)

O tráfico de diamantes configurou uma outra vertente das acusações de Nito, que ecoava a acusação que o MPLA fazia à UNITA e ligava certos dirigentes ao imperialismo estadunidense, nomeando o Ministro da Defesa, Iko Carreira, como chefe de uma rede de tráfico de diamantes. Com isso, Nito deixou implícita uma acusação que aparece diversas vezes nas entrelinhas: a corrupção, que vinha sendo ignorada pelo partido. Segundo ele:

escondem-se os criminosos, defendem-se e elogiam-se os militantes do anti-sovietismo, exalta-se por omissão o maoísmo. [...] Silencia-se o comércio ilícito de diamantes, [...] tráfico internacional dessa pedra preciosa onde Luanda funciona como mera estação, comércio em que estão comprometidos nomes de militantes. [...] Deixam-se os lobos que já nem possuem pele (por desgaste nas matreirices em que se envolvem os seus autores ao longo de todo o processo da luta); não se julgam os criminosos ex-agentes da PIDE [...] Para iludir o Povo, tudo isto é escondido, passa entre compadres e amigos, sorrisos e clemências mútuas como se tivesse chegado o momento de uns vencerem letras que os credores lhes sacaram há bastante tempo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 206-207)

Ele alegou que a corrupção, a incompetência e o nepotismo eram abundantes no MPLA, que ministros estavam envolvidos em contrabando de diamantes ou libertinagem. Nito denunciou deficiências como sectarismo, elitismo, paternalismo e apontou que esses dirigentes seriam intervenientes de forças maiores, para as quais já olhamos anteriormente, mas que foram constantemente retomadas. A partir dessas acusações ele objetivava fazer emergir, na diferença, sua postura e seu caráter: ele era um dirigente de esquerda, e não esquerdista, estava apartado das estruturas corruptas do partido, que eram ligadas ao imperialismo e ao fascismo, e que vinham se organizando para efetivamente tomarem o poder em Angola. Segundo ele:

quando as forças da reacção e de direita se preparam para um golpe militar fascista, na véspera, os órgãos de comunicação social já ao serviço das forças direitistas e reaccionárias desencadeiam subitamente uma furiosa e ampla campanha de calúnias e boatos difamatórios. Acusam as forças de esquerda de estarem a preparar um golpe e mais mil e uma outras acusações. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 94)

Ou seja, segundo Nito, a estratégia das forças de direita era acusar as forças de esquerda, na qual ele se incluía. Tal estratégia seria comumente verificada antes de golpes de estado. Dessa maneira, Nito marcava sua posição contrapondo-se a seus inimigos. Apresentou-se como sendo ‘de esquerda’ (e não ‘esquerdista’); em oposição às ‘forças da reacção e de direita’, ele se contrapunha ao ‘fascismo’ de um golpe de estado da direita, o que o colocava do lado da democracia (para ele, o ‘centralismo democrático’). Assim, acusava seus inimigos de calúnia-lo e propagar ‘boatos difamatórios, que incluíam a preparação de um golpe de estado por parte das ‘forças de esquerda’. Essas calúnias, segundo ele, impediam o partido de ouvir a verdade que ele denunciava. Sobre seu caso específico, argumentou que:

toda esta campanha reaccionária é livremente consentida, habilmente fomentada, subtilmente montada, inteligentemente protegida! Tudo isto contra um membro do Governo, do Comité Central e na altura também do Bureau Político, na República Popular de Angola! A famosa manifestação que vai dar origem ao poema divisionista e confusionista de Helder Neto e a muitos editoriais, tinha sido preparada em ambiente de pura clandestinidade reaccionária. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 96-97)

Articulando os membros do partido e as posições estratégicas que ocupavam, Nito

alegava a elaboração de um projeto contra ele, levado a cabo especialmente através da manipulação dos meios de comunicação, postos a serviço dos interesses maoístas, imperialistas, direitistas, enfim, dos diversos grupos com os quais esses dirigentes supostamente tinham ligações. Detenho-me agora às manifestações nitistas contra os meios de comunicação estatais.

Conforme as alegações de Nito Alves, foi constituído um certo ‘Grupo Nito’, através de editoriais de acusações, difamações, boatos, dossiês confidenciais, vigilâncias pessoais, vazamento de informações e outras campanhas ostensivas, inclusive de alcance internacional. Estavam imbricados nessa rede, além de Departamentos oficiais, os principais meios de comunicação de Angola, especialmente o *Jornal de Angola*, sobre o qual Nito declarou:

Teses social-democratas e revisionistas [...] detêm] lugar de relevo na Imprensa Nacional. [...] o Sr. Costa Andrade director do “Jornal de Angola” manifesta na divulgação destas teses. Como exemplo veja-se o seu artigo sobre a Burguesia Nacional [...] onde a dado passo lê-se: “Todavia, a pequena-burguesia nacional tem que ser patriota e estar preparada para os objectivos da luta comum contra as manobras do imperialismo e para a transmissão progressiva da gestão política e administrativa do País, num futuro próximo, aos operários e camponeses angolanos.” Como é fácil apanhar o rato que se esconde num buraco por trazer sempre a cauda de fora. O Sr. N’dunduma que se reclama de marxista-leninista no seu jornal escreve editoriais contra o “esquerdismo” apresenta-nos este artigo onde faz apelo à transmissão progressiva solene de poderes! Eis o “marxismo-leninismo” do Sr. Costa Andrade. [...] qual é a diferença entre esta tese e a sustentada por Marcelo Caetano e Spínola nas suas teses sobre a continuidade, a respeito da sua filosofia sobre a independência das ex-colónias portuguesas? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 210)

Nito Alves acusava Ndunduma (Costa Andrade) de dar continuidade aos discursos e políticas do colonizador a partir do órgão oficial de imprensa que controlava. Acusação similar foi feita posteriormente pela UNITA ao MPLA, ao longo da guerra civil. Importante lembrar também que, naquele momento, as ofensivas contra Nito ainda não se davam em tom de perseguição aberta, o que veio acontecer apenas após os acontecimentos do 27 de Maio, mas os escritos e editoriais daquele momento, segundo Nito, prestavam-se a desmoralizá-lo e fortalecer outras correntes ideológicas que não o marxismo-leninismo. Ele explicou como agiam seus algozes:

Para conseguirem os seus objectivos reaccionários, a nível do jornal e da rádio (Angola Combatente com o pobre e enganado Sousa – locutor) desencadearam uma louca e histérica campanha de calúnias legalizadas: o acento do oportunismo, a quem se deve dar “combate de vida ou de morte”, segundo o locutor. É dirigido na verdade ao “agente de Moscovo”, que sou eu. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 143)

Faço aqui um apontamento interessante de como Nito valeu-se também das categorias

de seus inimigos para nomear-se: ele não refuta a acusação de ser um ‘agente de Moscovo’; antes, identifica-se com a posição internacionalista que centraliza Moscou como representante das ideias comunistas – para Alves, soviéticas.

Adiante, Nito apontou que essa perseguição acontecia em outras instituições: “Na TPA – Televisão Popular de Angola e na Rádio Nacional encontramos outros soldados de reacção organizada.” (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 96). Continuou, exemplificando episódios que corroboravam suas acusações:

o agente da DISA [...] para o Chefe Ludy, [...] escreve – cito textualmente: “[...] o Cda Orlando tem manifestado uma posição abertamente oposta ao Cda Nito Alves. Foi o Cda Orlando quem escreveu o editorial da Televisão. Logo após a manifestação no Palácio (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 96)

Na Televisão Popular de Angola (TPA), Nito citou Camarada Orlando; já na Rádio Nacional, era João Melo quem conduzia os editoriais contra ele:

na Rádio Nacional de Angola, um outro editorialista, o chefe de turno rotativo, João Melo, “fazia editoriais contra o Nito”, lê-se numa informação especial. Todos estes editoriais estão impregnados por todos os poros, dum profundo ódio à minha pessoa. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 96)

Para além dos argumentos racionais que Nito Alves apresentou ao longo das *Treze teses*, ele explicitou que existia um sentimento que se sobrepunha aos argumentos lógicos e que guiava as oposições e divergências ideológicas contra ele. Sobre todos estes movimentos, Nito interrogou:

Quem é o Orlando da TPA? Quem é o João de Melo? Quem é o Alípio? Quem é o Hélder Neto e Abranches? Por que razão tais indivíduos não foram chamados à ordem? [...] A que classe ou classes sociais e forças políticas pertencem e ao serviço de quem estão? Qual é o objectivo da DISA ao analisar tais informações sem delas dar conhecimento ao Comité Central e ao Bureau Político? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 99)

Ele questionava, retoricamente, quem eram esses militantes. Na realidade, Nito lançava luz às relações que essas pessoas mantinham e, especialmente, por que elas não eram perseguidas, indicando a compactuação da DISA – órgão de segurança estatal – com os editoriais e as atitudes desses membros do MPLA. Nito construiu sua argumentação na tentativa de denunciar o que ele acreditava ser um complô contra ele que decorria, em grande medida, do ódio (irracional, subjetivo) contra ele.

As insinuações de Nito Alves permeiam as *Treze teses* e foram recuperadas com alguma constância para dar corpo à trama que foi o pano de fundo das acusações e que

retomarei agora, a partir de certas considerações sobre Costa Andrade (Ndunduma) feitas por Nito:

É de notar a estranha coincidência, o mesmo tom de estilo de escrever, que pode facilmente detectar-se entre o “Jornal de Angola” e os mais reaccionários jornais da extrema direita publicados no mundo imperialista, nomeadamente pelo Expresso e outros, em Lisboa. A propósito é de notar que o Expresso e outros jornais anunciavam horas antes do 3º Plenário do Comité Central os respectivos pontos quentes e suas prováveis soluções que aliás viriam a coincidir com a realidade posterior! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 96)

No trecho acima, Nito apontou para uma suposta relação entre Ndunduma e meios de comunicação internacionais reaccionários, notada pelo ‘mesmo tom de estilo de escrever’. Mais relevante ainda é que tais publicações portuguesas teriam tido acesso a informações vindouras do 3º Plenário, ou seja, além de haver uma trama contra ele que seria anunciada na reunião, já eram conhecidos de antemão seus desdobramentos. Detenho-me, por fim, às acusações e defesas no âmbito da mencionada reunião.

A 3ª Plenária do Comité Central do MPLA aconteceu entre os dias 23 e 29 de outubro de 1976. Lá se deu a suspensão de Nito e Zé Van-Dúnem, após tornar-se pública a trama que, segundo Nito, há muito vinha sendo construída por membros do Comité Central e do Bureau Político. Sobre os interesses em disputa naquele evento, Nito resumiu:

Para cada uma das posições em presença pode dizer-se que eram objectivos do 3º Plenário: para as forças conservadoras, para os oportunistas de direita com todos os seus matizes, o objectivo era, o início da preparação de condições internas que culminariam, algum dia, com o afastamento do fantasma “Grupo Nito” (Designação dos dossiers secretos da DISA), era conseguir o processo desse pretenso e perigoso “grupo”. A suspensão representaria por conseguinte, um momento e um objectivo táctico. Para nós outros, o objectivo era a denúncia da santa-aliança reaccionária entre a direita e os ultra revolucionários, os pretensiosos representantes da “nova esquerda” ou seja os maoístas, do anti-sovietismo. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 154)

Ao longo das *Treze teses*, Nito desenhou uma disputa explicitada acima, quando na 3ª Plenária finalmente foram marcadas as posições diametralmente opostas que existiam no MPLA, explicitando a alteridade entre ‘nós’, o seu grupo, composto por representantes da esquerda marxista-leninista que tentava denunciar e defender os interesses do partido, em contraposição aos ‘outros’, informados como forças conservadoras que precisavam afastar aqueles que ameaçavam sua hegemonia e seus interesses ‘oportunistas’ – Nito Alves e seus aliados. Ainda, formulou uma questão bastante interessante:

Como é que se explica o facto de a linha oportunista de direita, a ala revisionista e representantes do chauvinismo nacional estrito pequeno-burguês, os ideólogos do socialismo, do “MPLA como ideologia nacional”, como é que todos estes votaram resoluções formais de tipo marxista-leninista? [...] (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 154)

A despeito da acusação de direitismo, chamo atenção para este trecho justamente pela análise e pelo modo como Nito explicitou as divisões que havia no MPLA e que se juntaram numa posição contra ele. No capítulo 4, apresentei uma divisão didática proposta por Mabeko Tali para entender as alianças e pertencimentos do MPLA no contexto do pós-independência que se faz interessante para entender as posições marcadas por Alves no trecho acima. Aquilo que é acusado por Nito de ser representante do chauvinismo nacional e nacionalista da pequena-burguesia em grande medida representa aquilo que Tali descreve como sendo a ala tradicionalista do MPLA, enquanto aqueles que Nito designa como os ideólogos do socialismo são os que aparecem na análise de Tali como os representantes da extrema-esquerda no interior do MPLA. Por fim, o MPLA como ideologia nacional pode ser compreendido como a ala pragmatista do movimento segundo a classificação de Tali.

Adiante, ele destacou um, dentre os documentos apresentados naquela ocasião:

maquiavélico relatório apresentado ao Plenário com o título “Análise do Movimento de Organização”. [...] O documento foi propositadamente apresentado como pretexto na intenção de se provar que o Secretariado do DOM / Nacional – que constituí com o aval do camarada Presidente – era o pai do “fraccionismo”, era o instrumento da criação dum fantasma, o “segundo MPLA”. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 157)

O Secretariado do DOM / Nacional estava sob responsabilidade de Sita Valles, aliada de Nito Alves. Dizer que este órgão, constituído por Nito, era responsável pelo fraccionismo no interior do MPLA era dizer abertamente que ele e Zé Van-Dúnem, companheiro de Sita Valles, eram partidários de tal posição. Para Nito, essas acusações eram bastante propositadas:

Os apetites de direita apressaram-se a lançar foguetes pela notícia do surgimento dum pretenso “segundo MPLA”, pura montagem oportunista, pura invenção que nos era brindado no incrível relatório acerca do balanço do movimento de organização! [...] de qualquer forma o Comité Central desconhecendo em absoluto a essência dos problemas tomou decisões de suspender uns dos seus membros! (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 70)

Às acusações de segundo MPLA, seguiu-se a decisão das suspensões. Teria sido Zé Van-Dúnem quem sugeriu uma comissão de inquérito para averiguar as alegações. Segundo Nito, da parte do próprio presidente Neto, foi pedido sigilo sobre a comissão, que tinha como membros, dentre outros, José Eduardo dos Santos, Monstro Imortal e Saydi Mingas. No entanto, Nito expôs que:

À decisão de formar a Comissão de Inquérito foi dada, pelo camarada Presidente e pelo Comité Central, o carácter de secreto, [...] ninguém, para além dos membros do Comité Central, poderia ser posto ao corrente da situação. Quero ainda recordar que a Reunião, na palavra do camarada Presidente, fixaria normas severas para todo aquele cujo comportamento fosse contrário às decisões colectivas. [...] O camarada Saydi Mingas, [...] deu conhecimento generalizado aos membros do Comité Central da JMPLA, da referida situação [instauração de Comissão de Inquérito], tendo mesmo anunciado as “suas” sentenças, e referido que sobre o “assunto Nito” estava a trabalhar o camarada Onambwe [...]. Lúcio Lara [...] violou o segredo daquela decisão. O Beto Van-Dúnem em assembleia de Militantes do sector Operário [...] deu conta da existência do Inquérito. [...] uma campanha a nível dos órgãos de Informação, com destaque para o pasquim do Sr. Costa Andrade e para a Rádio Nacional dirigida mais ou menos abertamente contra mim. Por seu lado, a DISA prendeu militantes acusados de pertencerem ao espantinho da “linha Nito” [...] terror persegue, paira e se abatem furiosamente sobre militantes e cidadãos patriotas e revolucionários que lêem os meus livros. E a campanha é tal que permite aos países socialistas, ao movimento operário e revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional tirar ilações [...] que Nito Alves é o “fraccionista” da casa. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 217-218)

Assim, a despeito do carácter de secreto, vários importantes membros teriam espalhado as notícias, em reuniões de seus Departamentos, nos órgãos de informação, em assembleias. A suspensão dos membros era já conhecida pelos militantes do MPLA. Mas não teria parado nisso. Também teriam antecipado desdobramentos, como Nito acusou no trecho abaixo:

o camarada Saidy Mingas que na sessão de encerramento do 2º Plenário do Comité Central da JMPLA, [...] usando da palavra [...] dar conhecimento da existência de uma Comissão de Inquérito, não só prometeu fuzilamento para Janeiro do próximo ano (1977) [...] Nesta reunião ele falou de “Nitistas” e perguntou o que fariam os membros do Comité Central se, pela frente, estivessem diante de “nitistas”. Ora se o Ministro das Finanças não é membro do Bureau Político [...] seria] sensato concluir que o membro do Comité Central Saydi Mingas faz parte de um conluio. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 74)

Saydi Mingas, é muito importante lembrar, era membro da Comissão de Inquérito (BAPTISTA, 2021, p. 42) e teria não apenas anunciado a existência da comissão, como, supostamente, teria adiantado quais decisões seriam tomadas, às quais Nito atribui o carácter de sentença. Deu conta também dessa categoria que circulava em Angola, ‘nitistas’. Entre acusações de nitistas e fraccionistas – com alvos bem estabelecidos, Nito questionou sobre as palavras de ordem do movimento:

Ao serviço de quem fazem jogo as palavras de ordem “é preciso combater os fraccionistas” isto aplicado aos camaradas Nito Alves, José Van-Dúnem, Bakalof, Monstro Imortal e outros? Resposta: estas palavras estão ao serviço da reacção interna consciente ou inconscientemente. E por que é que não há palavras de ordem em termos de abaixo o oportunismo de direita, o anti-sovietismo e o maoísmo? É para esconder o jogo das forças anti-comunistas e por isso contra-revolucionárias. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 216)

Estranhamente, atentava Nito, não eram mobilizadas palavras de ordem contra o que

ele classificou como desvios, mas contra certos quadros do MPLA isso ocorria. Essas escolhas clamavam por vigilância e incitavam perseguições a ele e a seus camaradas, alguns nomeados no trecho acima: Nito Alves, José Van-Dúnem, Bakalof e Monstro Imortal. No entanto, mais uma vez ele destacou a importância do Povo e o comprometimento desse povo com o processo revolucionário – e com seu grupo:

A vigilância militante do nosso Povo desafia com sucesso a vigilância repressiva de sectores reaccionários da DISA. Assim, durante o período que precedeu a formação e publicação do segundo (actual) Governo da RPA, encontros constantes foram detectados [...] domicílio do actual Vice-Ministro dos Transportes, Jujú. [...] Como seus frequentadores contavam-se os nomes do membro do Comité Central e do Bureau Político e Secretário Administrativo do Bureau Político Lúcio Lara, o director do “Jornal de Angola” Costa Andrade (N’dunduma), o actual Vice-Ministro da Educação Pepetela, o membro do Comité Central e membro da Comissão Nacional de segurança Onambwe, e hoje membro do Secretariado onde dirige o Departamento de Orientação revolucionária e o director do Museu de Angola Abranches, este, nomeado por decisão do Bureau Político como redactor da História do MPLA (!!!...) o actual Ministro da Defesa, Iko Carreira, membro do Comité Central e do Bureau Político [...] Por estranha coincidência foi visto, no meio de tudo isto e na mesma casa, o militante da Revolta Activa Joaquim Pinto de Andrade. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 172-173)

Enquanto a DISA o vigiava, era o ‘Povo’ quem vigiava a cúpula do partido. Nito elencou os dirigentes que se encontrariam em condições escusas. Para além da presença de Joaquim Pinto de Andrade, envolvido na Revolta Activa, que fora rechaçada pelo MPLA que apoiava Neto na altura do Congresso de Lusaka, ele também lançou luz ao fato de Agostinho Neto não estar presente no referido encontro. Questionou:

O camarada Presidente Neto terá conhecimento dessas reuniões [na casa do Jujú]? [...] O porquê da coincidência do compatriota Joaquim Pinto de Andrade nacionalista consequente da etapa da luta anti-colonial? Não estamos em presença da verdadeira fracção de direita no seio do MPLA? Como é que membros do Comité Central e do Bureau Político, os que mais lideram a feroz campanha contra o “fraccionismo” se reúnem deliberada e conscientemente na casa do Jujú? A quem foram entregues os relatórios de tais reuniões? Que nome tem isto se não o verdadeiro militante e actuante fraccionismo e divisionismo? (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 173)

Havia fraccionismo no MPLA, como era proclamado pelos acusadores de Nito na 3ª Plenária, que levou à suspensão de Nito, e para Nito, que acusava a cúpula do MPLA em seu documento. Nito afirmou que o fraccionismo estava em curso no MPLA; contudo, os traidores não eram ele e seu grupo, mas dirigentes respeitados no e pelo Comité Central, que não percebia – e arrisco a dizer que Nito tratava sobretudo de Neto – essa traição em curso. O que estava em causa, portanto, era quem eram os fraccionistas, ou seja, quem se desviava da verdade do MPLA, que estava relacionada à revolução. Diferentemente do Comité Central e de Neto, as massas sabiam reconhecer as manobras: assim, o povo foi articulado no sentido de

conferir legitimidade ao movimento nitista, o que aliás era comum nos conflitos do pós-independência (DULLEY; SAMPAIO, 2020). Neste contexto, Nito alertou que:

A memória do nosso Povo que fez a Primeira Guerra de Libertação nacional, não esquece casos históricos de verdadeira traição na luta armada, de verdadeira ligação indirecta com o derrotado inimigo colonialista. Nestes casos históricos de traição ressaltam, em termos de responsabilidades, figuras de destaque do nosso Movimento. Em contrapartida, há muito que o nosso Povo os conhece pela sua prática na luta armada e por isso mesmo há muito que as massas que fizeram a Primeira Guerra rejeitaram tais dirigentes. Por motivos de lesa-majestade, tais dirigentes continuam entretanto nos organismos centrais e superiores do MPLA! [...] Com que moral, legitimidade e autoridade históricas, se permitem tais “dirigentes” acusar-me de tentativa de “golpe de estado”? Acaso, não basta os mil e um “golpes” que os mesmos desferiram historicamente à Primeira Guerra de Libertação Nacional? [...] Deste modo a importância do estudo mais profundo e multicético da História do MPLA reside pois na necessidade de conhecermos o passado para compreendermos o presente e prever o desenrolar do porvir. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 193-194)

Os casos de ‘traição’ ao longo das guerras de libertação não foram poucos e estavam associados a militantes que faziam denúncias à PIDE, mas também na proposição de alianças entre MPLA e grupos rivais⁸². O argumento de Nito, além de mostrar o descontentamento do ‘Povo’ para com tais dirigentes e mais uma vez exaltar os participantes das guerrilhas, era pautar sua indignação com as acusações sobre um suposto golpe de estado que ele estaria a encabeçar. No entanto, além de se defender das acusações de fraccionismo, ele também se vangloriou por combater esses oponentes:

Todo o malabarismo de jogar com palavras e com os Estatutos visava a concretização inevitável dum objectivo há muito previamente concebido: o afastamento urgente do Camarada Nito, por todos os meios que fossem possíveis. Sinto-me particularmente orgulhoso, confesso-o com todo o entusiasmo revolucionário, por saber o ódio contra-revolucionário que me têm os falsos amigos do nosso Povo. É uma honra verdadeiramente especial, é a minha recompensa revolucionária. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 198)

Para ele, ser colocado como principal inimigo de seus inimigos, de militantes contra-revolucionários, significava ser reconhecido por sua impecável trajetória perante o marxismo. Adiante, declarou ainda que:

⁸² Mabeko Tali apontou, por exemplo, que o MPLA lançou, em 10 de Maio de 1962, um projeto que visava instituir a Frente Unida Nacional Angolana (FUNA), congregando o MPLA e os demais grupos de libertação – UPA e FNLA. Foi a FNLA que se recusou a discutir a proposta (TALI, 2019, p. 687). Outras propostas de alianças entre os grupos de libertação feitas por membros do MPLA podem ser encontradas no mesmo anexo.

A defesa intransigente das conquistas alcançadas vitoriosamente pelo e com o sangue e sacrifício do nosso Povo e heróis ao longo de duros e violentos anos de duas consecutivas lutas armadas de libertação nacional sob a direcção do MPLA não podem permanecer ameaçadas nem dependentes do ponto de vista de direita anti-comunista, nem do maoísmo, nem do anti-sovietismo. Alguns filhos e revolucionários deste Povo não podem ser mártires do capricho, do revanchismo, da cólera anti-marxista quer do Secretário Administrativo do Bureau Político, quer do Director da DISA e seus sequazes provocadores, quer de ninguém, mas absolutamente de ninguém, incluso dos mencheviques modernos, é forçoso recordá-lo com acento especial. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 212)

O uso dos termos ‘nosso Povo’ junto a ‘heróis’ foi bastante perspicaz no sentido de atribuir-se características que o diferenciava e o unia ao Povo, o que foi reforçado nas entrelinhas em: ‘alguns filhos e revolucionários deste Povo’. Dada sua importância e o atributo de mártir auto-atribuído, vítima do ‘capricho e revanchismo’, Nito também previu consequências que viriam a se concretizar, ainda que de modo diferente da especulação:

Em tudo isto, a minha análise baseou-se em provas que apresento em anexo a este documento, provas verdadeiramente espantosas. Nelas se pode ver como é que, historicamente falando, estava e está montada a manobra pró-imperialista que, aparentemente, visa aniquilar política ou fisicamente o camarada Nito Alves, [...] minha casa é rondada às altas horas da noite por agentes da DISA, para o que chamei já por uma vez a particular atenção do camarada Presidente. Sabe-se ainda e eu posso demonstra-lo também que existe um grupo de elementos treinados em técnicas de sabotagem dentro da teoria da luta clandestina, aptos a minarem, com bombas carros ou casas de dirigentes revolucionários ou por outros meios, os quais, tendo aparecido durante a Segunda Guerra, em Luanda, estranhamente foram mobilizados para a DISA e não para as FAPLA uma vez terminada a sua função. Este grupo é conhecido pelo nome de grupo Jatueira, que joga dum certo estatuto especial dentro de DISA. [...] Ora, sabe-se ainda que o Jatueira nos seus contactos manifesta-se abertamente contra o tal fantasma “linha Nito” que não passa duma montagem montada pelos agentes internos do imperialismo internacional. Eu pergunto: estará ainda assim bastante distante o dia em que a equipa de sapadores do Jatueira [...] receberá ordens para abaterem, por bombas ou a metralha na rua, o camarada Nito Alves. Deixo aqui a responsabilidade histórica dum presumível assassinato à minha pessoa. (BAPTISTA, 2021 [1977], p. 195)

O grupo Jatueira, apresentado por Alves, seria composto por elementos treinados em técnicas de sabotagem da própria DISA, que gozavam de prestígio junto à instituição. Nito não foi morto num incidente premeditado que supunha requintes de sabotagem. Nito foi fuzilado (MARQUES, 2012, p. 86). No entanto, a despeito do nome *completo* do documento: *Treze teses em minha defesa*, nas leituras e releituras do texto fiquei pensando se Nito Alves teria construído esse documento porque vislumbrava efetivamente defender-se. Em muitos momentos fica nas entrelinhas esse lugar destinado à obra, de testamento póstumo. Mais do que teses em que se defendia, Nito fez um panorama bastante detalhado das lutas que se colocavam no seio do MPLA naquele momento pós-independência.

Defesa e acusação foram movimentos observados ao longo de todo o documento: essa foi a estratégia discursiva que buscou 1) a criação de um si, íntegro e fiel ao Presidente e à revolução; e 2) a busca por uma identificação que se contrapunha a este MPLA outro que Nito buscava combater como herói de outrora.

Nas *Treze teses*, há um sem número de termos utilizados para acusar – ou se promover. Explicito alguns dos termos contemplados nos excertos acima e que sintetizam as categorias mais amplas utilizadas nas acusações de Nito Alves. O que não era o marxismo-leninismo proclamado por Nito era categorizado como *maoísmo*; assim, o termo aparece 21 vezes, *maoísta* mais 39. *Social-democracia* é citado 23 vezes, em geral acompanhando a acusação de maoísmo. Ainda nas categorias ideológicas, *imperialista* aparece 17 vezes; *imperialismo*, 12. *Marxismo-leninismo*, 33 vezes. Essa preponderância de categorias ideológicas denota, por um lado, o cerne do discurso nistista, fundamentado na defesa de uma posição marxista ideal que marcava o caráter comprometido do grupo, e, ao mesmo tempo, uma contraposição com o grupo rival, associando-o com posições combatidas pelo próprio MPLA e que estavam presentes em inimigos de outrora, como no colonialismo, os grupos maoístas, como os OCAs e outros comitês, e no imperialismo dos EUA e da UNITA, no contexto da guerra civil e da Guerra Fria.

Em termos de classe, *pequeno-burguês* tem 15 repetições; *pequena-burguesia* aparece 26 vezes no texto. *Mencheviques / menchevismo* é utilizado em 5 situações. Esses designadores apontam para a relevância que Nito Alves deu para o que considerava ser o caráter elitista do MPLA e, portanto, para o que diferenciava a cúpula do partido do Povo e caracterizava, portanto, a existência da luta de classes que ele apontou com insistência ao longo do documento.

Outra categoria bastante iterada que tem seu significado suspenso é *demagogia*; o termo consta 15 vezes ao longo das páginas, *demagogo* mais 10. Algumas destas vezes, estão inseridas em citações. A categoria foi usada, na maior parte das citações, para desqualificar o posicionamento e mostrá-los como incoerentes, confusos ou ‘ecléticos’, ou seja, marcando uma distância entre discurso e prática.

Racismo é citado em 16 diferentes momentos, *racista* em mais 4. Mais do que

acusações, Nito articulou o termo no sentido de circunscrevê-lo e se defender. *Tribalismo* aparece 4 vezes, todas elas acompanhando racismo. Tribalista aparece 3 vezes, sempre vinculado a Uanhenga Xitu (Mendes de Carvalho).

Ademais, *fraccionismo* e *fraccionista* aparecem 10 e 9 vezes, respectivamente. O termo *nitista* aparece duas vezes, mas Nito o coloca na boca de Saidy Mingas, ministro das Finanças, morto no Sambizanga no episódio da ambulância queimada e de Manuel Pedro Pacavira, indicando que ele não se declarou como líder de um movimento fraccionista. A pouca recorrência das acusações de fraccionismo apontam para um não reconhecimento por parte de Nito de que essa era a acusação central da cúpula do partido contra ele. Não centralizar a questão que pode ter sido uma estratégia de Nito e de seus aliados, mas pode também ser pensado em termos de uma não compreensão de que o fundamento da perseguição a seu grupo era o escancaramento da cisão que existia no partido e não as posições ideológicas, por vezes antagônicas, como ele explicitou, que cada membro eventualmente assumia.

7.2. A informação do Bureau Político

O MPLA produziu a sua versão do 27 de Maio. O documento intitulado *Angola: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977. (Informação do Bureau Político do MPLA, 12 de Julho de 1977)* (MPLA, 1977) apresenta parágrafos curtos, contando linearmente um plano articulado há muito tempo. O texto retoma constantemente ideias apresentadas previamente em discursos dos dirigentes e comunicações oficiais (jornal, rádio e televisão estatais) e foi construído 1) a partir de alguns pressupostos que foram apontados como fatos dados; e 2) projetando o duplo movimento de identificação e oposição inerente às acusações. Apresento a seguir alguns argumentos que foram mobilizados pelo MPLA com trechos que os ilustram, identificados na análise do documento.

É importante começar pontuando que o documento tinha o objetivo de dar resposta aos militantes do MPLA e ao ‘Povo’ logo após o 27 de Maio. Assim, em vários momentos é possível perceber que o MPLA mimetiza e espelha o discurso de Nito Alves, direcionando acusações presentes nas *Treze teses* ao próprio autor do documento. Ainda, importa dizer que não há um *autor* do documento que analisarei agora. A informação, diz o título, é do Bureau Político do MPLA; não é listada, no entanto, a composição do Bureau Político daquele momento. Contudo, o Bureau Político, na altura da 3ª Plenária de 1976, contava com os seguintes membros que não tiveram suas posições alteradas no partido: Agostinho Neto, presidente; Lúcio Lara, secretário do Bureau Político – o que o coloca como principal signatário da informação; Lopo do Nascimento; Henrique Teles Carreira (Iko Carreira); Rodrigues João Lopes (Ludy, diretor da DISA); José Eduardo dos Santos; Carlos Rocha (Dilolwa); Pedro Maria Tonha (Pedalé) – não mencionado nas *Treze teses*. Além disso, foram membros do Bureau Político até serem acusados de compactuar com o golpe do 27 de Maio: João Luis Neto (Xietu) e Jacob João Caetano (Monstro Imortal).

7.2.1. O ‘Povo’ e seu outro: o grupo fraccionista

O MPLA se esforçou no sentido de caracterizar o Povo angolano, ao qual se identifica como representante, e seu *outro*, forjando a partir dessa alteridade o que (e quem) seria a legítima representação deste povo: o MPLA não ‘fraccionista’, apresentado como unitário em contraposição ao nitismo. Dessa perspectiva, da parte dos nitistas, haveria desprezo pelas massas e seus problemas. O trecho abaixo, por exemplo, evidenciava o caráter revolucionário

desse povo e a atitude do grupo ‘golpista’ perante ele:

Essa manipulação das dificuldades do nosso Povo era vestida com uma roupagem pseudo-marxista, que explorava a fundo a receptividade que o Povo revolucionário de Angola sempre manifestou pelos ideais revolucionários e pelo socialismo. [...] Os fraccionistas abusaram da boa fé do nosso Povo. Pelos seus actos, pela atitude elitista da maior parte do grupo, pela fraseologia pretensiosa e oca que utilizavam, pelas mentiras que propagavam, eles sempre revelaram um profundo desprezo pelo Povo, ao qual pensavam levianamente poder enganar. (MPLA, 1977, p. 7)

Ou seja, o MPLA informou que havia o grupo que tentava manipular o povo com palavreado pseudo-marxista, vazio e pretensioso, contrapondo-se ao Povo revolucionário, consciente dessa atitude elitista, e que se identificava com o MPLA. Elitismo, vale dizer, foi uma acusação que Nito Alves fez em muitos momentos à cúpula do MPLA; ao ser utilizado também pelo MPLA, tornou-se uma categoria que se contrapunha à ideia de Povo angolano, com maiúscula. O excerto a seguir também destaca o lugar do discurso como estratégia e arma dos fraccionistas:

Os problemas concretos das populações dos bairros eram desprezados em favor de uma anárquica e reaccionária actividade política, em que a demagogia, o palavreado funcionavam como arma. (MPLA, 1977, p. 23)

Acusações de demagogia e menções à forma de expressão confusa, marcas de Nito Alves segundo seus acusadores, puderam ser observadas ao longo do documento do MPLA. Neste caminho, a cúpula do partido apontou que os acontecimentos do 27 de Maio foram o ápice de um plano cuidadosamente arquitetado por fraccionistas em muitos anos de ‘actividade política’ por um grupo (de ‘jovens’ ‘elitistas’) que teve suas origens no campo de São Nicolau, conforme apresentado pelo MPLA no excerto abaixo:

O plano executado em 27 de Maio vinha sendo preparado há mais de três anos e pode dizer-se que se inspira nas reflexões, da vivência comum e das ambições de um relativo pequeno grupo de jovens prisioneiros políticos dos anos 70 do que no tempo colonial se chamava "campo de São Nicolau". Esse grupo, que não se misturava com a maioria dos prisioneiros políticos originários das classes mais exploradas, constituiu mesmo em São Nicolau um núcleo elitista, que não conseguia ultrapassar os seus preconceitos pequeno-burgueses. (MPLA, 1977, p.12)

Segundo o MPLA, um grupo bastante específico seria responsável pela trama; por seus atributos era um grupo fraccionista, apartado das massas desde sua origem. Chamo atenção para os designadores que o qualificavam: 'elitista' e 'pequeno-burgueses', tendo Zé Van-Dúnem como o principal idealizador do golpe no documento do MPLA. Esse movimento de apagar a liderança de Nito Alves era importante para ligar o movimento às elites e a origem de Zé Van-Dúnem cancelava a acusação. De fato, existiam pessoas vindas das elites em todas as

alas do MPLA, o que tornava possível a todos os opositores se valerem dessa acusação. De todo modo, para dar corpo às suas alegações, o MPLA teria, inclusive, especulado sobre como, supostamente, estivera a ansiedade de Zé Van-Dúnem na véspera do 27 de Maio:

desde a véspera [da tentativa de golpe de estado em 27 de maio de 1977], Zé Van-Dúnem, o verdadeiro cérebro do golpe, não tem descanso. Espicaçado pelas críticas de Nito Alves aos militares, Zé Van-Dúnem, coadjuvado por Nado e Juka Valentim desenvolve uma actividade febril toda a noite e todo o dia 26 (MPLA, 1977, p. 44)

A despeito de ser o principal líder do grupo, destacou-se no documento a “nula experiência militar de Zé Van-Dúnem” (MPLA, 1977, p. 18), em contraste a outros fraccionistas. O grupo, inclusive, “se alarga com a participação de Nito Alves, que então dirigia o CIR da 1ª Região Político-Militar.” (MPLA, 1977, p. 12). O MPLA alegou que o golpe fora planejado anos antes, desde 1974; naquele momento, Nito Alves comandava o CIR da 1ª RPM, atuando diretamente na formação dos quadros militantes do MPLA. Segundo o documento oficial do MPLA, havia o

novo CIR na 1a Região – o CIR "Certeza" – ainda sob a direcção de Nito Alves, numa área de que Bakalof era responsável, onde, a coberto de uma formação política revolucionária, se iam instilando aos estagiários algumas ideias errôneas que iriam determinar o seu comportamento fraccionista. (MPLA, 1977, p. 14)

Assim, a 1ª RPM e a liderança de Nito Alves teriam sido importantes para estabelecer uma conexão com os quadros do MPLA, tendo sido Nito o responsável por deturpar, confundir e enganar o povo, dirigentes e militantes:

Isso era contra a sua [de Nito] estratégia demagógica. O que era preciso era enganar com promessas levianas e palavrosas de um socialismo de concepção livresca, que não exige sacrifícios e que é "fácil" de construir com citações dos grandes clássicos. (MPLA, 1977, p. 31)

No trecho acima há dois pontos importantes. Primeiro, a ‘concepção livresca’ de socialismo, para a qual voltarei oportunamente adiante. Depois, uma referência às citações de clássicos. Ambos direcionavam às *Treze teses* de Nito Alves, com as quais o documento do MPLA dialoga o tempo todo, ora nas entrelinhas, como acima, ora de maneira bastante explícita:

Avança-se descaradamente argumentando sobre a necessidade de um "amplo debate ideológico" e quando os militantes honestos procuram fomentar um debate ideológico, encontram pela frente a mesma fraseologia oca e cada vez mais fanática que não resiste a mais ligeira análise militante, mas que confunde e sabota a possibilidade de se tirar proveito das reuniões de esclarecimento. [...] são postos a circular panfletos que são profusamente distribuídos e que juntos a um terceiro panfleto, bastante volumoso, atribuído a Nito Alves – pomposamente intitulado "13 teses em minha defesa" constituem o verdadeiro arsenal das motivações que iriam criar o clima propício ao golpe de estado. (MPLA, 1977, p. 28)

Como pode-se notar, a ideia de que o grupo fraccionista pretendia confundir o povo foi retomada. Inclusive, ao falar das *Treze teses* o comunicado do MPLA indicava que:

O documento panfletado [Treze teses] continha nas suas conclusões o prenúncio da ideia golpista, traduzida pela decisão de "constituir um Comitê Revolucionário de Direcção político-militar" que substituísse de imediato o Bureau Político e tornasse as medidas para liquidar todos os elementos considerados como "desviacionistas". (MPLA, 1977, p. 35)

Estava manifesta a ideia de um Comitê Revolucionário paralelo ao Comitê Central, o que configurava fraccionismo. Contudo, a autoria do documento foi posta em suspeição pelo MPLA ('atribuído a Nito Alves'). O trecho abaixo corrobora essa perspectiva:

Nesse escrito [Treze teses], além duma avalanche de citações que preenchem dois terços do seu conteúdo, os autores (Nito e os seus pensadores) destilavam toda a animosidade que o grupo votava ao Comitê Central e mais particularmente a todos os camaradas que numa ou noutra ocasião tinham formulado as suas críticas e as suas apreensões pela actividade fraccionista que em nome de Nito Alves se desenvolvia no seio do Movimento. (MPLA, 1977, p.35)

O MPLA alegava que era alvo de certa 'animosidade' do grupo fraccionista, espelhando as alegações de Nito Alves de que seria vítima de um complô motivado pelo ódio dos membros do MPLA a sua pessoa.

Ainda, o partido não considerava Nito enquanto potencial intelectual, mas como emulando uma característica que não lhe pertencia. Segundo o movimento, inclusive:

Certos professores confundem mesmo as crianças, dando lições inteiras (inscritas no sumário) sobre a "obra" de Nito Alves, que é apontado como notável estratega, filósofo e poeta... (MPLA, 1977, p. 28, destaque para as aspas dos autores)

Por parte do MPLA, houve uma desqualificação de Nito Alves enquanto líder de um movimento que teria recebido seu nome. Nito teria desempenhado uma posição de liderança apenas na execução do golpe, não na sua concepção, e também em sua divulgação e propagação junto às massas que o prestigiavam, tendo dado corpo à dissidência devido à sua pretensa capacidade de mobilização entre camadas da juventude, como a JMPLA, e sua penetração nos musseques. Mas ele não seria o responsável por pensar a articulação e as

etapas do golpe. Os ‘pensadores’ de/por Nito – e do nitismo, embora o MPLA não tenha usado tal designador em nenhum momento na *Informação* – seriam Zé Van-Dúnem, responsável por arquitetar o plano, enquanto Sita Valles seria a responsável pelo corpo ideológico e teórico do qual Nito tanto se orgulhava, o que incluía as *Treze teses*.

Houve, ainda, rumores de que Sita Valles teria escrito outros discursos de Nito, inclusive o que seria proclamado após o golpe: “O rascunho da “proclamação” foi encontrado com Sita Vales [sic], escrito pelo seu punho.” (MPLA, 1977, p.46). Sobre ela, o MPLA alegou que havia no grupo ressalvas à sua ascendência que “só [foi] possível devido ao apoio de Alves, com quem viveu maritalmente” (MPLA, 1977, p. 16). Na realidade, Sita viveu com Zé Van-Dúnem, com quem teve um filho⁸³, hoje um dos signatários das cartas ao MPLA promovidas pelas associações que mencionei no início deste trabalho.

A despeito deste evidente erro⁸⁴ do MPLA, chamo atenção para o movimento do partido em posicionar socialmente os alegados fraccionistas. Sobre Sita, em particular, afirmaram:

Sita Vales [sic], vinda de Portugal da UEC (União dos Estudantes Comunistas), sem o mínimo conhecimento das realidades da nossa luta e do nosso Movimento, é colocada por Nito Alves a testa deste esquema e imediatamente toma nas mãos o comando das operações. (MPLA, 1977, p. 15)

Ou seja, o MPLA alegava que a experiência de Sita vinha de Portugal, ela não conhecia Angola a experiência angolana, que era, no limite, o principal ponto de diferenciação do MPLA pragmatista em relação às outras alas do movimento: a sua pretensa capacidade de análise a partir das especificidades locais.

Além de Sita, e por conseguinte o grupo que apoiava-se ideologicamente em suas ideias, estar descolada da realidade angolana, ficou implícita uma ligação que retomo adiante: o colonialismo, a mesma acusação que Nito fez ao MPLA, de dar continuidade às estruturas coloniais. Antes disso, chamo atenção também para a tentativa de colar os demais envolvidos em posicionalidades sociais específicas, quais sejam, suas origens burguesas, suas experiências fora de Angola, seu referencial teórico distorcido e seu distanciamento das

⁸³ Trata-se de João Ernesto Valles Van Dunem, o “Che”, nascido em 08 de fevereiro de 1977.

⁸⁴ Particularmente acho muito difícil conceber que o MPLA tenha efetivamente *errado* sobre as relações entre Nito, Zé Van-Dúnem e Sita Valles, tampouco que tal afirmação do documento tenha sido despropositada. No entanto, acho complexo tecer suposições sobre as motivações que levaram a cúpula do partido a fazer tal afirmação. Para a cúpula, Sita não conhecia Angola, mas poderia estar vinculada ao grupo nitista através de sua relação com Zé Van-Dúnem sem prejuízo de seus papéis na organização.

rupturas com o colonialismo, posições e demandas que seriam antagônicas ao ‘Povo’.

Neste sentido, apontar para as ascendências nas pequenas burguesias desses membros nitistas foi um movimento perspicaz que pautou uma questão importante, em sutil – porque não explícita – resposta às *Treze teses* nitistas: a (não) existência de uma luta de classes em Angola. No documento, como apresentado anteriormente, Nito acusava o MPLA de não reconhecer a existência da luta de classes em Angola. A informação do Bureau Político foi escrita após o 27 de Maio; portanto, após a circulação do *Treze teses*. Assim, no documento o MPLA fez forte uso da categoria ‘pequena burguesia’, que só pode existir num contexto de lutas de classes:

Todos eles eram mestres em perorar sobre a problemática da luta de classes, sobre a necessidade de liquidar a pequena burguesia mas, como disse Betinho no seu depoimento, nenhum deles tinha quaisquer dificuldades de salários, habitação ou abastecimento e todos eles eram representantes dessa pequena burguesia a que diziam votar tanto ódio. (MPLA, 1977, p. 57)

Como já apresentado, Zé Van-Dúnem era de uma das famílias mais tradicionais de Angola, mas os demais acusados também dispunham de boa condição social. O documento insistiu nesse ponto:

aspecto chocante de todo este processo. Quem foram os verdadeiros intervenientes? Não foi o Povo trabalhador ... Não foram os operários. Não foram os camponeses ... Na sua maioria foram jovens elementos de diferentes camadas da pequena burguesia angolana, e elementos dos mais privilegiados da nossa juventude, que tiveram uma vivência comum na clandestinidade, quando estudantes no "campo de São Nicolau" quando prisioneiros políticos, ou no CIR "Certeza", para onde partiram alguns deles já depois da 1.ª Guerra de Libertação, em busca do romantismo da vida guerrilheira, aliás já no fim. [...] Quem são Zé Van-Dúnem, Nito Alves, Minerva ou Luis Kitumba, senão a expressão de uma camada privilegiada e elitista da actual sociedade angolana (e não só da actual...). [...] Qual a situação de classe de um Bakalof, originário sem dúvida de uma raiz camponesa, mas tendo tido uma vivência que o situou noutro condicionalismo de classe? [...] Quem são Sita Vales [sic], Rui Coelho, Nzamba ou King ou o próprio Kindanda - dono da quinta que servia de Centro operacional? Quem são, de onde veem [sic] todos esses activistas do fraccionismo que na função pública ou no sector operário descreditavam os responsáveis do MPLA? (MPLA, 1977, p. 57)

O MPLA respondeu também a uma antiga acusação de Nito Alves, que vinha desde seu discurso em Lusaka, ainda no ano de 1974. Nito frequentemente valia-se de seu prestígio nas guerrilhas para conferir-lhe legitimidade perante o povo. No trecho acima o partido desqualifica a vivência da guerrilha, numa tentativa de relevar, com efeito, que os dirigentes do partido não tinham lutado na linha de frente da guerra anticolonial. Ainda, argumentava o MPLA, os envolvidos na dissidência eram da pequena burguesia e não tinham grande apoio

popular: a população apoiava o MPLA (não qualquer MPLA, mas o MPLA de Agostinho Neto). No entanto, os nitistas teriam conseguido cooptar apoio entre o *lumpenato*⁸⁵, outra categoria desqualificada vinda do léxico marxista, e inclusive:

foi no lumpenato de Luanda que o fraccionismo foi buscar muito do pouco apoio que teve o golpe de estado e até foi nele que baseou uma parte das acções violentas [...] Muito desse lumpenato foi retirado pelos golpistas das cadeias onde cumpriam penas de delito comum. (MPLA, 1977, p. 57)

Interessante notar que o MPLA circunscreveu o grosso do apoio recebido pelos fraccionistas a partir de uma categoria com a qual entenderam que o Povo não gostaria de se identificar. Em outro momento, olharam para a base de apoio nitista, localizada especialmente no Sambizanga, e associaram o suporte dali, vindo em boa medida através do espaço concedido a Nito Alves pelo clube de futebol Progresso, conforme visto em Moorman (2008), ao colonialismo:

Recorrendo a tática já utilizadas pelos patriotas angolanos no tempo do colonialismo, fortaleceu-se um clube desportivo de modo a para ele atrair a simpatia das massas, e a utilizá-lo assim como propaganda a favor de determinados objectivos. (MPLA, 1977, p. 31)

As táticas utilizadas, as ascendências pequeno-burguesas e as relações com portugueses foram tecidas no intuito de estabelecer uma ligação com o colonialismo. Dessa forma, o MPLA pôde retomar acusações associadas ao período:

grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem que aparece a defender teorias racistas inconciliáveis com o Programa e com a prática do Movimento, que a maioria esmagadora dos delegados repudiou. (MPLA, 1977, p. 13)

A acusação de racismo circulou de maneira abrangente no documento, pensando sobretudo que o MPLA que se estabeleceu no poder pautava a questão racial a partir da acomodação de brancos e mestiços em sua estrutura.

Outro ponto que pôde ser abordado foi a ligação com Portugal: “A intelectualidade fraccionista, facilmente arrastada por toda a problemática política de Portugal - e antes e depois da queda do fascismo - [foi] incapaz de se desembaraçar da mentalidade herdada do tempo colonial” (MPLA, 1977, p. 29). Inclusive, portugueses teriam ocupado espaços importantes dentro do movimento e junto aos fraccionistas, como mostra o trecho abaixo:

⁸⁵ Lumpenato: é uma referência ao lumpemproletariado, categoria do marxismo assim descrita: “O lumpem-proletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação” (MARX; ENGELS, 1998, p. 49). Diferencia-se do *proletariado* na medida em que faz referência à força não produtiva, como desempregados, ‘vagabundos’, pessoas incapacitadas e criminosos.

o ex-Ministro Aires Machado (Minerva), que os fraccionistas faziam constar ser actualmente o único ministro de ‘esquerda’ exerceu uma actividade perniciosa, colocando também em postos-chave [...] homens de confiança dos fraccionistas [...] Foi assessorado nos dois Ministérios pelo Major português Costa Martins, que beneficiava de asilo político na RPA e que afinal veio a revelar-se um agente ao serviço de interesses estrangeiros. De notar que para conseguir os seus intentos, não hesitaram os fraccionistas, em particular Nito Alves, em se apoiar em alguns conhecidos elementos reaccionários que já tinham servido a OPVDCA⁸⁶ e a PIDE. (MPLA, 1977, p. 20)

No trecho acima, além de mostrar a presença de portugueses e ‘elementos reaccionários’, outro aspecto do movimento se destaca: a ocupação de posições no governo. Neste sentido, é importante dizer que muitos cargos administrativos foram mantidos desde o período do colonialismo, porque a falta de escolaridade entre a população fazia com que essas posições fossem ocupadas pela pequena-burguesia, que foi então associada a parte dos fraccionistas e que “usava e abusava do EFU (Estatuto do Funcionalismo Ultramarino) para justificar a necessidade de preencher tal e tal formalidade, antes de cumprir as decisões revolucionárias que iam no interesse do Povo” (MPLA, 1977, p. 30). Para o MPLA, essa postura dos nitistas demonstrava, de um lado, relutância e afastamento do processo revolucionário, e de outro, a capacidade que esses indivíduos tinham de circular entre as estruturas oficiais.

De todo modo, essa falta de apoio popular teria sido contornada através da infiltração nas estruturas formais do governo, sobretudo por seu prestígio e capacidade de articulação. Por exemplo: “Zé Van-Dúnem, apoiado por Nado e Galiano, infiltra-se no Commissariado Político das FAPLA, abusando da confiança nela depositada pelo falecido Comissário Político Jika [...]” (MPLA, 1977, p. 16). Ao ocupar esses espaços, os fraccionistas, segundo o MPLA, puderam criar estruturas aliadas: “Ao nível de cada uma das regiões militares instala um corpo de Comissários Políticos e respectivos colaboradores, todos recrutados na pequena burguesia de Luanda” (MPLA, 1977, p. 17). Assim, e de modo tentacular, teriam aumentado sua penetração e capacidade de criar novas estruturas. Neste sentido, alegava o MPLA:

As escolas militares não escapam ao assalto fraccionista, facilitado pelo facto de ter aderido ao grupo uma certa juventude privilegiada: que na tropa colonial, no quadro de oficiais ou sargentos, tiveram oportunidade de conhecer uma técnica militar, útil agora para o rápido enquadramento dessas escolas. (MPLA, 1977, p. 17)

A identificação da ‘juventude privilegiada’ lança luz a duas acusações feitas pelo

⁸⁶ OPVDCA [Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola] era um corpo de voluntários da Guarda Rural, foi constituída em 1961 para a defesa (ou autodefesa) dos interesses dos colonos em suas fazendas, roças e outras atividades econômicas correlatas.

MPLA *vencedor*: a questão de classe e a questão geracional. Podendo ocupar esses espaços nas escolas, o grupo inicialmente composto pôde agir de maneira estratégica:

Zé Van-Dúnem e Bakalof fizeram vir 200 homens da confiança de Bakalof para preencherem todos os lugares de estagiários para as armas estratégicas. A manobra foi tão evidente que todos os responsáveis militares que não estavam envolvidos no esquema se aperceberam dela, a denunciaram, tendo-se substituído esses homens ligados a Bakalof. (MPLA, 1977, p.18)

O MPLA, no entanto, via militantes e dirigentes, estava atento. Contudo, a partir de Nito Alves, os fraccionistas adentraram o governo: “foi através do extinto Ministério da Administração Interna, tendo a cabeça Nito Alves, que os fraccionistas desencadearam a operação de controlo das estruturas governativas a nível nacional.” (MPLA, 1977, p. 19). Entre essas ‘estruturas governativas’ figurava o Poder Popular, como mostra o excerto abaixo:

grupo fraccionista utiliza os órgãos do Poder Popular para o seu combate contra as estruturas do MPLA. Nito Alves e a sua camarilha pretenderam mesmo incarnar o Poder Popular, a cujas estruturas de base - as CPB - deram possibilidades que faziam delas organismos de um partido novo, oposto ao MPLA. (MPLA, 1977, p. 22)

Como já apontado alhures, boa parte da cúpula do MPLA não recebeu bem a implementação do Poder Popular. A publicação do MPLA alegou uma apropriação feita das CPB por parte do grupo dissidente:

Mbala Neto dirigindo a Rádio Nacional e Virgílio Frutuoso na Direção do "Diário de Luanda" tudo fazem para facilitar o aparecimento de uma corrente de opinião que viria ser o suporte dos fraccionistas logo que as condições amadurecessem. O programa "Kudibanguela", que se afirmara graças aos ataques aos fantoches da UPA e da UNITA dirige habilmente a sua propaganda contra o MPLA e o Governo e apresenta as Comissões Populares de Bairro não como órgãos do Poder Popular, mas como organismos ideológicos em oposição ao MPLA, de que um jornal, o "Poder Popular" pretendia transformar-se em órgão de combate.” [...] Em Malanje, no Lubango, no Lobito, aparecem jornais que fogem ao controlo dos organismos do MPLA para difundirem habilmente as ideias fraccionistas. (MPLA, 1977, p.16)

Assim como Nito, o MPLA destacou a importância do controle de órgãos de informação pelos inimigos – fraccionistas, notadamente o *Kudibanguela* e o *Diário de Luanda*, além de outros em regiões fora de Luanda, que foram fundamentais para a difusão da posição dita anti-MPLA. Esses veículos teriam ganhado notoriedade no passado ao fazer ataques aos grupos guerrilheiros rivais – UPA e UNITA. No entanto, após a independência, voltaram-se contra o próprio MPLA, inclusive utilizando-se de organismos do partido que eram caros à população, como as CPB, para conclamar a população contra o MPLA. Foram citadas as mídias e os responsáveis por elas:

Para apoiar toda esta acção fraccionista foi mesmo montada uma rede de apoio ao nível dos órgãos de informação onde sobressaíam o extinto "Diário de Luanda" (dirigido por Virgílio Frutuoso) e alguns programas da Rádio Nacional como o "Kudibanguela" (com Mbala e Rui Malaquias) ou o "Povo em armas" (com Galiano e Nado). (MPLA, 1977, p. 22)

Como detentores das políticas oficiais, a cúpula do MPLA no poder pôde extinguir as publicações e proibir os programas de rádio. O MPLA também pôde extinguir os organismos vinculados ao Poder Popular, embora a oposição de muitos membros da cúpula do MPLA ao Poder Popular, acusação feita por Alves nas *Treze teses*, não tenha sido explicitada no documento oficial que analiso aqui, pelo contrário. Após o 27 de Maio e já com o início da repressão, o programa foi articulado como vontade genuína dos dirigentes: “Caminharemos assim para o fortalecimento do Poder Popular, inteiramente ao serviço das massas e não ao serviço de alguns oportunistas.” (MPLA, 1977, p. 63). Ao omitir o posicionamento de dirigentes que eram contra o Poder Popular e colocar seu ensejo de fortalecer o programa, o MPLA pragmatista tentou estabelecer uma relação entre seu governo e os interesses populares, que viam com bons olhos os organismos do Poder Popular. Até aquele momento, por ter sido implementado por Nito Alves, o Poder Popular só era associado ao MPLA via seu ex-ministro, o que precisava ser ajustado pelo partido a favor do partido – sua cúpula.

Ainda, a concepção do que era o MPLA foi pautada pelo partido no documento, em muitos momentos em resposta às *Treze teses* e às disputas narrativas e midiáticas vigentes. É na contraposição àqueles que designava como fraccionistas que o MPLA conseguiu se apresentar como unitário. É em contraposição às acusações que fazia ao outro – o grupo nitista – que a cúpula do partido emergia como o verdadeiro e legítimo MPLA.

7.2.2. Os dois MPLAs: legitimação e corrupção

O documento aponta para um desprezo do grupo nitista para as especificidades, a constituição, a história e a importância do MPLA, assim como para um desconhecimento da realidade angolana face a outros países comunistas, por exemplo, Portugal, com o qual, como já mencionado, o grupo supostamente nutria afinidades:

Angola conheceu uma dolorosa experiência com as chamadas esquerdas do antigo país colonizador, que vieram para Angola ou aqui se encontravam já, em franca oposição com o colonizador, mas que depois da independência continuaram a não acreditar na capacidade dos angolanos se governarem [...] praticaram o paternalismo... de "esquerda", erigindo-se em mentores ideológicos da nossa juventude, a quem transmitiam os esquemas da luta política em Portugal, esquecendo-se de que aqui tudo era diferente, principalmente o Povo. (MPLA, 1977, p. 58)

Um aspecto que o trecho acima ajuda a evidenciar é a relação entre o MPLA e a ruptura com o colonialismo, que não se deu como esperado no pós-independência. O argumento do partido foi no sentido de diferenciar-se das ‘esquerdas do antigo colonizador’, que era a principal característica para a qual Tali (2019) chama a atenção entre os membros da ala pragmatista do partido, que apostavam numa revolução que considerasse as especificidades de Angola no processo revolucionário. Ao passo que Sita Valles encarnava uma conexão, e portanto uma continuidade, com os movimentos portugueses e a juventude angolana, que eram influenciados pelo modelo soviético de socialismo que, a despeito da relação entre URSS e Angola, não dava conta inteiramente das demandas locais.

Assim, para os autores do documento – e portanto, oficialmente, para o MPLA – os fraccionistas ignoravam também esta característica que estivera presente na história e na luta do MPLA por modelo de nação que olhasse para o país. O documento afirmou que o grupo:

A nível do Movimento, além da fraseologia insensata que se procurava instilar na massa militante, além de infiltrações de agentes nos organismos que se pretendiam destruir ou pelo menos enfraquecer, tentava-se estabelecer comparações entre o MPLA e alguns partidos comunistas com dezenas de anos de existência, para procurar provar desvios de linha e concepções errôneas dos dirigentes, ignorando sempre, conscientemente ou não, que o MPLA não é um partido comunista, nem sequer é um partido, e que as leis universais que regeram a nossa luta de libertação não fizeram desaparecer a especificidade dessa luta, mesmo no pós-independência. (MPLA, 1977, p. 29)

Esse argumento pautava-se no fato de que, para a cúpula do partido, o MPLA era um movimento de libertação, vide seu documento de criação e seu estatuto, não um partido comunista, como fazia parecer, por exemplo, as *Treze teses*. O MPLA veio a se estabelecer como partido oficialmente no 1º Congresso Ordinário do MPLA, que aconteceu entre 4 e 10 de dezembro de 1977, após o 27 de Maio, quando se tornou MPLA-PT.

Assim, segundo a acusação da cúpula do MPLA na *Informação*, a consequência dessa confusão e deste desconhecimento dos nitistas sobre a essência do MPLA teria se traduzido, na dinâmica nitista, numa concepção errônea de teorias e discursos que não respeitavam as especificidades de Angola e do MPLA, tendo os nitistas acusados muitos membros do MPLA

por seus posicionamentos, numa mobilização que tentou responder às acusações de maoísmo, direito ou social democracia por parte do grupo fraccionista. Sobre o tema, o MPLA declarou:

concluiu infantilmente que o Comitê Central do MPLA e o seu Bureau Político incorriam em desvios "direitistas" e "maoístas". Tais conclusões foram naturalmente "injectadas" com o mesmo infantilismo irresponsável a outros organismos da Juventude, por jovens previamente "instruídos" pela clique fraccionista. (MPLA, 1977, p. 24)

Acusações com viés de disputas geracionais estavam presentes: conforme mapeei a base dos apoiadores de Nito Alves no capítulo anterior (item 6.2.1, especificamente), esta era formada em grande medida por membros mais jovens. Esses militantes eram oriundos da JMPLA, o organismo da Juventude do partido, das organizações estudantis em universidades, sob influência sobretudo de Sita Valles, também ligada ao DOM Nacional; outros militantes eram devido à circulação de Nito Alves nos musseques, sua presença junto de cantores e times desportivos, dentre outros. O MPLA acusava os discursos e as atitudes dissidentes de serem infantis e reduziu suas críticas às principais categorias usadas por Alves, sem um aprofundamento sobre elas:

Todo esse arsenal resumia-se, por um lado, em classificar a Direcção do Movimento de "social democrata" ou de "direitista", ou de "social chauvinista", ou de "anticomunista" ou de "maoista" ou de "antisoviética", com uma argumentação desconexa, sem qualquer respeito pela verdade, nem pela história do MPLA, e sobretudo revelando uma total incompreensão das realidades da revolução angolana. (MPLA, 1977, p. 29)

Segundo o documento, a falta de entendimento dos envolvidos nitistas sobre o que era o MPLA e sobre o próprio marxismo, gerava, também, comparações errôneas entre o movimento e outros partidos e países comunistas ou socialistas. O MPLA alegou que

[os] fraccionistas pretendiam com esta tática não só afastar a direcção do MPLA dos partidos comunistas amigos, mas atrair o seu apoio, aparecendo a seus olhos como os melhores defensores dessa amizade. (MPLA, 1977, p. 35)

O grupo fraccionismo, alegava o MPLA, tentava ganhar para si o apoio dos soviéticos ao tentar mostrar um anti-sovietismo da parte da cúpula. Contudo, em dado momento, o documento lembrou o compromisso do MPLA com o marxismo desde seu manifesto de fundação de 1956:

A opção socialista do MPLA, embora expressa mais explicitamente na 3ª Reunião Plenária do Comitê Central, está contida em todos os documentos do MPLA, a partir do Manifesto de 1956. O estudo do marxismo-leninismo foi sempre preocupação de todos os militantes e o primeiro CIR em 1964 já o incluía nos seus programas. Esse estudo foi sempre enriquecido com os ensinamentos do Povo de cada uma das Regiões onde se desenvolveu a luta, bem como os ensinamentos dos trabalhadores das zonas urbanas. (MPLA, 1977, p. 60)

O posicionamento do MPLA era manifesto, o estudo do marxismo-leninismo estivera desde sempre presente no movimento – e vale lembrar que a URSS era ainda o grande apoiador do MPLA em Angola, que permanecia numa guerra civil no mundo polarizado da Guerra Fria. Portanto,

essa intelectualidade tornou-se mais um dos agentes do confucionismo ideológico que veio a constituir uma sabotagem declarada à opção socialista do MPLA e às iniciativas do Comitê Central que visavam realizar na prática essa opção a partir da realização do Congresso e da decisão da criação de um Partido Marxista-Leninista. (MPLA, 1977, p. 30)

O MPLA-PT foi criado meses depois e o Comitê Central não se opôs a tal decisão, o que, segundo a cúpula, demonstraria, portanto, que os fraccionistas tentavam confundir o povo com ideologias erradas, inclusive mencionando Agostinho Neto que, supostamente, teria se posicionado contra a luta de classes, em resposta às alegações fraccionistas sobre o tema:

O Camarada Presidente tem insistido com frequência na necessidade de combater a tendência de se cair numa errada concepção da luta de classes que conduza ao isolamento da classe operária face aos seus aliados - o campesinato, a pequena burguesia patriótica e os intelectuais revolucionários. (MPLA, 1977, p. 62)

Este grupo fraccionista de Nito Alves seria, então, ideólogo de um marxismo errado. Tentavam confundir o povo e o colocar contra ‘seus aliados’ – e é interessante notar que, dentre esses aliados estão a ‘pequena-burguesia patriótica’ e os ‘intelectuais revolucionários’, ou seja, muitos daqueles que se identificavam como MPLA pragmático que combateu a dissidência, que no limite, para a ala legitimada do partido seria

portadora inconsciente de um certo "paternalismo ideológico" que frequentes vezes assume a forma de um neocolonialismo intelectual, incapaz de se identificar completamente com o povo angolano independente e com os militantes formados no seio do MPLA, desprezando altivamente a maturidade e a experiência dos militantes que viveram ou dirigiram a luta durante 20 anos. (MPLA, 1977, p. 30)

O grupo, conforme o MPLA, desconsiderou a história do movimento, o comprometimento de cada dirigente com os caminhos que os levaram à independência, suas vivências e experiências, e agia para promover seus próprios interesses e membros:

Eram eles que sistematicamente lançavam o nome de Nito Alves, pondo em dúvida a capacidade do Comitê Central, do Bureau Político e do próprio Presidente do MPLA e da RPA para resolver os problemas, QUE AFINAL ESTAGNAVAM POR SUA DELIBERADA SABOTAGEM. (MPLA, 1977, p. 21, destaque do original)

Nito Alves foi o principal nome do movimento e, ainda que fosse membro do Comitê Central e do Bureau Político, foi posto – e também se colocou como – apartado desses organismos e contrário a eles. Foi inculcada aos fraccionistas a acusação de sabotagem. Segundo o documento, “homens de confiança dos fraccionistas que viriam a ser dóceis instrumentos da sabotagem que foi posta em prática para desacreditar o Governo, sobretudo no que dizia respeito à distribuição de bens de consumo” (MPLA, 1977, p. 20). Aos fraccionistas coube a responsabilização pelas várias mazelas que assolavam Angola pós-independência, como a crise no abastecimento; sabotagem da educação, do fornecimento de alimentos, campanhas de corte de cana, como exemplifica o trecho a seguir:

Eram esses Comissários Provinciais quem proibia a livre circulação das mercadorias, quem dificultava a distribuição dos bens de consumo tão dificilmente adquiridos pelo Governo para suprir as faltas devidas ao abaixamento da produção; eram esses Comissários Provinciais quem travava o escoamento da produção dos camponeses, ora fazendo promessas que sabiam não poder cumprir, ora responsabilizando os órgãos centrais das dificuldades existentes. (MPLA, 1977, p. 21)

A circulação de bens, alegavam, era interceptada pelos fraccionistas. O documento retomou a questão:

Ao nível da distribuição dos alimentos uma perfeita sabotagem foi organizada. O sacrifício feito pela Nação em importar bens de consumo não se traduzia por uma melhoria na sua aquisição por parte das populações. (MPLA, 1977, p. 30)

Em grande medida o MPLA colocava o grupo nitista como responsável pelo fracasso das políticas do governo e também de caluniar outras instituições do partido, como a DISA:

lançavam-se calúnias contra a DISA, acusando-a de prender apenas os "militantes consequentes" e de os torturar. Propositadamente ocultava-se à população os já notáveis serviços prestados pela DISA à Nação no combate à infiltração de agentes do inimigo, aos kamanguistas [traficantes de diamantes], aos OCAS [comunistas] [...] os fraccionistas não hesitaram em criar a sua rede de espionagem que estenderam mesmo até ao nível da Presidência da República. (MPLA, 1977, p. 32)

No trecho acima, outro elemento foi adicionado à lista de estratégias contra o partido: a criação de uma rede de espionagem. Os acusados praticavam uma série de atos entendidos como corrupção, conforme alegado pelo partido: “Nito Alves e o seu grupo não deixaram de tirar partido de todas as possibilidades de manobra oferecidas pelo Ministério da Administração Interna, chegando mesmo a utilizar a corrupção.” (MPLA, 1977, p. 20). Alguns

exemplos de corrupção, para além da sabotagem na circulação de alimentos, foram dados:

Esse grupo não só furtava documentos, mas tinha a missão de corromper outros elementos da Segurança, explorando sentimentos regionais, racionais ou tribais, sempre enroupados das fórmulas ocas tipo ‘direitismo’ ou outras do gênero. (MPLA, 1977, p. 32)

Inclusive no dia 27 de Maio outros crimes teriam sido descobertos:

No próprio dia do golpe de estado verificou-se que oficiais fraccionistas guardavam (e muitas vezes utilizavam em seu proveito) as somas destinadas aos combatentes, dizendo-lhes que ainda não as tinham recebido. Nos dias que se seguiram ao golpe foram descobertos nas pastas, nos cofres e até nos bancos em nome dos fraccionistas, milhões de kwanzas que se destinavam aos soldados e que inexplicavelmente permaneciam há meses nas mãos dos responsáveis. (MPLA, 1977, p. 33)

As estratégias adotadas pelos fraccionistas teriam visado a desacreditar o partido e prejudicá-lo. O Comitê Central teria ficado sabendo disso e trazido à tona o problema do fraccionismo em outubro de 1976, quando da 3ª Plenária. Constatou na *Informação* que na reunião fora apresentado

[um] relatório sobre "Organização" em que se apontava uma série de questões que dificultavam o trabalho organizativo pois dava a ideia que se estava na presença de dois MPLA, um dos quais liderado por Zé Van-Dúnem e Nito Alves. Uma Comissão do Comitê Central, chefiada pelo Camarada José Eduardo levou a efeito esse inquérito. (MPLA, 1977, p. 26)

Foi apresentada, de maneira oficial, a formação de dois MPLA e a instauração da Comissão de Inquérito. Sobre o caráter secreto de tal Comissão, afirmou-se:

só a Comissão de Inquérito do Comitê Central estava mandatada para receber [as *Treze teses*]. Mas, através da sua rede clandestina, o grupo fraccionista deu-lhe ampla difusão, à escala nacional, e mesmo a nível de certas embaixadas. Cinicamente, entretanto, o grupo fraccionista queria que o Comitê Central mantivesse secreto o simples facto de que decorria um Inquérito a respeito de dois dos seus membros. (MPLA, 1977, p. 36)

O MPLA também se manifestou sobre as acusações de Nito a respeito da divulgação da existência da Comissão de Inquérito, a qual teria recebido caráter de ‘secreta’ pelo Comitê Central, na altura da 3ª Plenária, quando foi implementada. Conforme lembrou o MPLA, supostas acusações e discursos de dirigentes que comentaram a situação de Alves e Zé Van-Dúnem perante o partido tinham alcance menor que a notória circulação que o grupo deu às *Treze teses*.

Na sequência dos acontecimentos que antecederam o 27 de Maio, o MPLA, especialmente na pessoa de Agostinho Neto, teria tentado recuperar os fraccionistas e dar-lhes

outras oportunidades. Sobre a reunião na Cidadela, constou no documento:

No Comício da Cidadela, dia 21 à tarde, o Camarada Presidente deu a conhecer a todos os militantes do País a decisão do Comitê Central de expulsar os dois elementos fraccionistas e de dar "um combate verdadeiro e sério a todos os fraccionistas" [...] Ficou porém explícita a decisão de procurar recuperar para o MPLA estas "ovelhas transviadas". Ainda aqui era respeitada a filosofia do MPLA de dar oportunidade aos militantes que erraram, de se redimirem. (MPLA, 1977, p. 41)

O MPLA afirmou que, a despeito da leniência do MPLA, o grupo persistiu com seus planos de dar um golpe de estado, o que levou aos acontecimentos do dia 27 de maio de 1977.

7.2.3. O 27 de Maio e seus desdobramentos

O MPLA recontou os acontecimentos do 27 de Maio. Saliento o caráter oficial da publicação: trata-se da informação produzida pelo Comitê Central, que circulou como publicação em Angola e demais países. Assim estaria previsto o dia do golpe segundo a informação do Bureau Político:

Quando o povo se concentrasse no Palácio, Monstro, que se conservaria do Ministério da Defesa e Bakalof, que acompanharia Nito Alves, deveriam intimar o Presidente a demitir-se e a destituir o Governo e o Bureau Político após o que anunciariam aos "manifestantes" que Nito Alves ia ler nesse momento uma proclamação pela Rádio, já como "Presidente da República". [...] Começava com as seguintes palavras: "Povo Angolano: o Governo acaba de ser derrubado". Depois de falar na "fome, miséria e repressão" dizia que "as massas populares e as gloriosas FAPLA proclamam a todo o País a Insurreição Popular Armada". (MPLA, 1977, p.46)

No entanto, a despeito da trama habilmente idealizada, segundo o documento oficial do MPLA, o plano dos nitistas passou a ser reelaborado e executado de forma bastante amadora na medida em que o Comitê Central do MPLA tomava conhecimento dessas ambições:

O plano pacientemente preparado durante cerca de três anos teve afinal de ser posto em execução quase sobre o joelho. Betinho e o grupo das CPB perdem a confiança nos militares e voltam ao esquema do dia 20: "insurreição popular seguida de intervenção militar a pretexto de protecção ao povo". (MPLA, 1977, p. 43)

Posta a expectativa do golpe militar, era preciso contar com apoio do exército. Segundo o documento: "uma nova estratégia golpista é elaborada, prevendo mesmo o golpe militar. Para isso era preciso motivar as massas e em particular o exército, através de uma intoxicação sistemática" (MPLA, 1977, p.26). A tomada de lado por parte dos militares no dia 'do golpe' era uma incógnita para os ditos fraccionistas. O MPLA reiterou diversas vezes ao longo de todo o documento que não houve uma adesão popular expressiva ao golpe. Pelo

contrário. À tomada da Rádio Nacional nas primeiras horas da manhã do dia 27, “[a] Rádio começa a lançar para o ar a estranha fraseologia do fraccionismo que logo alertou e inquietou todo o Povo, de Cabinda ao Cunene.” (MPLA, 1977, p. 48). O ‘Povo’ teria, portanto, reconhecido o golpe e se colocado ao lado do MPLA. Assim como no documento de Nito Alves, o ‘Povo’, em disputa, figurou como detentor da consciência. Mais uma vez podemos vislumbrar um espelhamento das dinâmicas de acusação e defesa, que disputavam as mesmas categorias.

O MPLA explicou, inclusive, o episódio da ambulância:

tomada do quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9ª. Brigada, de onde os bandidos golpistas haviam retirado à pressa [sic] os Camaradas Comandantes DANGEREUX, Comandante NZAJI, Major MINGAS, Comandante BULA, Comandante EURICO, Comandante GATO e Camarada GARCIA NETO, cujos corpos apareceram mais tarde selvaticamente carbonizados, juntamente com o Camarada CRISTINO SANTOS do Comitê de Acção do Sambizanga e do combatente das FAPLA, JOÃO RODRIGUES. Os depoimentos indicaram que eles foram fuzilados por ordem directa de Nito Alves. (MPLA, 1977, p. 50)

Foram nomeadas as vítimas, narrados os acontecimentos e atribuída culpa a Nito Alves. Não foram nomeados os depoentes que acusaram Nito Alves de ser o mandante dos fuzilamentos. Além do incidente, o grupo “[d]ecidiu-se [por] não mais salvaguardar o nome do Camarada Presidente. Os inimigos agora eram o Comitê Central, o Governo e o próprio Camarada Presidente” (MPLA, 1977, p. 42). Além das comunicações oficiais do MPLA, não houve outros testemunhos a que tive acesso que trouxessem evidências de que o presidente fora ameaçado pelo grupo nitista em nenhuma medida; no entanto, no documento aqui analisado consta explicitamente que: “[se o] Presidente não aceitasse as suas exigências, como pensavam, seria morto” (MPLA, 1977, p. 46).

Diante do assassinato de altos dirigentes atribuído ao grupo fraccionista e das supostas ameaças a Agostinho Neto, “O Camarada Presidente foi explicando o desenrolar dos acontecimentos a Nação inteira, brutalmente ferida por tão vil traição” (MPLA, 1977, p. 53). Este trecho fez referência às proclamações de Agostinho Neto nos dias 27 e 28 de maio. Neste sentido, o MPLA afirmou:

Postos uma vez mais a prova de uma forma tão violenta quanto inesperada, os militantes do MPLA, guiados pela inabalável firmeza do Camarada Presidente Agostinho Neto, souberam vencer as dificuldades e, melhor temperados que nunca, prosseguir nas tarefas prementes de combate aos fraccionistas. (MPLA, 1977, p. 54)

Com a intervenção autorizada pelo presidente e do apoio popular, o golpe foi contido –

com ajuda dos aliados cubanos. Após a contenção do golpe, segundo o documento: “Os golpistas desorientados escondiam-se por toda a parte, abandonando armas e fardas, mas acabando por ser apanhados pelas brigadas das FAPLA, da Segurança e por elementos da população” (MPLA, 1977, p. 51). O MPLA alegava que os fraccionistas tentaram fugir de maneira desorganizada, talvez por não previrem seu insucesso.

O MPLA articulou essa vitória a seu favor, declarando que “[e]ste doloroso acontecimento não deixou de traduzir-se em mais uma extraordinária vitória do MPLA sobre os seus inimigos” (MPLA, 1977, p. 54). O MPLA afirmou ainda que:

O seu insucesso [do grupo nitista] salvou Angola e o Povo inteiro de dramáticas consequências que arrastariam a Nação para uma catástrofe incomensurável. Se já o plano do golpe previa os assassinatos, o que aconteceria se os golpistas pudessem actuar por mais algumas horas? (MPLA, 1977, p. 55)

E continuou apresentando um cenário catastrófico:

Que consequências resultariam de um sucesso ainda que limitado do plano golpista? [...] Os projetos da Habitação, da Saúde e da Educação seriam completamente deitados por terra, e a verdade é que o plano golpista não passava além da Proclamação na Rádio Nacional. Nada foi previsto em benefício do Povo, a favor da Reconstrução Nacional. Nito Alves, Zé Van-Dúnem e os seus sequeiros foram capazes de prever a destruição do que se está a construir. (MPLA, 1977, p. 55)

A proclamação, como apontado, foi localizada com Sita Valles, que a teria escrito: “E não se esquece no final de “decretar o Estado de Sítio”” (MPLA, 1977, p. 46). Tal conjuntura impunha ao MPLA a necessidade de uma dura intervenção. Afirmou:

os preparativos que antecederam a consecução do golpe e que insistiam na divisão dos militantes e na divisão do Povo através de uma teia de calúnias criminosas, as ligações estranhas com numerosos elementos estrangeiros onde a manipulação imperialista não conseguiu, apesar de tudo, passar despercebida, todos estes factores obrigaram a que fosse declarado o “estado de excepção” que permitiu desde logo cortar cerce [sic] todas as veleidades de novas tentativas de golpe que viessem a ser forçadas, para aproveitar a situação perturbada que gerou. (MPLA, 1977, p. 54)

Ao referir-se às suas estratégias, a escolha foi adotar a expressão ‘estado de excepção’, e não sítio. De todo modo, tal qual João Lourenço 44 anos depois, o MPLA estava reconhecendo que foram adotadas medidas severas, que se explicavam pela gravidade do cenário. Mas essa era uma culpa compartilhada.

Compartilhada primeiro com os fraccionistas, que tentaram perpetrar a dissidência no interior do próprio MPLA. Mais do que isso, segundo o MPLA, puderam ser observados “elementos concretos da intervenção imperialista nesta trama, onde um pseudo-esquerdismo

serviu de cortina à participação imperialista” (MPLA, 1977, p. 59). Nesse sentido, exemplos bastante diversos foram citados:

durante os dias previstos para o golpe, as nossas fronteiras do Norte e do Sul foram objectos de graves provocações, violações e mesmo um aumento da concentração de tropas zairenses e sul-africanas. Como souberam esses países o que se iria passar? O mundo inteiro deu-se conta das declarações do presidente do Zaire a favor do golpe e de Nito Alves. [...] Savimbi e os seus agentes imediatamente apoiaram o golpe, manifestando terem conhecimento do que se iria passar. De Londres um estranho representante de Nito Alves anunciou que se deslocava a Paris para encontrar elementos da UNITA... As chancelarias ocidentais estavam optimistas quanto às vantagens que o sucesso do golpe traria aos interesses capitalistas. (MPLA, 1977, p. 55-56)

Foi apontada a presença da ligação com os chamados *inimigos*: UNITA, Savimbi, Zaire, mostrando que havia ligações sendo tecidas pelos fraccionistas e alarmando o povo sobre as ameaças que representavam. No contexto de guerra civil que afetava a população, o MPLA colocou o nitismo como paralelo e relacionado à UNITA.

Depois, esse sentimento de punição era compartilhado com “[o] Povo inteiro de Angola [que] exigiu que os crimes abomináveis cometidos por este bando de aventureiros, traidores e ambiciosos fossem castigados com a maior severidade e sem perdão.” (MPLA, 1977, p. 53). Dessa forma, o MPLA incentivou a denúncia e a caça aos fraccionistas, sendo esta, segundo sua cúpula, uma legítima ação esperada, apoiada e solicitada pelas massas que se envolviam nas denúncias; essa posição, em grande medida, justificou e legitimou a perseguição, o encarceramento, a purga, enfim, a violência que se seguiu ao 27 de Maio. Ficou estabelecido:

Um TRIBUNAL MILITAR ESPECIAL foi criado para julgar os implicados no traiçoeiro golpe de 27 de Maio e corresponder ao sentimento nacional de castigar sem perdão todos quantos revelassem responsabilidade na sua organização e execução. (MPLA, 1977, p. 54)

O Tribunal Militar Especial não pode ser circunscrito à Comissão das Lágrimas, que atuou, segundo Pepetela, selecionando depoimentos, mas a englobava. O MPLA explicou que esse Tribunal deveria ‘corresponder ao sentimento nacional de castigar sem perdão’. Além do Tribunal, o MPLA entendia a necessidade de impedir que novas dissidência surgissem. Nesse sentido, afirmou:

Liquidada a verborreia fraccionista é necessário aprofundarmos seriamente o estudo dos fundamentos marxistas-leninistas que orientarão toda a nossa actividade, num aumento constante do nível político e ideológico dos militantes. (MPLA, 1977, p. 59)

Ou seja, o MPLA propagava julgar importante olhar para o interior do movimento no

sentido de aprimorar a formação teórica de seus militantes, para impedir que outras dissidências tomassem forma, o que significava aprofundar o ensinamento teórico do marxismo-leninismo para que não fosse mal apre(e)ndido. Neste sentido, retomou também o problema da distribuição que era dos maiores incômodos para as massas na época. Disse:

A luta contra os últimos redutos dos golpistas, lacaios servís de todos os imperialistas, fortalecer-se-á ainda com a contribuição que cada militante der a solução dos problemas actuais de abastecimento, da produção e da equalização e disciplina nos sectores de trabalho. [...] Apliquemos a Ditadura Democrática Revolucionária, para acabar de vez com os sabotadores, com os parasitas, com os especuladores. (MPLA, 1977, p. 63)

Como explicitado no trecho acima, o MPLA clamou e valorizou a participação popular nos processos de abastecimento. Para resolvê-los, além do envolvimento dos militantes na solução dos problemas, esse ponto passava, primeiro, por resolver as diferenças com os fraccionistas. Assim, havia a promessa de melhorias concretas na vida da população angolana, mas essa promessa vinha unida à repressão e perseguição àqueles que se opunham ao MPLA.

Já no documento de julho de 1977 o MPLA anunciava a ‘Ditadura Democrática Revolucionária’, o que reverbera como uma contradição *a priori*. O MPLA declarou que instauraria uma ditadura, o que de fato aconteceu, mas a travestiu de democracia, ignorando que são conceitos excludentes. De todo modo, essa postura (anti)democrática, violenta e repressiva do MPLA fez com que as reclamações contra o partido perdessem forças; o foco principal do MPLA naquele momento era vigiar a militância de seus membros:

Organizemos melhor a nossa vigilância e liquidemos no ovo quaisquer novas tentativas de fazer reviver o fraccionismo no MPLA e o divisionismo no seio do Povo. [...] Vigilância nos locais de trabalho, vigilância nos bairros. A participação militante na denúncia aos fraccionistas tem sido exemplar. (MPLA, 1977, p.63)

Por fim, o movimento declarou: “Morte aos fraccionistas!” (MPLA, 1977, p. 64). A imagem de um MPLA pragmatista ficou evidente e a de Agostinho Neto saiu fortalecida como legítimo representante dos anseios e da coragem do ‘Povo’ angolano. Mais uma última vitória, desta vez à última dissidência do partido: depois do 27 de Maio o MPLA deixou claro que não toleraria mais oposições à cúpula legítima – MPLA / Neto e combateu apenas a UNITA.

Nos excertos acima, embora os trechos aparentem ser apenas repetitivos, cabe apontar que eles são retomados e reiterados diversas vezes ao longo do texto, em momentos distintos,

fazendo com que o leitor repita constantemente as mesmas ideias. As iterações dos termos também são substanciais. No texto completo, o termo *fraccionista* aparece 82 vezes e *fraccionismo* 17 vezes; *golpista* é mencionado 29 vezes; isso demonstra que a principal acusação do MPLA ao grupo nitista se deu em função da tentativa de criar um segundo MPLA, colocando em evidência que seu maior propósito era transparecer a unidade do MPLA, propondo o partido como ideologia da nação.

Já *reaccionário* e variantes podem ser lidos 10 vezes. As categorias de *pequena burguesia* e *pequeno burguês*, por sua vez, constam 8 vezes, espelhando acusações ideológicas feitas por Nito Alves nas *Treze teses*, mas sem dar aos termos a mesma ênfase.

Destaco ainda *pseudo-marxismo*, 5 vezes, usado sobretudo para desqualificar os discurso do grupo adversário, e *racismo*, 3 vezes, e minha hipótese é que o MPLA não quis lançar luz ou centralizar tal categoria porque sempre defendeu sua neutralidade com relação a essas disputas, o que significa, certamente, tomar o lado da manutenção de brancos e mestiços nas posições que ocupavam. Nitista ou nitismo não aparecem.

Criou-se uma narrativa que não apenas acusa os ‘nitistas’ do 27 de Maio, mas que coloca a suposta tentativa de golpe como ápice de uma complexa trama articulada pelo grupo muitos anos antes, colocando a própria cúpula do MPLA como vítima das ardilosas estratégias. Naquele movimento, o MPLA se eximia, por exemplo, da culpa pelas escassas alterações produzidas pela independência, que decorriam em grande medida da guerra civil. O governo não era apresentado como culpado pela falta de alimentos, tampouco a estrutura da guerra que consumia os recursos da jovem nação; a nação era sabotada por um grupo infiltrado por forças imperialistas que, inclusive, tinha ligações com a UNITA de Savimbi. Forçou-se uma identificação com o descontentamento, com a ingenuidade, que acabou justificando a repressão, a raiva, a desconfiança, legitimando o comportamento daqueles que encabeçavam tais atitudes, as decisões dos representantes. Mais, os órgãos de poder popular foram corrompidos e, portanto, não puderam ser continuados; logo eles que não eram consenso entre o MPLA, assim como eventuais outras estruturas que não agradavam aos dirigentes que permaneceram à frente do governo. Instituiu, e dotou de um propósito, o estado de exceção. Criou uma sociedade com medo, que não questionava ou se opunha ao MPLA.

Devo frisar que essa é a comunicação oficial do governo implementado à época; isso é

importante porque, por um lado, ajuda na construção da legitimação do MPLA como governo instituído em Angola e, por outro, porque o controle sobre a versão forjou a narrativa que se estabeleceu como verdadeira, que entrou para a história da nação, para os livros escolares angolanos, e sobre a qual pouco mais foi dito posteriormente pelos dirigentes envolvidos, ao passo que muito se escreveu, questionou e publicou na tentativa de contrapor tal versão.

Essa é a versão que circulou em Portugal, sendo publicada pelo PCP, com selo das Edições Avante!. Foi também publicada em Angola, no *Jornal de Angola* de 12 de julho de 1977. Foi a base para as primeiras versões que circularam nos em publicações internacionais (FAUVET, 1977; BIRMINGHAM, 1978), e, ainda que não seja possível mensurar o impacto da produção, circulação e alcance desta narrativa, também não podemos desprezar o contexto geral em que isso se deu: pós-independência, guerra civil e Guerra Fria.

7.3. Categorias e(m) disputas

Pretendo agora apresentar uma análise sobre como categorias, em geral, e acusações, em particular, são produtoras de subjetividades ao mesmo tempo em que estabelecem e/ou reiteram disputas por posicionalidades sociais e poder. No contexto angolano da disputa MPLA pragmatista *versus* MPLA de Nito, tais categorias, em suas citações e repetições, acionaram significados imbricados à historicização dos termos e permitem entender como acusações, enquanto uma prática de nomeação, circunscrevem as alteridades e tentam atribuir ao outro, nominado, uma determinada posicionalidade social. Isso porque o sujeito, enquanto produto de múltiplas práticas sociais, está em constante transformação, em decorrência das circunstâncias, da contingência histórica e da relação com a alteridade.

Nesse sentido, alguns aspectos que moldavam as relações coloniais e estruturavam as posições dos sujeitos são úteis na compreensão das disputas pelo poder em Angola. Racismo, etnicidade e regionalidade, por exemplo, foram (e de certo modo ainda são) temas recorrentes nos conflitos angolanos anteriores e posteriores à independência, ainda que não possam ser tomados como únicas chaves explicativas. Para uma análise mais complexa, como lembra Pinto (2012), é preciso articular os fatores étnico-raciais aos aspectos econômicos, militares e regionais, entre outros, os quais Bittencourt (1999a) denominou vínculos de solidariedade. McClintock (2010) traz reflexões bastante importantes para o entendimento das imbricações entre categorias que configuram diferentes hierarquias de poder. Conforme Gomes :

McClintock parte do princípio – não tão novo para o historiador, deve-se ressaltar – de que nenhuma categoria social existe no isolamento, mas sim em relação com outras categorias, mesmo que de modos desiguais e contraditórios. (GOMES, 2012, p. 334).

Nesta medida, as categorias se apresentam como chaves analíticas interessantes para a compreensão das disputas sobre significados que pairavam entre nitistas e netistas. Chamam a atenção, especialmente, aquelas que figuraram em ambos os discursos. Acusações de fraccionismo, certamente. Mas, também, acusações forjadas nos processos de identificação – ou diferenciação – com determinados termos cujos significados estavam em disputa. O que era ser ‘marxista-leninista’, ‘pequeno-burguês’ ou ‘racista’ não fora definido de antemão, tampouco tinha um significado unívoco.

Pinto (2012, p. 106) aponta para um importante momento de inflexão do discurso do

MPLA que demonstra a captura de significados distintos. Em novembro de 1977, após a repressão ao golpe nitista e ao nitismo como movimento fraccionista, foi realizado o 1º Congresso do MPLA, que tornou o partido estatutariamente marxista-leninista, principal reivindicação de Nito Alves: a partir de então, o MPLA adicionou ‘Partido do Trabalho’ ao seu nome, tornando-se o MPLA-PT. Porém, como lembra Tali (2001, p. 242), a oficialização dessa ideologia não apresentou, na prática, a mudança do poder político proposta pelo modelo marxista-leninista – operários, revolucionários, poder popular – na medida em que o MPLA-PT permaneceu com os mesmos militantes e dirigentes integrantes da pequena-burguesia negra, branca e mestiça.

Os discursos expostos como versões do MPLA pós-27 de maio e de Nito são marcados por categorias constituídas, constituintes e transformadas nos processos históricos a partir de sua iteração em contextos distintos, por vezes opostos. Em Angola, na medida em que nos voltamos para categorias e contextos sociohistóricos em que os discursos foram enunciados, deparamo-nos com os antagonismos do pós-colonialismo. No limite, a produção de categorias na dinâmica das relações pós-independência implicou na articulação de designadores que remontavam às dinâmicas coloniais e que podem ser parcialmente elucidados a partir das posições ocupadas por velhos e novos assimilados, nos termos de Messiant abordados anteriormente, se atrelarmos-nos aos aspectos referentes a raça, classe, origem e geração. Mas, se esses processos de diferenciação nos discursos de Nito e do MPLA eram baseados em categorias e hierarquias relacionadas ao colonialismo, foram atualizadas pelo contexto da Guerra Fria e pela imposição das contradições do pós-independência.

Como aponte algumas vezes ao longo deste trabalho, é importante olhar para as formas como certas categorias foram operadas pelos sujeitos em posicionalidades e contextos específicos, uma vez que acusações se colam e definem subjetividades. Ainda que eu busque entender como os termos circularam e adquiriram significados no contexto social mais amplo, concentrei minha análise nas disputas postas por dirigentes e membros da cúpula do MPLA no poder e por Nito Alves, enquanto líder nitista. Nesse sentido, em suas *Treze teses*, Nito, outrora herói, foi acusado mas também acusador e se assumiu como inimigo a partir da diferenciação com certo ‘outro’. Na divisão entre o ‘nós’, positivo, e o ‘outro’, negativo, estava em disputa o ‘Povo’⁸⁷.

⁸⁷ Tali, disputa é uma característica frequente das rivalidades pós-coloniais, como elaboraram Oliveira (2017) e Dulley e Sampaio (2020).

7.3.1. Categorias, representação e diferença

As categorias de classe e raça foram bastante presentes nas disputas em que o MPLA se envolveu; como mencionei anteriormente, as divergências em torno das questões raciais foram recorrentes no movimento desde sua fundação e o tema do racismo apareceu com intensidade na crise nitista de 1977. De acordo com Tali, Nito foi associado a uma “ideologia racista” (TALI, 2019, p. 547). Tais categorias raciais foram habilmente articuladas por Nito Alves em seus discursos. Conforme Marques:

São frequentemente atribuídas a Nito Alves a autoria de frases que serviam para falar de brancos e negros: “filho de cobra [colono branco], só podia ser cobra [colonialista]” ou “o racismo só acabará em Angola quando brancos e mestiços varrerem as ruas.” No entanto, diversos entrevistados afirmam que Nito Alves instrumentalizou o racismo, não fazendo um ataque generalizado, mas dirigindo suas críticas à chamada burguesia burocrática composta em sua maioria por indivíduos brancos e mestiços. Esse tipo de discurso racial não só tinha apelo nos setores populares (de maioria negra), como também atraía uma elite negra que buscava ascender nas fileiras do Movimento-Estado. Só desse modo é possível compreender a participação de mestiços e mesmo brancos no grupo de Nito Alves. Essa aliança foi resultado de uma convergência ideológica, em que o caso mais emblemático é o da jovem branca Sita Valles. (MARQUES, 2012, p. 67)

Com isso em mente, atendo-me agora às acusações de racismo porque suas iterações no 27 de Maio trouxeram um duplo deslocamento aos significados atribuídos à categoria. Categorias raciais foram particularmente elucidativas, pois foram capazes de explicitar os deslocamentos de significados e a quem as categorias se destinavam (por exemplo, de brancos para com os negros e mestiços no colonialismo, ou de negros para com mestiços, como acusavam Nito Alves). Além do próprio significado, é importante apontar que a interseccionalidade com outras categorias definiu sentidos e direções – e estiveram ligadas às posicionalidades de quem enunciava. Acusações de racismo foram feitas ao MPLA pela UPA, pela UNITA e pelo próprio MPLA, explicitamente a partir de Nito Alves, mas de forma bastante sutil por membros como Viriato da Cruz.

Também o MPLA há muito utilizava as acusações de racismo para deslegitimar o inimigo, relacionando-as às categorias étnicas. As acusações de tribalismo vinham desde os primórdios das disputas com a antiga UPA e foram ficando mais robustas ao longo da guerra civil, tendo sido dirigidas também à UNITA. O MPLA era também acusado de racismo e de serem continuadores do colonialismo, tanto por quadros do próprio MPLA (vide Nito Alves e seus apoiadores), mas também pela UPA e UNITA, seus rivais ao longo das lutas pela independência e depois, na guerra civil. Assim, as acusações de racismo permaneceram,

ganharam novas nuances e se complexificaram ao longo da trajetória do MPLA. O MPLA oficialmente, no entanto, nunca articulou raça e classe. Inclusive muitas vezes, em esforços feitos pela cúpula do MPLA para mostrar que o racismo era cometido contra brancos e mestiços, fez por vezes bom uso das dinâmicas colonialistas, aplicando ao discurso racista aparatos de poder e dominação que promoveram a manutenção de seus privilégios.

Nesse sentido, o nitismo e o 27 de Maio ofereceram o espaço para emergir oficialmente o repúdio aos discursos racistas, acompanhado por uma intensa repressão, mostrando que o partido não admitiria ser confrontado pelas origens e pertencimentos raciais de suas lideranças. Com efeito, se a cúpula do MPLA não teve exatamente sucesso em impedir a circulação dos termos, provou que dispunha de meios capazes de suprimir determinadas subjetividades e impor mecanismos de controlar essas acusações.

Foi a partir de Nito Alves que a imbricada relação entre raça e classe tornou-se mais refinada e circulou de forma mais implícita. Figueiredo (2012) destaca que

é interessante perceber como, mesmo depois que o êxodo massivo de brancos tornou a raça em Angola um fenômeno demográfico meramente residual em termos estatísticos, verificou-se a existência de uma correlação forte entre as velhas categorias raciais da hierarquia colonial e as novas categorias do “socialismo científico”: “pequeno-burguês” e “contrarrevolucionário” sendo adscrições acusatórias que tinham tanto mais eficácia quanto mais clara fosse a cor da pele do alvo. Se a nacionalidade dos brancos angolanos estava já sacramentada na legislação, o reconhecimento de sua angolanidade⁸⁸ — cada vez mais identificada com o projeto de poder hegemônico da direção do MPLA — permanecia, em boa medida, uma concessão condicional. (FIGUEIREDO, 2012, p. 361, grifo meu)

Foi durante a crise nitista que a ideia de coesão do MPLA caiu por terra definitivamente, pois as divisões sociais apareceram de forma latente, influenciada também por questões relativas à raça, certamente, mas também às trajetórias sociais e à ideologia dos membros do movimento (TALI, 2001, p.79). Após a independência de Angola, houve um êxodo de pessoas brancas (TALI, 2019, p.523) tanto pelas incertezas que sentiram em ser governadas pelos antigos colonizados, quanto pelas incertezas na concessão de cidadania. As que ficaram tinham garantias e bons motivos por estarem relacionadas ao MPLA. Na esteira disso, o país viu surgir uma nova pequena burguesia administrativa-burocrática que se deu em

⁸⁸ Angolanidade também era categoria de disputa e, por isso não pode ser definida. Para os propósitos deste trabalho, uma vez que não propus olhar para as tentativas de criação de identidade(s) angolana(s), assumo a definição do sociólogo angolano Kajibanga, que define angolanidade no pós-independência como “um manifesto colectivo de convivência multi-étnica, multirracial e multicultural de todas as comunidades humanas que habitam no actual território da República de Angola. Ela, a angolanidade, reflecte o projecto de construção da nação angolana” (KAJIBANGA, 2004, p. 150).

grande medida pela política de ascensão via militância promovida pelo MPLA (TALI, 2019, p. 530); o fato de boa parte desses novos pequenos burgueses serem mestiços não era mera coincidência, mas decorrente do acesso à educação durante o colonialismo, o que não parecia possível ser reparado naquele momento.

Em meio a acusações de um lado e do outro, a (não tão) nova categoria de ‘pequena burguesia’ começou a ganhar seus contornos e ser disputada. A ‘pequena burguesia’ como designador de uma classe que tinha diferenças de interesses com o ‘Povo’ e as massas esteve em evidência muitas vezes ao longo das *Treze teses*, sendo associada ao elitismo. Na informação do MPLA também apareceu mais que termos como racismo ou tribalismo, mudando o foco das acusações raciais para posições relativas à classe. Inclusive, o MPLA faz ao nitismo a mesma acusação que este fez ao MPLA: o grupo era composto por membros da pequena burguesia. É neste cenário que ficou fortalecida a necessidade de dissociação com a ‘pequena burguesia’ e da luta pelos interesses do ‘Povo’; era necessário diferenciar-se.

Para Francisco (2013), o uso politicamente orientado de categorias ideológicas, tiradas da gramática marxista, teria ultrapassado as questões raciais em voga, o que foi demonstrado pelo envolvimento de múltiplos setores da sociedade angolana no 27 de Maio. Em parte tal colocação se confirma, inclusive justificando a presença de brancos e mestiços entre os quadros dirigentes nitistas. Assim, por um lado, as discussões de cunho ideológico foram efetivamente importantes desde as guerrilhas para implementar um imaginário de nação, captar intelectuais para dentro do movimento e convergir narrativas que forjaram passado, presente e vislumbraram futuros para o novo país, que permanecia em guerra.

Por outro lado, porém, na esteira da acusação de Nito, de uma “sistemática sabotagem ao trabalho de politização da classe operária” (BAPTISTA, 2021, p. 119), no pós-independência, os intelectuais do MPLA ocuparam-se pouco em politizar o povo nos termos do marxismo clássico e suas diferentes vertentes ideológicas de forma efetiva. Com efeito, termos que designavam categorias ideológicas, como maoístas, sociais democratas, ou mesmo esquerdista / direitista, foram menos inteligíveis para as massas, até porque não havia um modelo ideológico comum a todos os dirigentes do MPLA. As categorias de maoísmo, leninismo, ou acusações de um e outro dirigente estar ligado às correntes iugoslavas ou albanesas pouco reverberaram. Desta forma, tais termos tiveram seus significados deslocados com mais facilidade – o que não significa, como lembra Francisco (2013), que o MPLA não tenha instrumentalizado o uso da gramática marxista para se estabelecer enquanto

um poderoso instrumento ideológico-identitário na construção de uma representação da sociedade angolana estruturada em torno do projeto de entrada na modernidade, no quadro de uma economia de direção central e planificada, da unidade do estado nação (materializada em palavras de ordem como, por exemplo “Angola de Cabinda ao Cunene” e da “construção do homem novo”. O que significa que, com a instituição de um regime de partido único, o MPLA irá tutelar o modo como as populações devem representar o mundo e representarem-se a si próprios. Este processo centralizador e de homogeneização da sociedade ganhou um forte alento após a tentativa de um golpe de Estado, de 27 de Maio de 1977, que teve o efeito de reforçar o carácter unipessoal e centralizador. (FRANCISCO, 2013, p. 79-80).

Nesse sentido, se o 27 de Maio esvaziou certos termos em disputa, também sancionou o uso da violência e uma cultura de não questionamento ou discussão política, que possibilitou ao MPLA se institucionalizar e legitimar como governo diante de toda comunidade internacional que ouvia rumores da guerra civil. Isso incluiu definir capitais simbólicos que criaram processos de diferenciação dentro do partido e, então, na sociedade.

Para tanto, o Congresso de dezembro de 1977 foi efetivo: além de imprimir a orientação marxista-leninista oficialmente ao partido – mesmo que sem grande efetividade, como aponta Tali (2001), foi possível endurecer os critérios de aceitação à adesão no movimento. Vale lembrar que, ainda que nos estatutos estejam previstas estruturas coletivas de poder, como os próprios Bureau Político e o Comitê Central, o MPLA se estabeleceu quase que como partido-nação ancorado no presidencialismo – e na fidelidade a Agostinho Neto e seus apoiadores da velha guarda, como Lúcio Lara e Lopo do Nascimento.

No limite, essa fidelidade, como argumenta Francisco (2013), é o principal critério para o acesso e acumulação de capital político, a despeito das trajetórias dos indivíduos. Este princípio criou uma estrutura de privilégios baseada nas posições ocupadas no partido e no governo. Isso estabelece uma rede complexa de relações, moldada por um sistema de classificação e um discurso identitário que enfatizam a pertença ao partido e reforçam critérios rígidos de inclusão e exclusão na sociedade angolana.

Por fim, ainda tomando de empréstimo termos da gramática marxista, a acusação mais reiterada pelo MPLA é a de fraccionismo. Segundo definição do dicionário, fraccionismo é “nome masculino; tendência ou movimento que advoga ou promove a dissidência no seio de um de grupo ou organização; do latim *fractiōne*- «ação ou efeito de quebrar; fração»+-ismo”⁸⁹. Como argumentei, as categorias ligadas a ideologias não tinham grandes efeitos sobre as massas. Esse (não tão) novo inimigo, o ‘fraccionismo’, foi assim definido e contextualizado

⁸⁹ Fraccionismo no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fracionismo>> - Acesso em 25 mai. 2023.

em discurso de Agostinho Neto proferido em 12 de junho de 1977 novamente no ginásio Cidadela, em Luanda, posteriormente publicado pelo MPLA:

Nós sempre consideramos importante para o nosso Movimento, o MPLA, para o nosso País, Angola, que exista unidade. No MPLA, nós somos um e temos regras para a vida da Organização. Não somos diversos! Somos um ou devemos ser um. E quando um pequeno grupo comece a funcionar fora dessa unidade, quando essa Unidade-Movimento se divide em dois ou três bocados, nós chamamos a esses bocados, fracções. Fraccionismo é, portanto, organizar dentro do Movimento pequenos grupos que não caminham de acordo com os Estatutos, conforme o Programa do MPLA mas sim, procuram organizar os seus próprios estatutos e o seu próprio programa. Isso é condenado desde 1956, data da fundação do MPLA, [...] e essa regra está inscrita nos Estatutos, no capítulo que fala do centralismo democrático. Portanto, quando nós dizemos fraccionismo, significa que alguém dentro da Organização, dentro do País, quis formar grupos que fossem diferentes do MPLA. Ora neste País, o único Movimento que existe é o MPLA e quem defender outro Movimento qualquer, não pode ser tolerado. (NETO, 1977b, p. 7, grifo meu)

A partir do discurso de Neto, nomeou-se o fraccionismo, associou-o a determinado “alguém”, usou-se numa publicação oficial a expressão “golpe ‘nitista’” (NETO, 1977b, p.15). Criou-se uma acusação e uma ofensa. Butler (1997) explica que palavras ofensivas nomeiam e produzem um nomeado pela interpelação violenta a *alguém*. Pensando a partir da teoria butleriana, se nomear é uma das condições pelas quais um sujeito é constituído na linguagem, com o processo de nomeação, um outro é produzido a partir da diferença. Dulley explica que

na retórica antropológica, a diferença é circunscrita pelo gesto êmico; ou seja, a constituição de unidades de análise por meio da atribuição de nomes que constituem “outros” (Dulley 2019). Os nomes que se atribui aos “outros” não são simplesmente descritores das pessoas que designam, mas o resultado de uma história de repetições e transformações relacionadas à iteração de tais significantes em determinado contexto sociocultural e histórico. (DULLEY, 2022, p. 364)

Essa trajetória de termos torna impossível perseguir suas origens, mas importam seus efeitos e por que têm efeitos, já que termos ofensivos carregam consigo um acúmulo de história que tem força a partir de convenções.

Na medida em que quem nomeia, na verdade, cita termos, Butler (1997) sugere um impasse acerca da autoria e da responsabilidade da ofensa, considerando a iterabilidade dos termos: seria o enunciado ou o falante o responsável pelo termo quando há nesta ação uma cadeia de interpelações que mobilizam o sujeito que faz o discurso e também o sujeito efeito? Nesse sentido, a autora chega num ponto importante: quem fala? Ela argumenta sobre quem pode sancionar uma identidade nos processos de constituição de sujeitos, explicando a ação produtiva da censura na configuração de tipos possíveis de cidadãos, enquanto outros seriam abjetos, tal qual a estratégia adotada pelo MPLA ao constituir discursivamente Nito como

racista, fraccionista e, portanto, o inimigo que age contra os interesses da nação angolana.

7.3.2. Das lideranças e dos inimigos

Na medida em que olho para acusações direcionadas a Nito Alves, esse processo evidencia disputas. Primeiro, pela posição e estatuto de Nito no partido e no processo de libertação; depois, pelas disputas de projetos de nação e, por fim, pela legitimação de um grupo do MPLA, que compartilhava identidades, habitus e ocupava posições específicas na sociedade angolana. Pensar as categorias articuladas nos discursos das lideranças do MPLA é um esforço de tentar elucidar os meandros das relações de poder. Conforme Oliveira (2017):

as lideranças são atores cruciais para a compreensão do cruzamento dos diferentes códigos no conflito na medida em que atuam como catalisadores dos usos das categorias e lógicas de representação ao recorrerem ao repertório simbólico segundo seus limites de plausibilidade. Ambos apregoavam a falsidade do oponente, que deveria, em última instância, ser desmantelado diante do legítimo sentimento do ‘Povo’. (...) É o ‘Povo’ (com maiúscula), grande recurso em disputa, que ambos exortam a sustentação da luta (OLIVEIRA, 2017, p. 24)

Oliveira refere-se especificamente ao contexto da guerra civil entre MPLA e UNITA, mas legitimar a liderança política do MPLA permeou, se não fundamentou, toda a disputa que culminou no 27 de Maio. Não que a liderança de Agostinho Neto estivesse em jogo: nitistas e não nitistas disputaram, dentre outras coisas, o apoio do presidente – o que fortaleceu sua posição. Não encontrei escritos de Nito que o contrapunham de nenhum modo à legitimidade de Neto.Tali, inclusive, afirma que

[a] sua [de Nito] acção defendia tanto o processo revolucionário como a pessoa de Agostinho Neto, à qual continuou a referir-se, por cálculo ou por convicção, não se sabe ainda como o líder da revolução angolana, que ele nunca contestaria abertamente e muito menos publicamente, até ao fim (TALI, 2019, p. 580)

Desejo enfatizar que a versão de que Nito tomaria o poder de Neto só está presente nos escritos da cúpula do MPLA. A estratégia discursiva adotada pelos oponentes nessas disputas pelas lideranças políticas associava esse ‘outro’ ao inimigo, tentando criar um distanciamento entre os interesses do Povo e do *outro* movimento, seja a UNITA, os nitistas ou a cúpula do MPLA. Ao mesmo tempo, procurava-se estabelecer uma dimensão de união entre o ‘si’ e o povo. Tentei evidenciar, em excertos de cada documento – as teses de Nito e a informação do Bureau do MPLA, a preocupação de ambas as partes nessa construção de um si colado ao Povo, não apenas como identificação ou representação, mas como parte integrante e, por isso, autorizado a falar por ele já que compartilhava seus valores.

Trazer as teses de Nito e a informação do Bureau buscou explicitar um corpo empírico capaz de demonstrar a variedade de designadores utilizados nas categorias mais amplas de raça, classe e ideologia, que operavam em relação umas com as outras. Ambos os documentos objetivavam a construção, através de práticas narrativas e discursivas, de um certo inimigo – da revolução, do MPLA e do ‘Povo’; afinal, o Povo era o MPLA e o MPLA era o Povo (como escrito na capa da edição nº 758 do *Jornal de Angola*, de 28 de Maio de 1977, no Anexo).

7.4. Acusações: poder e produção na/da linguagem

A imbricação entre Estado e violência é muitas vezes permeada e legitimada por uma figura do inimigo que se configura como mediadora para elucidar relações de poder, sendo, portanto, situacional e cuja “construção depende de arranjos e interesses político-sociais” (PINTO, 2010, p. 49). Com efeito, Leirner (2003) propõe conceber o Estado não como algo dado, mas em formação. Escapa aos propósitos deste trabalho analisar as concepções de Estado que foram objeto de escrutínio em Angola por ocasião da independência⁹⁰, mas é fundamental apontar que a oposição ao nitismo foi essencial para a constituição do Estado nacional, que se deu em grande medida a partir desse expurgo.

A partir da constituição de Nito Alves e seu grupo como inimigos e como representantes de um perigo à nação angolana, o MPLA pôde valer-se de seu estatuto de detentor do monopólio da violência física legítima (WEBER, 2015, p. 62) para impor, justificar e legitimar em Angola uma “Ditadura Democrática Revolucionária” (MPLA, 1977, p. 63), que era, na realidade, uma ditadura onde os direitos das pessoas foram suspensos, ou seja, um estado de exceção.

Mbembe articula o monopólio da violência pelo Estado a seu argumento central, a necropolítica, uma vez que o poder sobre a mortalidade e o direito de matar podem ser pensados enquanto “expressão máxima da soberania” (MBEMBE, 2016, p. 123), na medida em que há a prerrogativa do estado de exceção como possibilidade em situações de emergência. Diz o autor:

[n]essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar [...] o poder [...] continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. [...] Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer (MBEMBE, 2016, p. 128).

Na perspectiva do autor, a concepção de *inimigo* e de *estado de exceção* desempenham papéis cruciais para a compreensão das dinâmicas de poder e das estruturas de dominação. Nesse sentido, o inimigo não é apenas uma figura física ou uma ameaça concreta, mas uma construção política para justificar a opressão e a violência de certos grupos sociais, inclusive para justificar a necropolítica, ou seja, o poder do estado em decidir quais vidas são passíveis

⁹⁰ Autores que trabalharam com a concepção de estado e nação em Angola no pós-independência: Tali (2001; 2019); Messiant (2008); Oliveira (2013); Schubert (2017).

de serem eliminadas. Por sua vez, o estado de exceção, no entendimento de Mbembe, é uma condição na qual as normas legais são suspensas em nome da emergência e/ou da segurança nacionais. Suas principais características são a ampliação do escopo de abrangência do Estado e a restrição das liberdades individuais em nome da ordem.

Outro aspecto importante da disputa entre Nito Alves e a cúpula do MPLA foi a importância do discurso e da linguagem como produtores da figura do inimigo. Como mostram Dulley e Sampaio (2020), a imbricação entre a dimensão linguística de categorias e as posicionalidades sociais construídas historicamente possibilita a compreensão dos conflitos políticos em geral, e do conflito em Angola em particular. Pensando no contexto sociopolítico angolano daquele momento, ocupar o lugar de quem dizia a *verdade* – ou, em certa medida, quem a produzia – era central para o exercício do governo, assim como invalidar o argumento do outro, tomado como inimigo (DULLEY; SAMPAIO, 2020, p. 12). Com o início da guerra civil, imagens negativas associadas ao passado colonial ou ao imperialismo ocidental deveriam ser ocupadas por este *outro*, enquanto a imagem de movimento legítimo que deveria assumir o estado seria ocupada pelo polo do discurso que se apresentava como o polo de si.

A divisão no interior do próprio MPLA em decorrência da crise nitista o deixava frágil, uma vez que lançava luz à ausência da almejada (e alegada) unidade, distribuída em *slogans* como ‘Angola de Cabinda ao Cunene’. Esta unidade nacional era fundamental para a identidade angolana que o MPLA procurava promover. O Estado angolano, naquele momento, tentava se consolidar como um poderoso instrumento ideológico-identitário, buscando meios de atuar na construção da representação da sociedade e informar como as pessoas deveriam perceber o mundo ao seu redor. Isso importava para legitimar a posição do MPLA perante a população contra os ideais da UNITA no contexto da guerra civil, e também ia ao encontro dos ideais comunistas da construção do homem novo, que reverberou muito na produção literária local.

À época do 27 de Maio, a ruptura com o colonial e o projeto de governo não definido evidenciavam a disputa do caráter ideológico e do imaginário de nação – e das identificações. Daí a centralidade de olhar para categorias referentes a ideologia, raça e classe: em suas dimensões históricas e interseccionais, não foram meramente descritivas, mas produtoras de realidades e sujeitos. Empreendo agora um movimento que tenta dar conta de explicar como essas categorias se associaram de forma a fazer emergir um sujeito classificado como inimigo.

O MPLA tinha um histórico de repressões das dissidências internas, mas a iteração desses eventos a partir do 27 de Maio deslocou o modo como o movimento lidava com a questão. A alegada tentativa de golpe de Estado em 27 de Maio de 1977 deu ao MPLA a oportunidade de imprimir um caráter oficialmente repressivo e disciplinador ao seu governo – papel antes ocupado de maneira incipiente pelo próprio Nito Alves, vale dizer. A partir de então, o partido passou a exercer legitimamente um controle significativo sobre as narrativas ideológicas e identitárias em Angola, promovendo uma visão da sociedade baseada em seus princípios. Isso só foi possível a partir da ameaça representada pela categoria abstrata de inimigo, a partir da qual o MPLA exerceu, na esteira da tentativa de golpe pelos nitistas, o monopólio da violência estatal.

Ora, esta pesquisa surgiu de uma curiosidade pelas disputas de significado em torno dos termos acusatórios empregados nas disputas entre a cúpula do MPLA e os nitistas e nos processos de identificação e diferenciação a que essa disputa deu ensejo. Se alguém me chama de comunista, caso eu me entenda implicada na disputa, posso contra-acusar: “não, é você quem é”; posso responder apenas com intuito de ofender: “comunista é sua mãe”; ou simplesmente posso concordar: “sou mesmo”^a. Nestas interpelações há um esforço de articulação de diversas categorias que tentam atribuir ao outro certa posição social, circunscrevendo-o numa determinada alteridade a partir da nomeação e da articulação da diferença – especificamente, para os propósitos desta pesquisa, via acusação. Para tanto, tais categorias precisam ter seu sentido estabilizado, o que acontece na disputa. Por exemplo, a categoria ‘elitismo’ (e seus derivados, elite / elitista) não detém uma única definição, mas ao tornar-se abjeta a ambos os pólos da oposição, nitistas e cúpula do MPLA, precisa ser tomada contextualmente enquanto acusação que fazia sentido em Angola de 1977.

McClintock (2010) nos lembra que as categorias são historicamente produzidas – e atualizadas – a partir de relações, afetando seus sujeitos na medida em que emergem em certos contextos. Destaco também a necessidade de atenção à posicionalidade dos sujeitos nas relações sociais e enunciações, pelas possibilidades que são (ou não) colocadas à enunciação e aos seus efeitos. Dessa maneira, é necessário analisar os discursos e documentos e buscar as associações de certas categorias acusatórias que, junto com outras, possibilitaram a composição de sujeitos políticos específicos.

A acusação de racista, por exemplo, foi amplamente utilizada nos contextos nitista e,

especialmente, da guerra civil, para deslegitimação do inimigo. Essa acusação estava bastante relacionada à configuração de uma nação angolana que afirmava primar pelos direitos universais para toda a população. Desta forma, ser ‘racista’ era priorizar uma parte do tecido social em detrimento de outros. Durante o período colonial, a acusação de racismo se dava contra negros ou contra mestiços, privilegiando portugueses brancos. Ao mesmo tempo em que se manteve, a acusação de racista se transformou, tanto com relação aos contextos de enunciação quanto se considerarmos os remetentes. Esse exemplo possibilita entender a atualização das categorias ao longo das iterações e mostra que a construção de um inimigo acionava, em geral, essa continuidade com o passado colonial.

Assim, nos enunciados discursivos e acusatórios que pretendiam interpelar um inimigo angolano, havia um esforço de articulação de diversos marcadores de diferença, os quais eram enunciados na iteração (citação e recirculação) de categorias que foram lidas como acusatórias. O uso de termos como maoístas, racistas, mencheviques ou pequeno-burgueses – a despeito de seus significados – foi feito para interpelar o outro, caracterizando-o como aquilo que a sociedade não queria. Tais designadores só significaram a partir de sua historicidade e, portanto, não eram fixos; isso possibilitou a ressignificação e o deslocamento dos sentidos de certos termos. As acusações funcionaram, portanto, como instrumento de subjetivação e transformação social no pós-independência, numa disputa entre MPLA e nitistas.

Na citação de acusações, temos identidade e diferença operando em lados contrários, constituindo uma relação de alteridade e espelhamento entre inimigos. Conforme ressalta Teixeira-Pinto (2018), no entanto, essa alteridade é bastante particular e marcada pela possibilidade circunstancial do intercâmbio dos termos da relação em contextos contingentes: ou seja, quem é o inimigo não está dado de antemão. Trata-se, portanto, de conceber que as posições ocupadas por quem acusa e por quem é acusado não são fixas e estão em disputa.

Bem (2007) explica que a construção do inimigo está ligada à produção da diferença enquanto estratégia de desumanização do outro, propondo esse processo como criador de uma realidade. Assim, a construção da imagem de um *outro* inimigo se realiza na medida em que emerge também uma identidade contraposta. Nesse sentido, argumento que esses discursos narrativos evidenciaram o duplo movimento inerente aos atos de acusação, onde a tentativa de construção de uma imagem de si próprio e uma imagem oposta faz-se pela linguagem.

Assim, recorro brevemente à teoria do performativo de Austin (1962) para argumentar que, mais que descrever, a linguagem também produz. Em *How to do things with words*, Austin distinguiu dois tipos de enunciados: os enunciados constativos, que são aqueles que descrevem ou relatam coisas e podem ser, portanto, verificáveis e postulados como verdadeiros ou falsos, e os enunciados performativos, que não constata ou descrevem, nem relatam, não sendo, então, nem verdadeiros nem falsos; quando proferidos, realizam uma ação. O autor percebeu, no entanto, que tal dicotomia não era precisa: ao enunciarmos constatações, também *fazemos* algo. Como explica Arbo (2018):

Assim, pode-se concluir que todo o uso da linguagem é, de alguma forma, performativo. Falar, portanto, é sempre agir sobre o mundo. Daí temos, então, a visão de Austin para a linguagem: uma visão performativa. [...] Ao desfazer as barreiras entre constativo e performativo, Austin propõe o ato de fala como a unidade mínima de significado, sendo o ato de fala total como o objeto a ser desvendado. Um ato de fala [...] é composto por três dimensões interdependentes, a saber 1) o ato locucionário, que é o próprio ato de proferir um dado conjunto de palavras, portanto a dimensão linguística de um ato de fala; 2) o ato ilocucionário, considerado o núcleo do ato de fala, pois temos aqui a ação executada ao se dizer algo; e 3) o ato perlocucionário, que é a consequência do ato de fala, o que acontece por algo ter sido dito. (ARBO, 2018, p.187)

Para Austin, ato de fala é toda ação realizada a partir de um enunciado que só se concretiza na medida em que o enunciado se adequa a certas circunstâncias, como a autoridade de quem profere a fala, determinadas regras linguísticas ou mesmo uma resposta dada pelo interlocutor. Conforme Dulley (2020), essas circunstâncias podem ser lidas como rituais, pois citam convenções que as precedem e, por isso, também as sucederão. No limite, as convenções são citacionais, uma vez que as ações não são senão eco de ações anteriores que acumulam força da autoridade pela citação e repetição (BUTLER, 1997). A prática ritualizada seria o artifício pelo qual as convenções são mascaradas e escondem sua historicidade. O mesmo ocorre com as acusações. O processo de racialização, por exemplo, precede quem o faz, e a acusação só tem efeito porque aciona uma cadeia de significados anteriores.

Sobre os processos de constituição do sujeito na linguagem, Dulley explica:

é porque os significantes envolvidos na constituição subjetiva são tanto linguísticos quanto materiais que a linguagem performativa se entrelaça com a transformação social. Se a constituição subjetiva acontece na linguagem, e a transformação social envolve deslocamento nas posicionalidades dos sujeitos assim constituídos, a linguagem não pode ser descartada como mera representação. Pelo contrário, deve ser investigada como um aspecto central da formação do sujeito. (DULLEY, 2022, p.364-365)

Assim, “a performatividade deve ser compreendida [...] como a prática reiterativa e

citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2019, p. 16). E, porque um nome nunca é exatamente aquilo que referencia⁹¹, cada iteração cita (repete) os eventos anteriores, mas instaura uma diferença com relação a eles já que dissimula suas convenções, colocando a possibilidade de seu fracasso ou deslocamento como uma de suas características centrais⁹². É importante destacar, no entanto, que a ocorrência única de um performativo, como nos lembra Silva (2000), não teria eficácia na produção social de uma identificação, tampouco do outro ou do inimigo. Por isso as campanhas acusatórias nos meios sociais angolanos foram tão importantes. Elas mobilizaram significantes precedentes importantes, ligados, por exemplo, ao período do colonialismo, ao regime do indigenato, às disputas étnicas e regionais, assim como questões geracionais e de classe. Para Nito Alves, definir-se como guerrilheiro significava a mobilização de sua trajetória na luta contra um sistema que explorava Angola e seu povo. Essa luta era real, física e arriscada. Ao passo que, para ele, o papel dos intelectuais era desprestigiado. Para a cúpula do MPLA, era o contrário: os intelectuais detinham grande prestígio no movimento enquanto a vida guerrilheira seria romantizada por aqueles que tinham sobrevivido e se entediavam como heróis.

Deste modo, temos instaurada a disputa pelos significados e pelas posições. Mais, olhar para os enunciados produzidos com a intenção de interpelar o outro de modo a fixá-lo em certa posição social, como a de inimigo, lança luz às relações de poder que atravessam as disputas por posições no pós-independência. Dito de outro modo, as disputas articuladas a partir da linguagem produziram categorias de diferenciação que possibilitaram a emergência de um sujeito, Nito Alves, inimigo de Angola. Falamos de um sujeito construído na relação dialética de complementaridade entre discurso e posição social, atravessado por relações de poder e marcado por categorias de diferenciação que, longe de serem universais e soberanas, estavam em disputa e pressupunham a possibilidade de deslocamento de seus significados a cada iteração, bem como a atualização das posicionalidades sociais.

O que mostrei ao longo dessa análise foi como se deu a articulação de categorias e termos designadores por meio de iterações que carregaram, disputaram e deslocaram seus

⁹¹ Derrida pressupõe que cada ato de fala deve ser “repetível e identificável na, através e mesmo tendo em vista sua alteração” (DERRIDA, 1988, p. 53 - tradução minha), assim, iterabilidade implica em identidade e diferença ao mesmo tempo, porque a relação entre significante e significado não é a exata referencialidade. A ausência do referente na enunciação e à diferença entre significante e significado, Derrida atribui o termo *différance*.

⁹² Derrida (1988) contrapõe-se às ideias de Austin, argumentando que o ato de fala não é parte de um rito planejado que obedece a certas circunstâncias, quaisquer que sejam, operando pela intencionalidade do sujeito, onde a possibilidade de uma possível falha (infelicidade, nos termos de Austin) é posta em segundo plano.

significados históricos ao serem recirculadas, ao mesmo tempo que observei o lugar de onde essa linguagem – termos, categorias e acusações – foi mobilizada.

Cabe finalizar destacando que as categorias mobilizadas faziam referência ao novo processo de inserção de Angola pós-independência na dialética marxista e socialista, no contexto da Guerra Fria, mas ainda guardavam ecos do antigo processo colonial – especialmente as acusações de racismo, que apontava para os lugares sociais de privilégios de brancos e mestiços. Em boa medida, Nito foi produto desse sistema colonial português de classificações, mas, principalmente, foi vítima de um sistema repressivo que ele mesmo ajudou a implementar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silêncios, ecos e iterações

“Procurar no passado o esclarecimento do presente e a previsão do futuro.”

(ALTHUSSER apud BAPTISTA, 1976a, p. 17)

Silêncios, ecos e iterações no (re)fazer da história

Ao longo desta dissertação, propus-me a etnografar documentos para localizar, nos discursos de Nito Alves e nos de seus opositores, termos designadores que funcionaram como categorias para acusar um "outro". Ficaram evidentes, logo no início, categorias antagônicas, quase operantes como pares levistraussianos de oposição. Algumas, por exemplo, diziam respeito às posições ideológicas dentro do campo marxista (marxistas-leninistas, em contraposição aos maoístas); outras remetiam às questões de raça (negros *x* brancos e mestiços; estava em disputa: o que é ser racista em Angola?); e classe (elite *x* Povo, com "p" maiúsculo). Procurei apresentar a forma como tais categorias foram agenciadas: em quais contextos, por quem, em qual momento ou circunstância foram enunciadas? E quais as implicações disso para a construção de posições diferenciais no contexto do pós/independência?

Busquei entender como essas enunciações foram capazes de alçar Nito à posição antagônica de inimigo após ter ocupado o lugar de herói nas lutas anticoloniais. Para tanto, procedi a uma historicização dos aspectos relevantes da formação da sociedade angolana colonial, do MPLA e do próprio Nito Alves. Atentei para a importância das elites na formação dos movimentos anticoloniais e para os processos de identificação e diferenciação que operavam à época. Recontei, ainda, os episódios do 27 de Maio de 1977, apresentando outras figuras centrais, para além de Nito.

Finalmente, descrevi as principais ideias contidas nas *Treze teses*, de Nito Alves, e na *Informação do Bureau Político do MPLA*, destacando trechos dos referidos documentos, a fim de contextualizá-los. Meu anseio foi olhar para como tais processos foram articulados por cada uma das partes na construção de narrativas (oficial e contraoficial) no pós-independência angolano, que reverberam ainda hoje.

Argumentei aqui pela assimetria de poder que caracterizavam as relações. Assimetria que se manifestou nas possibilidades de circulação de documentos, na divulgação de notícias, ideias e capas acusatórias de jornais, mas, sobretudo, no uso da violência. Assumi o risco de, eventualmente, (re)criar dicotomias.

À guisa de conclusão, reflito sobre o fazer e o refazer da história em Angola e as disputas sobre as memórias, os silêncios e os esquecimentos. Gostaria de apontar aqui para os

efeitos dos passados nos presentes e pontuar que os desdobramentos do 27 de Maio marcam a iteração da disputa iniciada antes de 1977. Como iteração, as disputas se atualizam, não mais em torno das concepções ideológicas e disputas políticas que marcaram o contexto em que se deu o 27 de Maio, mas da (re)construção da memória das vítimas e das posicionalidades que hoje ocupam no contexto angolano.

Olhando para as disputas que continuam sobre o 27 de Maio, sobre Nito Alves e os anos que se seguiram a 1977, é possível perceber que de um lado há pessoas, como Jorge, querendo falar, lembrar, resistir. De outro, pessoas que tentam silenciar, reduzir, invisibilizar e, eventualmente, apagar o episódio. Como aponta Mello (2011), o silêncio é uma parte importante da pesquisa, neste caso, sobretudo os silêncios impostos pelo processo de seleção e narrativa da(s) história(s). Diz o autor:

Se o passado é um campo de disputas, as mediações com os arquivos podem oferecer ferramentas para autorizar os discursos e versões do passado, além de fornecer subsídios que permitam estabelecer continuidades com o campo de disputas que se configura no presente. (MELLO, 2011, p. 191).

Nesse sentido, é bom enfatizar que o MPLA esteve no poder durante os acontecimentos em 1977 – em realidade, desde a independência em 1975 – e permanece até os dias de hoje. No fim das contas, teve e tem controle de permitir quais versões circulam, quais estarão em suspeição ou legitimadas, tentando evitar que lacunas apareçam e que exista espaço para o escrutínio, para rememorar ou revisitar um momento tão controverso da história do país, no momento de instalação e legitimação do governo.

Mello (2011) analisa, a partir de Foucault (1996), como o arquivo é um espaço não só de armazenamento do conhecimento produzido sobre o passado, mas também um local onde esse conhecimento é produzido. Ele argumenta que devemos considerar o contexto de relações de poder em que os documentos surgiram, e que “supressões, ausências, lacunas e silenciamentos são fatores constitutivos dos arquivos” (MELLO, 2011, p. 196). A noção de silenciamento do passado, de Trouillot (2016), é acionada para explicar que o que está presente ou ausente em nossas fontes e nos próprios arquivos não advém de seleções pretensamente neutras ou naturais, mas é produzido em empreendimentos historiográficos que têm por base o poder. Segundo Trouillot:

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância). Esses momentos são ferramentas conceituais, abstrações de segundo nível de processos que se alimentam uns dos outros. Como tais, não pretendem oferecer uma descrição realista da elaboração de qualquer narrativa individual. Em lugar disso, ajudam-nos a entender por que nem todos os silêncios são iguais e por que eles não podem ser abordados – ou eliminados – todos da mesma forma. Em outras palavras, qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular [...] (TROUILLOT, 2016, p. 58-59)

Há três contribuições importantes no pensamento de Trouillot que eu gostaria de trazer à luz. Em primeiro lugar, que os processos de construção das narrativas pressupõem, como argumentei, um desnível de poder entre as partes; é neste ponto que o autor defende a importância da investigação dos processos e das condições em que certas narrativas foram produzidas. Segundo, que o passado é, sobretudo, uma posição tomada no presente com relação ao presente. Sendo assim, há eventos que são interpelados, (re)iterados, e este “modelo do armazenamento pressupõe não apenas um passado a ser recordado, mas também um sujeito coletivo que recorda” (TROUILLOT, 2016, p.41). Neste processo, por fim, Trouillot desestabiliza a noção de que o passado é produzido por quem o sucede: na medida em que “o poder é constitutivo da história” (TROUILLOT, 2016, p. 60), há um duplo movimento de contribuir para a criação das narrativas enquanto também se reforça a legitimidade do governo a partir da versão produzida.

Com a narrativa sobre Nito e o 27, o MPLA encontrou os instrumentos de que precisava para fortalecer seu poder e domínio internos, inclusive sobre a violência legítima, o que reposiciona o partido perante outros estados, sobretudo na África, para estabelecimento das alianças durante a guerra civil, que se encerrou somente em 2002.

Por fim, o terceiro ponto, se memórias (como histórias individuais) são construídas, como o passado é circunscrito? Como ele se fixa e atravessa gerações? Nesse sentido, Pollak (1992) identifica três elementos que possibilitam a identificação e a projeção de uma memória que se pretende coletiva: acontecimentos, personagens e lugares. O autor afirma que “[é] perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 202). O autor lembra os espaços das lutas políticas na construção da memória nacional, que é, no limite, objeto de

disputa importante e constituinte de identificações.

Ao nos voltarmos para os desafios enfrentados pelo MPLA no pós-independência, criar um sentimento de identificação entre governo e povo figura entre os mais importantes desses desafios, dada a diversidade de grupos que compunham as populações de Angola e que tensionavam a continuidade do MPLA no poder. Para tanto, memória, literatura, angolanidade e passado foram instrumentalizados a fim de construir uma narrativa sólida que confundisse a história de Angola com a do próprio MPLA.

O MPLA continua no poder, mantendo também a narrativa oficial a seu favor. Apenas em 2017 decidiu se pronunciar sobre o 27 de Maio e em 2019 criou a CIVICOP. Reverberar as medidas adotadas no âmbito da CIVICOP por meio da Fundação 27 de Maio é, no limite, um movimento de legitimação de governança e deste processo de reconciliação. Honrar memórias importa tanto quanto a instrumentalização das narrativas no sentido de produzir uma história do MPLA que ultrapasse o período do 27 de Maio.

Reeleito em 2022, o programa de governo de João Lourenço, do MPLA, prevê a construção de um Memorial em homenagem às Vítimas dos Conflitos Políticos no âmbito da CIVICOP. A principal estrutura do futuro memorial, chamada "Aliança eterna", será um símbolo de pedido de perdão, com 35 metros de altura e nove pisos, constituída por dois blocos articulados. O Memorial, como a própria CIVICOP, foram pensados para dar conta de todos os conflitos do pós-independência, incluindo a guerra civil, e não apenas o 27 de Maio. Isso revela algo interessante no posicionamento do MPLA: toda dissidência ao governo de Angola pertence, para o partido, à mesma categoria.

O 27 de Maio posto junto da UNITA, revela um não reconhecimento do ocorrido em 1977 como dissidência no interior do MPLA, mas como um ataque à sua unidade. No limite, esses meandros revelam uma intrínseca imbricação entre nação e partido, interpelada, inclusive, nas entrelinhas, e mantida na tentativa de controlar a iteração dos eventos. Como movimento ou como partido, ainda nos dias de hoje, parafraseando Ndunduma, para o MPLA, Angola é o MPLA e o MPLA é Angola.

Na medida em que os 50 anos de Angola independente se confundem com a história do MPLA como governo, impõe-se a necessidade de o partido reposicionar sua atuação num dos episódios mais controversos e importantes para sua legitimação. Há, no entanto, novas

disputas a cada nova iteração que não podem ser previstas de antemão, como a articulação de legislações internacionais ou aparatos técnico-científicos modernos de comprovação de DNA. No futuro, o passado ainda está por ser escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Feliciano Paulo. 2011. *Guerra em Angola: as heranças da luta de libertação e a guerra civil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares apresentada à Academia Militar. Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Orlando de. 1975. *Crioulismo e mulatismo: uma tentativa de interpretação fenomenológica*. Lobito: Capricórnio.
- ALMEIDA, Albertino. 1976 “Introdução. Do autor e da obra.” In: ALVES, Nito. *Memória da longa resistência popular*. Lisboa: África Editora.
- ALTHUSSER, Louis. 1985. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- ALVES, Amanda Palomo. 2015. *"Angolano segue em frente": um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de Doutorado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- ANCARANI, Vittorio. 1998. “Vanguarda”. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco. (Orgs.) *Dicionário de política*. Vol.1. 11a.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp.1290-1291
- ANTUNES, António Lobo. 2011. *Comissão das lágrimas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ARBO, Jade Bueno. 2018. “A teoria dos atos de fala: desafios e possibilidades”. *Revista Lampejo*, v. 7, n.1, pp. 183-194.
- AUSTIN, John. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BALDI, Carlo. 1998. “Estado de sítio”. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco. (Orgs.) *Dicionário de política*. Vol.1. 11a.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 413-415.
- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 1974. Discurso. *1º Congresso de Militantes do MPLA em Lusaka*. Fundação Mário Soares. Disponível em: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83906> - acesso em: 08 mai 2023.
- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 1974. *Intervenção de Alves Bernardo Baptista «Nito» no Congresso (MPLA)*. Disponível em: <<https://www.tchiweka.org/documento-textual/0198000016>> - Acesso em 19 jan 2024.
- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 1976a. *A dialéctica e a guerrilha*. Luanda: Tipografia REGRAL.
- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 1976b. *Memória da longa resistência popular*. Lisboa: África Editora.

- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 1977. *Treze teses em minha defesa*. Luanda: fotocópia do manuscrito do autor.
- BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. 2021. *MPLA - a revolução traída: treze teses em minha defesa*. Luanda: Elivulu.
- BAUMAN, Zygmunt. 1999. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BEM, Arim Soares do. 2007. “Violência discursiva: uma abordagem sociológica sobre a construção de inimigos na República Federal Alemã”. *Latitude*, v. 1, n. 2, pp. 47-65.
- BENDER, Gerald. 1978. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- BERDET, Marc. 2018. “‘Interpelação fantasmagórica’: compreender e subverter a estética da vida cotidiana com Walter Benjamin e Louis Althusser” *Kriterion*, n. 139, pp. 175-194.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás. 2021. “Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política”. *Tempo & Argumento*, v. 13, n. 34, e010.
- BIRMINGHAM, David. 1978. “The twenty-seventh of May: an historical note on the abortive 1977 coup in Angola”. *African Affairs*. v. 77, n. 309, pp. 554-564.
- BIRMINGHAM, David. 2015. *A short History of Modern Angola*. Nova York: Oxford University Press.
- BITTENCOURT, Marcelo. 1997. “A criação do MPLA.” *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32, pp. 185-208.
- BITTENCOURT, Marcelo. 1999a. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega.
- BITTENCOURT, Marcelo. 1999b. “Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital”. *História Oral*, n. 2, pp. 91-110.
- BLANES, Ruy Llera. 2014. *A prophetic trajectory: ideologies of place, time and belonging in an Angolan religious movement*. Nova York: Berghahn Books.
- BOTELHO, Américo Cardoso. 2008. *Holocausto em Angola – memória de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Nova Veja.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. 1996a. *O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. 1996b. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BUTLER, Judith. 1997. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.

- BUTLER, Judith. 2019. *Corpos que importam: os limites discursivos do 'sexo'*. São Paulo: n-1 edições.
- CANDAU, Joël. 2011. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- CARREIRA, Iko. 1996. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. 1992. *Ethnography and historical imagination*. Oxford: Westview Press.
- COSME, Leonel. 2015. "A literatura e as guerras em Angola. No princípio era o verbo". *Cultura*, n. 34, pp. 1-6.
- CRAPANZANO, Vincent. 1980 *Tuhami, portrait of a Moroccan*. Chicago: University of Chicago Press.
- CRUZ, Viriato da. (s.d.) "O Problema Racial Dentro das Organizações Nacionalistas Africanas". In: *Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83654>. Acesso em 26 dez 2021.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. "Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo". *Mana*, n. 10, v. 2, pp. 287-322.
- DERRIDA, Jacques. 1988. *Limited Inc*. Evanston: Northwestern University Press.
- DIAS, Jill Rosemary. 1984. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, pp. 61-94.
- DULLEY, Iracema. 2008. *Do culto aos ancestrais ao cristianismo e vice-versa: vislumbres da prática da comunicação nas missões espíritanas do Planalto Central Angolano*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- DULLEY, Iracema. 2010. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume.
- DULLEY, Iracema. 2015. "A historiografia sobre a 'conversão' nas colônias portuguesas na África e a trajetória de Jesse Chiula Chipenda". *África*, v.1, n. 35, pp. 57-86.
- DULLEY, Iracema. 2019. "Sobre a vida política na Angola contemporânea". *Afro-Ásia*, n. 60, pp. 299-307.
- DULLEY, Iracema. 2020b. *Por uma metodologia iterativa para a análise dos processos interpelativos: reflexões a partir de Butler e Fanon*. Manuscrito inédito.
- DULLEY, Iracema. 2022. "Naming Others: Translation and Subject Constitution in the Central Highlands of Angola (1926–1961)". *Comparative Studies in Society and History*, n. 64, v. 2, pp. 363-393.
- DULLEY, Iracema; SAMPAIO, Luisa Tui Rodrigues. 2020. "Accusation and Legitimacy in the Civil War in Angola". *Vibrant*, v. 17, pp. 1-20.

- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 1999. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- FABIAN, Johannes. 2013. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes.
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FAUVET, Paul. 1979. "Angola: The rise and fall of Nito Alves". *Review of African Political Economy*, n. 9, pp. 88-104.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "Ser afetado". *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, pp. 155-161.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. 2006. "Ilhas Crioulas: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica". *Revista de História*, n. 155, vol. 2, pp. 17-41.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. 2020. "Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: Possibilidades analíticas e desafios metodológicos". In: *Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. 2012. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- FIGUEIREDO, Leonor. 2009. *Ficheiros secretos da descolonização de Angola*. Lisboa: Alêtheia.
- FIGUEIREDO, Leonor. 2010. *Sita Valles. Revolucionária, comunista até à morte - 1951 – 1977*. Lisboa: Aletheia.
- FIGUEIREDO, Leonor. 2017. *O Fim da Extrema-Esquerda em Angola - Como o MPLA dizimou os Comitês Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980)*. Lisboa: Guerra e Paz.
- FOUCAULT, Michel. 1982. "The Subject and Power". *Critical Inquiry*, v. 8, n 4. pp. 777-795.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FRANCISCO, Michel. 2007. *Nuvem Negra – o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora.
- FRANCISCO, Alberto André Carvalho. 2013. *A Política Externa De Angola Durante A Guerra Fria (1975-1992)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília.
- FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- GALHANAS, Rui. 2017. *Angola - a Intentona do 27 de Maio*. Paço d'Arcos: QB Comunicação.
- GEORGE, Edward. 2005. *The Cuban intervention in Angola: from Che Guevara to Cuito Cuanavale*. Londres: Routledge.

- GINZBURG, Carlo. 2006. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLDMAN, Márcio. 2001. “Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus”. *Mana*, n. 7, v.2, pp.57-93.
- GOLDMAN, Marcio. 2021. *Outras histórias*. Ensaios sobre a composição de mundos na América e na África. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. 2012. “Resenha: McCLINTOCK, Anne. Couro Imperial - Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 2010, 600 páginas” In: *História Social*, n. 22/23, pp.333-336.
- HATZKY, Christine. 2015. *Cubans in Angola: South-South cooperation and transfer of knowledge, 1976–1991*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de. 2012. “A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa”. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n.35, v. 2, pp. 85-100.
- HOLLIVER, Gabriel. 2021. “Sobre modos de lidar com a terra: homogeneização, diferença e mistura”. In: GOLDMAN, Marcio. (Org.). *Outras histórias*. Ensaios sobre a composição de mundos na América e na África. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, pp. 218–233.
- JACOB, Sheila Ribeiro. 2010. “A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX”. *Miscelânea*, n. 8, pp. 96-107.
- KAJIBANGA, Victor. 2004. “Crise da racionalidade lusotropicalista e do paradigma da ‘crioulidade’: o caso da antropossociologia de Angola”. *África*, n. 22-23, pp. 141-156.
- KOFES, Maria Suely. 2001. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras.
- LARA, Lúcio. 1997. *Um amplo movimento – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*. Vol. I, II e III. Luanda: Edição do Autor.
- LARA, Lúcio. 1999. *Documentos e comentários para a história do MPLA (até Fev. 1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEIRIA, Luís. 2013. “Perfil: José Eduardo dos Santos, o déspota discreto”. *Esquerda.net*, Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/perfil-jos%C3%A9-eduardo-dos-santos-o-d%C3%A9spota-discreto/30611>>. Acesso em: 18 abr 2023.
- LEIRNER, Piero Camargo. 2003. “A formação do Estado numa perspectiva antropológica”. *Estudos Históricos*, n. 32. pp. 194-200.
- LÉVI-STRAUSS. Claude. 2003. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcel *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. pp. 11-46.
- LIMA, Tânia Stolze. 2013. “O campo e a escrita: relações incertas”. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, pp. 9-23.

- LOURENÇO, João. 2021. Discurso. *Homenagem às vítimas dos conflitos políticos*. Luanda, 26 mai 2021. Disponível em: <<https://africa21digital.com/2021/05/27/integra-do-discurso-do-presidente-de-angola-sobre-as-execucoes-do-27-de-maio-de-1977/>>. Acesso em 18 abr 2023.
- MARCON, Frank. 2011. “Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola”. *História Revista*, v. 16, n. 1, pp. 31-51.
- MARCUM, John. 1969. *The Angolan revolution*, vol. I: the anatomy of an explosion (1950-1962). Cambridge: The MIT Press.
- MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. 2012. *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1998. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. 2007. *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Edições Asa.
- MBEMBE, Achille. 2016. “Necropolítica”. *Arte e Ensaios*, n. 32, pp. 123-151.
- M'BOKOLO, Elikia. 2010. “A África Equatorial do oeste”. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (eds.). *História Geral da África*, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, pp. 229-260.
- MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp.
- MELLO, Marcelo Moura. 2011. “Visões do campo sobre o arquivo (e vice-versa)” In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo da; DULLEY, Iracema. (Orgs.) *Etnografia, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico*. São Paulo: Annablume. pp. 189-200.
- MENEZES, Hugo Azancot de. 2017. *Percursos da luta de libertação nacional*. Viagem ao interior do MPLA. Memórias pessoais. Lisboa: Nova Vega.
- MESSIANT, Christine. 2006. *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Basel: P. Schlettwein Publishing.
- MESSIANT, Christine. 2008. *L'Angola postcolonial*. Vol. I e II. Paris: Karthala
- MILHAZES, José. 2013. *Golpe Nito Alves e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin*. Lisboa: Alêtheia.
- MILHAZES, José. 2014. *Angola – o princípio do fim da União Soviética*. 2ªed. Lisboa: Nova Vega.
- MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto nº 12.533, de 23 de outubro de 1926. Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique. Diário do Governo, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, n. 237, Série I, pp. 1667-1670, 1926.

MOORMAN, Marissa Jean. 2008. *Intonations: a social History of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens: Ohio University Press.

MPLA. 1967. *Vitória ou Morte*. Número especial do 4 de Fevereiro de 1967. Órgão de Informação e Combate do MPLA. Brazzaville. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/neto/1967/01/01.pdf>> - Acesso em 12 abr 2023.

MPLA. 1971a. *MPLA informations*. Abril, 1971. *Bulletin d'information du Mouvement Populaire de Liberation de L'Angola - MPLA* – Mission Permanente en Algerie. Alger.

MPLA. 1971b. *MPLA informations*. Agosto, 1971. Mouvement Populaire de Libération de l'Angola – Département d'Information et Propagande – DIP. Alger.

MPLA, 1976. *Documentos da 3ª reunião plenária do Comité Central do MPLA* (23-29 Outubro 1976). Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central.

MPLA, 1977. *Angola: a tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977*. (Informação do Bureau Político do MPLA, 12 de Julho de 1977). Lisboa: Edições Avante!

NASCIMENTO, Washington Santos. 2013. *Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1961)*. Tese de doutorado em História Social apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo.

NASCIMENTO, Washington Santos. 2016. “Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David”. *Anos 90*, v. 23, n. 44, pp. 265-289.

NASCIMENTO, Washington Santos. 2018. “Trânsitos, pertencimentos e resistências da elite mestiça de Luanda, Angola”. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 11, n. 1, pp. 341-357.

NASCIMENTO, Washington Santos. 2022. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901 – 1961)*. Campinas: Editora Pontes.

NETO, Agostinho. 1976. “Discurso da proclamação da Independência, às zero horas de 11 de Novembro de 1975”. In: MPLA, Edição do Ministério de Informação de Angola. *Construamos o socialismo*. Luanda: Neográfica.

NETO, Agostinho. *Sobre o fraccionismo*. O discurso do presidente da R.P.A. e do M.P.L.A. Cda. Agostinho Neto, proferido em 12/6/1977 na Cidadela. Luanda: Movimento Popular pela Libertação de Angola.

NETO, Maria da Conceição. 1997. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie*, n. 4. pp. 327-357.

NETO, Maria da Conceição. 2010. “A república no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o ‘indigenato’”. *Ler História*, n. 59. pp. 205-225.

NETO, Maria da Conceição. 2013. “Igrejas cristãs e nacionalismo angolano: o paradoxo católico”. *Mulemba*, v. III, n. 6, pp. 185-202.

NETO, Maria da Conceição. 2017. “De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola

colonial”. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 33, pp.107-129.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1968. *Luanda: ‘Ilha’ Crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

OLIVEIRA, Ariel Rolim. 2013. *Angola em guerras: Jonas Savimbi e as linguagens da nação*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

OLIVEIRA, Ariel Rolim. 2017. *Dissensões do universal: itinerários da imaginação popular em Angola*. Tese de doutorado em Antropologia Social apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo.

PACHECO, Carlos. 1997. *MPLA: um nascimento polémico* (as falsificações da história). Lisboa: Vega.

PADILHA, Laura Cavalcante. 2009. “Guerra, poesia, estilhaç[ament]os – um olhar para Angola”. *Mulemba*, v. 1, n. 1, pp.1-14.

PAREDES, Margarida Isabel Botelho Falcão. 2014. *Mulheres na luta armada em Angola: memória, cultura e emancipação*. Tese de doutorado em Antropologia Social apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

PAWSON, Lara. 2014. *In the name of the People: Angola's forgotten massacre*. Londres: IB Tauris.

PEARCE, Justin. 2015. *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*. New York: Cambridge University Press.

PEPETELA. 1993. *Mayombe*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PEREDA, Edelmys Pérez; JORGINA, Cristina Paulo; VUEBA, Isabel Buanga. 2021. “Fiscalização Florestal em Mayombe – Cabinda, Angola”. *IF Série Registros*, n. 59, pp. 31-48.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2002. “Etnias de fronteira e questão nacional: o caso dos “regressados” em Angola”. *Cadernos de campo*, v. 10, n. 10, pp. 45-62.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2008. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras”. *Revista de Antropologia*. v. 63, n. 2, pp. 1-12.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. 2009. *Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói.

PINTO, Nalayne Mendonça. 2010. “A construção do inimigo: considerações sobre a legislação penal brasileira”. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, v. 12, n. 22, 23. pp. 49-66.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. 2012. *Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao*

pleito eleitoral de 1992. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

PINTO, João Paulo Henrique. 2016. “A questão identitária na crise do MPLA (1962-1964)”. *Revista TEL*, v. 7, n.2, pp. 140-169.

POLLAK, Michael. 1989. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, pp. 3-15.

POLLAK, Michael. 1992. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, pp. 200-212.

PORTELLA, Cristina; LEIRIA, Luis. 2019. “Cuba e União Soviética em Angola: 1977”. *Revista Outubro*, n. 32, pp. 181-210.

REIS, José. 2017. *Angola – O 27 de Maio, memórias de um sobrevivente*. Lisboa: Nova Vega.

REIS, José. 2018. *Angola – O 27 de Maio. A história por contar*. Lisboa: Nova Vega.

RILES, Annelise. 2006. “Introduction: in response”. *Documents: artifacts of modern knowledge*. Michigan: The University of Michigan Press, pp.1-38.

ROQUE, Ricardo. 2022. “O arquivo, a coleção e o caçador: autobiografia de uma etnografia histórica”. *Etnográfica*. n. 26, v. 2, pp.303-325.

ROTHWELL, Phillip. 2019. *Pepetela and the MPLA*. The ethical evolution of a revolutionary writer. Cambridge: Legenda.

SAMPAIO, Luisa Tui Rodrigues. 2021. *O que diz um nome? Reflexões sobre o colonialismo e o Estado-nação em Luanda*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social apresentada à Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

SANGO, André. 2010. “Velhos paradigmas e novas roupagens – Os critérios de justiça em Angola”. *África*, n.29-30. pp. 13-32.

SANTOS, Emmanuel dos. 2016. “A imprensa chilena, o jornal El Mercurio e o golpe civil-militar de Pinochet (1973)”. *Porangatu*, v.5, n.2, pp. 307-328.

SCHUBERT, Jon. 2017. *Working the system: a political ethnography of the new Angola*. Ithaca: Cornell University Press.

SILVA, Tomaz Tadeu da. 2000. “A produção social da identidade e da diferença”. In: *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. pp. 73-102.

SILVA, Márcia Maro da. 2007. *A independência de Angola*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. 2009. “Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e censura”. *Estação Literária*, v.4, pp.15-26.

SILVEIRA, Maria A. F. 2011. *Dos Nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1961)*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade do Porto. Porto.

- SOUZA, Carolina Bezerra de. 2019. *Relações de poder em Angola: uma leitura dos romances de Pepetela (1975-2005)*. Tese de doutorado em História apresentado à Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- STOLER, Ann Laura. 2010. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton University Press.
- STRATHERN, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. 2001. *Dissidências e poder de estado - o MPLA perante si próprio (1962-1977)*: ensaio de história política. Vol. I e II. Luanda: Nzila.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. 2019. *Guerrilhas e lutas sociais — O MPLA perante si próprio (1960-1977)*. Ensaio de história política. 2 ed. Lisboa: Mercado de Letras.
- TANCREDI, Leticia Di Maio. 2018. “Estados Unidos, China e Rússia: do triângulo amoroso ao casamento estável”. *Hoplos*, vol.2, n.1, pp. 9-28.
- TAVARES, Ana Paula. 1999. “Cinquenta anos de literatura angolana”. *Via Atlântica*, v. 3, pp. 124-131.
- TEIXEIRA-PINTO, Márnio. 2018. “Com o ‘outro’ nos olhos: alguns aspectos da alteridade na etnologia amazônica”. *Anuário Antropológico*, v. 43, n. 2. pp. 229-260.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. 2001. “O bom povo português”. *Mana*, v. 7, n. 1. pp.55-87.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 2016. *Silenciando o passado: poder e a produção da História*. Curitiba: Huya.
- VAZ, Carmo (dir.). 1975. *Angola rumo à independência*. O Governo de transição - documentos e personalidades. Luanda: Livrangol.
- VEIGA, Luiz Maria. 2015. *De armas na mão: personagens-guerrilheiros em romances de Antonio Callado, Pepetela e Luandino Vieira*. Tese de doutorado em Letras apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo.
- VIDAL, Nuno Carlos de Fragoso. 2002. *Post-modern patrimonialism in Africa: the genesis and development of the Angolan political system, 1961-1987*. Tese de doutorado em Filosofia apresentada à University of London.
- WACQUANT, Loïc. 2013. “Bourdieu 1993: um estudo de caso em consagração científica”. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, pp. 33-46.
- WAGNER, Roy. 2017. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- WEBER, Max. 2015. “A política como vocação”. In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret. pp. 61-139.
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. 2009. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.
- WOLFERS, Michael; BEGEROL, Jane. 1983. *Angola in the frontline*. Bath: The Pitman Press.

ANEXOS

[illegible]

ANO 2.º N.º 1758

JORNAL DE ANGOLA

60x40mm

1977 - ANO DO 1.º CONGRESSO DO MPLA, DA CRIAÇÃO DO PARTIDO E DA PRODUÇÃO PARA O SOCIALISMO

SAB, 28 MAIO 1977

... Peço aos camaradas, activistas do Movimento, membros dos Comitês e Grupos de Acção que, de acordo com as decisões tomadas hoje pelo Comité Central façam um combate verdadeiro e sério contra todos os fraccionistas que encontrarem no seu caminho.

CAMARADA PRESIDENTE—21/5/77

Proclamação ao País do Presidente do MPLA e da República Popular de Angola

A REVOLUÇÃO TEM QUE SER DEFENDIDA PELO POVO ANGOLANO E EM SEU PRÓPRIO BENEFÍCIO!

As 15 horas, o Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA, da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA, fez a seguinte comunicação ao País:

Queria hoje afirmar, mais uma vez, a nossa disposição, a disposição do Comité Central do MPLA, do Bureau Político, de continuar na via revolucionária, de fazer com que o Povo

angolano siga o caminho para o socialismo. Esse caminho é difícil. E o caminho que, não somente apresenta certas dificuldades, mas que oferece também algumas incompreensões, por parte de elementos do nosso Povo. Quando se fala de socialismo, que é que nós devemos entender?

Temos uma série de países capitalistas, países ocidentais, que estarão contra nós. Países que estão contra nós e que não querem, portanto, que nós sigamos esta via. Temos países amigos, e embora amigos, são países que não compreendem bem a nossa opção. Isso chama o ódio de alguns países, de alguns responsáveis africanos, de alguns elementos, no nosso mundo actual, que não estão de acordo. Mas nós estamos dispostos a seguir esta via.

Nos últimos dois dias, nós debatemos aqui em Angola, alguns problemas, que dizem respeito à nossa vida nacional. Problemas que dizem respeito ao Povo angolano, problemas que dizem respeito ao MPLA e à nossa organização política. Alguns camaradas desorientaram-se. Pensaram que a nossa opção seria dirigida contra eles, que a nossa opção seria contra

os seus próprios interesses individuais e de grupos. E portanto, começaram agitar-se.

E assim, hoje houve uma certa perturbação, da parte da manhã, aqui no nosso país, e, concretamente, na nossa cidade de Luanda que não corresponde, de maneira nenhuma, aos sentimentos gerais de todo o povo. Nós seguimos isto. Nós seguimos a agitação que se manifestou. Alguns camaradas ficaram apreensivos, alguns camaradas não compreenderam bem o que se passava. Mas eu queria dizer a todos os compatriotas, e aos camaradas, que é necessário não perder a nossa calma quando estamos diante de tais factos. Porque é necessário nós defendermos esta Revolução.

A Revolução tem de ser defendida pelo Povo angolano. E se não é defendida nós vamos perder. Esta Revolução que é defendida pelo Povo angolano naturalmente tem de resultar em benefício para o Povo angolano, e não para outro qualquer.

Essa manhã o que se pretendia, o que foi? Pretendeu-se foi demonstrar que já não há revolução em Angola, que já

Comunicado do Bureau Político do MPLA

ESCLARECER A POPULAÇÃO E DETECTAR OS REACCIONÁRIOS

As 13.30 horas, através da Rádio Nacional de Angola, o Bureau Político do Comité Central do MPLA divulgou, para todo o País, o seguinte comunicado:

"Militantes do MPLA. Povo angolano. População de Luanda. Agitadores a soldo do imperialismo internacional e da reacção interna, têm procurado desde as primeiras horas da manhã, provocar uma situação de confusão e de destruição, desorientando o Povo com palavras de ordem contra-revolucionárias.

Tendo conseguido por alguns momentos, infiltrar na Rádio Nacional alguns dos seus conhecidos agentes, utilizando Nito Alves como bandeira, procuraram arrastar o Povo de Luanda para manifestações insensatas contra o Governo da República Popular de Angola, não hesitando, para isso, em utilizar o nome do MPLA.

Secretariado Geral da UNTA determina

Todos ao trabalho unidos em torno do Camarada Neto

Entretanto as 17 horas, o Secretário Geral da UNTA e membro do Comité Central do MPLA, camarada Antónides Van-Dünen leu aos microfones da Rádio Nacional o seguinte comunicado da UNTA:

"Trabalhadores angolanos. Camaradas. O imperialismo desde já há algum tempo vem apertando um cerco económico ao nosso País, com a intenção de o desestabilizar, isto é, com o fim de criar condições de fome para o Povo, de insatisfação das massas, tudo com o objectivo final de desacreditar perante elas o Governo da República Popular de Angola, o MPLA, o Camarada Presidente Agostinho Neto, e a partir daí agitar a situação crucial de modo a possibilitar, um golpe de estado reaccionário.

Usando algumas palavras de ordem do MPLA, mas de

Recolher Obrigatório das 19 às 6 horas

O Estado Maior Geral das FAPLA divulgou às 18.40 horas, através da Rádio Nacional as seguintes instruções:

"Comunica-se a toda a população de Luanda, que a partir de hoje, dia 27 de Maio, se decreta recolher obrigatório, das 7.00 horas da noite às 6.00 horas da manhã.

Toda e qualquer pessoa ou veículo, que seja encontrado a circular dentro das horas do recolher obrigatório sem autorização, será imediatamente detido.

Qualquer resistência à ordem de recolher, ou de detenção, será severamente punida.

Segunda comunicação ao País do Camarada Presidente

NÃO HAVERÁ PERDÃO NEM TOLERÂNCIA PARA ESTES ALIADOS DA REACÇÃO

O camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola voltou a falar ao País ao fim da tarde.

Através da Rádio Nacional e da Televisão, dirigindo-se ao Povo, afirmou:

"Não haveria grandes motivos para uma nova comunicação ao País, depois daquela que eu fiz, há alguns dias, se na cidade de Luanda não víssemos alguns dias, se na cidade de Luanda não víssemos alguns acontecimentos que consideramos graves.

Esses acontecimentos são graves, porque provocaram a perda de vidas humanas. Quer dizer que os fraccionistas, que nós condenamos há pouco tempo, não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar nossos compatriotas, para puderem ter o caminho livre.

Esta é uma situação que nos obriga, evidentemente, a tomar determinadas posições; que nos obriga a reflectir sobre o que é este fraccionismo. Confirma-se desta maneira, embora seja uma maneira bastante dolorosa, que existe o frac-

O MPLA É O POVO! O POVO É O MPLA!

Anexo 4. Poema “Direito à defesa”. Memórias da longa resistência popular (BAPTISTA, 1976b), pp. 109-111.

DIREITO A DEFESA

Que salutar consolação revolucionária
responder em verso
fazer também da poesia
instrumento de negada defesa
diante de magistrados arrogantes
sentados na cátedra
do ilegítimo tribunal
que meus versos vão contestar.

Acusado fui nos tribunais conservadores
na corte de juízes reformistas
fui condenado
sem acusação formada nem confirmada
sem julgamento nem sequer rudimentar
sem direito à defesa elementar
fui para a cela do tempo e dos homens
e ao público trabalhador
não me deixaram
apresentar documentos que eu tenho a meu favor.

Vulgaríssimos democratas
elitistas
herdados da apodrecida
sociedade colonial destroçada
toda a tacanhez do pequeno-burguês obcecado
mas todos
foram juízes da condenação
dum réu montado
a quem os homens e o capricho do tempo
negaram o direito à defesa.

Carreiristas de todos os tempos
revoltas de todas as épocas
todos me julgaram à sua maneira
mas da matéria do crime
ao Povo trabalhador
em quem acredito profunda e absolutamente
não foi dado conhecimento!

Agentes estranhos desconhecidos invisíveis
mandados não sei por quem
perseguiam e perseguem a minha sombra
exposta entretanto a figura à luz do dia.
Já não sei
onde começa e acaba a CIA.

Que importa a cabala do social-chauvinismo
se a revolução continua
que importa nojento tribunal do nacional-reformismo
se a revolução continua
que importa a incompreensão humana
se a revolução continua
que importa tombar lutando
por uma bala
venha da CIA
ou do nacional-reformismo
se a revolução continua.
Que importa tudo isto
quando se tem
a consciência tranquila e firme
do dever que se cumpre.

A inércia o oportunismo o arrivismo
a indecisão a tibieza
a contra-revolução
são os meus únicos juízes
e a poesia é uma das minhas testemunhas.

E a História
algum dia
ainda que distante do tempo
ditará a sentença
e desaparecerá a injustiça consentida e legalizada
estará resolvida
a contradição do capitalismo
entre o direito aplicado
e uma justiça profundamente sentida.

A LUTA CONTINUA!